

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
CURSO DE MESTRADO

JOSIELA SILVEIRA CAVALHEIRO

**O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS
INSTITUTOS FEDERAIS GAÚCHOS E O TRABALHO DO
ASSISTENTE SOCIAL: alcances, perspectivas e desafios**

PELOTAS
2013

JOSIELA SILVEIRA CAVALHEIRO

**O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS
INSTITUTOS FEDERAIS GAÚCHOS E O TRABALHO DO
ASSISTENTE SOCIAL: alcances, perspectivas e desafios**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mara Rosange Medeiros

PELOTAS
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C377p

Cavalheiro, Josiela Silveira

O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcances, perspectivas e desafios / Josiela Silveira Cavalheiro. – Pelotas: UCPEL, 2013.

256 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, BR-RS, 2013. Orientadora: Mara Rosange Medeiros.

1.serviço social. 2. ação profissional. 3.assistência estudantil. I. Medeiros, Mara Rosange, or. II.Título.

CDD 361

JOSIELA SILVEIRA CAVALHEIRO

**O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS INSTITUTOS
FEDERAIS GAÚCHOS E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: alcances,
perspectivas e desafios**

Dissertação submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

E aprovada sua versão final em 21 de novembro de 2013 atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Católica de Pelotas, Curso de Mestrado em Política Social.

Pelotas, 21 de novembro de 2013

Comissão Examinadora:

Profª Drª Mara Rosange Acosta de Medeiros
Universidade Católica de Pelotas – UCPel
Orientadora

Profª Drª Vini Rabassa da Silva
Universidade Católica de Pelotas – UCPel
Membro Examinador I

Profª Drª Eliana Bolorino Canteiro Martins
Universidade Estadual Paulista – UNESP FRANCA
Membro Examinador II

Aos meus pais, Ordalina e Josino (*in memoriam*) e a minha irmã, Josiana.

Aos leitores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pela saúde, pela fé e pela perseverança concedidas neste tempo.

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense pelo apoio financeiro concedido, que me possibilitou realizar este mestrado, nas pessoas de Marta Coelho Barros e Antônio Carlos Barum Brod que apoiaram incessantemente minha formação e qualificação profissional; e à Divana, à Patrícia e ao Alexandre (CODEPE), da equipe da Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, sempre atentos às minhas necessidades e dúvidas enquanto servidora.

Agradeço à Prof^a Dr^a Mara Rosange de Medeiros, pela amizade, atenção, orientação e parceria nesta caminhada.

Agradeço às participantes da banca examinadora, Prof^a Dr^a Vini Rabassa da Silva e Prof^a Dr^a Eliana Bolorino Canteiro Martins, por aceitarem o convite para avaliar este trabalho, participando na qualificação do Projeto e, agora, na Defesa Final.

Agradeço aos profissionais que aceitaram o desafio de fazer parte desta pesquisa e de compartilhar sua experiência profissional. Sem eles, este trabalho não teria sido possível.

Agradeço a minha mãe Ordalina, pelo amor incondicional e pelo apoio constante, lendo textos e resumos para mim durante os momentos da revisão bibliográfica e escrita; e pelos dias passados ao meu lado para que estivesse sempre confortável. À Josiana, minha irmã, e ao meu cunhado Gildo, pelo amor constante e fiel a mim, sempre telefonando para mim para saber como eu estava. Estes muito reclamaram da minha ausência nos finais de semana, nos aniversários e nas demais comemorações da vida.

Agradeço ao João pela permanente companhia, apoio, carinho e cuidado nesses dias, principalmente nos de maior tensão e por ter dividido comigo sua família; e à Ana Carolina, pelo cuidado cotidiano, pelo carinho e pelo apoio.

Agradeço aos meus amigos mais próximos que, constantemente, me perguntavam quando eu iria terminar o mestrado, para poder com eles sentar e tomar um chimarrão sem ver o tempo passar.

Agradeço aos colegas da antiga DIGAE, pelas boas risadas do cotidiano e pelo apoio profissional necessário no dia a dia.

Agradeço ao Núcleo de Assistentes Sociais do IFMG, que me proporcionou uma maior formação na área do Serviço Social na Educação e, também, por permitir conhecer mestres como o Prof. Dr. Ney Almeida. Obrigada a todos!

RESUMO

O presente trabalho é resultado de pesquisa realizada junto aos assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Rio Grande do Sul. Teve como objetivo investigar a ação profissional desses assistentes sociais no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), as concepções desses profissionais sobre Assistência Estudantil e as contradições existentes entre a ação profissional e o Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social, visando à qualificação da inserção profissional na política de educação. Além das entrevistas, foi realizada pesquisa documental, nos *sites* desses Institutos e nos fóruns de *e-mail* dos assistentes sociais dos Institutos Federais (IFs) e universidades e grupo de gestores de Assistência Estudantil. A partir do estudo realizado, foi possível perceber que a inclusão dos Institutos Federais no Decreto 7.234/2010, que dispõe sobre o PNAES, desencadeou uma intensa contratação de assistentes sociais, através de concurso público, para realizar a implementação, a gestão e a execução de ações de Assistência Estudantil (AE), trazendo como requisições a esses profissionais: a formulação de normativas institucionais que regulamentem as ações de Assistência Estudantil, o planejamento, a gestão, o monitoramento, a execução e a avaliação das referidas ações. Dentre as principais rotinas de trabalho estão o acompanhamento à distribuição de benefícios de AE, o desempenho de tarefas administrativas, a articulação dos recursos financeiros disponíveis, a divulgação dos programas de AE junto à comunidade estudantil, a proposição de atendimento às demandas, a identificação dos estudantes em vulnerabilidade social através da realização de estudos socioeconômicos/sociais para fins de acesso às ações de AE, dentre outras. Percebeu-se entre os profissionais um certo desgaste quanto às rotinas previstas no cotidiano profissional; entretanto, alguns deles têm superado e/ou enfrentado esse limite a partir da formulação de planos de trabalho do Serviço Social nos seus espaços sócio-ocupacionais. Os profissionais avaliam que a Assistência Estudantil é um processo recente que requer ajustes e adaptações, conforme necessário, tendo em vista a necessidade de materializá-la como direito de todos os estudantes. A maioria desses profissionais considera que contam com condições de trabalho adequadas para o exercício profissional, exceto nos momentos de realização de estudos socioeconômicos/sociais; entendem como necessária a inserção de tecnologia da informação (*softwares*) no que se refere ao arquivamento e à sistematização de dados do Serviço Social. Para os profissionais entrevistados, o rol de ações previstas no PNAES é bastante amplo no que se refere ao atendimento das necessidades dos estudantes; entretanto, criticam o caráter focalizado dos programas, a ausência de recursos orçamentários e de equipes multiprofissionais suficientes para a execução de ações universais. Quanto aos critérios de acesso aos programas de AE, os profissionais adotam critérios de vulnerabilidade social, em detrimento da renda *per capita*. Os assistentes sociais consideram que a gestão do programa deve ser realizada através de um setor sistêmico, no âmbito da reitoria, e indicam a necessidade de haver assistentes sociais nesses espaços. Por fim, verificou-se que os profissionais entrevistados indicam trabalhar em consonância com os princípios e compromissos do Projeto Ético Político.

Palavras-chave: Serviço Social, Ação Profissional, Assistência Estudantil.

ABSTRACT

The result of this work is research carried out with the social workers of the Federal Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul. The objective was to investigate the action of these professional social workers in the National Student Assistance (PNAES), what these professionals on student assistance and the contradictions between professional action and Ethical-political Project (PEP), aiming to qualify the professional integration in policy Education policy. Besides the interviews, documentary research was carried on the websites of these institutes and forums e-mail social workers of Federal Institutes (IFs) and universities and group managers student assistance. From the study it was revealed that the inclusion of the Federal Institutes of Decree 7.234/2010, which provides for the PNAES sparked an intense hiring social workers, through public tender to carry out the implementation and management of assistance activities student (AE), bringing these requests as professionals: the formulation of normative institutional governing the actions of student assistance, planning, management, monitoring, implementation and evaluation of such shares. Among the main work routines are monitoring the distribution of benefits, performing administrative tasks, coordination of available financial resources, dissemination of programs AE with the student community, meeting the demands proposition, identification of students in social vulnerability through conducting socioeconomic studies/social purposes to access the AE actions, among others. It was noticed among professionals eroded somewhat as the routines provided in daily work, however, some professionals have overcome and/or faced this limit from the formulation of work plans of the Social Work in their socio-occupational spaces. Professionals, assess the student assistance is a recent process that requires adjustments and adaptations as necessary in view of the need to materialize as a right of all students. Most of these professionals have considered that adequate working conditions for professional practice, except in times of socioeconomic studies/social; necessary to consider the inclusion of information technology (software) in relation to the filing and systematization of data Social Work. To the respondents the list of actions under PNAES is quite broad with respect to meeting the needs of students, however, criticize the character focused programs, the lack of budgetary resources and multidisciplinary teams, sufficient for running universal measures. The criteria for access to programs of AE, professionals adopt criteria of social vulnerability, rather than per capita income. The social workers believe that the management of the program must be made through a systemic department within the rectory, and indicate the need for social workers in these spaces. Finally, it was concluded that the respondents indicated working in line with the principles and commitments of the Project Ethical Politician.

Keywords: Social Work, Professional Action, Student Assistance.

LISTA DE SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AE	Assistência Estudantil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CF	Constituição Federal
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIEPs	Centros Integrados de Educação Pública
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CNS	Confederação Nacional de Saúde
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DECORE	Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos
DIRT	Declaração de Imposto sobre propriedade Territorial Rural
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Educação a distância
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
EPCT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FDE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Ensino
FGTS	Fundo de Garantia e Trabalho Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FDE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Ensino
FORPOG	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento, Orçamento e Gestão
FORPROEXT	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão
IFs	Institutos Federais

IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFSC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
IFSUL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MEC	Ministério da Educação
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NASIFMG	Núcleo de Assistentes Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
PAE	Política de Assistência Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PEP	Projeto Ético-Político
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIP	Regime de Internato Pleno
SENCE	Secretaria Nacional de Casa de Estudantes
SRH	Secretaria de Recursos Humanos
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISU	Sistema de Seleção Unificada
STF	Supremo Tribunal Federal

TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNE	União Nacional dos Estudantes

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de assistentes sociais na rede EPCT - 2011.....	22
Gráfico 2 - Exercício de função gratificada.....	137
Gráfico 3 - Carga horária semanal cumprida pelo assistente social nos IFS gaúchos .	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definições sobre Assistência Estudantil	29
Quadro 2 - Marcos legais relacionados à educação pública e à Assistência Estudantil .	35
Quadro 3 - Implicações dos principais decretos que dispõem sobre educação profissional e tecnológica	39
Quadro 4 - Cronologia dos encontros de setores sistêmicos de Assistência Estudantil da região sul.	63
Quadro 5 - Pautas dos encontros de setores sistêmicos de Assistência Estudantil da região sul	64
Quadro 6 - Encaminhamentos dos encontros de setores sistêmicos de Assistência Estudantil da região sul	76
Quadro 7- Principais demandas para o serviço social - separadas por segmentos	131
Quadro 8 - Eventos nos quais os assistentes sociais dos IFs gaúchos têm participado	144
Quadro 9 - Concepções dos profissionais sobre Assistência Estudantil	181
Quadro 10 - Abordagens conceituais sobre estudo social	198
Quadro 11 - Recomendações para realização de estudo social	200
Quadro 12 - Definição de vulnerabilidade social	204
Quadro 13 - <i>Check list</i> geral	209
Quadro 14 - Tipificação dos trabalhadores - lista de documentos	210
Quadro 15 - Organização do volume de demandas durante o período de edital	214
Quadro 16 - Detalhamento dos grupos de renda do IFSUL-Rio-grandense.....	217

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Década na qual os profissionais concluíram a graduação em serviço social	98
Tabela 2 - Atores que participam na construção de normativas referentes às ações de AE	111
Tabela 3 - Elementos que fazem parte das rotinas dos assistentes sociais	116
Tabela 4 - Tempo de existência do <i>campus</i>	134
Tabela 5 - Período de admissão do profissional no Instituto Federal.....	143
Tabela 6 - Padrão salarial dos assistentes sociais entrevistados nos IFs gaúchos	150
Tabela 7 - Motivos do cumprimento de carga horária semanal de 30h pelo assistente social nos Institutos Federais gaúchos	151
Tabela 8 - Relação de profissionais da equipe técnica da assistência estudantil nos <i>campi</i> onde estão lotados os assistentes sociais.....	159
Tabela 9 - Ações previstas no pnaes que estão sendo executadas nos <i>campi</i>	162
Tabela 10 - Interface da assistência estudantil com as demais políticas sociais	165
Tabela 11 - Políticas sociais mais acionadas pelos assistentes sociais na AE.....	165
Tabela 12 - Atividades organizadas pela categoria	188
Tabela 13 - Ações realizadas pelos assistentes sociais no que se refere à assistência estudantil.....	190

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	27
1.1 ABORDAGENS CONCEITUAIS SOBRE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	27
1.2 O PERCURSO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: BREVES APONTAMENTOS	31
1.2.1 A década de 1980 e seus rebatimentos na Assistência Estudantil.....	32
1.2.2 Breves apontamentos sobre a Educação profissional.....	36
1.3 A CONTEMPORANEIDADE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS INSTITUTOS FEDERAIS	39
1.3.1 As configurações da Assistência Estudantil no âmbito da SETEC/MEC	40
1.4 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS IFS	49
2 EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS INSTITUTOS FEDERAIS DA REGIÃO SUL: REVENDO A HISTÓRIA	56
2.1 PRIMEIROS PASSOS: O SEMINÁRIO DE FORTALEZA	57
2.1.1 O trabalho do GT Nacional de Assistência Estudantil.....	59
2.2 O MOVIMENTO DOS GESTORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DOS INSTITUTOS FEDERAIS DA REGIÃO SUL	62
2.2.1 Encontros de setores sistêmicos de Assistência Estudantil dos IFs da Região Sul: tecendo relações	63
2.2.1.1 Sapucaia do Sul - RS	64
2.2.1.2 São José - SC	69
2.2.1.3 Curitiba - PR.....	72
2.2.2 Abertura de diálogo com o CONIF: a reunião de fevereiro	79
2.3 SEMINÁRIO DE GESTORES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REDE FEDERAL	80
2.3.1 Abertura do diálogo com o CONIF: a reunião de abril.....	85
2.3.2 O início dos trabalhos do GT - Assistência Estudantil.....	87
2.3.2.1 A reunião de agosto	91
2.4 DESTAQUES RELACIONADOS A ESSE PROCESSO HISTÓRICO	92
3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL....	97

3.1 APONTAMENTOS SOBRE A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS	97
3.2 LEITURA DOS PROFISSIONAIS SOBRE O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PNAES NAS SUAS INSTITUIÇÕES	102
3.3 AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS SOBRE A AÇÃO PROFISSIONAL QUE DESENVOLVEM NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PNAES NOS IFS GAÚCHOS	132
3.4 COMENTÁRIOS REALIZADOS SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS INSTITUTOS FEDERAIS	148
3.5 CONSIDERAÇÕES DOS PROFISSIONAIS SOBRE AS AÇÕES PREVISTAS PELO PNAES	161
3.6 AVALIAÇÃO QUE OS ASSISTENTES SOCIAIS FAZEM A RESPEITO DOS CRITÉRIOS PREVISTOS E UTILIZADOS PARA ACESSO DOS ESTUDANTES ÀS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	170
3.7 CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL AO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	181
4. O ESTUDO SOCIOECONÔMICO NOS PROCESSOS DE EDITAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	193
4.1 ABORDAGENS CONCEITUAIS SOBRE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS/SOCIAIS E RECOMENDAÇÕES PARA SUA ELABORAÇÃO	197
4.2 CRITÉRIOS DE ACESSO ÀS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	201
4.3 COMO TÊM SIDO REALIZADOS OS ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	207
4.3.1 A publicação de editais para acesso às ações previstas no PNAES.....	207
4.3.2 Período para inscrições/entrega da documentação	208
4.4 O MOMENTO DO ESTUDO SOCIOECONÔMICO: DA ANÁLISE DOCUMENTAL ÀS ENTREVISTAS	211
4.4.1 Primeira etapa: a análise documental	212
4.4.2 As entrevistas no acesso ao programa	218
4.4.3 Divulgação de resultado parcial, análise de recursos e divulgação do resultado final	220
4.5 A EXPERIÊNCIA VIVENCIADA PELOS ASSISTENTES SOCIAIS DO IFSUL-RIO-GRANDENSE.....	221
4.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS PARA FINS DE ACESSO AOS BENEFÍCIOS DO PNAES	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	225
REFERÊNCIAS	230
ANEXOS	248

ANEXO I - MAPA DA EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO BRASIL	.249
APÊNDICES	250
APÊNDICE I - LEVANTAMENTO SOBRE O NÚMERO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA REDE EPCT (2011)	251
APÊNDICE II - FORMULÁRIO 01	252
APÊNDICE III - ROTEIRO 02	254

INTRODUÇÃO

A expansão dos Institutos Federais¹ de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), iniciada em 2008, fez com que se constituíssem em importante espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social² devido ao expressivo quantitativo de vagas (MICHELI, 2010), como identificado em concursos realizados a partir de 2010 para assistentes sociais³ (LESSA, 2013), para atuarem, principalmente, na implementação e na gestão das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Segundo os autores que se dedicam ao estudo da política de Educação, esse movimento merece destaque, pois uma das características que marcam a sociedade moderna é o fato de esta ser escolarizada e por esperar-se que a escola seja de acesso igual a todos os cidadãos (FERREIRA & POCHMANN, 2008). Os Institutos Federais têm sua proposta voltada para a democratização da educação profissional e o PNAES se insere como um programa assistencial no âmbito dessa política, para melhorar a permanência dos estudantes.

Ney Luiz Teixeira de Almeida (CFESS, 2011) ressalta que essa inserção requer uma compreensão teórico-política sobre como as requisições feitas a esse profissional estão articuladas às tendências contraditórias dessa política – ampliação do seu acesso e permanência – diante de uma realidade local “cada vez mais imbricada com a dinâmica de mundialização do capital”, revelando a dualidade desse processo de expansão. As possibilidades de alargamento das interfaces dessa política com as demais políticas públicas revela o reconhecimento e a visibilidade que a profissão do assistente social

¹ Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) são autarquias federais, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparados às universidades federais. São instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Foram criados pela Lei federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os IFs estão inseridos na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Rede EPCT (BRASIL, 2009).

² Trata-se de uma profissão com formação superior, pautada nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), regulamentada pela Lei nº 8.662 (BRASIL, 1993), cujos princípios ético-políticos estão consubstanciados no Código de Ética Profissional (CFESS, 2011).

³ A fim de otimizar e dinamizar a leitura desse texto, não serão consideradas as alterações previstas na Resolução nº 594, de 21 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o reconhecimento da linguagem de gênero, dentre outros aspectos, a adoção da forma masculina e feminina “o/a; os/as” nos documentos relativos à profissão.

passa a ter na educação ao trabalhar com as desigualdades sociais que marcam as condições de acesso à referida política (CFESS, 2011).

A procura por referenciais teóricos sobre o trabalho do assistente social nos IFs, em 2010, não teve grande êxito devido ao fato de a implementação dessa política ter iniciado⁴ nesse período; porém, localizamos três trabalhos: um artigo que trata da contribuição do Serviço Social no processo de construção da política de Assistência Estudantil do Instituto Federal da Bahia (DAMASCENO, et al, 2010); e duas dissertações de mestrado, das autoras Altair Micheli e Giselli Bonassa.

O trabalho de Bonassa (2010), que propõe uma metodologia de avaliação da Política de Inclusão no IFSC, destaca a política de Educação como cenário das preocupações profissionais do assistente social devido ao papel estratégico que essa política desempenha do ponto de vista econômico, cultural e social, não podendo ser pensada independentemente do modo de vida e de produção (BONASSA, 2010).

Para Micheli (2010), que estudou a processualidade do Serviço Social nos IFs, este “tem condições objetivas para elaborar programas e projetos consistentes que fortaleçam sua intervenção”, assim como “a direção social e política assumida pela categoria e expressa nos estatutos da profissão, vistos como instrumentos de referência e orientadores de sua práxis profissional” (MICHELI, 2010, p. 158).

Entretanto, ao final de 2010, nota-se uma série de publicações de documentos nos *sites* dos Institutos – atualizados ao longo de 2011 e 2012 – com o objetivo de regulamentar e normatizar as ações relativas à execução e à implementação do PNAES, inserindo referências ao trabalho do assistente social, principalmente na garantia de acesso dos estudantes ao referido programa (IFSC, 2010; IFBA, 2010; IFSUL, 2012; IF FARROUPILHA, 2012).

O trabalho do assistente social consiste na divulgação, inscrição, seleção, resultado, acompanhamento e avaliação. São muitas as possibilidades de intervenção do profissional, principalmente pela sua capacidade de observação da realidade socioeconômica familiar; postura ética, competência teórica e atendimento técnico para receber os usuários. Os desafios estão ligados a efetivação de uma Política de Assistência Estudantil como direito do educando (RAMOS, *et al*, 2012, p. 2).

⁴ Somente em 2010, os IFs foram incluídos no texto do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 – PNAES, no artigo 4º. Antes, o PNAES abrangia apenas as Universidades Federais.

A análise dessas normativas revela que uma das principais requisições postas aos assistentes sociais nos IFs é a realização de estudos socioeconômicos, com o objetivo de identificar estudantes em vulnerabilidade social⁵, público alvo do PNAES.

Os estudos socioeconômicos [...] consistem num conjunto de procedimentos, atos, atividades realizados de forma responsável e consciente. Contém tanto uma dimensão operativa quanto uma dimensão ética e expressa, no momento em que se realiza a apropriação pelos assistentes sociais dos fundamentos teórico-metodológico e ético-políticos da profissão em determinado momento histórico. [...] Operacionalmente definidos como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social (MIOTO, 2009, p. 487- 488).

Essa requisição sugere um entendimento pelos IFs de que o Serviço Social⁶ atua, principalmente, sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora e que seu objeto de trabalho é a questão social⁷, em suas diferentes expressões na sociedade (IAMAMOTO 2007; 2008). Trata-se de uma demanda de caráter técnico-operativo, incorporada pela profissão, caracterizando-se como “uma especialidade” (SOUZA, 2005, p. 39).

A sistematização da ação profissional se encontra, em sua maioria, nas normativas referentes ao PNAES nas instituições, devido à implementação e à execução desse programa. Tal fato remete ao que Iamamoto (2007) ressalva ao afirmar que o assistente social é, também, um executor terminal de política social que atua na relação direta com a população usuária; é na tensão entre população, desigualdade e resistência que trabalha esse profissional.

A gestão e supervisão do Programa são realizadas pela Pró-Reitoria de Extensão, através da Coordenação de Assistência Estudantil, do Núcleo de Assistentes Sociais do IFMG (NASIFMG) e dos diversos órgãos relacionados às respectivas categorias de benefícios nos *Campi*. O NASIFMG, composto pelas Assistentes Sociais do Instituto, foi criado em 2010 e tem como proposta o fortalecimento da categoria visando a melhoria

⁵ As definições mais comuns, encontradas nos documentos são as que se remetem à Política de Assistência Social: **Vulnerabilidade Social** apreendida como processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação [...] situação decorrente da pobreza, privação [...] e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social [...] (IFSC, 2010; p.5 *apud* PALMA & MATTOS, 2001).

⁶ O Serviço Social não produz diretamente riqueza, valor e mais-valia, mas é um profissional que faz parte de um trabalho coletivo, pois cria condições para fazer crescer o capital investido (IAMAMOTO, 2007).

⁷ Questão social, entendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem como raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2007, p. 27).

do fazer profissional em consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social (RAMOS, *et al*, 2012, p. 2).

No ano de 2012, os seminários estaduais e nacional do Serviço Social na Educação, promovidos pelo conjunto CFESS/CRESS (GRAEFF *et al*, 2012) motivaram o debate na categoria, sendo que, no XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), houve um número expressivo de trabalhos publicados⁸ com relação à atuação profissional na educação superior, tanto no que se refere à ação profissional nas universidades (GRAEFF *et al*, 2012; NASCIMENTO & SANTOS, 2012; DA SILVEIRA, 2012) quanto nos Institutos Federais (RAMOS *et al*, 2012; OLIVEIRA, 2012), com relação à temática da Assistência Estudantil e à avaliação de seu impacto na permanência dos estudantes, dentre outros trabalhos na área da Educação.

Já em 2013, houve um número expressivo de trabalhos enviados e aprovados para o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), versando sobre a ação profissional dos assistentes sociais nos Institutos Federais, nos diversos programas presentes nessas instituições, com destaque para as sistematizações relacionadas ao tema do Serviço Social na Educação.

Essas discussões têm como horizonte o Projeto Ético Político Profissional, onde “o Serviço Social enquanto categoria profissional defende uma educação pública, laica, de qualidade, que garanta a todos os cidadãos acesso igualitário a esse serviço” (GRAEFF *et al*, 2012, p. 4).

São da década de 1930 os primeiros registros da atuação profissional do Serviço Social nos ambientes escolares, considerados “espaços de significativa contribuição do profissional, dada a dimensão educativa e política que caracteriza o seu saber e fazer” (SOUZA, 2005, p. 30).

Sobre a ação profissional⁹ dos assistentes sociais na Educação, encontramos uma produção ampla: Martins (1999; 2007; 2009; 2010; 2011), Souza (2005; 2008; 2011), Almeida (1997; 2000; 2006; 2007a; 2007b; 2008; 2011), Pereira (2011), Pereira &

⁸ A relação dos trabalhos está disponível no *site* do evento e a publicação nos referidos Anais.

⁹ Dada a sua dimensão educativa, o Assistente Social pode produzir efeitos diretos nas condições humanas e sociais da escola. Sobre o tema, existem importantes trabalhos publicados sobre a prática do Serviço Social por autores como Ana Maria de Vasconcelos (2007a; 2007b), Marilda Vilela Yamamoto (2007; 2008), José Paulo Neto (2006; 2009) e Yolanda Guerra (2007). Esses autores possuem uma vasta produção científica, além das obras referidas aqui, sobre a instrumentalidade no exercício profissional do assistente social, as quais resgatam o significado sócio-histórico do seu nascimento no sistema capitalista, debatem sua formação profissional, a dimensão técnico-operativa, teórico-política e ético-política da profissão e, ainda, sua relação com o Projeto Ético Político do Serviço Social.

Almeida (2012), além de documentos produzidos pelo Conselho Federal de Serviço Social¹⁰ (CFESS, 2001; 2011), com destaque para os “Subsídios para atuação do assistente social na Política de Educação” (CFESS, 2012), os quais dão visibilidade à intervenção profissional no campo da Educação, bem como dão suporte teórico, metodológico e ético-político pautado no Projeto da categoria profissional.

Para Martins (1999), o principal objetivo da ação profissional na Educação é contribuir para o ingresso, permanência e êxito do estudante, intervindo nas questões sociais que interferem no processo de ensino-aprendizagem, identificando situações singulares em um contexto amplo e objetivando um trabalho coletivo e interdisciplinar.

Há um consenso entre esses autores no que diz respeito às proximidades entre o trabalho do assistente social e a Educação. Para Almeida (2008), esta é uma área com a qual muitos possuem estreita vinculação e motivações político-profissionais, relacionadas à dimensão socioeducativa de sua intervenção, que se caracteriza pela possibilidade de esse profissional trabalhar as características individuais articuladas no coletivo dos sujeitos usuários dos serviços sociais (SOUZA, 2011); vincular-se à capacitação, mobilização e participação populares, por meio de processos de reflexão, identificação de necessidades, formulação de demandas, controle de ações do Estado, de forma qualificada, organizada e crítica (XAVIER, 2007) e promover a "formação continuada, construção e realização de pesquisas e projetos, proposição debates temático-transversais” (SOUZA, 2005, p. 39).

Para Guerra (2007), a prática profissional do assistente social revela uma instrumentalidade, um determinado modo de ser que a profissão adquire no interior das relações sociais, manifestada pelo confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional.

Assim, este trabalho procurou investigar qual ação profissional os assistentes sociais dos Institutos Federais estão construindo no processo de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil e se tal ação está diretamente relacionada à garantia de acesso à Educação, em consonância com o Projeto Ético-Político Profissional (NETTO, 2008) e com o Código de Ética – que sinaliza para a socialização de informações e a materialização de direitos, dentre os quais o direito ao acesso e à permanência dos estudantes na educação profissional e tecnológica.

¹⁰ “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação” (CFESS, 2011) e “Serviço Social na Educação: Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação” (CFESS, 2001).

Primeiramente, no segundo semestre de 2011, foi realizado um levantamento sobre o número de assistentes sociais nos Institutos Federais de todo o Brasil, através do envio de *e-mail* aos gestores das 41 instituições¹¹, a fim de obtermos uma dimensão do número de assistentes sociais e de sua distribuição. Através desse mapeamento¹², identificamos 249 assistentes sociais lotados nesses espaços sócio-ocupacionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT): 41 instituições e 455 *campi*. O gráfico a seguir indica que a maior concentração de assistentes sociais está na região Nordeste (42%) e a menor está na região Sul¹³ (11%):

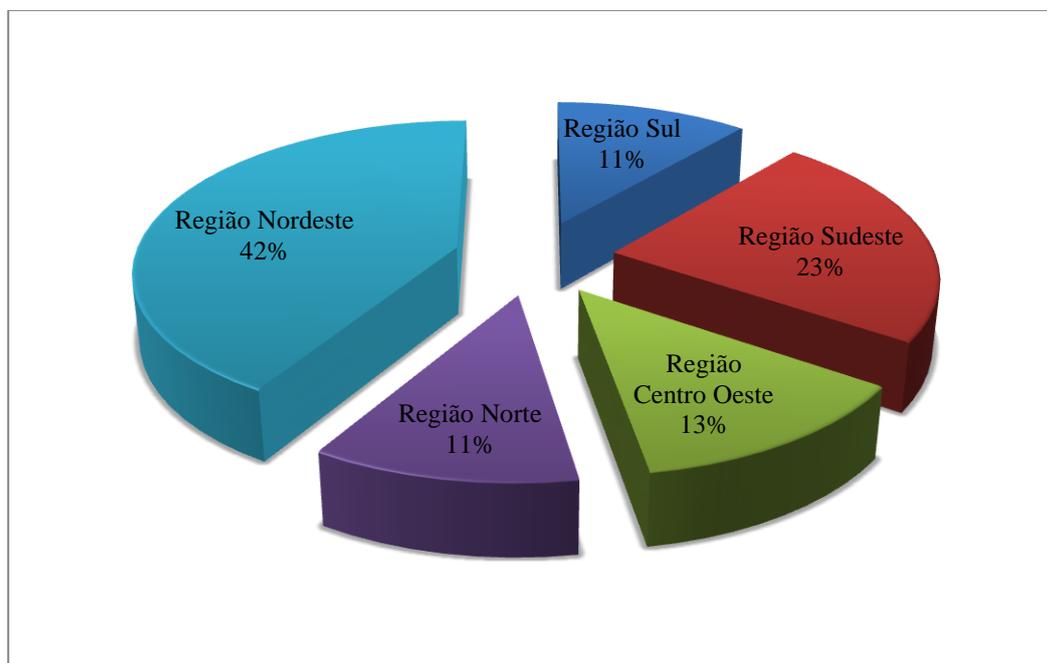


Gráfico 1 - Distribuição de assistentes sociais na Rede EPCT - 2011

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora, 2011.

Concomitantemente, foi levantada toda a produção científica sobre o tema do Serviço Social na Educação até o ano de 2012. O terceiro passo foi delimitar o campo da pesquisa. Portanto, após aprovação pelo Comitê de Ética, foi realizada a pesquisa de campo e a ampliação do referencial teórico, através do levantamento das últimas publicações sobre o tema. O momento seguinte foi a compilação e a análise dos dados levantados durante as entrevistas.

¹¹ As seguintes instituições não responderam ao levantamento preliminar: Instituto Federal do Acre, Instituto Federal Goiano, Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Instituto Federal Fluminense, Instituto Federal de Rondônia e Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro.

¹² Endereços de *e-mails* obtidos junto ao *site* do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

¹³ Sugere-se, posteriormente, uma investigação sobre os motivos que levam a esses números: se é devido à concentração de escolas nessas regiões ou se é porque a região Sul não contrata.

O público-alvo dessa pesquisa foram os assistentes sociais dos IFs do Rio Grande do Sul, totalizando 19 profissionais¹⁴. Portanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com **10 assistentes sociais** dos IFs gaúchos: IF Sul-rio-grandense (6), IF Farroupilha (2) e IF do Rio Grande do Sul (2).

Essa investigação foi desenvolvida através da metodologia qualitativa (MINAYO, 1993)¹⁵. Com relação aos conteúdos das entrevistas semiestruturadas, optamos por trabalhar com a Análise de Discurso (CAREGNATO & MUTTI, 2006).

Alguns profissionais foram solícitos ao convite para participarem da pesquisa. Porém, cerca de 50% dos profissionais apresentaram certa resistência e não responderam aos *e-mails* enviados, nem mesmo ao contato pessoal, o que trouxe certa frustração ao processo de ida a campo e impediu obter resultados em sua totalidade. As demais dificuldades na realização das entrevistas, no que se refere à negação em participar da pesquisa, ficam no campo da subjetividade dos sujeitos, fato que não é possível descrever aqui.

Outros dificultadores da realização das entrevistas foram:

a) o extenso roteiro de entrevista, o qual, apesar de atender a questão da totalidade das ações cotidianas nos processos de trabalho do assistente social, precisou de bastante tempo para ser concluído. Nenhuma entrevista durou menos de 1h30min e algumas duraram 3h30min. Esse fato fez com que a maioria das entrevistas precisassem de dois encontros para serem concluídas, sendo que uma necessitou de três encontros entre pesquisadora e entrevistado;

b) o período pós-greve, que demandou uma intensa demanda de trabalho aos assistentes sociais dos IFs, o que dificultou o agendamento de entrevistas;

c) o fato de a pesquisadora ser servidora pública federal em tempo de trabalho, mesmo que reduzida sua jornada para 25h semanais, necessitando, com frequência, viajar a trabalho, inclusive para fora do Estado do Rio Grande do Sul para cumprir compromissos profissionais;

d) a realização das entrevistas ter se dado em período de intensa demanda de trabalho por parte das instituições, devido à finalização das atividades pelas quais os

¹⁴ Na época em que foi realizado o levantamento preliminar, eram 17 profissionais. Ingressaram no IFSUL, em 2012, mais 2 assistentes sociais.

¹⁵ A referida abordagem se situa no nível dos motivos, significados, atitudes, aspirações, valores e crenças, que se expressam pela linguagem comum e na vida cotidiana — o objeto da abordagem qualitativa; pois “seu material primordial é a palavra que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos” (MINAYO, 1993, p. 245). Também, foram utilizados os seguintes referenciais: GIL, (1999) e (2010); CHIZZOTTI (2006); WINKIN (1998); TRIVIÑOS (2009); CAMPOS (2001); DESLANDES (2008) e LÜDKE (2007).

servidores eram responsáveis tais como: estudos socioeconômicos, relatórios financeiros, avaliações, dentre outras;

e) alguns profissionais não responderam ao primeiro roteiro, o que impossibilitou a continuidade do trabalho, pois este era o primeiro passo para agendar a entrevista;

f) um profissional havia aceito participar da entrevista e enviado o roteiro de perguntas fechadas, porém este não foi entrevistado, pois, quando nas tentativas de agendamento da entrevista, o profissional não pode receber a pesquisadora nas datas sugeridas. Isso acabou inviabilizando a entrevista, pois tratava-se de um local distante 600km do município de Pelotas, o que necessitaria de um traslado de três dias; e, ainda, não havia mais tempo hábil para tal, devido à proximidade da entrega da dissertação.

Notou-se que as entrevistas serviram para a avaliação da ação profissional, assim observado por alguns assistentes sociais, devido ao momento de reflexão a que eram levados ao falarem sobre seu cotidiano e suas concepções. Esse momento foi elogiado pelos assistentes sociais, pois havia se tornado uma oportunidade para reflexão e aprendizado e de sair do isolamento profissional para alguns.

Em algumas entrevistas, o diálogo extrapolou as perguntas elencadas no roteiro de entrevista, porém todos os questionamentos do referido roteiro foram realizados e respondidos pelos participantes. Muitos assistentes sociais verbalizaram sua gratidão por aquele momento, pois, além de sentirem-se orgulhosos em contribuir com a categoria profissional, puderam parar um pouco, em meio à correria do cotidiano profissional, e pensar em questões que há muito tempo eram latentes, mas não havia espaço para tal.

Iamamoto (2009) recomenda que no estudo dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social sejam apontados alguns determinantes históricos e forças sociais que expliquem a metamorfose desses espaços nos quais os profissionais se inscrevem. Para ela,

A análise dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social – em sua expansão e metamorfoses – requer inscrevê-los na totalidade histórica, considerando as formas assumidas pelo capital no processo de revitalização da acumulação no cenário da crise mundial. Sob a hegemonia das finanças e na busca incessante da produção de super lucros, aquelas estratégias vêm incidindo radicalmente no universo do trabalho e dos direitos. As medidas para a superação da crise sustentam-se no aprofundamento da exploração e expropriação dos produtores diretos, com a ampliação da extração do trabalho excedente e a expansão do monopólio da propriedade territorial,

comprometendo simultaneamente recursos naturais necessários à preservação da vida e dos direitos sociais e humanos maiores (IAMAMOTO, 2009, p. 342).

Desta forma, o primeiro capítulo trata das publicações realizadas sobre o tema da Assistência Estudantil e as concepções presentes nesse debate e sua relação com a política de Educação. Neste trabalho, a Assistência Estudantil é entendida como um programa assistencial no campo da Educação, com ações focalizadas e universais. É fundamental entender a relação desse programa com a Educação, visto que a contratação de assistentes sociais nos IFs se deu para trabalhar majoritariamente com essas questões (LESSA, 2013). O que prevalece entre os autores é o entendimento de que a Assistência Estudantil é um direito do estudante. Abordamos como a Assistência Estudantil foi adquirindo espaço na agenda pública, na década de 1980, e como se travaram as lutas sociais até a sua formalização como decreto presidencial em 2010. Logo, fazemos uma exposição sobre as configurações desse programa na Rede EPCT, e sua implementação nos Institutos Federais. Por fim, são tecidas considerações sobre a caracterização das ações, o padrão de financiamento do PNAES, formas de controle social sobre essas ações, avaliação de impacto desse programa e diversidade de benefícios e ações desenvolvidas.

O segundo capítulo discorre sobre como se deu o processo histórico de implementação de ações de Assistência Estudantil, a partir da publicação do Decreto nº 7.234/2010 (PNAES), utilizando como fonte de estudo documentos institucionais, relatórios de eventos e informações obtidas junto ao grupo de *e-mail* de gestores de Assistência Estudantil. São abordados os eventos realizados pelos IFs dos Estados da Região Sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) e, também, eventos nacionais, organizados pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e os resultados de grupos de trabalho (GTs) sobre Assistência Estudantil, que foram estabelecidos para assessorar o CONIF e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) em assuntos referentes a essa temática. A abordagem desses eventos traz os limites e as dificuldades encontrados pelos gestores da Assistência Estudantil no momento da implementação dessas ações e as tentativas de articulação política entre os IFs e de criação de canais de diálogo das instituições com a SETEC, no que se refere a essa temática.

O terceiro capítulo é baseado nos depoimentos sobre o cotidiano dos assistentes sociais que trabalham com as ações de Assistência Estudantil nos Institutos Federais

gaúchos, suas percepções sobre essas ações e sobre a prática profissional que desenvolvem. É traçado o perfil dos entrevistados, suas condições de trabalho, quais são as ações profissionais mais requisitadas ao Serviço Social durante a implementação da Assistência Estudantil, com destaque para o planejamento e gestão e para a formulação de normativas institucionais que as regulamentassem. Discorremos, também, acerca da contribuição do Serviço Social nesse processo, sua avaliação quanto ao trabalho profissional desenvolvido, elencando os limites e as possibilidades das requisições postas e sua interface com o Projeto Ético-Político profissional (PEP).

O último capítulo apresenta uma discussão sobre a elaboração dos estudos socioeconômicos/sociais para fins de acesso dos estudantes às ações do PNAES, nos *campi*, contendo uma revisão teórica sobre essa temática, trazida por autores do Serviço Social e também encontrada nos documentos das instituições federais de ensino que desenvolvem ações de Assistência Estudantil. É uma breve reflexão sobre a temática dos socioeconômicos/sociais, tendo em vista ter sido amplamente destacada nas entrevistas e de se colocar como uma das principais requisições feitas aos profissionais, sendo fomentadora de debates e dúvidas quanto às implicações e rebatimentos na ação profissional, no que se refere à viabilização de direitos. Por fim, discutimos os limites e possibilidades para o assistente social desenvolver sua ação profissional, na direção do Projeto Ético-Político Profissional.

1 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O ponto de partida para a análise da ação profissional do Serviço Social nos Institutos Federais gaúchos é que a profissão é indissociável do movimento histórico da sociedade, que se configura e se recria no âmbito das relações entre esta e o Estado, quanto fruto dos seus trabalhadores, que constroem seus caminhos e redirecionam seus rumos (IAMAMOTO, 2012). Assim, é necessário conhecer os conceitos que perpassam a Assistência Estudantil dentro da política de Educação e os fatos históricos que fizeram dessa temática pauta das lutas sociais contemporâneas, visto que a Assistência Estudantil é o principal programa com o qual os assistentes sociais trabalham.

1.1 ABORDAGENS CONCEITUAIS SOBRE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Assistência Estudantil, neste trabalho, é compreendida como um programa focalizado no âmbito de uma política universal que é a Educação. Se recorrermos às tendências que buscam caracterizar o Estado de Bem-Estar Social, veremos que além do tripé Saúde, Assistência Social e Previdência Social, a política de Educação está elencada entre os direitos sociais, conforme a Constituição Federal de 1988.

Assim, a Educação traz no seu bojo o princípio da universalidade no acesso de todos os cidadãos. Porém, esse princípio entra em conflito com a tendência que prevalece na economia capitalista, com relação às políticas sociais: a restrição e a redução de direitos decorrente da crise fiscal do Estado – direitos duramente conquistados no plano formal, submetidos à lógica do ajuste fiscal (BEHRING, BOSCHETTI, 2007).

Nesse sentido, a análise dos documentos institucionais revelou que a maioria dos Institutos se refere à Assistência Estudantil em três principais aspectos: a) consideram-na uma política social; b) almejam a universalidade de suas ações; e c) fazem uma interface com a Assistência Social. Sobre este último aspecto é preciso destacar que

Um equívoco em relação à Assistência Estudantil é relacioná-la com a Assistência Social, de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742 de 1993. Essa concepção transforma a Assistência Estudantil em uma política de “combate à pobreza” [...] no interior da universidade (CISLAGHI; SILVA, 2011, p. 16).

Nos dados obtidos através da revisão bibliográfica, é possível perceber que, por vezes, é entendida criticamente como um programa focalizado e, por outras, é visto como política social. Vejamos algumas das definições trazidas no quadro a seguir:

AUTORES	DEFINIÇÕES
LIMA (2000)	Entendemos assistência como a possibilidade de proteção social através de subsídios, apoio, orientação, referência. Esta relação de proteção social ocorre tanto nas relações informais de famílias, de parentesco, entre outras, quanto através de uma legislação social que garanta direitos e exija que o Estado arque com um conjunto de serviços e benefícios. As garantias sociais asseguradas pelo Estado conformam o que se denomina de seguridade social ou a garantia da cidadania plena, com direitos de proteção social garantidos a todos (p. s/nº).
ARAÚJO E BEZERRA (2007)	A Política de Assistência Estudantil vem sendo redefinida e marcada por uma profunda deterioração em seus programas básicos (alimentação e moradia estudantil). Os esforços para que essa política seja implementada vêm se tornando cada vez mais intenso por parte de entidades engajadas na luta pela efetivação dos direitos na área da educação (p. 5).
FARO (2008)	A Política de Assistência Estudantil consiste em um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes e métodos que orientam a estratégia institucional de provimento de soluções às necessidades do estudante em situação de vulnerabilidade [...], materializando-se em um amplo programa de apoio , atuante em várias frentes e desenvolvendo-se de modo intersectorial, possibilitando o acesso, a permanência e a conclusão, proporcionando experiências teóricas e práticas que o preparem para a cidadania e para futuras inserções no mundo do trabalho. A essência dessa tarefa se materializa em um conjunto de atividades voltadas à emancipação e promoção dos seus estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com dificuldades de acesso, permanência e êxito em sua graduação (FARO, 2008, p. s/nº).
VASCON CELOS (2010)	[...] Assistência Estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público (p. 7).
AMARAL; NASCIMENTO (2010)	Entende-se que os programas e projetos de Assistência Estudantil devam ser desenvolvidos como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressuposto que a Assistência Estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão (p. 6).
ARAÚJO E SANTOS (2010)	[...] As abordagens atuais de compromisso social para o público interno restringiram-se à forma de acesso ao ensino superior, mostra-se insuficiente quanto à garantia de sua permanência. Torna-se necessária a busca de alternativas para que esses jovens, uma vez na universidade, tenham acesso a uma política pública de Assistência Estudantil com vistas à inclusão social (p. 1).
NASCIMENTO (2010)	Trata da Assistência Estudantil como política operacionalizada no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior/IFES , que contribui para o cumprimento do compromisso social destas instituições de garantir a permanência do estudante no ensino superior, viabilizando as condições necessárias à sua formação acadêmica e profissional. A Assistência Estudantil é compreendida como sendo uma modalidade da Assistência Social , que envolve a discussão sobre o acesso e a permanência do estudante no ensino superior, uma vez que é interpretada sob o olhar do direito à Educação Superior e à Assistência Social (p.1).

SOUZA (2011)	Como política social , a Assistência Estudantil tem, nos marcos do capitalismo, natureza contraditória: “pode assumir tanto um caráter de espaço de concretização de direitos, quanto ser funcional à acumulação do capital e à manutenção do <i>status</i> vigente” (p. 3).
UNE (2011)	Parte do princípio de que as políticas de Assistência Estudantil devem ser vistas como um direito social e como a garantia política de cidadania e dignidade humana. Para tanto, deve estar inserida na práxis acadêmica, com ações articuladas com o ensino, a pesquisa e a extensão (p. s/nº).
SILVEIRA (2012)	Considerando que a política pública é formada por um conjunto de diretrizes afiançadas por lei que possibilita a promoção e garantia dos direitos do cidadão, a Assistência Estudantil que se concretiza por meio dos serviços sociais e se evidencia como uma política de direito (p. 2).

Quadro 1 - Definições sobre Assistência Estudantil

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Os autores ilustram as concepções das instituições de ensino sobre a Assistência Estudantil, que podemos organizar nas seguintes linhas:

- a) a Assistência Estudantil enquanto política social, destinada a um público específico;
- b) crítica à Assistência Estudantil como uma ação focalizada de enfrentamento da pobreza, com proliferação de bolsas de transferência de renda aos estudantes:

A “bolsificação” significa a “monetização da política social [...], com soluções rebaixadas e pauperizadas para as mais diversas expressões da Questão Social”. Com isso se esvazia uma proposta de ensino que garanta o direito à permanência do estudante, favorecendo espaços coletivos e com caráter universal (CISLAGHI; SILVA, 2011, p. 16-18);

- c) a Assistência Estudantil como um esforço para prover condições de equiparação de oportunidades aos estudantes no ensino universitário, de forma a amparar estudantes em vulnerabilidade social:

A Assistência Estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula (VASCONCELOS, 2010, p. 8);

- d) a Assistência Estudantil como um programa de apoio junto às políticas institucionais no âmbito da Educação:

A Política de Assistência Estudantil consiste em um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes e métodos que orientam a estratégia institucional de provimento de soluções às necessidades do estudante em situação de vulnerabilidade [...], materializando-se em um amplo programa de apoio,

atuante em várias frentes e desenvolvendo-se de modo intersetorial, possibilitando o acesso, a permanência e a conclusão, proporcionando experiências teóricas e práticas que o preparem para a cidadania e para futuras inserções no mundo do trabalho. A essência dessa tarefa se materializa em um conjunto de atividades voltadas à emancipação e promoção dos seus estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com dificuldades de acesso, permanência e êxito em sua graduação (FARO, 2008, s/nº).

Ainda neste tópico, segundo Amaral e Nascimento (2010, p. 6) “[...] a Assistência Estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão”;

e) a Assistência Estudantil vista como assistência social na universidade:

A Assistência Social prestada no âmbito universitário é traduzida enquanto Assistência Estudantil e seus mecanismos e configurações são discutidos sobre o ponto de vista do direito à Educação e do direito à Assistência Social. Neste sentido, a Política de Assistência Estudantil envolve tanto a discussão sobre a democratização do ensino superior quanto à permanência do estudante na Universidade (NASCIMENTO, 2010, p. 1).

O que prevalece entre os autores é a afirmação da Assistência Estudantil como um direito social no plano da Educação pública; um esforço de enfrentar as desigualdades sociais sob a ótica da equidade, porém, onde permanecem, em sua maioria, ações focalizadas. No geral, os autores entendem que a finalidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil é apoiar, através de recursos financeiros e/ou por meio de outros serviços que se mostrem necessários, os estudantes de baixa condição socioeconômica, afim de que possam permanecer no ensino acadêmico e melhorarem seu desempenho curricular, minimizando o percentual de abandono, trancamento de matrículas e evasão.

De acordo com a perspectiva escolhida para este trabalho, Souza (2011) é quem melhor aborda os aspectos contemporâneos da Assistência Estudantil em consonância com as ações dos PNAES e onde os assistentes sociais atuam:

A Assistência Estudantil [...] transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (SOUZA, 2011, p. 3).

Como política social, a Assistência Estudantil tem, nos marcos do capitalismo, natureza contraditória: “pode assumir tanto um caráter de espaço de concretização de direitos, quanto ser funcional à acumulação do capital e à manutenção do *status* vigente” (SOUZA, 2011, p. 3).

De maneira geral a política de Assistência Estudantil junto aos estudantes de universidades públicas, tem se caracterizado na contemporaneidade por sua natureza focalizada; pela inexistência de mecanismos de controle social sobre a mesma; pela terceirização dos serviços; pela concessão de bolsas financeiras para apoio à moradia, alimentação, transporte em detrimento da oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil, entre outros (SOUZA, 2011, p. 3-4).

A seguir, abordaremos como as lutas e os debates relacionados a essa temática foram se estabelecendo na agenda pública, principalmente, a partir da década de 1980, no século passado.

1.2 O PERCURSO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: BREVES APONTAMENTOS

As buscas por referenciais teóricos e análises contidas neste trabalho possuem como marco temporal, legal e conceitual os avanços obtidos a partir da Constituição de 1988 e se concentram a partir desse período. Entretanto, esse fato não impede de destacar a origem¹⁶ das ações assistenciais no âmbito da política de Educação.

A autora Alessandra Muros Xavier (2008) explica que datam do período monárquico as primeiras tendências rudimentares de ações voltadas à permanência de estudantes através dos chamados caixas escolares, onde as famílias mais ricas contribuía para as mais pobres. Eram ações voltadas à distribuição de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar e dentária.

Entretanto, é a partir da Constituição de 1934 que a assistência aos estudantes adquire um patamar legal junto às atribuições do Estado brasileiro. Passou-se a pensar investimentos para assegurar condições para a permanência dos estudantes na educação superior. Um elemento fundamental à luta por melhorias na Educação foi o surgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE), na década de 1930, que cumpriu, nessa política, o papel de sujeito coletivo atuante (ALMEIDA, 2012)¹⁷.

Ainda assim, essas ações estavam longe de qualquer iniciativa universalizada. Seu caráter era fragmentado e focalista e estava a serviço dos interesses da emergente burguesia nacional. Resumia-se ao fornecimento de merenda escolar, concebida para atender aos casos de desnutrição infantil, relacionada aos problemas de aprendizagem.

¹⁶ Para aprofundar essa temática, buscar Alessandra de Muros Xavier (2008).

¹⁷ Palestra ministrada no II Curso de Extensão “O trabalho do Assistente Social na Educação”, promovido pelo Núcleo de Assistentes Sociais do Instituto Federal de Minas Gerais (NASIFMG).

Nas décadas seguintes, as ações governamentais priorizaram o ensino básico: nos anos 1950 e 1960 foram criados os programas nacionais da Merenda Escolar e do Livro Didático, respectivamente. Já na década de 1980, segundo Xavier (2008), surgiram os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), que não são objetos deste estudo.

A referida autora ressalta que, apesar de antiga a interface das políticas assistenciais e educacionais, é rara e precária a produção teórica sobre essa relação, fato que se deve ao modelo de seguridade social adotado no Brasil após 1988, que se resumiu ao tripé Previdência-Saúde-Assistência. Portanto, a preocupação com o desenvolvimento de programas de assistência no âmbito da Educação se estabeleceu historicamente de forma focalizada, através de um conjunto de ações assistenciais que se dirigiram de forma diferenciada¹⁸, levando em conta os diversos níveis de escolaridade.

1.2.1 A década de 1980 e seus rebatimentos na Assistência Estudantil

Os anos 1980 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico: empobrecimento, desmantelamento dos serviços sociais, desemprego, informalidade no mercado de trabalho, entre outros, sendo que as políticas de estabilização no Brasil não puderam reverter seus efeitos (BEHRING & BOSCHETTI, 2008).

No caso da Educação superior, as discussões sobre políticas de Assistência Estudantil, nos anos 1980, impulsionadas pelos movimentos sociais da época se fortaleceram. Na contramão, aconteciam ataques às universidades públicas “com relação às suas competências administrativas, didáticas e às suas finalidades”, de forma ostensiva e agressiva por parte daqueles que deveriam zelar pela sua manutenção e desenvolvimento, divulgados na imprensa nacional, motivados pela forte tendência e privatização do ensino superior no país (FONAPRACE, 1993, p. 80).

Os debates da época¹⁹ já evidenciavam a diversidade da situação econômica dos discentes das universidades que não favoreciam as mínimas condições para que estes

¹⁸ Segundo ALMEIDA (2012), no caso do Ensino Básico possui dois pilares de sustentação: no âmbito do Ministério da Educação (transporte, merenda, livro didático e outros) e no âmbito da Política de Assistência Social através da incorporação de famílias aos programas assistenciais.

¹⁹ Na época, o Departamento de Assuntos Estudantis do MEC havia sido eliminado e, conseqüentemente, ocasionou a supressão de programas e bolsas e outras formas de apoio e promoção, agravando a situação.

pudessem obter bom aproveitamento nos cursos, fato que revelava a necessidade de atividades de promoção e de apoio, priorizando os estudantes economicamente desfavorecidos (FONAPRACE, 1993). Na época, já se requeria ao MEC que:

- as ações²⁰ de apoio aos estudantes deveriam ser parte integrante do orçamento das instituições federais de ensino superior (IES);
- o desenvolvimento dessas ações fosse realizado através de uma política;
- o financiamento dos programas fosse realizado por esse órgão, uma vez que dependia de vontade política;
- fosse garantida a preservação da autonomia das universidades nas decisões, na programação e na prestação de contas sobre os programas, com a participação de todos os segmentos da universidade;
- houvesse transparência, por parte do MEC, a respeito do processo decisório sobre políticas de destinação de verbas; e
- fosse criada uma coordenação específica na SESU para discussão das propostas e análise dos projetos.

A conjuntura de sucateamento das universidades, de minimização de recursos para custeio e capital e de descompromisso do Governo Federal com o ensino público e gratuito (FONAPRACE, 1993), unida a uma pressão histórica que já vinha sendo feita nos bastidores da política de Educação, resultou na criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE), em 1987, fato que criou um cenário favorável ao desenvolvimento de ações de Assistência Estudantil, por ele lideradas.

Segundo os documentos oficiais, as primeiras reuniões aconteceram em 1985, em Florianópolis, tendo como temática a análise da política de assistência e de apoio ao estudante, a maximização do intercâmbio de informações, o aprofundamento do debate e a ampliação da idoneidade política na área. A partir daí, estabeleceram-se uma série de encontros e seminários regionais e nacionais²¹, nos quais foram elaborados documentos relevantes, encaminhados ao MEC, apresentando sugestões de implementação de ações concretas para a área, nas seguintes linhas: promoção de apoio a estudantes

Foi um processo de recuo gradativo do MEC, traduzido na minimização da política e no empobrecimento dos setores de promoção e apoio aos estudantes nas instituições brasileiras de ensino superior (FONAPRACE, 1993, p.16).

²⁰ Repasses financeiros através de bolsas, construção e manutenção de moradias estudantis e restaurantes universitários (FONAPRACE, 1993).

Para aprofundar a pesquisa sobre o histórico da Assistência Estudantil a partir dos anos 1980, consultar os seguintes documentos produzidos pelo FONAPRACE: “Dez Encontros”, Goiânia, 1993; Revista FONAPRACE – Vinte anos, 2007; e Revista FONAPRACE – 25 anos, publicada em 2012.

universitários, participação e representação estudantil, projetos emergenciais de manutenção de restaurantes universitários, diretrizes e estratégias de promoção e apoio ao estudante universitário (FONAPRACE, 1993).

A década de 1990 foi de intensa influência neoliberal nas políticas públicas brasileiras e de consolidação da agenda neoliberal na gestão da Educação Superior. O aprofundamento das desigualdades sociais e a ampliação do desemprego atestam ser a proposta neoliberal vitoriosa, visto serem estas suas metas: apostar no mercado como a grande esfera reguladora das relações econômicas (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

A reforma educacional empreendida por incentivos do Banco Mundial na América Latina, a partir da década de 1990, está na concepção de que:

[...] países periféricos com economias subordinadas têm sua produção restrita a mercadorias de baixo valor agregado, requerendo um trabalho pouco qualificado, através de uma educação “minimalista” e para a formação profissional “aligeirada” (CISLAGHI & SILVA, 2011, p. 5-6).

A política de Educação, inserida neste contexto, sofreu influência da presença dos organismos multilaterais implementando medidas de padronização do ensino, voltada para um modelo educacional que atendia aos interesses do mercado, como a ampliação desenfreada da educação à distância (EAD) e sua questionável qualidade, os programas REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e PROUNI (Programa Universidade para Todos), exemplos concretos das referidas medidas (NASCIMENTO, 2010).

Neste cenário de disputa ideológica e de abertura política, ocorridos nos anos 1980 e 1990, que culminou na queda da Ditadura Militar no Brasil e na Constituição de 1988 (GOHN, 2003), a sociedade civil brasileira avançava na construção de um Estado democrático de direito. A Assistência Estudantil (PNAES) é resultado da luta de movimentos sociais, dentre os quais o movimento estudantil. Este, através da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Secretaria Nacional de Casa de Estudantes (SENCE), lutou pela efetivação da assistência ao educando como direito (ARAÚJO; BEZERRA, 2007).

A Constituição de 1988 deu um novo formato na garantia a direitos sociais, sob influência de interesses contraditórios: sociais e neoliberais. Após esse período, na década de 1990, o FONAPRACE conseguiu abertura junto à SESU e começou um diálogo permanente (FONAPRACE, 1993). Elegemos alguns marcos legais relacionados à Educação pública e à Assistência Estudantil:

MARCO LEGAL	DESTAQUES
Constituição Federal de 1988	Consagra a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, <i>caput</i>). Tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206).
Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20/12/96	Contém dispositivos que amparam a Assistência Estudantil, entre os quais se destaca: Art. 3º – O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Determina que “a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI).
Decreto 7.234/2010	Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil, ampliando suas ações e incluindo os Institutos Federais.

Quadro 2 - Marcos legais relacionados à Educação pública e à Assistência Estudantil

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

O trabalho do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários²² e Estudantis (FONAPRACE) teve um papel político e institucional decisivo neste processo de luta, desde 1984 (VASCONCELOS, 2010), trabalhando com a Assistência Estudantil nas universidades públicas, discutindo e fortalecendo as ações na área através de pesquisas do perfil dos estudantes das universidades brasileiras realizadas em 1996, 1997, 2003, 2004 e 2010 (FONAPRACE, 2007; 2008), realização de eventos, criação de documentos próprios e estabelecimento de políticas que garantam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes de baixa renda.

Neste sentido,

[...] a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES [...] representa um marco histórico e de importância fundamental para a questão da Assistência Estudantil. Essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da Assistência Estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público (VASCONCELOS, 2010, p. 405).

Através da atuação do FONAPRACE, em 1999, foi inserida no texto do primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) a primeira proposta de Plano Nacional de

²² O FONAPRACE é órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Criado com a finalidade de promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas visa fortalecer as políticas de Assistência ao Estudante, na perspectiva do direito social e proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na Instituição. Fonte: <http://www.fonaprace.andifes.org.br>

Assistência Estudantil, que determinou a adoção de programas de Assistência Estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes “carentes” que demonstrem bom desempenho acadêmico, o qual, nos anos seguintes, foi sofrendo mudanças até se tornar decreto presidencial, no formato de programa (ANDRÉS, 2011).

Considerado um marco, em termos de formulação de políticas para a Assistência Estudantil, o Plano Nacional de Educação de 2001 “atende uma reivindicação direta do FONAPRACE” (NASCIMENTO, 2010, p.5), na adoção de instrumentos destinados a melhorar a permanência de estudantes de baixa condição socioeconômica, porém ainda focado no critério do bom desempenho acadêmico, conforme a referida autora.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil, como parte do processo educativo, deverá articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Permeiar essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação entre universidade e sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado (NASCIMENTO, 2010; ANDRÉS, 2011; FONAPRACE, 2007; 2008).

Os apontamentos mostram que, historicamente, os governos, ao implementarem ações de Assistência Estudantil, mantinham preocupação com medidas que conciliassem o desenvolvimento econômico, traduzido na manutenção das taxas de acumulação do capital e, ao mesmo tempo, um investimento em programas sociais, garantindo determinado acesso a um conjunto de direitos sociais (ALMEIDA, 2012).

Em 2010, o PNAES tomou o formato de programa, estabelecido através de Decreto presidencial, momento em que se deu a inclusão dos IFs no seu financiamento, ampliando suas ações. A partir desse momento, dá-se o foco desta pesquisa: investigar a ação profissional dos assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no RS, que trabalham com o programa de Assistência Estudantil e as contradições existentes entre a ação profissional e o projeto ético político, visando à qualificação da inserção profissional nesta política.

1.2.2 Breves apontamentos sobre a Educação profissional

A conquista do direito à Educação é resultado das lutas sociais ocorridas ao longo da história contemporânea, onde estão presentes projetos antagônicos, tornando-

se “inegociável garantia do direito de todos à educação básica: um enunciado jurídico, além de uma necessidade social incontestável” (RAMOS, p. 42). Esses projetos continuam em disputa e o acesso a uma Educação pública e de qualidade acaba ficando fragilizada perante o cenário atual, repercutindo nos índices de escolarização, evasão, de emprego e desemprego, de renda e qualidade de vida de uma população, tendo em vista que

[...] o projeto da classe burguesa brasileira não necessita de universalização da escola básica e produz por diferentes mecanismos a escola dual e uma educação profissional e tecnológica restrita que adentra as mãos, aguça os olhos para formar o cidadão produtivo e submisso e adaptado às necessidades do capital e do mercado (FRIGOTTO, 2010, p. 26).

Neste sentido, as manifestações da questão social na vida da população, as dificuldades de acesso, permanência e êxito, a qualidade contestável da proliferação das escolas de ensino superior – dentre estas, o Ensino à Distância (EAD) – entre outras situações, interferem no acesso ao direito pleno à educação, precarizando as condições de implementação da política de Educação. O que agrava essa situação, é o discurso que esconde as verdadeiras causas da violação destes direitos, como destaca Larissa Dahmer Pereira:

À primeira vista, para o “senso comum” as explicações encontram-se na globalização, na competição acirrada e nas novas exigências do mercado de trabalho, o que exige maior qualificação dos trabalhadores e o aumento da procura pelos bancos escolares no nível superior, já que estaríamos na era da “sociedade do conhecimento” [...]. Assim, defende-se a ampliação do acesso a um maior número de estudantes, democratizando o ensino superior e criando cidadãos qualificáveis e empregáveis [...] (PEREIRA, 2008, p. 23-24).

Existe uma tendência à justificativa da proliferação de cursos, de democratização do ensino superior, entre outros, que tenta mascarar essa situação de flexibilização do mundo do trabalho, responsabilizando por sua situação aqueles que estão fora do mercado de trabalho formal, desempregados, sem que se questione a estrutura social que reproduz em larga escala tal condição de vida. Porém, grande parte da juventude brasileira não consegue completar o ensino médio ou sequer sair do ensino fundamental porque vivencia uma trajetória escolar de frustrações, evasões e desistências. Além de a pobreza ser um elemento determinante no afastamento do jovem da escola, outros deverão, também, ser considerados na complexidade que envolve essa relação (FERREIRA; POCHMANN, 2011).

Inserido neste contexto está o assistente social, de quem se espera que contribua para a efetiva democratização da Educação através de ações que garantam o acesso e a permanência do aluno. A garantia de direitos perpassa a ação profissional que, neste contexto, deve atuar na esfera da democratização desse espaço, rompendo com práticas tradicionais de controle e de tutela, ampliando a socialização de informações e estabelecendo ações que proporcionem o acesso aos meios de participação dos representantes da escola nas decisões institucionais (MARTINS, 2001).

A violação do direito à Educação, permeada por valores capitalistas como competição e individualismo, requer ações que transformem o ser humano enquanto autor e ator de uma história com posturas éticas (SOUZA, 2005), que caminhe para além do capital, parafraseando Mészáros (2008).

Ao encontro dessa temática, recorreremos, brevemente, à questão histórica sobre a política de Educação profissional a partir da década de 1990, que se estenderá até o momento atual, através de dois marcos legais e dos principais pontos que apresentaram transformações importantes na oferta do ensino profissional brasileiro de acordo com Ciavatta (2010), Frigotto (2010), Ramos (2010) e Batistolli (2010):

Marco legal	Implicações
<p>Decreto nº 2.208/97</p> <p>(1997)</p>	<p>Implantado na direção oposta dos movimentos sociais que lutavam por um projeto nacional popular e democrático que priorizasse as reformas estruturais. Objetivava formar um trabalhador cidadão submisso e produtivo adaptado às necessidades do capital e do mercado e à corrida para adquirir as “competências”, de mãos adestradas e mentes submissas, uma lógica perversa que penetrou no imaginário popular.</p> <p>A aprovação da LDB permitiu uma onda de reformas na educação brasileira: a noção de competência tomou centralidade no ensino técnico com currículo próprio e independente do ensino médio, regulamentou áreas profissionais mais abrangentes e flexíveis, permitiu uma atualização do currículo à nova divisão social e técnica do trabalho e definiu a iniciativa privada como o principal responsável pela educação profissional, afinada aos preceitos da flexibilidade e do individualismo.</p> <p>Inviabilizaram-se os espaços onde existiam as bases materiais de desenvolvimento da educação politécnica ou tecnológica, aquela que oferece os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção e de diferentes dimensões da vida humana.</p>
<p>Decreto nº 5154/04</p> <p>(2004)</p>	<p>Revogou o Decreto nº 2.208/97. Restabeleceu a possibilidade de integração curricular dos ensinos médio e técnico e trouxe uma nova direção à política de educação profissional. Nas redes estaduais, das quais muitas se encontravam numa situação de oferta de educação profissional quase extinta, iniciou-se um importante processo fortalecimento dessa modalidade de ensino. Destacou-se a necessidade de a educação profissional observar a estrutura sócio-ocupacional e tecnológica da economia e articular esforços das áreas da educação, do trabalho e do emprego, ciência e tecnologia. Defende-se uma educação profissional vinculada ao mundo do trabalho, que dialoga com o setor produtivo, analisando as reais necessidades dos trabalhadores com a preocupação centralizada no sujeito e na sua formação integral. Significa o resgate da dimensão política da educação, que inclui a dimensão cidadã, com direito à qualificação para o trabalho compatível com a natureza técnico-científica e política do trabalho no mundo contemporâneo.</p>

Quadro 3 - Implicações dos principais decretos que dispõem sobre Educação Profissional e Tecnológica

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Os autores Ciavatta (2010), Frigotto (2010), Ramos (2010) e Batistolli (2010) discorrem sobre pontos comuns nesta análise, dentre os quais: a) nos anos 1990, o cenário apresentado foi de um capitalismo monetarista e rentista, associado à forma subordinada e dependente dos centros hegemônicos do sistema, demandante da divisão internacional do trabalho, doo trabalho simples e de valor agregado; b) as políticas de educação tornaram-se mais próximas dos objetivos econômicos e político-ideológicos do capitalismo, que pretendeu ajustar os países periféricos aos interesses dos países centrais, através da inserção de diretrizes expressas nos acordos internacionais com o BM, o BID e o FMI, principalmente nas políticas públicas, econômicas e sociais, entre estas, as de educação.

Portanto, a proposta de Educação profissional atual revela uma disputa de projetos antagônicos, que transcende o campo jurídico e atinge dimensões ideológicas sobre a concepção de mundo de todos os sujeitos envolvidos. Convivem, de forma tensa e contraditória, medidas progressistas e medidas arcaicas que recuperam os preceitos de uma educação profissional dualista e compensatória, questão que responsabiliza a todos pela sua manutenção ou não (RAMOS, 2010). Defende-se uma educação profissional vinculada ao mundo do trabalho, que dialoga com o setor produtivo, analisando as reais necessidades dos trabalhadores, com a preocupação centralizada no sujeito e na sua formação integral. Significa o resgate da dimensão política da educação, que inclui a dimensão cidadã, com direito à qualificação para o trabalho compatível com a natureza técnico-científica e política do trabalho no mundo contemporâneo (BATISTOLLI, 2010).

É visível que a política de educação profissional vive o dilema de fazer parte da construção de uma sociedade onde as pessoas possam produzir dignamente sua existência ou permanecer em um projeto de sociedade de profunda dependência, subordinada aos grandes interesses dos centros hegemônicos do capitalismo mundial.

1.3 A CONTEMPORANEIDADE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS INSTITUTOS FEDERAIS

O marco temporal e regulatório da Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia data de 19 de julho de 2010, quando os IFs foram incluídos no Programa Nacional de Assistência Estudantil, através do Decreto nº 7.234, conforme segue:

Art. 4º As ações de Assistência Estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, **abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia** [grifo nosso], considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010)²³.

A partir deste momento, os institutos começaram a se organizar para executar as ações previstas no PNAES, cada um à sua maneira, de acordo sua realidade institucional e regional (FDE; CONIF, 2010).

O PNAES, como política, contribui para as ações de permanência de estudantes matriculados em cursos presenciais dos Institutos Federais, tendo como objetivos: 1) democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; 2) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e na conclusão da educação superior; 3) reduzir as taxas de retenção e evasão e 4) contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (VASCONCELOS, 2010; PNAES, 2010).

Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta, preferencialmente, o perfil socioeconômico dos estudantes, sua origem de escola pública, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, cabendo a esta acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa (PNAES, 2010).

1.3.1 As configurações da Assistência Estudantil no âmbito da SETEC/MEC

Sobre as configurações da Assistência Estudantil no âmbito da SETEC/MEC não foram encontrados referenciais, fato que não nos permite fazer afirmações quanto ao desenvolvimento de ações de Assistência Estudantil no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Vamos nos limitar a realizar alguns apontamentos empíricos, cotidianos, considerados importantes para fins de contextualização.

²³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm.

As análises elencadas a seguir são fruto das observações realizadas pela pesquisadora junto aos bastidores dos acontecimentos que ocorreram durante a implementação das ações de Assistência Estudantil no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL). Estas foram favorecidas pelo fato de a pesquisadora ser servidora da referida instituição, lotada na Reitoria, no órgão sistêmico responsável pela gestão das ações do PNAES na instituição.

Os apontamentos são, ainda, resultado da análise de fontes secundárias – documentos institucionais (relatórios de eventos, memorandos, atas, grupos²⁴ de *e-mails*, *sites* oficiais institucionais) e, também, da participação da pesquisadora em eventos ligados à Assistência Estudantil, promovidos pelos Institutos Federais da Região Sul do país, eventos promovidos pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e por convocações realizadas pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) para tratar dessa temática.

Com relação aos Institutos Federais, conforme documentos institucionais²⁵, a Assistência Estudantil é tratada de forma compartilhada entre a Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal e a Diretoria de Políticas de Educação Profissional, uma vez que os Institutos estão ligados à SETEC.

Porém, as discussões referentes a essa temática, no Ministério da Educação, há 25 anos são coordenadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, que possui uma Coordenação Nacional e coordenações regionais junto às cinco regiões do Brasil: sul, centro-oeste, nordeste, norte e sudeste (FONAPRACE²⁶, 2012).

Atualmente, nas universidades, a Assistência Estudantil está ligada à Coordenação Geral de Relações Estudantis²⁷, da Secretaria de Ensino Superior (SESU) órgão do Ministério da Educação. Historicamente, foi ligada ao Departamento de Assistência ao Estudante, da referida SESU (GONÇALVES, 2011).

²⁴ Existem dois principais grupos de *e-mails* que discutem a Assistência Estudantil no âmbito da Rede EPCT: o primeiro é um grupo fechado, do qual participam apenas assistentes sociais; o segundo é formado por diversos profissionais e dirigentes, participantes do *I Seminário de Gestores de Assistência Estudantil*, realizado em Goiás, em março de 2013.

²⁵ Ofício Circular nº 1898/2012 - DEPEPT/SETEC/MEC, Brasília, 25 de setembro de 2012.

²⁶ Informações obtidas junto à Revista Comemorativa – 25 anos do FONAPRACE.

²⁷ Segundo informações disponíveis no *site* do Ministério da Educação: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17653&Itemid=1163. Acesso em: 04 abr. 2012.

É nesse espaço e com esses atores – membros do FONAPRACE, da SESU e do alto escalão do MEC – que se travam as discussões sobre os desdobramentos, diretrizes, recursos para Assistência Estudantil nas instituições de ensino superior. Os Institutos Federais ainda possuem uma tímida participação nesse processo de discussão; são poucos²⁸ os dirigentes dos IFs que participam dos eventos do referido Fórum.

Oficialmente, os IFs foram contemplados com a Assistência Estudantil através da sua inclusão no Decreto n.º. 7.234, de 19 de julho de 2010:

Art. 4º - As ações de Assistência Estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, **abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades**, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

De acordo com os documentos institucionais²⁹, no início da implementação das ações do PNAES na Rede EPCT, não havia uma equipe, um profissional, ou um órgão responsável por uma gestão sistêmica da Assistência Estudantil nos Institutos Federais, o que se tornou uma reivindicação constante por parte dos gestores que vinham realizando eventos para debater e compartilhar as experiências de implementação das ações nas suas instituições.

Apenas em 2012, mediante o questionamento do Reitor do IFSul-rio-grandense junto à SETEC/MEC referente a quem e/ou a qual órgão ele deveria se reportar nos assuntos pertinentes à Assistência Estudantil, é que essa secretaria, através de ofício³⁰, se posicionou. Somente quando foi realizado o Seminário Nacional de Assistência Estudantil, em Fortaleza/CE, ocorrido em dezembro de 2010, a SETEC apresentou um agente público de referência para essas ações, mas que logo foi convidado a assumir outras atividades fora do MEC.

O conteúdo desses documentos revela que as orientações sobre a destinação dos recursos do PNAES são repassadas através de ofícios emitidos pela SETEC. Não são marcadas reuniões, fóruns ou eventos para planejar e/ou discutir as formas de implementação das ações do PNAES no âmbito dos IFs.

²⁸ Não existe, ainda, estudo sobre a participação de dirigentes dos IFs nos eventos do FONAPRACE. A informação foi obtida junto ao *I Seminário de Gestores de Assistência Estudantil*, realizado em Goiás, em março de 2013.

²⁹ Ofício Circular n.º 21/2011/DPEPT/SETEC/MEC, de 10 de fevereiro de 2011. Ofício Circular n.º 42/2011/GAB/SETEC/MEC, de 03 de maio de 2010. Ofício Circular Conjunto n.º 009/2013/SESU/SETEC/MEC de 04 de abril de 2013; Relatórios dos Encontros de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil, realizados na Região Sul do país no período compreendido entre 2011 e 2012 e no Relatório de Goiânia, de 2013.

³⁰ Ofício Circular n.º 1898/2012/DPEPT/SETEC/MEC, de 25 de setembro de 2012.

Data de 2011 o primeiro ofício que trata da Assistência Estudantil, do qual se tem notícia, enviado aos institutos. Este, anteriormente citado (Ofício Circular nº 21/2011/DPEPT/SETEC/MEC, de 10 de fevereiro de 2011), foi expedido pela Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. Esse documento traz as primeiras instruções sobre o desenvolvimento das ações do PNAES na Rede EPCT: determinava o custeio das bolsas do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)³¹ e PROEJA – Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental (PROEJA-FIC)³², além das ações previstas pelo PNAES, com recursos do Decreto nº 7.234/2010.

Essa já era uma intenção da SETEC, visto que a pesquisa no *site*³³ do MEC revela que, em 2008, foi criada a “assistência ao estudante” do PROEJA, no qual consta a concessão de uma bolsa mensal de R\$ 100,00, durante os meses letivos, com a finalidade de contribuir com a permanência do estudante da referida modalidade de ensino, a partir de recursos próprios, que ainda não estavam vinculados à ação 2994 e, sim, a partir de recursos do Programa 1062, Ação 6380 – Fomento ao desenvolvimento da Educação Profissional.

Dentre as recomendações do Ofício Circular nº 21/2011/DPEPT/SETEC/MEC, de 10 de fevereiro de 2011, estão:

³¹ O PROEJA foi criado pelo Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. O referido programa é destinado a pessoas que não completaram seus estudos no tempo esperado segundo a legislação, pretendendo contribuir com o quadro da educação brasileira, apresentado pelos dados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgado em 2003, em que 68 milhões de jovens e adultos trabalhadores brasileiros com 15 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental e apenas seis milhões (8,8%) estão matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A partir desse contexto, o PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade entre trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. O PROEJA é tão relevante no Governo Federal, que este incentivou as Instituições Federais de Ensino Superior a criarem cursos de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Especialização PROEJA – com o objetivo de qualificar a mão de obra discente que trabalhasse com essa modalidade de ensino. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12288&Itemid=562. Acesso em: 04 abr. 2013.

³² No dia 08 de abril de 2009, a SETEC/MEC lançou o ofício circular nº 40 GAB/SETEC/MEC, convidando às instituições da Rede EPCT para que, em parceria com os municípios, elaborassem propostas para a implantação do PROEJA-Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental (FIC).

³³ BRASIL. Ministério da Educação. **PROEJA**: saiba mais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=569&id=12294&option=com_content&view=article. Acesso em: 04 abr. 2013.

- utilizar os recursos da Ação Orçamentária 2994 – Assistência ao Educando para garantir a assistência ao aluno do PROEJA, sem a necessidade de encaminhamento de Termo de Cooperação, antes exigido;
- instituir regulamentação própria para “concessão” de Assistência Estudantil, estabelecida através de critérios claros e justos, estimulando a permanência do estudante;
- decidir mediante critérios adequados, considerando a realidade econômico social na qual está inserida a instituição e o perfil do público a ser atendido;
- buscar a orientação de um assistente social que se debruce sobre o tema;
- definir regras e critérios para a suspensão e/ou cancelamento do benefício em casos de infrequência habitual injustificada;
- repassar diretamente do valor (pecúnia, bolsas) ao estudante, periodicamente, em datas pré definidas, não excluindo a possibilidade de atender aos estudantes através de restaurantes universitários, moradia estudantil, material em espécie ou “qualquer outra iniciativa típica da Assistência Social” (SETEC/MEC, 2011, p. s/nº);
- informar aos estudantes a dinâmica da concessão de benefícios;
- atrelar o recurso às informações contidas no SISTEC, que deverá estar com a alimentação de dados atualizada;

Nota-se, através do referido documento, que a posição da SETEC é permitir que as instituições tenham autonomia para definir o número de estudantes a serem atendidos, a forma de atendimento, os critérios de acesso e de repasse financeiro, o planejamento e a destinação dos recursos orçamentários. Significa dizer que existe a ausência de uma discussão coletiva e descentralizada sobre a temática da Assistência Estudantil no âmbito dos IFs.

Ainda em 2011, o Ofício Circular nº 42/2011/GAB/SETEC/MEC³⁴, de 03 de maio de 2010³⁵ (leia-se 2011), Assistência Estudantil – complementação de orientações contidas no ofício circular nº 21/2011, enviado pela SETEC/MEC, trouxe dúvidas aos executores do PNAES nos Institutos, por se apresentar um texto confuso, no qual, por exemplo, se lê: “Os limites programados para EAD possibilitam a compra de equipamentos de informática, inclusive na perspectiva da Educação Inclusiva,

³⁴ Porém, esse ofício continha, até mesmo, erros evidentes de numeração de parágrafos e ausência de uma tabela que nele era citada.

³⁵ Ressaltamos, novamente, que há um erro de digitação da data do ofício. Onde se lê “03 de maio de 2010”, deve-se ler “03 de maio de 2011”.

atendendo estudantes de baixa visão, cegos e cadeirantes”. Tal informação está aparentemente desconexa do texto integral do ofício, sem maiores informações a respeito desse item. Ou seja, que recursos são esses da EAD?

O documento supracitado afirmava que, de acordo com o orçamento destinado, outros programas criados no âmbito da Rede EPCT, poderiam ser custeados com os recursos do PNAES, tais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC³⁶), Mulheres Mil³⁷ e CERTIFIC³⁸.

O referido ofício trazia as seguintes recomendações:

- não exigência da contrapartida laboral do estudante;
- as ações de Assistência Estudantil podem ser potencializadas por atividades de pesquisa e extensão vinculadas ao ensino, o qual é o foco principal da Assistência Estudantil;
- recomendação da aprovação, pelos conselhos superiores³⁹, de uma regulamentação específica para a Assistência Estudantil, envolvendo os setores da assistência social⁴⁰, da coordenação pedagógica e da psicologia, com critérios claros de acesso dos estudantes de origem popular.

³⁶ O PRONATEC foi instituído pelo Decreto nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. O programa tem a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Entre seus objetivos estão os de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e continuada ou qualificação profissional. Dentro do seu público alvo estão: estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores (agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores); beneficiários dos programas federais de transferência de renda e estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento. Fonte: <http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/lei_12513.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2013..

³⁷ O Programa Mulheres Mil foi instituído pela Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social e constitui uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria. Fonte: <<http://www.mds.gov.br/brasilsemiserial/legislacao-2/legislacao/arquivos/portaria-mulheres-mil-n-1015.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

³⁸ O CERTIFIC é um programa de reconhecimento e certificação dos saberes adquiridos pelos trabalhadores, jovens ou adultos, durante sua trajetória de vida. Trata-se de legitimar os conhecimentos do trabalhador que foram adquiridos em sua experiência de vida e de trabalho, com ou sem participação em cursos de formação profissional. Esse reconhecimento dar-se-á após a participação desse trabalhador em diferentes atividades de reconhecimento de saberes. O processo associa trabalho à elevação da escolaridade, numa estratégia desenvolvida em parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Emprego. O trabalhador que, nesse processo, demonstrar possuir saberes profissionais e escolaridade adequada será certificado. Caso contrário, será convidado a ingressar em curso de formação profissional. Não há custos e nem limite de vagas. Fonte: <http://certific.mec.gov.br/>. Acesso em: 05 abr. 2013.

³⁹ O Conselho Superior (CONSUP) é o órgão colegiado de deliberação única e máxima na estrutura administrativa dos Institutos Federais.

⁴⁰ Ainda permanece certa confusão, com relação à nomenclatura, quando os gestores querem se referir ao Serviço Social, mas expressam assistência social.

O documento apresenta a leitura da SETEC sobre sua concepção de Assistência Estudantil:

As ações de Assistência Estudantil devem viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras de alunos das classes populares, especialmente os oriundos do meio rural, pertencentes a comunidades indígenas, quilombolas (SETEC/MEC, 2010, s/nº. Ofício Circular nº 42).

Na busca por informações sobre o desenvolvimento das ações do PNAES, o IFSul-rio-grandense, através de seu órgão sistêmico para gestão da Assistência Estudantil (DIGAE), enviou dois representantes ao MEC, em missão, em 2012, a fim de obter maiores esclarecimentos sobre a gestão adequada dos recursos do PNAES, no âmbito dos Institutos Federais. As impressões, orientações e resultado da missão constam de um relatório enviado ao Reitor da instituição, como segue:

Sendo assim, encaminhou-nos ao [...] Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o qual no informou que não há, ainda, política de Assistência Estudantil na SETEC. Por essa razão, cada Instituto Federal interpreta o PNAES e operacionaliza a distribuição do recurso, em virtude da autonomia concedida às IFES, não havendo qualquer norma ou diretriz norteadora expedida pela SETEC (IFSUL, 2012c, p. s/nº).

A fragilidade desses critérios, a ausência de diretrizes norteadoras para a política de Assistência Estudantil e a inexistência de equipe técnica ou órgão no MEC que se ocupem do tema não garantem a reserva desse recurso no orçamento da União, de modo que o diretor revelou como preocupação futura a sistematização dessa política no Ministério (IFSUL, 2012c, p. s/nº).

A referida instituição enviou um ofício⁴¹ à SETEC, do qual constava anexo o relatório da DIGAE que tratava da missão à SETEC e ao MEC e apresentava a seguinte preocupação:

Frente à implantação da política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais e sua inclusão no PNAES [...] e da ausência de diretrizes norteadoras para tais ações nesses institutos, entendo como indispensável a existência de um setor na SETEC que trate desse tema.

Para tanto, opino que sejam consideradas as sugestões trazidas pelos servidores [...], de modo a abrir as discussões que possam culminar com a fixação de diretrizes norteadoras, para a solidificação da referida política nos IFs, uma vez que ações isoladas fragilizam o seu processo de implementação.

⁴¹ IFSUL-RIO-GRANDENSE. Ofício Gabinete nº 171/2012. Pelotas, 21 de maio de 2012. Relatório da Diretoria de Gestão de Assistência Estudantil/DIGAE. Reunião com representantes da Assistência Estudantil no Ministério da Educação.

Portanto, em resumo, o gestor estava, em outras palavras, questionando qual é o órgão encarregado pela Assistência Estudantil nos IFs no âmbito da referida secretaria.

As sugestões enviadas pelos servidores, através do relatório, foram as seguintes:

- 1) Formação de um grupo de trabalho no Ministério da Educação, integrado por profissionais de alguns Institutos Federais para discutir a representatividade da Assistência Estudantil dessas instituições na SETEC; e
- 2) mobilização dos Reitores, através do CONIF, para a criação de uma câmara de Assistência Estudantil. (IFSUL-RIO-GRANDENSE. Ofício Gabinete n° 171/2012, 2012).

A SETEC enviou resposta⁴² à instituição, afirmando que a Assistência Estudantil na Rede EPCT será tratada de forma compartilhada entre a Diretoria de Desenvolvimento da Rede da Rede Federal e a Diretoria de Políticas de Educação Profissional, com o objetivo de fomentar, em articulação com os conselhos de gestores das redes públicas, uma política de Assistência Estudantil na Rede, em consonância com o Decreto n° 7.690/2012, que define os objetivos da referida diretoria.

No que se refere às ponderações apresentadas pelos servidores, a SETEC se manifestou da seguinte maneira:

[...] com o objetivo de fomentar, em articulação com os conselhos de gestores das redes públicas de EPT⁴³, uma política de Assistência Estudantil na EPT, por meio da elaboração de estudos sobre a base legal existente, bem como das diretrizes para sua implementação, do estabelecimento de metas estratégicas e de realização de ações de monitoramento e de avaliação (SETEC/MEC, 2012).

Nesse sentido, observa-se quem em uma rede federal que trata da Educação Profissional, com 41 instituições⁴⁴, existe apenas um Instituto Federal, de um total de 38, que possui uma estrutura administrativa semelhante à encontrada nas universidades federais, ou seja, uma Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, no IF Acre⁴⁵. O que esse fato nos revela? Essa questão necessita um estudo específico para tal. Já nas universidades, é comum a existência de Pró-Reitorias de Assistência Estudantil ou Pró-Reitorias de Assuntos Estudantis e/ou Comunitários.

⁴² Ofício 1898/2012 - DEPEPT/SETEC/MEC, Brasília, 25 de setembro de 2012.

⁴³ EPT significa Educação Profissional e Tecnológica.

⁴⁴ Dados e informações obtidas na página do Ministério da Educação. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2013

⁴⁵ Disponível na página oficial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre: <http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=140&Itemid=116>. Acesso em: 26 ago. 2013. Uma assistente social era a Pró-Reitora de Assistência Estudantil, até o primeiro semestre de 2013.

Em 2011, junto ao grupo⁴⁶ de *e-mail* utilizado pelos assistentes sociais dos Institutos Federais, foi realizado um levantamento com a seguinte pergunta “A qual pró-reitoria a Assistência Estudantil está subordinada e qual órgão e/ou setor é responsável?”. Das 38 instituições, 15 responderam ao levantamento. Os dados revelaram que em 08 instituições (53,33%) a Assistência Estudantil está subordinada à Pró-Reitoria de Ensino; em 04 (26,66%), à Pró-Reitoria de Extensão; uma está vinculada ao Gabinete do Reitor e uma sem local determinado. Ou seja, a maioria é subordinada à Pró-Reitoria de Ensino, seguida da Pró-Reitoria de Extensão.

Portanto, de acordo com a pesquisa documental, tamanha é a diversidade na implementação, gestão e operacionalização das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Rede EPCT, que algumas ações, coletivas e organizadas, solicitavam veementemente um órgão ou grupo de trabalho na SETEC que pensasse essas ações no âmbito na referida Rede, respeitando a autonomia e as características regionais dos Institutos, bem como um fórum ou câmara de Assistência Estudantil para assessorar as decisões do CONIF sobre essa temática.

Esse ponto é de certa forma polêmico, pois, no âmbito do referido Conselho de reitores, as discussões, pareceres e encaminhamentos sobre a Assistência Estudantil estão sob a responsabilidade do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Ensino (FDE). Supõe-se que as ações empreendidas no âmbito do referido Fórum sobre a AE não tenham sido amplamente divulgadas aos gestores que trabalhavam diretamente na sua implementação e/ou execução e entre os membros do próprio CONIF.

O Fórum de Dirigentes de Ensino possui comissões temáticas que têm a incumbência de realizar estudos e articular ações no âmbito do referido Fórum, visando a apoiar sua atuação e a formular proposições para encaminhamentos relacionados aos temas específicos de cada comissão. Conforme o documento “Reestruturação das Comissões-Março/2013” (CONIF, 2013)⁴⁷ o FDE aponta itens específicos, afetos a cada uma das comissões. Assim, a Assistência Estudantil está lotada na Comissão de Políticas de Inclusão e Diversidade, responsável pela regulamentação e recursos, e prevê para o referente ano uma avaliação da Assistência Estudantil. E, ainda, no âmbito

⁴⁶ Grupo de *e-mail* servicosocialifectbrasil@googlegroups.com. Assistente Social Rony Anderson, do IF Norte de Minas Gerais.

⁴⁷ CONIF. **Reestruturação das Comissões-Março/2013**. Disponível em: <<http://www.conif.org.br/institucional/foruns/ensino>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

do referido Conselho, o Fórum de Educação no Campo também possui uma Comissão de Assistência Estudantil⁴⁸.

Constata-se que, na estrutura do CONIF, a Assistência Estudantil tem um lugar específico, entretanto, no âmbito de um Fórum que tem que dar conta das questões do ensino, que envolvem uma imensidão de demandas, próprias dessa temática, que não cabem ser citadas neste momento. Esse fato aponta para a necessidade de reestruturar a Assistência Estudantil no âmbito desse Conselho, com um Fórum específico no mesmo *status* dos demais, o qual tenha condições de dialogar desde a SETEC até as bases e subsidiar as decisões do CONIF. Assim, as discussões sobre a temática não ficariam tão pulverizadas.

O desencontro nos encaminhamentos ficou nítido na trajetória da AE na Rede, fato que foi constatado em pelo menos dois momentos⁴⁹: no I Seminário de Gestores de Assistência Estudantil da Rede EPCT, realizado em março de 2013, e na reunião do Grupo de Trabalho⁵⁰ de Assistência Estudantil (GT-AE), convocado pelo CONIF em junho último, ambos em Goiânia.

É sobre esse histórico que falaremos a seguir, a fim de contextualizar parcialmente a conjuntura vivida na implementação das ações do PNAES na Rede EPCT.

1.4 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS IFS

A Educação traz no seu bojo o princípio da universalidade do acesso de todos os cidadãos. A tendência que prevalece na economia capitalista com relação às políticas sociais é a restrição e a redução de direitos decorrente da crise fiscal do Estado, os quais foram duramente conquistados no plano formal, submetidos à lógica do ajuste fiscal (BEHRING, BOSCHETTI, 2007).

O mercado identificou um nicho lucrativo na Educação, resultando em um movimento de privatização do ensino superior no Brasil. Um clássico exemplo desse

⁴⁸ CONIF. **Comissão.** Disponível em: <<http://www.conif.org.br/component/search/?searchword=assist%C3%A2ncia%20estudant&searchphrase=all&Itemid=28>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

⁴⁹ Eventos nos quais a pesquisadora esteve presente e realizou apontamentos.

⁵⁰ Notícia veiculada na página do Instituto Federal Sul-rio-grandense. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=913:assistencia-estudantil-na-rede-federal-e-tema-de-reuniao-no-conif-&catid=9:instituto-federal-sul-rio-grandense>. Acesso em: 26 ago. 2013.

fenômeno é a expansão desenfreada de cursos de ensino a distância (BEHRING, BOSCHETTI, 2007), conforme apontamos anteriormente.

A Assistência Estudantil, situada nesse contexto desafiador, objetiva melhorar as condições de permanência do estudante que dela necessitar. Porém, a permanência daqueles que conseguiram acessar os bancos acadêmicos é um divisor de águas na efetivação do direito à Educação na forma plena. São diversos os fatores que fazem parte dessa equação: defasagem escolar, cursos diurnos, carga horária dos cursos, deslocamentos territoriais, condições materiais de vida que impliquem na necessidade de o estudante ingressar no mundo do trabalho formal ou informal, dentre inúmeras outras. Isso revela que

[...] o aumento da demanda por benefícios e serviços vincula-se à produção de um Estado de mal-estar, resultante da contenção/limitação/desintegração das incipientes experiências de seguridade social na América Latina, com raras exceções, e no Brasil, em particular. Assim, há restrição no acesso universal a bens de consumo coletivo e aos direitos sociais (...) (BEHRING, BOSCHETTI, 2007, p. 159).

São muitos os temas e dimensões envolvidos na Assistência Estudantil que necessitam ser pesquisados em âmbito regional e nacional. Porém, podemos apontar alguns aspectos que ainda precisam ser estudados, no que se refere às ações de Assistência Estudantil quem vêm sendo implementadas, como:

a) *A caracterização de suas ações*: focalização de serviços e benefícios no âmbito de uma política universal que é a Educação e ações universais desenvolvidas nas instituições federais; perfil dos estudantes dos IFs e dos usuários da Assistência Estudantil; o impacto do Sistema Unificado de Seleção (SISU) e das políticas afirmativas na demanda por Assistência Estudantil.

Nota-se que a Assistência Estudantil possui ações com caráter focalizado quando se refere a quem se destinam suas ações: *preferencialmente estudantes de graduação, oriundos de escola pública com renda per capita de até 1,5 salários mínimos*, mas flexibilizado o atendimento a esse público – *estudantes em vulnerabilidade social*, conforme a disponibilidade orçamentária das instituições e as formas de programas desenvolvidos, fato que também implica em uma decisão política. Ora se elegem ações de caráter universal como cultura, lazer, apoio acadêmico, atenção à saúde; e ora se desenvolvem ações focalizadas, como alimentação, moradia estudantil, transporte e material escolar, que têm um caráter de *mínimos sociais* na vida acadêmica e que impliquem na sua permanência. É como se

O conceito de focalização apoiado em critérios mais amplos e complexos que o mero critério da renda individual expressando, também, o objetivo de se detectar com instrumentos mais sensíveis, as formas heterogêneas da pobreza e o caráter múltiplo das carências (DRAIBE, 1998, p. 11).

As instituições têm estabelecido uma dinâmica contraditória no desenvolvimento de ações de Assistência Estudantil reforçando a seletividade e a focalização, sem perder de vista a universalidade. Conforme a vasta bibliografia que dispõe sobre a matéria “política social”, o desenvolvimento das ações de Assistência Estudantil no âmbito dos IFs rompe com o modo tradicional de entender a política social como o atendimento emergencial e benevolente do Estado a estudantes carentes⁵¹. O conceito presente nas normativas institucionais tende a estar associado ao caráter público das ações que garantam aos estudantes, nos variados graus de vulnerabilidade social, o acesso a serviços e benefícios de Assistência Estudantil que garantam minimamente sua permanência na política de Educação (DRAIBE, 1998).

A ações de Assistência Estudantil estão sendo implementadas no âmbito de uma política social universal de base, que é a Educação. Visto que a universalização é um dos pilares de um Estado de Bem-Estar Social, esta se traduz como um direito social incondicional, de onde se almeja com maior efetividade e eficácia a equiparação de oportunidades e a redução das desigualdades na sua raiz (DRAIBE, 2005).

b) O *padrão de financiamento do PNAES*: necessidade de aumento e redirecionamento dos recursos; observação do princípio da territorialidade na alocação desses recursos; formas de gestão das ações: centralização e descentralização; articulação junto às políticas universais existentes a fim de fazer enfrentamento à residualidade de sua abrangência, visto que, globalmente, a alocação de recursos para as políticas sociais tem sido “pró-cíclico e regressivo” (BEHRING, BOSCHETTI, 2007, p. 165):

Os recursos permanecem extremamente concentrados e centralizados, contrariando a orientação constitucional da descentralização. Além de concentrados na União – o ente federativo com maior capacidade de tributação e financiamento –, também há concentração na alocação de recursos da dívida pública – juros, encargos e amortizações, rubrica com destinação de recursos sempre maior que o orçamento da seguridade social – e para as políticas sociais que são financiadas pelo orçamento fiscal, a

⁵¹ Carente: no sentido adotado pelo art. 2º da LOAS, o conceito de carência se assenta, basicamente, na incapacidade econômica do cidadão de prover, por si ou sua família, os meios materiais de sobrevivência, denominados mínimos sociais (art. 203, CF). São os bens considerados imprescindíveis à sobrevivência, a que os demais têm acesso, por disporem de determinada renda, auferida por seu trabalho ou de terceiros ou de outros meios. As pessoas carentes, segundo a lei, são as que estão abaixo da linha de pobreza (SIMÕES, 2007, p. 308-309).

exemplo da educação, reforma agrária e outras, as quais não estão contempladas no conceito constitucional restrito de seguridade social do Brasil.

Assim, entra em jogo a estratégia que o governo brasileiro vem mantendo com relação a sua política fiscal em que recursos da seguridade social são apropriados anualmente pelo Governo Federal, por meio da Desvinculação das receitas da União (DRU), um mecanismo que objetiva a composição do superávit primário; ou seja, transfere o orçamento da seguridade social para o orçamento fiscal, que poderia ser utilizado para a seguridade social. A sustentação financeira com a possibilidade de ampliação e universalização das ações de Assistência Estudantil não será alcançada com ajustes fiscais que expropriam recursos das políticas sociais (BEHRING, BOSCHETTI, 2007).

Observa-se que a Assistência Estudantil, apesar de ser um programa no âmbito da política de educação, tem sido vislumbrada ou concebida na ótica do direito social e humano, o que requer políticas pró-ativas do Estado, para que de fato se volte à permanência acadêmica eficaz e de qualidade e faça frente às desigualdades nas condições de manutenção dos estudantes (DRAIBE, 2005).

Sendo assim, a Assistência Estudantil necessita estar articulada junto às políticas universais já existentes, fato que contribuirá para sua eficácia (DRAIBE, 1998), evitando sobreposição de ações, visto que a disponibilização de recursos orçamentários tem favorecido a focalização das ações e não sua universalização no âmbito acadêmico. Ainda, segundo a autora Sônia Draibe (2005), os estudos têm revelado que a eliminação da pobreza e a promoção da igualdade não são alcançadas somente com o crescimento econômico; porém, na sua ausência, as políticas sociais alcançam resultados modestos e até mesmo nulos.

c) *Formas de controle social sobre as ações de Assistência Estudantil*: grau de participação dos usuários e demais estudantes na formulação, na implementação e na gestão das ações e dos recursos orçamentários. “De maneira geral a política de Assistência Estudantil junto aos estudantes de universidades públicas, tem se caracterizado [...] pela inexistência de mecanismos de controle social sobre a mesma” (SOUZA, 2011, p. 3-4).

Essa temática, conforme pesquisa documental realizada, só foi abordada, oficialmente, no II Encontro de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil dos Institutos Federais da Região Sul, conforme segue:

No que se refere à gestão escolar democrática, questiona-se como a participação discente é incentivada, tanto pela prática quanto pelo currículo, pensando-se que a mesma deve ser tomada como ato de formação do estudante. Na Rede Federal EPT, verifica-se pela sua lei de criação (lei n. 11.892/2008) a existência de órgãos consultivos e deliberativos, nos quais exige-se a representatividade de todos os membros da comunidade escolar, incluindo os discentes. Contudo, destaca-se a dificuldade de se elegerem os representantes, dificuldade esta que pode ser também relacionada à tradição, reinante até meados dos anos 90, de se limitar a expressão e participação dos jovens (RELATÓRIO DO II ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DOS INSTITUTOS FEDERAIS DA REGIÃO SUL, 2012, s/n).

A partir do estudo dos documentos institucionais, a implementação das ações de Assistência Estudantil no âmbito da Rede de Educação Profissional Científica e Tecnológica (Rede EPCT) tem se dado através de uma descentralização parcial e aparente (DRAIBE, 2005): parcial no sentido de o Ministério da Educação descentralizar os recursos orçamentários para os institutos federais e estes optarem por trabalhar com o recurso centralizado na Reitoria ou descentralizado para o *campus* imediatamente após a sua liberação por parte da União; aparente no sentido de a implementação, a gestão e o monitoramento dessas ações apoiarem-se em estruturas decisórias e de poder ainda muito centralizadas, como o Conselho Superior.

d) *Avaliação do impacto das ações de Assistência Estudantil na permanência dos estudantes no âmbito dos Institutos Federais*: a Assistência Estudantil tem uma parte de suas ações caracterizadas pela seletividade no seu acesso pelos estudantes, o que tende a fragilizar sua amplitude e não resolver os problemas estruturais da sociedade. As ações focalizadas das políticas sociais não produzem mudanças estruturais na sociedade capitalista, sendo que, na Educação, a tendência é avançar no sentido de sua privatização (isto é o que busca o sistema) e ampliar a intervenção na focalização, o que, de fato, serve apenas para amenizar os impactos da pobreza severa e desigual.

Entretanto, algumas correntes afirmam que, em matéria de Política Social, é possível, diante das condições objetivas de sua operacionalização, que optar pela estratégia de realizar ações focalizadas se torna necessário para melhorar as condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, possibilitando o acesso a serviços e benefícios sociais no âmbito da política de Educação (DRAIBE, 2005).

e) *Avaliação do impacto das políticas afirmativas sobre as ações de Assistência Estudantil e alocação de recursos no âmbito dos Institutos Federais*: a aprovação e a

implantação da Lei nº 12.711/2012⁵², que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, com reserva de vagas estratificadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*, estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Essa ferramenta de acesso requer maior alocação de recursos para atendimento às ações de Assistência Estudantil, pois são estudantes com o perfil focalizado pelo PNAES.

Para amparar os estudantes que ingressaram por meio das cotas previstas na Lei nº 12.711/2012, no sentido de contribuir para o acesso à escolarização, o Governo Federal criou o Programa Bolsa Permanência, onde também há uma focalização na alocação dos recursos: somente estudantes que tiverem cinco horas-aula diárias ininterruptas farão jus à bolsa de R\$ 400,00, com exceção dos indígenas e quilombolas. Esse fato, que restringiu consideravelmente o público a ser atendido e deixou de fora os demais estudantes que ingressaram pelas cotas sociais, resultou num impasse⁵³ entre os Institutos Federais e o MEC, pois são raros os cursos nessa modalidade nos Institutos e os cursos noturnos ficaram de fora tanto nos IFs quanto nas universidades federais.

f) *A diversidade e a equivalência dos benefícios e dos serviços da Assistência Estudantil em âmbito nacional*: como pode ser observado pela análise de documentos institucionais de universidades e institutos federais, não existe uma uniformidade no valor do pagamento pecuniário de benefícios na modalidade de bolsa, com exceção do Programa Bolsa Permanência, instituído em 2013. Talvez as ações que mais se assemelhem sejam a prestação de serviços através de restaurantes universitários e de moradias estudantis.

g) *Integralidade das ações e regionalização*: esses princípios presentes nas demais políticas sociais são escassos de estudos específicos na área, mas de fundamental importância para qualificar a implementação e a gestão das ações de AE.

⁵² A Portaria Normativa nº 18 de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação, dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino que tratam a Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 e o Decreto 7.824 de 11 de outubro de 2012. Conhecida como “Lei de Cotas”.

⁵³ Informações mais detalhadas sobre essa questão estão presentes no *Relatório de Goiânia*, resultado do “I Seminário de Gestores de Assistência Estudantil” dos Institutos Federais, onde os participantes sugeriram alterações no Programa Bolsa Permanência para incluir os estudantes dos Institutos. O referido documento foi acessado através de grupo de *e-mail* específico. Não está disponível em *sites* institucionais. O resumo dos fatos contidos no referido grupo é que representantes do CONIF levaram os encaminhamentos do referido evento a representantes da SETEC/MEC, onde não lograram êxito.

De acordo com a diversidade de documentos que regulamentam as ações de AE no âmbito das instituições federais de ensino, nota-se que a implementação dessas ações tem revelado as seguintes características já elencadas nos estudos de Fiory (1997):

a) seletivo no plano dos usuários: sujeitos em vulnerabilidade social, conforme a maioria dos documentos institucionais e, preferencialmente, estudantes de graduação, oriundos de escola pública com renda *per capita* de até 1,5 salários mínimos. A seletividade encontrada nas ações de Assistência Estudantil indica a tendência de instituir benefícios orientados pela distribuição positiva em tensão com o princípio de universalidade (BEHRING, BOSCHETTI, 2007) no âmbito da política de Educação;

b) heterogêneo no plano dos benefícios disponibilizados: são dez linhas de ações que podem ser desenvolvidas, sendo que cada uma pode se desdobrar num leque ainda maior de ações, serviços e benefícios sociais; e

c) fragmentado no plano financeiro, visto que os recursos são insuficientes para desenvolver a totalidade das ações de maneira universalizada. O processo de implementação das ações de Assistência Estudantil no IFs anda está em curso, mas não há como desconhecer seu impacto na estrutura e nas rotinas de trabalho das referidas instituições e na permanência acadêmica dos estudantes que dela são usuários, principalmente os que se encontram em condições de pobreza e de vulnerabilidade social.

O processo de reorganização da economia mundial afeta a política de Educação, as crises fiscais e financeiras dos Estados adquirem caráter crônico e vêm sendo enfrentadas pelo receituário neoliberal com a proposta pura e simples de cortes cada vez mais profundos no gasto público, sobretudo o de natureza social (FIORY, 1997).

2 EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS INSTITUTOS FEDERAIS DA REGIÃO SUL: REVENDO A HISTÓRIA

O objetivo deste capítulo é sistematizar aspectos históricos quanto às experiências de implementação das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito dos Institutos Federais (IFs), a partir de 2010, com foco na região sul do Brasil.

Trata-se de uma síntese a respeito de eventos promovidos em âmbito nacional: Seminário “Construção de Princípios e Diretrizes”, realizado em Fortaleza/CE, promovido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); e regional: Encontros de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil realizados pelos Institutos da Região Sul, entre 2011 e 2012, nas cidades de Sapucaia do Sul/RS, São José /SC e Curitiba/PR, promovidos pelas seguintes instituições: Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL), Instituto Federal Farroupilha (IFF), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Instituto Federal Catarinense (IFC) e Instituto Federal do Paraná (IFPR).

Os eventos supracitados resultaram no Seminário de Gestores de Assistência Estudantil, realizado em 2013, na cidade de Goiânia/GO, do qual participaram representantes de toda a Rede EPCT; e na criação de um Grupo de Trabalho temporário no âmbito do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), que, até a conclusão desse trabalho, estiveram dando continuidade às suas reuniões a respeito dessa temática, realizadas por convocações emanadas do referido Conselho.

A mencionada sistematização se fundamenta, principalmente, na análise documental: relatórios dos eventos, grupos⁵⁴ de *e-mails*, *sites* oficiais institucionais e através de áudio, e, ainda, de forma empírica, com base em apontamentos realizados pela pesquisadora durante sua participação em tais discussões.

De acordo com a pesquisa documental realizada, constata-se que, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 29 de dezembro de 2008⁵⁵, ampliaram-se suas atribuições: esses Institutos passaram a estabelecer, nos seus documentos normativos, diretrizes, critérios e condições para o acesso e para a permanência dos estudantes nas ações previstas pelo PNAES (FDE/CONIF, 2010).

⁵⁴ Grupos de *e-mails*: assistentes sociais dos IFs e universidades; e gestores de Assistência Estudantil.

⁵⁵ Através da Lei nº 11.892/2008.

Para a sistematização dos documentos, no que foi possível, se optou por elencar seus aspectos mais importantes relacionados às dimensões conceitual, de operacionalização, de experiências e de encaminhamentos, conforme segue nas descrições seguintes.

2.1 PRIMEIROS PASSOS: O SEMINÁRIO DE FORTALEZA

Com relação à implementação do PNAES nos Institutos Federais, foi realizado, em 2010, o primeiro evento oficial, intitulado Seminário Nacional de Assistência Estudantil: “Construção de Princípios e Diretrizes”, realizado na cidade de Fortaleza/CE, organizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Ensino (FDE), do Conselho Nacional de Reitores dos Institutos Federais (CONIF), o qual resultou no *Relatório de Fortaleza*⁵⁶.

De acordo com o Relatório de Fortaleza, o referido seminário teve como objetivos (FDE; CONIF, 2010):

- a) discutir e apresentar o marco legal e conceitual essencial à construção de políticas de Assistência Estudantil;
- b) conhecer o papel dos profissionais diretamente envolvidos com a Assistência Estudantil e as possibilidades do trabalho integrado;
- c) munir os representantes dos IFs de informações relacionadas ao financiamento da Assistência Estudantil (fonte de recursos, matriz orçamentária, critérios de distribuição dos recursos na matriz orçamentária, aplicação dos recursos, possibilidades, rubricas e categorias de despesas);
- d) discutir acerca dos elementos essenciais à construção de uma Política de Assistência Estudantil e, por fim, elaborar proposta de diretrizes para a construção de políticas de Assistência Estudantil da Rede Federal – EPCT.

A realização do referido seminário foi fruto dos anseios dos Institutos Federais em obter maiores informações para sua execução, pois não existiam, na Rede EPCT, ações de Assistência Estudantil na amplitude proposta através do PNAES. As instituições dispunham de poucos recursos para a assistência ao educando.

Com a criação dos Institutos, com as exigências do Termo de Metas de cada IF e, principalmente, com a adesão ao Exame Nacional de Ensino Médio e ao Sistema de

⁵⁶ Documento não disponível publicamente. Para esse estudo, foi acessado junto à Diretoria de Gestão de Assistência Estudantil do IF Sul-rio-grandense.

Seleção Unificada ENEM/SISU, o MEC entendeu a necessidade de a Rede EPCT possuir um programa de assistência nos moldes das universidades. A adesão ao ENEM/SISU trouxe uma complexidade às instituições de ensino, que fez com que se considerasse a Assistência Estudantil diferenciada, mas levando em conta as especificidades dos institutos (FDE; CONIF, 2010).

O seminário realizado apresentou um breve levantamento das práticas de Assistência Estudantil que estavam sendo realizadas até aquele momento nos IFs e, ainda, proporcionou a discussão sobre indicadores de vulnerabilidade social.

Através da análise documental, identificaram-se dúvidas, indefinições e recomendações, apontados pela plenária, no plano das políticas sociais. A maior parte foi com respeito à concepção de Assistência Estudantil e nos aspectos de gestão orçamentária, como destacamos a seguir (FDE; CONIF, 2010):

a) *universalização e/ou focalização*: a orientação foi de que não existe divisão da assistência em atendimento universal e atendimento focalizado. Os gestores devem estar atentos ao perigo de restrição da vulnerabilidade ao aspecto financeiro: o conceito de vulnerabilidade é amplo e não se restringe à questão econômica, mas também aos aspectos psicológicos, pedagógicos e sociais. Há preocupação com o entendimento de uma assistência que se limite ao repasse financeiro ao aluno, uma vez que os programas universais são essenciais;

b) *contrapartida através de atividades laborais*: práticas herdadas de outros programas foram questionadas quanto a sua continuidade. A plenária indicou que o estudante, na Assistência Estudantil, não deve dar sua contrapartida através de atividades consideradas laborais.

c) *terminologia a ser utilizada*: os debates apontaram uma diversidade de terminologias que eram utilizadas para o repasse de auxílios financeiros, dentre as quais, bolsa, benefício, auxílio e apoio. Os participantes indicaram que se evitasse o termo “bolsa” e se optasse por “auxílio”, “benefício” ou “assistência financeira de apoio ao estudante”;

d) *público a que se destina*: os debates se concentraram no fato de o PNAES, no texto normativo, não contemplar os estudantes do ensino médio.

No tocante às ações de Assistência Estudantil no ensino a distância (EAD), uma corrente considerava que esta, por não ser uma modalidade presencial, implica em não necessitar de programas de assistência, razão pela qual não se justificaria seu atendimento. Outra corrente defendia que a EAD é considerada para o orçamento da

instituição e, portanto, também deve ser levada em conta para fins de acesso às ações de Assistência Estudantil, pois os alunos dessa modalidade contam para a previsão orçamentária da instituição. O aluno da EAD também frequenta encontros presenciais e precisa de apoio a sua permanência. A tendência foi no sentido de que a EAD fosse contemplada no decreto do PNAES e de que seria necessário pensar em outras modalidades de auxílios para esse público, tais como estágio, monitoria, extensão;

e) aspectos de sua gestão e operacionalização:

- havia a necessidade de definir indicadores para a política;
- os recursos deveriam ser aplicados, prioritariamente, para os estudantes em vulnerabilidade social. Uma corrente defendia essa aplicação apenas em custeio, enquanto a outra argumentava que poderia ser aplicado também em investimento;
- houve o entendimento de que cabe a cada instituição conhecer seu perfil, suas necessidades e usar da criatividade para assistir seus alunos.

Os encaminhamentos do evento foram os seguintes: a criação de decreto específico para a Rede Federal de EPCT e criação das diretrizes operacionais; e a institucionalização de um GT Nacional de Assistência Estudantil, com a finalidade de construir as diretrizes nacionais dos Institutos Federais para Assistência Estudantil.

2.1.1 O trabalho do GT Nacional de Assistência Estudantil

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2011, o GT Nacional de Assistência Estudantil dedicou-se à elaboração do decreto e das diretrizes nacionais para a Assistência Estudantil na Rede EPCT e aos encaminhamentos do Seminário de Fortaleza. Em março do mesmo ano, aconteceu a apresentação da minuta de decreto específico para a Rede EPCT e das diretrizes, no FDE, que posteriormente foram encaminhadas ao CONIF e à SETEC.

O documento construído pelo GT Nacional de Assistência Estudantil (FDE, 2011), além da concepção da política, dispôs sobre sua finalidade, gestão e recursos orçamentários, conforme exposto a seguir.

a) *Concepção:* a Assistência Estudantil é entendida numa perspectiva da educação como direito, em compromisso com a formação integral do sujeito. Configura-se como uma política que estabelece um conjunto de ações que buscam

reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social no percurso formativo dos estudantes.

b) Público: destina-se aos estudantes matriculados na Rede EPCT, independente da modalidade de ensino, prioritariamente aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social⁵⁷.

c) Finalidade: a finalidade da Assistência Estudantil é ampliar as condições de permanência e apoio à formação acadêmica de estudantes da Rede EPCT.

Quanto ao aspecto político, foi indicada a necessidade de criar uma Coordenação de Assistência Estudantil na estrutura da SETEC. A partir de então, essa demanda se mantém em todos os eventos.

d) No que se refere à gestão, operacionalização e recursos:

- acesso a dados: necessidade de a Rede EPCT construir mecanismos ou eleger indicadores comuns de acompanhamento e avaliação, para uso das instituições;
- equipe multiprofissional: constituição de equipe básica em cada *campus*, com a presença de psicólogo, pedagogo e assistente social, na perspectiva de trabalho integrado, não excluindo a participação e inclusão de outros profissionais como enfermeiros, médicos, odontólogos, professores, entre outros, considerando as atribuições regulamentadas pelas categorias. Essa demanda se manteve ao longo dos eventos seguintes;
- divisão dos recursos: na distribuição interna dos recursos a instituição deverá estabelecer como critério a divisão por número de matrículas juntamente com indicadores de vulnerabilidade territorial do *campus* e seu entorno, tais como: IDH, Coeficiente de GINI, PIB *per capita*, Renda da Vasta Maioria, IDEB, entre outros;
- normativas institucionais: cada instituição da Rede EPCT deverá regulamentar as ações de Assistência Estudantil, conforme decreto proposto: PNAES-EPCT;
- ampliação e democratização das discussões: tornar sistemática a discussão sobre a Assistência Estudantil na rede EPCT, sugerindo a criação de um

⁵⁷ Entendendo vulnerabilidade Social como processo de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social e territorial. Fonte: documento não oficializado, produzido pelo GT Nacional de Assistência Estudantil. Acessado junto à DIGAE/IFSUL.

fórum de Assistência Estudantil, em articulação com outros fóruns afins dessa rede;

- focalização: o recurso financeiro deverá ser utilizado prioritariamente para o atendimento aos estudantes que se encontram em vulnerabilidade social. A rubrica de Assistência Estudantil deverá ser destinada para custeio, prioritariamente, para repasse financeiro direto ao estudante. Podem ser previstas ações que contribuam, como restaurantes, alojamentos, transporte, material didático, entre outras de caráter socioeconômico. A aplicação desses recursos em investimento deverá ser realizada com a aprovação do Conselho Superior⁵⁸ da Instituição, exclusivamente;
- implementação e consolidação da Política Nacional de Assistência Estudantil da rede EPCT, garantindo os investimentos presentes e futuros, conforme estabelecido no Termo de Acordo de Metas e Compromissos, podendo cada instituição incrementar os recursos investidos em Assistência Estudantil;
- apresentação de novos indicadores para a distribuição da matriz orçamentária;
- contrapartida: há uma orientação nacional sobre a extinção da contrapartida de trabalho do estudante como requisito para o repasse financeiro de auxílios. Ao longo dos eventos, essa pauta foi retomada e foram incluídos aspectos de frequência e aproveitamento acadêmico;
- prioridade no atendimento aos estudantes oriundos de outros estados por adesão ao SISU, que, pelas condições socioeconômicas, apresentem necessidades para o recebimento de auxílios.

Sendo assim, essa iniciativa possibilitou que os Institutos Federais construíssem suas normas institucionais e fortaleceu o trabalho de alguns que já vinham realizando ações neste sentido.

Portanto, a análise dos documentos revelou que os Institutos Federais esperam que o impacto das ações previstas no Decreto nº 7.234/2010 seja a permanência, a melhoria do desempenho acadêmico e o êxito dos estudantes.

Porém, visto que estas medidas são motivadas pela influência de organismos multilaterais, a expansão da Assistência Estudantil, ainda que focalizada, serve às ideologias de ascensão social pela via da Educação, num período de aprofundamento

⁵⁸ De acordo com a lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008), o Conselho Superior é de caráter deliberativo, formado por representantes dos docentes, dos servidores técnico-administrativos, dos estudantes e egressos, dos representantes da sociedade civil, do MEC e do Colégio de Dirigentes, garantindo-se a participação paritária.

das expressões da questão social. O acesso massificado à educação pública não respeita o direito às condições essenciais que garantam princípios pedagógicos básicos como o ensino presencial, a infraestrutura adequada e professores suficientes, resultando numa redução da qualidade defendida pelos movimentos sociais e inscrita na Constituição Federal de 1988 (CISLAGHI; SILVA, 2011).

2.2 O MOVIMENTO DOS GESTORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DOS INSTITUTOS FEDERAIS DA REGIÃO SUL

A partir de 2011, foram destinados R\$ 150 milhões para investimento em ações de Assistência Estudantil, pelo Ministério da Educação, à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Foi a primeira vez que a referida Rede recebeu repasses específicos para aplicar em programas dessa natureza⁵⁹.

Entretanto, a implementação das ações variava de acordo com a instituição e o perfil dos estudantes, não havendo uma gestão, em âmbito federal, por parte da SETEC/MEC, a exemplo do que acontece em programas sociais com grande volume de recursos orçamentários, como a Bolsa Família e demais programas no âmbito da política de Educação. Os IFs foram implementando ações do PNAES, conforme sua realidade e suas condições de trabalho, de acordo com suas concepções sobre essas ações, sem uma gestão coordenada por parte da referida secretaria ministerial.

Diante das dificuldades e limitações que, esperadamente, começaram a acontecer na realização dessa ação, os gestores da região Sul do país, abrangendo o IFPR, o IFC, o IFSC, o IF Farroupilha, o IFRS e o IFSUL, traçaram a seguinte estratégia: realizar encontros regionais entre os setores sistêmicos⁶⁰, a fim de trocar experiências na temática, unir esforços e organizar uma articulação política organizada que abrisse um diálogo efetivo com a SETEC/MEC.

⁵⁹ Informação disponível em: <<http://www.conif.org.br/component/content/article/14-midia/ultimas-noticias/73-rede-federal-recebera-recursos-para-assistencia-estudantil>>. Acesso em: 26 ago. 2013. Antes, a reserva de verbas era decidida internamente pelos membros da Rede.

⁶⁰ Setores sistêmicos: pró-reitorias, diretorias, coordenadorias e/ou departamentos responsáveis pela gestão do programa de Assistência Estudantil nos IFs.

2.2.1 Encontros de setores sistêmicos de Assistência Estudantil dos IFs da Região Sul: tecendo relações

A partir de 2011, os IFs da Região Sul estabeleceram uma série de encontros para ampliar as discussões sobre a implementação das ações do PNAES nos seus *campi* e estabelecer relações políticas que fortalecessem suas reivindicações perante a SETEC/MEC. O quadro a seguir mostra o cronograma desses eventos:

EVENTO	PERÍODO	LOCAL	REALIZAÇÃO
I ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL	04 e 05 de agosto de 2011	Sapucaia do Sul/RS	IFSUL
II ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL	21, 22 e 23 de novembro de 2011	São José/SC	IFSC
III ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL	10 e 11 de dezembro de 2012	Curitiba/PR	IFPR

Quadro 4 - Cronologia dos encontros de setores sistêmicos de Assistência Estudantil da região sul.

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Os resultados das discussões e dos encaminhamentos foram retirados dos relatórios dos referidos eventos. Vejamos o quadro a seguir:

EVENTO	PAUTAS
I ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL	Experiência das Universidades Federais com AE Implantação e desenvolvimento da AE em cada Instituto Assistência para estudantes do PROEJA Recursos para os <i>campi</i> com Agropecuária e Regime de Internato Pleno (RIP) Atenção à saúde Avaliação das Políticas da AE nos IFs
II ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL	Assistência Estudantil na Rede EPCT: construção do movimento nacional e repercussão nos IFs Assistência Estudantil: política ou programa? Equipe Básica Multiprofissional: papel das áreas profissionais na execução da política de Assistência Estudantil Questões Disciplinares e Contrapartida na Assistência Estudantil: relato dos IFs Apresentação das Avaliações sobre a Assistência Estudantil nos IFs Apresentação da proposta instrumental para a coleta de dados do perfil socioeconômico dos alunos Participação e Controle Social por parte da comunidade discente
III ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA	As configurações da Assistência Estudantil na SETEC Ações do IFPR – Política de Ensino e Assistência Estudantil A Discussão da Política de Cotas: debate sobre o Decreto nº 7.824/2012 e

ESTUDANTIL REGIÃO SUL	DA	sua implicação na Assistência Estudantil Relato dos IFs sobre a estrutura organizacional e funcional da Assistência Estudantil Modelo de instrumento de pesquisa socioeconômica: sistematização das contribuições do grupo e relato de experiência piloto Trabalho em grupo: temas para discussão subsidiados por documento orientador: contrapartida; ações universais: atenção à saúde e alimentação escolar; pessoas com necessidades educacionais específicas; questões disciplinares; evasão escolar; esporte Reuniões dos Assistentes Sociais Reunião dos Gestores de Assistência Estudantil
--------------------------	----	---

Quadro 5 - Pautas dos encontros de setores sistêmicos de Assistência Estudantil da região sul

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Alguns assuntos se repetem nas pautas dos eventos: no plano das concepções presentes na Assistência Estudantil: (política ou programa), critérios, contrapartida, público ao qual as ações se destinam; no plano da sua implementação, gestão e execução: equipes multidisciplinares, gestão sistêmica, regulamentação das ações, custeio e investimento, pesquisa sobre o perfil dos estudantes da Rede EPCT, obtenção de dados de frequência e aproveitamento; e no plano da representação política desse programa junto à SETEC/MEC: equipe técnica multidisciplinar, setor específico na referida secretaria ministerial para tratar de questões referentes à Assistência Estudantil, grupo de trabalho e/ou câmara para subsidiar as decisões do CONIF sobre a referida temática.

2.2.1.1 Sapucaia do Sul/RS

O *Relatório de Sapucaia*⁶¹, relativo ao I Encontro de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil dos IFs da Região Sul, elenca as problematizações estabelecidas nas discussões do referido evento, sobre a implantação e implementação da Política de AE nos IFs da região sul. A seguir, discorreremos sobre as principais considerações.

1. *Discussão sobre “o PNAES” ou “a PNAES”*⁶²: identificou-se, entre os Institutos presentes que alguns estavam utilizando como referência normativa o Decreto nº 7.234/2010 (PNAES), enquanto outros estavam se orientando por uma minuta de decreto intitulada “A Política Nacional de Assistência Estudantil da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – PNAES – EPCT”, não oficial,

⁶¹ Documento não publicado, acessado pela pesquisadora através da instituição na qual é servidora (IFSul-rio-grandense).

⁶² No Seminário “Construção de Diretrizes para a Política de Assistência Estudantil da Rede EPCT”, realizado nos dias 06 e 07 de dezembro de 2010, em Fortaleza/CE, a plenária do evento apontou a necessidade urgente de um “PNAES” próprio da Rede EPCT, deixando sua elaboração a cargo do GT Nacional.

elaborada pelo GT Nacional. Esse fato foi mais um complicador, ocasionando divergências entre os gestores na execução e normatização das ações. Para essa questão, os participantes buscariam uma definição por parte do FDE/CONIF quanto ao documento que embasaria as ações de AE nos IFs.

Sobre a concepção da Assistência Estudantil nos IFs, um dos poucos documentos oficiais, após o Seminário de Fortaleza, é o Ofício Circular nº 42/2011/GAB/SETEC/MEC, de 03 de maio de 2010⁶³, o qual dispõe que as ações de Assistência Estudantil deveriam considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras de alunos das classes populares, especialmente os oriundos do meio rural, pertencentes a comunidades indígenas e quilombolas.

2. *Contrapartida*⁶⁴ *do estudante através de trabalho e aproveitamento acadêmico*: identificou-se nas instituições presentes a continuidade da adoção da contrapartida laboral como critério para a continuidade do estudante na Assistência Estudantil; os índices de aproveitamento acadêmico também eram diferentemente utilizados pelas instituições presentes, sendo que algumas não os adotam como contrapartida; apenas a obrigatoriedade de frequência continuou sendo consenso. Apesar das disparidades na forma de gestão e nos tipos de concepção, a plenária do evento referendou que fossem oficializadas, pela SETEC/MEC, as “Diretrizes Nacionais para a Política de Assistência Estudantil nos IFs”, elaboradas e propostas pelo Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil formado no Seminário de Fortaleza em 2010, a fim de reduzir as injustiças no atendimento aos estudantes.

3. *Princípio da ampla divulgação*: foi referendado o princípio da ampla divulgação dos recursos disponibilizados pelo Governo Federal para fazer frente aos serviços, benefícios, programas e projetos de Assistência Estudantil, bem como seus critérios para acesso e permanência.

⁶³ Nota-se que o ofício oriundo da SETEC foi encaminhado com um erro na data: onde se lê “03 de maio de 2010”, deve-se ler “03 de maio de 2011”.

⁶⁴ Apesar de estar previsto no item 4, referente à Gestão, da proposta de Diretrizes Nacionais da Política de AE dos IFs, a “extinção da contrapartida de trabalho do estudante como requisito para o repasse financeiro de auxílios”, e da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, o antigo projeto bolsa de trabalho não deveria permanecer nos IFs como benefício da política de AE, utilizando-se o recurso da Ação 2994. Na plenária, foram manifestadas posições diversas, reforçando a necessidade de haver, na SETEC, uma equipe com profissionais de referência e ordenamento central sobre determinados parâmetros, no sentido de acompanhar a execução do GT Nacional Permanente.

4. *Implantação e implementação de uma Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais em âmbito nacional*: considerou-se a necessidade da construção de uma Política de Assistência Estudantil nos IFs, a exemplo das universidades federais, considerando a especificidade de sua estrutura *multicampi* e a diversidade do perfil dos estudantes. Para o atendimento qualificado dessa demanda, foram considerados dois aspectos fundamentais:

a) formação de um Grupo de Trabalho permanente, com duração suficiente para implantar e implementar ações de Assistência Estudantil;

b) representação, na SETEC e nas Reitorias, de técnicos em Serviço Social, Psicologia e Pedagogia (equipe mínima) para nortear diretrizes dessas ações e acompanhar sua implantação e implementação.

5. *Gestão sistêmica das ações de AE, relativamente compartilhada*: apontou-se para a necessidade de um trabalho sistêmico da AE nos institutos, propondo a formação de Comitês Gestores ou Câmaras de Assistência Estudantil, com representação de profissionais que trabalham na AE, com a finalidade de contribuir para a integração dos *campi* na busca de um constante aperfeiçoamento e desenvolvimento das questões relacionadas.

6. *Assistência Estudantil na estrutura organizacional dos IFs*: sugeriu-se uma padronização na estrutura organizacional dos Institutos, em razão de a diversidade⁶⁵ na lotação da Assistência Estudantil afetar tanto a autonomia no desenvolvimento das ações quanto o fluxo das informações.

7. *Planejamento das ações de AE*: tanto no âmbito da Reitoria quanto no *campi*, os objetivos e metas referentes às ações de Assistência Estudantil devem ser contemplados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de modo que estejam em consonância com os objetivos e metas propostos no âmbito da instituição, possibilitando sua avaliação sistemática.

a) *Linhas de avaliação para as ações de AE*: foi proposta a adoção de uma metodologia de avaliação nos IFs: periódica (alcance dos objetivos) e de impacto (alterações ocorridas na vida acadêmica dos estudantes), com indicadores comuns que viabilizem uma análise comparativa na Rede EPCT e o planejamento de novas

⁶⁵ Nas instituições participantes, a Assistência Estudantil estava lotada nas pró-reitorias de ensino, ou nas pró-reitorias de extensão, ou diretamente ligadas ao Gabinete do Reitor, ou, ainda, não estava definido pela instituição onde deveria esta posicionada.

intervenções. Porém, a definição desses indicadores dar-se-á a partir da experiência de avaliação nos IFs da Região Sul.

b) *Necessidade de definição do público a ser atendido pela AE nos IFs*: constatou-se, nos Institutos da Região Sul, uma diversidade de interpretações sobre o público a ser atendido pelas ações de Assistência Estudantil, que incluía estudantes da Educação a Distância (EAD) e de programas como CERTIFIC e Mulheres Mil. A redação dos artigos 3º e 4º da referida legislação e a falta de normativa específica para os Institutos Federais favorecem essas disparidades.

c) *Rubricas de custeio e investimento*: a plenária identificou a necessidade de um diálogo permanente entre os setores de administração e os setores de AE, para que se estabeleça uma relação de transparência do uso e da gestão do recurso público. A execução do recurso na rubrica custeio pressupõe um conhecimento técnico da equipe de AE e o entendimento do que se configura objeto de Assistência Estudantil.

d) *Formas de repasse⁶⁶ financeiro do recurso da AE*: reforçou-se a necessidade de uma equipe técnica na SETEC, que dialogue com as coordenadorias e núcleos de AE dos IFs e, paralelamente, a criação de um grupo de trabalho que atente para essas questões. Os participantes ressaltaram que somente a partir de uma avaliação da implementação das ações do PNAES, tanto de processo quanto de impacto, é possível verificar se o investimento realizado atingiu seus objetivos, o que subsidiaria as decisões dos gestores quanto ao repasse financeiro através do pagamento de bolsas.

e) *Construção de instrumento único de pesquisa do perfil dos estudantes dos Institutos Federais*: os participantes consideraram imprescindível para o planejamento, a execução e o monitoramento de políticas sociais nos Institutos, conhecer permanentemente a realidade dos discentes dos IFs, identificar o perfil do estudante da Rede EPCT, a exemplo das universidades federais, no que tange às condições materiais de vida e aos indicadores sociais que se fizerem necessários, a partir de um instrumento padrão para os IFs, adotando a obrigatoriedade no seu preenchimento.

⁶⁶Havia, entre algumas instituições, ainda, certa resistência quanto ao pagamento de auxílios através de bolsas, como depósito bancário na conta do estudante. Porém, no documento do GT nacional, consta que a rubrica de AE deverá ser destinada para custeio, **prioritariamente, para repasse financeiro direto ao estudante**, podendo, também, prever a utilização do recurso para viabilizar benefícios materiais que contribuam com sua permanência na instituição, a exemplo de alimentação, alojamento, transporte, material didático, entre outros, de caráter socioeconômico (GT-ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. DIRETRIZES NACIONAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. Documento não publicado).

f) *Desenvolvimento de um software para acesso efetivo a dados acadêmicos*: o acesso sistemático a informações acadêmicas dos estudantes é imprescindível⁶⁷ para a gestão, havendo a necessidade do desenvolvimento imediato de um *software* que agilize o processo de análise da frequência e desempenho acadêmico, para agir preventivamente. O objetivo seria o de minimizar os casos de retenção e de evasão e implantar e implementar as ações de AE que necessitem definir critérios e metodologia de trabalho. Inerente a isso está a necessidade de alimentação contínua e regular, por parte do corpo docente, dos dados de frequência e pontual dos dados de aproveitamento.

8. *Equipes mínimas multidisciplinares*: constatou-se que nos IFs, em decorrência da falta de equipe multidisciplinar nos *campi*, diversas categorias profissionais assumem atribuições e competências não condizentes com sua formação, principalmente no que se refere à realização de estudos socioeconômicos⁶⁸ para acesso às ações do PNAES. Os Institutos tornam-se vulneráveis à fiscalização dos Conselhos Profissionais, caracterizando uma situação deve ser observada pelas Reitorias e coibida com veemência.

Nota-se que alguns encaminhamentos realizados no Seminário de Fortaleza e pelo GT de Assistência Estudantil continuaram sendo pauta no âmbito das instituições da Região Sul, sendo que algumas orientações foram seguidas e outras não, como a exclusão da contrapartida laboral para percepção de auxílio financeiros da Assistência Estudantil e a aplicação do recurso orçamentário, preferencialmente, na rubrica custeio.

Questões como o público a ser atendido segue como demanda para que o texto do Decreto nº 7.234 seja alterado, de forma que atenda as especificidades dos IFs, ou que um novo decreto exclusivo para IFs seja aprovado em todas as instâncias.

As questões elencadas no Encontro foram remetidas formalmente ao FDE/CONIF para os encaminhamentos necessários. Porém, não houve retorno oficial

⁶⁷ A ausência de acesso sistemático a esses dados impede que a instituição trabalhe, preventivamente, o acompanhamento e a intervenção nos casos de retenção e evasão e nas dificuldades nos processos de ensino e aprendizagem que podem impedir a permanência e diplomação de estudantes, fato que ocasiona um desperdício da força de trabalho das equipes técnicas que necessitam definir critérios e metodologias de trabalho, que poderiam ser desempenhados de forma mais eficaz. A dificuldade de acesso imediato aos dados de frequência, aproveitamento e evasão dos alunos beneficiados impossibilita o cumprimento dos objetivos da Assistência Estudantil, colocando em risco o impacto dessas ações. A obtenção desses dados é fundamental para análises de impacto e, até mesmo, de estudos comparativos das política de Educação e das ações de Assistência Estudantil e, também, para elaboração e cumprimento de normativas institucionais.

⁶⁸ Competência do assistente social, conforme artigo 4º da Lei nº 8.662/93.

da SETEC sobre os itens elencados no Relatório de Sapucaia⁶⁹. Foram, ainda, indicados assuntos para a pauta do II Encontro Regional.

2.2.1.2 São José/SC

De acordo o Relatório de São José⁷⁰, a estrutura e a dinâmica do evento compreenderam o aprofundamento das dimensões teóricas que perpassam a Assistência Estudantil no âmbito da política de Educação, envolvendo relatos de experiência quanto às propostas oriundas do primeiro encontro e os encaminhamentos adotados.

1. *No âmbito das políticas sociais*: a concepção de Educação e de Assistência Estudantil, objetivos do PNAES, estão fundamentadas na ótica dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988, que estão sob a responsabilidade do Estado:

As instituições de ensino devem estar a serviço da coletividade, bem como promover políticas públicas de acesso e permanência para a inserção profissional, enfim, deve-se ter como foco a democratização do ensino, assim, buscando superar a desigualdade social (RELATÓRIO DO II ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DOS INSTITUTOS FEDERAIS DA REGIÃO SUL, 2012, p. s/n).

Afirmou-se a necessidade de a Assistência Estudantil ser uma política pública. Neste sentido, um dos debates propôs o seguinte questionamento: “Assistência Estudantil: política ou programa?”. Essa discussão já havia iniciado no encontro anterior, em Sapucaia do Sul. Segundo José Leonel da Luz Antunes⁷¹, o formato da Assistência Estudantil foi sendo delineado a partir de muitas lutas internas nas

⁶⁹ Esse relatório foi encaminhado ao coordenador do Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE), órgão de natureza consultiva e de assessoramento ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional (CONIF). Contudo, o GT responsável pela execução do relatório não obteve retorno (RELATÓRIO DO II ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DOS INSTITUTOS FEDERAIS DA REGIÃO SUL, 2012, p. s/n).

⁷⁰ Relatório do II Encontro de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil dos Institutos Federais da Região Sul, disponibilizado por meio de *e-mail* enviado à Diretoria de Gestão de Assistência Estudantil do IFSul-rio-grandense. Não publicado.

⁷¹ A discussão do referido tema foi proferida pelo Prof. José Leonel da Luz Antunes (DIGAE/IFSUL), que foi presidente do FONAPRACE de 1999 a 2000, responsável por entregar em mãos ao então vice-presidente da República, Marco Maciel, a versão do Plano Nacional de Assistência Estudantil, que foi, pela primeira vez, inserido no Plano Nacional de Educação. Na época em que foi membro do referido Fórum, o Prof. José Leonel da Luz Antunes era Coordenador de Assuntos Estudantis e Comunitários na Universidade Federal de Pelotas. Atualmente, é professor lotado no *Campus* Pelotas-Visconde da Graça, do Instituto Federal Sul-rio-grandense, mas desenvolve suas atividades na Reitoria, a convite do Reitor. Foi Coordenador de Apoio ao Estudante (CAPE), na Diretoria de Gestão de Assistência Estudantil (DIGAE), no período de 2010 a 2011.

instituições federais de ensino superior (IES). A debatedora Aparecida Rocha Gonçalves⁷² apontou que é preciso olhar a história de lutas relacionadas à Assistência Estudantil para perceber que, ainda que não se tenha clareza se o adequado é uma política ou um Programa Nacional de Assistência Estudantil, esta é, sem dúvida, uma questão política.

2. *Dimensão da participação e controle social na Assistência Estudantil*: o objetivo dessa discussão foi identificar estratégias e metodologias para qualificar a inserção da comunidade discente nos processos de gestão acadêmica, no sentido de assegurar a gestão democrática da escola no processo de tomada de decisões, definindo-se, coletivamente, o rumo dos trabalhos. A reflexão, promovida pela assistente social Conceição Santos⁷³, apontou alguns desafios à gestão democrática desejada, a saber: a falta de preparo educacional da população em geral; pouca transparência quanto aos atos e dados administrativos; legislação complexa e de difícil compreensão; pouca participação em instituições de classe; baixa confiabilidade nos agentes públicos; alto grau de impunidade.

Esse ponto representa um significativo avanço nos debates traçados pelos gestores e profissionais da Região Sul, visto que a maior parte das normativas institucionais relativas à Assistência Estudantil não trata desse aspecto, tema que merece estudo aprofundado.

No tocante à equipe básica multiprofissional e o papel das áreas profissionais na execução da Assistência Estudantil⁷⁴, trabalhou-se com a proposta de uma equipe constituída por assistente social, psicólogo e pedagogo, acrescentando o técnico em assuntos educacionais. Através de oficinas coordenadas pelos profissionais da área, foi discutido o papel de cada profissional nessa equipe e constatou-se que é importante não se trabalhar com uma ideia rígida e limitada de profissionais e funções, mas que são necessárias reflexões mais aprofundadas, sempre buscando perquirir os meios de constituir uma equipe articulada de trabalho, sem excluir outras categorias profissionais.

3. *Regulamentação da Assistência Estudantil*: quanto ao aspeto político, observou-se que as diretrizes estabelecidas a partir das discussões provenientes do Seminário de Fortaleza ainda não estavam sendo aplicadas pela Rede EPCT, visto que

⁷² Assistente Social do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

⁷³ Assistente Social do Instituto Federal de Santa Catarina.

⁷⁴ Conforme as diretrizes sugeridas pelo GT-AE, constituído durante o Seminário de 2010, em Fortaleza, existiria a necessidade de estabelecer uma equipe multiprofissional para a execução e operacionalização da política de AE em cada Reitoria e em cada *campus*.

esse documento normativo ainda não havia sido aprovado e referendado, formalmente, pela SETEC. A constituição de uma política permanente de Assistência Estudantil ainda necessitava ser amplamente discutida na Rede. Ressaltou-se que, para sua efetiva operacionalização, é necessário definir responsabilidades, atribuições, normas e processos, estabelecer metodologias, desenvolver sistema informatizado, definir profissionais necessários para a constituição de equipe multiprofissional.

4. *Relato das experiências*: serão elencadas as principais, conforme relatório do evento:

a) contrapartida na Assistência Estudantil: são observados, mas não de forma homogênea, outros tipos de contrapartida, como a exigência do cumprimento de atividades laborais (correlatas ao curso), utilização adequada do benefício, rendimento acadêmico e questões disciplinares;

b) frequência acadêmica regular: critério básico para acesso e apresenta-se como critério comum para a manutenção do benefício nos Institutos Federais da Região Sul. É consenso nas discussões a necessidade de um sistema acadêmico informatizado, pois ainda são tomadas práticas de controle manual de frequência, o que, além de não se mostrar prático, pode apresentar-se ineficaz, pela dificuldade de manter os dados atualizados;

c) desempenho acadêmico: o IFSC manifestou que este não pode ser cobrado como contrapartida, uma vez que isso descaracteriza a concepção de educação como direito de todo cidadão;

d) questões disciplinares: ponto polêmico durante os debates, mostrou que em muitos *campi* a responsabilidade pelo trato dessas questões está sob a responsabilidade do setor de Assistência Estudantil, fato que causa desconforto aos seus trabalhadores, que encontram dificuldades em executar uma política de direito, perante a atribuição punitiva do setor⁷⁵. Como não restaram encaminhamentos sobre essa questão, o relatório apontou que são necessárias maiores reflexões quanto ao papel do controle disciplinar no trabalho da Assistência Estudantil.

5. *Avaliação sobre a Assistência Estudantil nos IFs*: as práticas⁷⁶ compartilhadas baseiam-se na aplicação de questionários, geralmente com perguntas abertas e fechadas, aos alunos beneficiados e também aos servidores do *campus*. Foi consenso a

⁷⁵ Apontamentos realizados pela pesquisadora durante o evento.

⁷⁶ Em muitos IFs, a Assistência Estudantil estava em processo de implementação, por isso poucas práticas consolidadas de avaliação foram relatadas. Algumas instituições estão mais adiantadas no que se refere a processos de avaliação, porém todas estão buscando desenvolver e aperfeiçoar esta prática.

necessidade de se promoverem formas de avaliação dessas práticas, visto que é de extrema importância para o redirecionamento e melhoria dos programas de AE nos IFs. No entanto, verificou-se uma grande dificuldade no que se refere à obtenção dos dados de frequência, apresentados como um dos critérios básicos para a concessão e permanência do estudante no benefício da AE, e indicadores para metodologias de avaliação de impacto.

Outra requisição relativa ao aspecto avaliativo feita pelos participantes diz respeito à necessidade de um sistema informatizado efetivo para a formação de um banco de dados referente à coleta de informações quanto ao perfil socioeconômico dos alunos, uma vez que se busca compreender as demandas por AE.

Como vimos, as maiores contribuições do II Encontro de Setores Sistêmicos foram o esforço em realizar uma discussão qualificada no plano das dimensões conceituais e teóricas, para que se pudesse dar continuidade aos debates futuros e se pudesse esclarecer dúvidas e corrigir equívocos na implementação das ações que viessem a ferir os direitos sociais. De igual relevância foi a estratégia política articulada entre os participantes para criar um diálogo com a SETEC.

2.2.1.3 Curitiba/PR

O empenho dos IFs dos estados da região sul (IFSul-rio-grandense, IFRS, IF Farroupilha, IFSC, IF Catarinense e IFPR) em comprometer a SETEC com a gestão dos recursos do PNAES nos IFs continuou no ano de 2012: deram continuidade aos Encontros Regionais de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil.

O encontro que estava previsto para o primeiro semestre de 2012, conforme encaminhamentos do segundo encontro, ocorrido no *Campus* São José/SC, não aconteceu, pois uma greve nas instituições federais de ensino superior e nos IFs começou em final de junho e foi até agosto. Esse fato foi um dos limitadores para que o evento acontecesse ainda em outubro ou novembro, vindo a ocorrer sua terceira edição, somente em dezembro de 2012, em Curitiba/PR. A seguir, abordamos os principais aspectos do evento:

1. *Ausência do representante da SETEC/MEC*: para o III Encontro de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil, foi incluída na pauta do evento, uma mesa com um representante da SETEC/MEC com o tema “Configurações da Assistência Estudantil na SETEC”. Quem confirmou presença no evento, representando a referida

secretaria foi a Secretária de Políticas Públicas da SETEC. Porém, na semana anterior ao evento, cancelou sua participação, não indicando nenhum outro representante em seu lugar.

Esse fato decepcionou os gestores dos institutos da Região Sul, que vinham empenhando esforços na tentativa de que a SETEC tratasse com as bases de assuntos referentes à Assistência Estudantil. Os participantes da mesa ainda destacaram a dificuldade que encontraram em conseguir contatar a representante da SETEC, o que indica, na sua conclusão, uma considerável centralização da secretaria na gestão política de suas ações. A ausência de um representante da referida secretaria ministerial na mesa com a referida pauta gerou muitos questionamentos entre os participantes do evento⁷⁷, dentre os quais destacamos: “*como faremos para sermos ouvidos pela SETEC?*”.

2. *Fórum/Câmara de Assistência Estudantil no âmbito do CONIF*⁷⁸: os debates mencionaram que modificações acontecidas em 2012 nos níveis de gestão do Ministério da Educação tiveram implicações/repercussões, tais como mudanças na mentalidade e na filosofia das pessoas que lá trabalham e descontinuidade de ações. Este fato reforçou a proposta da criação de um Fórum de Assistência Estudantil no CONIF para obter maior força política no Conselho, o que foi considerado uma necessidade urgente.

3. *Interlocutor permanente na SETEC*: foi consenso entre os participantes que um dos maiores desafios identificados no evento é o de colocar um interlocutor na SETEC para entabular um diálogo com os gestores e profissionais de Assistência Estudantil, uma vez que as questões que envolvem a aplicação dos recursos e definição das políticas envolvem interpretações diferentes⁷⁹, conforme apontou a gestora Marta Coelho Barros (IFSUL). A presença desse interlocutor favoreceria a participação da SETEC nas discussões com as bases, face à necessidade de diretrizes para a Assistência Estudantil na Rede EPTC.

4. *Articulação política*: a reunião dos gestores e dos assistentes sociais:

⁷⁷ Gravações em áudio do III Encontro de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil, realizadas pela pesquisadora, ocorrido na reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, na cidade de Curitiba, durante os dias 10 e 11 de dezembro de 2012.

⁷⁸ A Diretoria de Políticas Estudantis do Instituto Federal de Alagoas, liderada por seu diretor, professor Elton Barros, entregou ao presidente do CONIF, Denio Rebello, a proposta de criação do Fórum de Assistência Estudantil como órgão de assessoramento à Câmara Temática de Ensino. O encontro aconteceu no primeiro semestre de 2012, em Maceió. Notícia veiculada no *site* do IFAL, disponível em: <<http://www2.ifal.edu.br/?q=content%2Fdpeifal-prop%C3%B5e-cria%C3%A7%C3%A3o-de-f%C3%B3rum-de-assist%C3%A2ncia-estudantil-no-conif>>. Acesso em: 03 ago. 2013.

⁷⁹ Demanda veementemente e constantemente defendida pela gestora nos eventos, como diretora da DIGAE, assim como o Fórum de Assistência Estudantil.

a) a reunião dos gestores: os participantes da referida reunião propuseram a seguinte estratégia de abertura de diálogo junto ao CONIF e à SETEC:

- participação na reunião do CONIF, em fevereiro de 2013, com a presença do Fórum de Pró-Reitores de Ensino (FDE), a fim de apresentar uma fundamentação acerca da Assistência Estudantil;
- solicitação de criação de um comitê de assessoramento técnico para subsidiar o Grupo de Trabalho do FDE;
- redação da “*Carta de Curitiba*”⁸⁰, que foi apreciada pela plenária, a qual propõe um diálogo com a SETEC e a criação de um Fórum de Assistência Estudantil no CONIF, bem como a liberação dos códigos de vagas junto ao MEC para contratação de profissionais previstos na equipe mínima de Assistência Estudantil (assistentes sociais, pedagogos e psicólogos), para trabalharem em questões de acompanhamento acadêmico e prevenção da evasão;

b) reunião dos assistentes sociais: destaca-se que nesse evento aconteceu a reunião⁸¹ de assistentes sociais com o objetivo de fortalecer demandas relativas à categoria no âmbito dos IFs, dentre as quais:

- a luta nacional nas instituições federais com relação à adoção da Lei nº 12.317/2010 (Lei das 30h): nenhum IF da Região Sul vem cumprindo a referida Lei; atualmente, alguns profissionais fazem jornada de 30 horas; no entanto, essa é uma determinação para todos os Técnicos Administrativos em Educação. Não houve nenhum encaminhamento específico com relação a esse aspecto, visto que no grupo⁸² de *e-mail* dos assistentes sociais dos IFs já vinha sendo discutida uma forma de encaminhamento nacional;
- a Lei nº 12.711/2012⁸³ (políticas afirmativas) e seus rebatimentos no trabalho do assistente social: foi consenso de que os estudos socioeconômicos dos estudantes são atribuição do assistente social; no entanto, levando em consideração o atual quadro técnico em atuação nos IFs da Região Sul, não há possibilidade imediata de que essa demanda seja

⁸⁰ Documento não publicado. Acessado através de *e-mail* institucional no Relatório do III Encontro de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil da Região Sul.

⁸¹ Conforme o Relatório de Curitiba, participaram da referida reunião 17 assistentes sociais dos IFs da Região Sul.

⁸² Grupo de *e-mail* servicosocialifectbrasil@googlegroups.com.

⁸³ Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

atendida com qualidade pelos profissionais. Em alguns IFs, haverá contratações temporárias para supri-la de forma imediata. Sugeriu-se que esse assunto fosse retomado na plenária para discussões;

5. *Dimensão das experiências*: relatos de experiências referentes às demandas, algumas das quais foram levantadas em eventos anteriores: evasão escolar, ações universais e questões disciplinares. Sobre esta última questão, houve o seguinte avanço: a maior parte dos participantes considerou que as questões disciplinares envolvem aspectos pedagógicos, muito além da Assistência Estudantil; trata-se, portanto, de tarefas diferentes, que devem ser abordadas em espaços e com servidores separados.

Como vimos, o Encontro de Curitiba foi um evento muito esperado pelos gestores e profissionais dos Institutos localizados da Região Sul, pois fatores como a greve e agendamentos junto à SETEC para obter a participação do titular da Secretaria de Políticas Públicas contribuíram para a demora na realização do referido encontro. A ausência do representante da Secretaria de Políticas Públicas da SETEC, apesar de ser frustrante aos gestores e profissionais presentes, alterou toda a programação e a pauta do evento, impulsionando à concentração de esforço na redação de um documento que pudesse abrir um diálogo com a referida Secretaria. A presença do Reitor⁸⁴ do IFSUL na época (que adquiriu grande influência e articulação política no CONIF) foi um determinante político fundamental para fortalecer as demandas que vinham sendo apontadas nos eventos.

Quanto aos encaminhamentos propostos, destacamos a seguir:

EVENTO	ENCAMINHAMENTOS
I ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL	1. Institucionalização de um GT Nacional de Assistência Estudantil, com a finalidade de construir as diretrizes nacionais dos Institutos Federais para Assistência Estudantil; 2. Construção de uma minuta de decreto específico para a Assistência Estudantil no IFs, para ser apresentado junto ao CONIF e à SETEC.
II ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL	1. Reunião com Coordenador do Fórum de Pró-Reitores de Ensino (FDE), ainda em 2011, com a seguinte pauta: retomar encaminhamentos do seminário nacional e solicitar espaço na agenda do Fórum para início de 2012; 2. Fomentar articulação do FDE com a Diretoria de Políticas de Educação da SETEC após o encontro com o coordenador do FDE; apontar a criação de um setor ou diretoria sistêmico de AE na SETEC; solicitar a realização do II Seminário Nacional de Assistência Estudantil, com no mínimo um gestor de AE de cada IF

⁸⁴ O Reitor à época era Antônio Carlos Barum Brod, que teve seu mandato concluído em março de 2013. Foi o responsável por obter espaço na pauta da primeira reunião do CONIF do referido ano.

	<p>em 2012/1, sendo que os gestores dos IF da Região Sul se dispõem a colaborar com a articulação necessária para a promoção do referido evento;</p> <p>3. Retomar as diretrizes nacionais elaboradas pelo GT Seminário Nacional de AE e fortalecer o debate no II Seminário Nacional em 2012;</p> <p>4. Organizar um grupo da Região Sul para reunião ordinária com o FDE antes do II seminário nacional: no mínimo um representante de cada IF da região sul dos setores sistêmicos de AE;</p> <p>5. Realizar o III Seminário Regional dos Setores Sistêmicos da AE dos Institutos Federais da Região Sul no IFPR (Curitiba) – 2012/1;</p> <p>6. Manter um encontro regional por semestre.</p>
<p>III ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL</p>	<p>1. <i>Pauta junto à SETEC</i>: uma comissão que ficou responsável por uma agenda junto à referida secretaria ministerial, para tratar de reivindicações e proposições oriundas dos encontros anteriores: criação de um Setor Sistêmico e/ou Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil na SETEC, com profissionais da equipe técnica; solicitação de realização do II Seminário Nacional, com no mínimo um gestor e um técnico de AE de cada Instituição da Rede EPCT; necessidade de liberação de códigos de vagas para os cargos necessários para atender a AE, quanto à composição de equipes multidisciplinares; fortalecimento da concepção de AE como política pública; necessidade de definição quanto à estrutura organizacional da AE, espelhadas na gestão sistêmica.</p> <p>2. <i>Pauta junto a SETEC e FDE</i>: criação de Câmara da Assistência Estudantil; propor o II Seminário Nacional; retomar e fortalecer o debate sobre as diretrizes nacionais elaboradas pelo GT do Seminário de Fortaleza no II Seminário Nacional em 2013; necessidade de conhecer e divulgar a forma de construção da matriz orçamentária da AE e articular, com base no estudo do perfil do aluno, possíveis alterações; propor um estudo nacional do perfil dos estudantes dos Institutos Federais para subsidiar a gestão da Assistência Estudantil⁸⁵: sugeriu-se uma pesquisa em âmbito nacional – a exemplo das realizadas pelo FONAPRACE em sua trajetória – a ser realizada pela SETEC, aplicada em todos os institutos, de forma padronizada, a fim de traçar políticas para além das ações do PNAES.</p> <p>3. <i>Perfil socioeconômico dos estudantes</i>: definiu-se que, a partir de 2013, os IFs da Região Sul utilizarão a base padrão do questionário, o que possibilitará uma pesquisa padronizada no que se refere ao perfil socioeconômico dos estudantes.</p>

Quadro 6 - Encaminhamentos dos encontros de setores sistêmicos de Assistência Estudantil da região sul

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Ao analisar a trajetória dos eventos sistêmicos realizados entre os Institutos Federais da Região Sul, verificamos que:

- temáticas relacionadas à gestão e à implementação das ações de assistência continuavam latentes, assim como seus limites e dificuldades;

⁸⁵ Cabe ressaltar que, durante a busca em *sites* dos IFs sobre informações a respeito da implementação do PNAES nos Institutos Federais, verificamos que muitas das referidas instituições realizaram levantamento do perfil dos seus estudantes, como o IFSUL, o IFSC, o IFMG, dentre outros.

- as sugestões e os encaminhamentos realizados pelos os IFs da Região Sul, discutidos desde o primeiro encontro Sapucaia do Sul, em 2011, são pontos observados cuidadosamente na realização dos eventos e organizam de maneira coletiva as lutas;
- a necessidade de comprometer a SETEC com a gestão do PNAES nos institutos federais, a busca de orientações para a execução de seus recursos e a discussão sobre os rumos que as ações do referido programa vêm tomando nos IFs ganhou cada vez mais dimensão ao longo desse período;
- os eventos promovidos pelos institutos da Região Sul foram decisivos na correlação de forças junto ao CONIF para abrir diálogo junto a este, fato que resultou no seminário de gestores, exposto a seguir. Isto foi fundamental para o reconhecimento da necessidade de ouvir as demandas da Assistência Estudantil e iniciar discussões coletivas, descentralizadas e organizadas.

Portanto, como exposto anteriormente, a trajetória dos eventos revelou que a ausência de uma implementação coordenada das ações do PNAES no âmbito dos Institutos Federais ocasionou disparidades relevantes no âmbito dos IFs e certo desconforto com relação à obtenção de uma assessoria técnica na SETEC, que pudesse atender as demandas dos gestores quanto às dúvidas e limitações encontradas na operacionalização das ações.

Os pontos divergentes e/ou polêmicos vão desde aspectos de gestão, alcançando o plano conceitual e político, e se repetem ao longo dos eventos, porém vão sendo amadurecidos sob a concepção dos direitos sociais.

Apesar de o Seminário de Fortaleza, realizado em 2010, apresentar parâmetros a serem observados e até mesmo cumpridos, muitas instituições operacionalizaram as ações conforme seu entendimento e suas possibilidades. O processo de implementação das ações de AE nos IFs requereu a elaboração de normatizações gerais que apontassem critérios de acesso e permanência dos estudantes, conforme a realidade de cada instituição, fato que revelou disparidades no atendimento aos estudantes. Os pontos nodais desse aspecto têm sido: o público a quem se destina; se é permitido ou não atender estudantes da EAD⁸⁶ e estudantes de nível técnico, uma vez que no Decreto nº

⁸⁶ Configuram-se interpretações diversas da mesma legislação. A inexistência ou a incompletude das equipes de AE nos diferentes *campi*, e a falta de um sistema informatizado integrado de dados referentes à vida acadêmica do estudante matriculado em curso EAD restringe a possibilidade de realizar estudos socioeconômicos, acompanhamento e avaliação dos objetivos de permanência e êxito referente a esse público.

7.234/2010 consta que deverão ser atendido estudantes presenciais de ensino superior; e a exigência de contrapartida laboral para percepção de auxílios.

Quanto à criação de um novo decreto para a Rede EPCT, os debates evidenciaram a inexistência de um consenso por parte dos participantes: alguns defendiam apenas uma alteração no Decreto em vigor, pois acreditavam que as especificidades dos IFs seriam respaldadas; outra corrente defendia que a minuta de decreto “PNAES-EPCT”, após alguns ajustes, fosse encaminhada para regulamentação no Ministério da Educação. O fato é que a primeira corrente avaliava que não seria necessário arcar com o peso político de criar um novo decreto, que poderia ser oneroso, tanto na disputa orçamentária com as universidades quanto no fortalecimento de um programa nacional que já existia e vinha sendo ampliado.

Quanto à questão do acesso a dados acadêmicos, as falas⁸⁷ dos participantes ainda revelaram que, para além de um *software* que dê conta das necessidades elencadas, é preciso uma transformação na cultura do corpo docente no que se refere à alimentação contínua de dados de frequência e pontual dos dados de aproveitamento. Esse é um ponto bastante polêmico, o qual implicaria um estudo aprofundado sobre os reais motivos pelos quais a maioria do corpo docente nas instituições federais de ensino possui certa resistência em realizar chamadas em sala de aula e/ou a alimentação desses dados à época correta, salvo raríssimas exceções. Relacionado a isso, está a impotência dos gestores na cobrança dessa atribuição profissional do professor, prevista em lei, fato que colabora para tornar praticamente impossível a prevenção e a identificação precoce dos casos de evasão, principalmente, dentre outros problemas decorrentes desse fato, que não são possíveis de elencar neste momento⁸⁸.

Essas dificuldades e limitações na trajetória da implementação das ações do PNAES no âmbito dos Institutos Federais poderiam ser solucionadas com a aprovação oficial de documentos normativos e pela criação de um GT de Assistência Estudantil, que assessorasse a SETEC, por um período suficiente para a implementação, acompanhamento e avaliação das ações de AE na Rede EPCT e por um Fórum ou Câmara de Assistência Estudantil que assessora o CONIF.

⁸⁷ Apontamentos da pesquisadora, realizados durante sua participação no referido evento, que não constam do Relatório de Sapucaia.

⁸⁸ Esse posicionamento não é a favor de uma pedagogia do controle, mas da possibilidade dos dados de frequência servirem como indicadores básicos dos casos de evasão escolar.

Porém, cabe destacar que no âmbito do CONIF, a responsabilidade pelas questões da Assistência Estudantil estava a cargo do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Ensino (FDE), através da Comissão de Políticas de Inclusão e Diversidade⁸⁹. Não temos subsídios documentais suficientes para descrever as ações e encaminhamentos do FDE com relação a essa temática. O que se constata, através dos relatórios dos eventos promovidos na Região Sul, é que, na trajetória da implementação das ações do PNAES, as informações não chegaram de forma efetiva aos gestores, por fatores que ainda necessitam ser estudados nesse campo de tensões, a exemplo de disputas no campo político por maior poder nas decisões, resistência do CONIF quanto à maior abertura às discussões descentralizadas e ampliadas, condições de trabalho dos membros do FDE para dar conta dessas demandas mediante o processo de expansão dos Institutos Federais, entre outros.

2.2.2 Abertura de diálogo com o CONIF: a reunião de fevereiro

Os gestores da Região Sul conseguiram um espaço na pauta da Diretoria Executiva do CONIF, em 20 de fevereiro de 2013⁹⁰, em Brasília, como resultado das demandas elencadas no III Encontro de Gestores Sistêmicos da Região Sul. Participaram da reunião o presidente e o diretor administrativo do CONIF; os reitores do Instituto Federal de Goiás (IFGO) e do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL); representando todos os IFs da região sul do país, os servidores gestores da Assistência Estudantil do Instituto Federal do Paraná (IFPR), do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL), do Instituto Federal Farroupilha (IFF), do Instituto Federal Catarinense, dois assistentes sociais do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC); e, ainda, o gestor da AE do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG).

Foi um momento importante, pois se abria um diálogo dos gestores com o CONIF, como uma demanda das bases. Em virtude de o trabalho realizado em 2011 não ter prosperado e as demandas da área da Assistência Estudantil avolumarem-se, em 2013 o grupo de gestores participantes da supracitada reunião propôs ao CONIF a retomada dos trabalhos, resultando na realização do “I Seminário de Gestores de Assistência Estudantil da Rede Federal”, proposta que foi prontamente atendida, na

⁸⁹ Disponível em: <http://www.conif.org.br/institucional/foruns/ensino>.

⁹⁰ Notícia sobre o referido fato disponível em: <<http://www.conif.org.br/component/content/article/14-midia/ultimas-noticias/482-assistencia-estudantil-sera-tema-de-encontro-nacional>>. Acesso em 25 ago. 2013

perspectiva de elaboração de orientações políticas sobre a AE na Rede Federal.

2.3 SEMINÁRIO DE GESTORES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REDE FEDERAL

A partir desse momento, foi dada como encaminhamento a realização do I Seminário de Gestores de Assistência Estudantil da Rede Federal⁹¹, tendo sido convocado, pelo CONIF, um representante de cada Instituto Federal no Brasil. O evento aconteceu em Goiânia/GO, entre os dias 18 e 20 de março de 2013⁹². O objetivo⁹³ deste foi auxiliar os Reitores na execução das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que possam efetivamente promover a permanência e o êxito dos estudantes da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT).

O primeiro dia foi voltado à apresentação dos temas de maior importância e discussão sobre a sistemática de trabalho do Seminário. No segundo dia, foram constituídos os grupos de trabalho, responsáveis pelas análises e discussões acerca de diversos temas e pela formulação de propostas específicas. As propostas elaboradas pelos grupos de trabalho foram submetidas à coletividade para aprovação e, a partir daí, o último dia do evento foi destinado ao fechamento do relatório final do Seminário que, posteriormente, foi submetido ao CONIF⁹⁴.

A análise documental revelou que o *Relatório do I Seminário de Gestores de Assistência Estudantil da Rede Federal* pautou os seguintes pontos⁹⁵, ratificando demandas e questões anteriormente identificadas no Seminário de Fortaleza, ocorrido em 2010, considerando fundamental uma discussão ampliada, em âmbito nacional, mediante a criação de um Grupo de Trabalho (GT):

1. *Concepção de Assistência Estudantil*: a Assistência Estudantil é entendida

⁹¹ O evento teve a participação de toda a Rede EPCT e, inclusive, foi identificada a presença de assistentes sociais, dentre as quais, a Pró-Reitora de Assistência Estudantil, do Instituto Federal do Acre (a única pró-reitora de AE em toda a Rede). Esses profissionais aproveitaram a oportunidade para se reunir e analisar a questão da Lei da jornada semanal de 30 horas para o assistente social entre os institutos presentes. Apontamentos da pesquisadora.

⁹² Notícia do evento disponível em: <<http://www.conif.org.br/component/content/article/14-midia/ultimas-noticias/493-conif-promove-seminario-de-gestores-de-assistencia-estudantil-da-rede-federal>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

⁹³ Informação obtida no Relatório do I Seminário de Gestores de Assistência Estudantil da Rede Federal. Não publicado.

⁹⁴ Informação disponível em: <<http://www.conif.org.br/component/content/article/14-midia/ultimas-noticias/500-seminario-de-gestores-encerra-com-propostas-para-a-assistencia-estudantil>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

⁹⁵ Pauta distribuída no evento, do qual esta pesquisadora também participou como ouvinte.

numa perspectiva da educação como direito, em compromisso com a formação integral do sujeito. Configura-se como uma política pública que estabelece um conjunto de ações que buscam reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social no percurso formativo dos estudantes.

2. *Público a que se destina*: destina-se aos estudantes matriculados na Rede EPCT, independente de nível e modalidade de ensino, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

3. *Finalidade da Assistência Estudantil*: contribuir para a ampliação das condições de permanência e apoio à formação acadêmica de estudantes da Rede EPCT.

4. *Constituição de uma equipe mínima*: necessidade da criação de um órgão gestor sistêmico vinculado diretamente à Reitoria, encarregado dos assuntos pertinentes à Assistência Estudantil, composto por uma equipe multiprofissional, na perspectiva de um trabalho interdisciplinar que deverá contar com as seguintes categorias profissionais: psicólogo, pedagogo, nutricionista e assistente social, sem excluir a possibilidade de participação e inclusão de outros profissionais.

a) *Questões orçamentárias*:

- preservar a autonomia dos gestores da Assistência Estudantil com relação a planejamento, execução e monitoramento orçamentário;
- receber o incentivo financeiro pela adesão à Lei nº 12.711/2012 (políticas afirmativas), além do já estabelecido na matriz orçamentária e ao programa de bolsa permanência;
- aprofundar o conhecimento referente à composição da matriz e realizar estudo objetivando o cálculo do custo da assistência por estudante da Rede EPCT (Educação Profissional, Científica e Tecnológica);
- criar um plano decenal em parceria com a SETEC, que indique a necessidade dos investimentos na Assistência Estudantil da Rede, no qual sejam levadas em consideração as perspectivas de crescimento, com uma referência na referida Secretaria para acompanhar sua execução;
- preservar os recursos já alocados na rubrica de custeio e elaborar um plano de investimento com verbas específicas para criação e ampliação de infraestrutura da Assistência Estudantil;
- unificar os valores disponibilizados aos estudantes das instituições federais de ensino, corrigindo as disparidades entre institutos e universidades federais.

b) *Perfil do estudante da Rede EPCT*: contratar uma pesquisa ampliada, semelhante à realizada pelo FONAPRACE, com o objetivo de traçar o perfil socioeconômico cultural do estudante; e padronizar a coleta dos dados socioeconômicos de candidatos ao ingresso, que resultam em dois segmentos: os aprovados e os não aprovados e/ou não ingressantes.

Quanto aos encaminhamentos, as demandas levantadas desde o Seminário de Fortaleza não haviam sido estudadas e avaliadas no âmbito da SETEC e, novamente, apareceram no Seminário de Gestores em 2013, acrescidas de outras que foram elencadas como de urgente escuta e atenção no âmbito do CONIF. No documento final, foi realizada uma série de solicitações à SETEC, enumeradas a seguir.

a) Encaminhamento, à Presidência da República, da proposta de alteração no texto do Decreto nº 7.234/2010 (PNAES): o texto atual não é explícito com relação à participação dos estudantes de todas as modalidades de ensino da Rede EPCT, fato que tem gerado insegurança jurídica em alguns Institutos e, em alguns casos, inviabilizado ações.

b) Encaminhamento, ao Ministro da Educação, da sugestão de alteração da minuta do texto que cria o Programa de Bolsa Permanência. Sugeriu-se que o CONIF interferisse no trâmite do documento para a criação do Programa de Bolsa Permanência, apresentando os principais equívocos identificados e uma proposta de minuta.

c) Encaminhamento, ao Ministro da Educação, de sugestão de alteração da minuta do texto do Decreto “XX”⁹⁶, o qual faz diversas alterações no arcabouço jurídico acerca da Assistência Estudantil no âmbito das Instituições Federais de Ensino (IES). A análise do documento revela divergências entre a proposta do MEC e a legítima inserção e ampliação da participação da Rede EPCT no PNAES. Sugeriu-se que o CONIF interferisse nesse trâmite, apresentando ao MEC os principais equívocos já identificados pelos gestores do Seminário em Goiânia e suas colaborações nos tópicos centrais para apreciação.

Os gestores da Assistência Estudantil da Rede EPCT informaram ao CONIF que, em ambas as situações, desconheciam a existência de uma discussão ampla, coletiva e participativa nos diferentes fóruns da Rede, a respeito da referida minuta, no âmbito do MEC.

⁹⁶ O Decreto “XX” foi uma minuta obtida pelos gestores junto a membros do FONAPRACE, que discorria sobre a regulamentação de artigos da Lei nº 12.155/2009, alteração do Decreto nº 7.416/2010 e nova redação do Decreto nº 7.234/2010.

d) Proposta de complementação no orçamento da Rede Federal de EPCT, ainda em 2013, unificando o valor *per capita* do PNAES destinado às Instituições Federais. Isto se explica pelo fato de que a implementação da Lei de Cotas impõe uma nova realidade: a inclusão de um contingente de estudantes (50% na Rede EPCT) em reconhecida situação de vulnerabilidade socioeconômica.

e) Solicitação de criação, no âmbito do CONIF, de uma Câmara Técnica de Assistência Estudantil e um Grupo de Trabalho da Assistência Estudantil: o referido grupo, com representação nacional, terá como principal objetivo auxiliar a referida Câmara na tomada de decisões sobre essa temática, seja no âmbito interno do CONIF, como, também, junto à SETEC/MEC. A Assistência Estudantil requer uma discussão de ampla abrangência que, muitas vezes, perpassa Ensino e a Extensão.

No que se refere à gestão das ações do PNAES na Rede EPCT, conforme o Relatório do Seminário de Goiânia, o grupo de gestores da Assistência Estudantil também, elencou algumas necessidades, quais sejam:

a) a Rede EPCT construir mecanismos ou eleger indicadores comuns de acompanhamento e avaliação para que as instituições façam uso deles na tomada de decisões;

b) cada instituição da Rede EPCT regulamentar a AE, conforme decreto do PNAES;

c) a SETEC/MEC designar um interlocutor, com amplo conhecimento das políticas públicas nacionais de Assistência Estudantil, para ser a referência nestes assuntos e outros conexos na Rede EPCT; e

d) que seja implantado um sistema informatizado e integrado que possa aferir indicadores de/para ingresso, permanência e êxito do estudante da Rede.

5. Grupo de Trabalho dos Gestores da Assistência Estudantil: foi criado o grupo de trabalho (GT) dos gestores da Assistência Estudantil que, além de prestar auxílio à Câmara Temática sugerida, será o interlocutor destes gestores junto ao CONIF, com dois representantes por região, divididos entre titulares e suplentes: Região Centro-Oeste (IFG e IF Goiano); Região Nordeste (IFAL e IFBA); Região Norte (IFAC e IFAM); Região Sudeste (IFRJ e IFSP) e Região Sul (IFSC e IFSUL). São dois representantes por região.

Um aspecto sobre esse fato, até mesmo contraditório, é o fato de o CONIF ser formado pelos reitores de cada Instituto e, ao mesmo tempo, estes não conseguirem acolher, no espaço desse conselho, as demandas de seus próprios gestores, ocupantes de

cargos de confiança. Para qualquer constatação nesse sentido é preciso de um estudo aprofundado dos fatores que fazem parte dessa relação política e a importância real dada às ações de Assistência Estudantil, para além da transferência de recursos orçamentários.

Portanto, o I Seminário de Gestores de Assistência Estudantil da Rede Federal foi um evento muito importante e decisivo politicamente para melhorar a interlocução dos gestores de AE com o CONIF e criar um canal de diálogo com a SETEC. Concepções sobre a temática e formas de implementação puderam ser melhor amadurecidas devido à pequena experiência acumulada aos longo de pouco mais de dois anos de trabalho, com erros e acertos.

Um fator que fortaleceu a luta dos gestores de AE foi a participação e presença de três reitores, membros do CONIF, das seguintes instituições: IFGO e IFSUL (e seu reitor eleito para 2013), que apoiaram a realização do evento. Estes se comprometeram em articular junto ao CONIF as lutas empreendidas até o momento pelas instituições e, na impossibilidade de o Conselho aceitar o Fórum de AE, apoiariam a Câmara de Assistência Estudantil, como uma alternativa, visto que esse é o modelo mais utilizado na gestão sistêmica da Rede EPCT.

A discussão sobre o desdobramento do decreto s/nº que dispunha sobre o Programa Bolsa Permanência foi um dos pontos mais polêmicos, levantados pelos participantes do evento, pois “não havia sido discutido nas bases”⁹⁷ e “havia sido votado no apagar das luzes de dezembro, sendo que o FONAPRACE não foi ouvido e sim comunicado sobre o referido decreto”⁹⁸.

Os desdobramentos a partir dos apontamentos contidos no relatório do referido evento foram acolhidos pelo CONIF quase na sua integralidade. Quanto à sugestão de criação de uma Câmara de AE, ligada ao FDE, que discutisse as demandas da Rede, esta parece ter sido mais simpática ao referido Conselho. A exceção cabe ao reconhecimento dos representantes eleitos para o Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil, visto que na reunião em que esses representantes deveriam ter sido convocados, isto não aconteceu. Foram convocados apenas dois dos cinco titulares e um gestor que não havia sido eleito pelos seus pares.

⁹⁷ Fala comum de diversos participantes no referido evento, na plenária, os quais participam atualmente nas reuniões descentralizadas do FONAPRACE de sua região. Fonte: gravações em áudio feitas pela pesquisadora.

⁹⁸ Fala de um dos participantes do referido evento, no grupo de trabalho sobre o Decreto nº 7.239/2010, que, atualmente, participa ativamente do FONAPRACE de sua região. Fonte: anotações realizadas pela pesquisadora.

2.3.1 Abertura do diálogo com o CONIF: a reunião de abril

Enfim, no dia 10 de abril de 2013⁹⁹, em Vitória/ES, o Presidente do CONIF, Reitor do IFMG, convocou dois gestores sistêmicos de Assistência Estudantil: a profª. Marta Coelho Barros, do IFSul-rio-grandense, membro do Grupo de Trabalho apontado pelo Seminário de Goiás, e o prof. Cláudio Vita, do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG).

Segundo as informações veiculadas através do grupo de *e-mail*¹⁰⁰, os referidos gestores realizaram a apresentação do Relatório de Goiânia e reforçaram a questão da intervenção imediata do CONIF no que se refere à Portaria da Bolsa Permanência. O relato afirma que os gestores receberam, por parte dos reitores, manifestações de congratulações pelo trabalho desenvolvido.

Conforme o relato feito pelos gestores, a apresentação das demandas elencadas no Relatório de Goiânia, nos aspectos que se referem às críticas à atenção dada à Assistência Estudantil no âmbito dos Institutos Federais, gerou certo desconforto entre membros do FDE que estavam presentes, que relataram que a Assistência Estudantil vinha sendo amplamente discutida naquele Fórum e que inclusive já estava com um documento semelhante ao que foi apresentado (quanto às alterações nos decretos do PNAES e do Bolsa Permanência) para apresentar ao CONIF. E ainda, somado a isso, alguns reitores manifestaram que a Assistência Estudantil também estava sendo discutida no Fórum de Extensão, fato que indica dificuldades e limites no trato da temática no âmbito do próprio Conselho: uma “ampla discussão” desarticulada.

A manifestação de participantes do grupo de *e-mail*¹⁰¹ específico do Seminário de Goiânia traduz o desencontro dessas informações em muitas instituições, como esta a seguir:

[...] É bom saber que a Assistência Estudantil vem sendo pauta das reuniões do CONIF, contudo, é surpreendente a pulverização de esforços em torno da mesma [...] é a extensão, o ensino e agora o Seminário de Goiânia. Todos pensando a AE da Rede [...] e o mais espantoso é que nenhum sabe da existência e/ou interesse do outro pelas questões relativas a Assistência Estudantil. Lamento também, o fato de o Conselho ter desconsiderado a

⁹⁹ 31ª Reunião Ordinária do CONIF.

¹⁰⁰ Informação obtida junto ao grupo de e-mail resultante do seminário de Gestores de Goiânia: assistencia-estudantil_epct@googlegroups.com

¹⁰¹ Grupo de e-mail resultante do seminário de Gestores de Goiânia: assistencia-estudantil_epct@googlegroups.com

democrática e representativa composição do grupo de trabalho eleito no Seminário (Participante 1).

Diante da conjuntura exposta na reunião, a direção do CONIF fez os seguintes encaminhamentos:

1º) reunião da direção do CONIF, no dia 16 de abril, com o Ministro da Educação, com o compromisso de apontar os equívocos da Portaria da Bolsa Permanência;

2º) constituição de um Grupo de Trabalho com a missão de elaborar, em 60 dias, um documento unificando todas as propostas e discussões resultantes do Seminário de Goiânia e do FDE, sobre a Assistência Estudantil, e apresentar relatório ao CONIF. O Grupo de Trabalho foi assim constituído, sendo que os representantes dos Gestores da Assistência Estudantil seriam indicados pela direção do CONIF:

- 01 representante (Reitor) da Câmara de Ensino;
- 01 representante (Reitor) da Câmara de Extensão;
- 01 representante (Reitor) da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;
- 01 representante (coordenador) do Fórum de Ensino;
- 01 representante (coordenador) do Fórum de Extensão;
- 01 representante (coordenador) do Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação;
- 03 representantes dos Gestores da Assistência Estudantil.

Houve um descontentamento dos participantes do Seminário de Goiânia quanto à não homologação dos representantes indicados naquele Seminário, conforme seguem algumas das manifestações de participantes daquele evento, colocadas no grupo no já referido *e-mail*:

Olá, colegas da Assistência Estudantil:

Sabemos que o momento é um grande desafio para todos nós e acho que devemos somar esforços por nossa causa, que é a Assistência Estudantil. Todavia, acho que o que ocorreu não me surpreendeu pois infelizmente nem todas as organizações zelam pelo respeito aos seus profissionais sérios e comprometidos, muito menos trabalham por uma gestão democrática e participativa (Participante 2).

[...] Embora o resultado não tenha sido o esperado por todos nós, sinceramente acredito que começamos a conquistar o nosso espaço (Participante 3).

Uma notícia da época, no *site*¹⁰² do CONIF, traduz essa conquista:

¹⁰² Site: <http://www.conif.org.br>.

Um Grupo de Trabalho para discutir a Assistência Estudantil nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica deverá ser criado em breve. A demanda foi apresentada ao novo presidente do Conselho Nacional das instituições da Rede (CONIF), professor Caio Mário Bueno da Silva, por gestores da Assistência Estudantil dos Institutos Federais da Região Sul. O presidente do CONIF, que também é reitor do IFMG, teria se comprometido a levar este assunto aos demais reitores. O objetivo do Grupo seria o de debater a Assistência Estudantil no âmbito do CONIF, no intuito de criar diretrizes que possam nortear todas as instituições da Rede.

Assim, começam a ser ouvidas, no âmbito do CONIF, algumas demandas que vinham, inicialmente, sendo apontadas desde os Encontros Regionais da Região Sul e que foram somadas aos anseios dos demais Institutos Federais da Rede EPCT, conforme sistematizadas no Relatório de Goiânia; e ainda, é o início de uma articulação do Grupo de Gestores com o FDE.

2.3.2 O início dos trabalhos do GT Assistência Estudantil

Como resultado da reunião de abril, nos dias 11 e 12 de junho de 2013¹⁰³, em Goiânia/GO, aconteceu a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil da Rede Federal, convocada pelo Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), Prof. Caio Mário Bueno Silva.

Estiveram presentes os seguintes dirigentes e servidores: representando a Câmara de Pesquisa, a Reitora Maria Clara Kaschny Schneider (IFSC); representando a Câmara de Extensão, o Reitor Luiz Augusto Caldas Pereira (IF Fluminense); representando o Fórum de Extensão, o Pró-reitor de Extensão Rafael Barreto Almada (IFRJ); representando o Fórum de Pró-Reitores de Ensino (FDE), a Pró-Reitora de Ensino Daniela Carvalho Carrelas (IFSC); indicados pelo CONIF, representando o grupo de Gestores de Assistência Estudantil da Rede EPCT, os professores Cláudio Aguiar Vita (IFMG) e Marta Coelho Barros (IFSUL); e por fim, as servidoras: Ana

¹⁰³ Notícia da página eletrônica do Instituto-Federal-Sul-rio-grandense (IFSUL) “Assistência estudantil na Rede Federal é tema de reunião no CONIF”. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=913:assistencia-estudantil-na-rede-federal-e-tema-de-reuniao-no-conif-&catid=9:instituto-federal-sul-rio-grandense>. Acesso em: 26 ago. 2013.

Luiza Taufick, da Diretoria de Políticas da SETEC/MEC e a Assistente Social Josiela Silveira Cavalheiro (IFSUL).

Esse foi o momento em que diversas informações foram compartilhadas, resultando na sistematização de um histórico das discussões desenvolvida sobre a Assistência Estudantil no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Ensino (FDE) e de Extensão (FORPROEXT) e os resultados do Seminário dos Gestores da Assistência Estudantil da Rede de EPCT.

A reunião teve por objetivo elaborar um documento unificando todas as propostas e discussões sobre Assistência Estudantil que vinham sendo formuladas desde o Seminário de Fortaleza, em 2010; os Seminários de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil, promovidos pelos Institutos da Região Sul, entre 2011 e 2012; e o Seminário de Gestores de Assistência Estudantil da Rede Federal, em março de 2013. Assim, o GT apresentou uma proposta de documento¹⁰⁴ normativo quanto aos seguintes pontos:

1. *Definição de concepção da Assistência Estudantil*: a Assistência Estudantil é entendida numa perspectiva universalizada da educação como direito em compromisso com a formação integral do sujeito. As ações de Assistência Estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente nas situações de retenção e evasão.

2. *Público da Assistência Estudantil*: destina-se aos estudantes regularmente matriculados em qualquer dos cursos ministrados pela instituição, independente de nível e modalidade de ensino. No que refere aos auxílios de caráter socioeconômico, serão atendidos, prioritariamente, estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio e que estejam em vulnerabilidade social.

3. *Princípios da Assistência Estudantil*: a formação do sujeito na perspectiva libertadora e emancipada:

- I – a prioridade do atendimento às necessidades socioeconômicas e pedagógicas do estudante, visando sua formação integral, sua permanência e êxito;
- II – a universalização da assistência ao estudante;
- III – o respeito à dignidade do estudante, à sua autonomia, ao direito a benefícios e serviços de qualidade e à permanência e convivência escolar e comunitária;

¹⁰⁴ Memória de Reunião do Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil do CONIF. Documento não publicado, obtido durante a participação da servidora na referida reunião e aprovado na Reunião do CONIF, no dia 12 de junho de 2013.

IV – a equidade na atenção ao estudante, visando à redução das desigualdades sociais;

V – a igualdade de direitos de acesso aos benefícios da Assistência Estudantil;

VI – o incentivo à participação dos estudantes nos assuntos relativos à Assistência Estudantil.

VII – a ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos, bem como dos recursos oferecidos pela instituição e critérios dos seus acessos (Memória de Reunião do Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil do CONIF. Documento não publicado).

4. Diretrizes da Assistência Estudantil:

- a) Estabelecer um indicador para composição da matriz orçamentária dos recursos da Assistência Estudantil que considere a renda familiar *per capita* dos estudantes de cada *campus*.
- b) Unificar o valor *per capita* orçamentário da Rede Federal de EPCT com os destinados às Universidades Federais de Ensino.
- c) Elaborar plano decenal em parceria com a SETEC, que indique os investimentos da Assistência Estudantil na rede, no qual sejam levadas em consideração as perspectivas de crescimento.
- d) Preservar os recursos já alocados na rubrica de custeio e elaborar um plano de investimento com recursos específicos para criação e ampliação de infraestrutura da Assistência Estudantil.
- e) Proibir a exigência de contrapartida laboral para os auxílios cujo critério de seleção seja a vulnerabilidade social.
- f) Manter os benefícios da AE condicionados à frequência mínima nas atividades acadêmicas.
- g) Desenvolver uma proposta de instrumento unificado para pesquisa do perfil dos estudantes da Rede Federal EPCT, contemplando os diferentes níveis e modalidades.

5. *A Assistência Estudantil na perspectiva multidisciplinar*: composição de equipe multiprofissional básica, formada por pedagogos ou técnicos em assuntos educacionais, nutricionistas, assistentes sociais e psicólogos, admitida, sempre que necessário, a participação e inclusão de outros profissionais:

- a) na SETEC/MEC, com foco nas diretrizes e política para Rede Federal de EPCT;
- b) na reitoria, para apolítica e gestão sistêmica da Assistência Estudantil; e
- c) no *campus*, para participação na gestão e operacionalização dessas ações.

6. *Articulação das linhas de ações da Assistência Estudantil*: as ações da Assistência Estudantil deverão ser implementadas de forma articulada com as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, fomentadas nas áreas a seguir e, com base nestas, caberá a cada instituição a elaboração de regulamentação, acompanhamento e avaliação:

- I – moradia estudantil;
- II – alimentação;
- III – transporte;
- IV – atenção à saúde biopsicossocial;
- V – inclusão digital;
- VI – cultura;
- VII – desporto e lazer;
- VIII – projetos de formação acadêmica de pesquisa e extensão
- IX – apoio aos estudantes-pais;
- X – apoio didático-pedagógico;
- XI – atendimento aos estudantes com necessidades de educação especial (Memória de Reunião do Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil do CONIF. Documento não publicado).

7. *Questões referentes ao PNAES*:

a) a primeira proposição consiste em alteração do Decreto nº 7.234/2010 em vigor, apresentada no anexo I, para ampliar a abrangência do PNAES aos estudantes e que viria acompanhada da publicação de portaria normativa com as diretrizes operacionais da Assistência Estudantil para a Rede EPCT pela SETEC e para as Universidades pela SESU;

b) a segunda proposição aponta para a criação de decreto específico para a Rede EPCT, apresentada no Anexo II do presente documento.

7. *Grupo de Trabalho*: ainda foi proposta a permanência do Grupo de Trabalho inter-fóruns, assessorado por um Comitê técnico específico, composto por cinco representantes de cada região do Brasil (deliberado no Seminário de Goiânia) para subsidiar as tratativas com a Secretaria de Educação Superior (SESU) e a interlocução com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FORNAPRACE) para, em 100 dias, apresentar um instrumento permanente de acompanhamento e identificação dos estudantes da Rede EPCT.

O resultado da sistematização dos trabalhos foi apresentado no dia 12 de junho ao CONIF. O conselho deliberou que o GT de Assistência Estudantil continuasse e, como primeira tarefa, o Grupo de Trabalho deveria elaborar pesquisa referente ao perfil do estudante na Rede Federal, com data prevista para julho próximo. Sobre o atual Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, a presidência da mesa optou

pela estratégia de proposta de alteração no Decreto nº 7.234/2010, em vigor, com o objetivo de ampliar a abrangência do Programa aos estudantes da Rede EPCT.

2.3.2.1 A reunião de agosto

Até a conclusão deste trabalho, o GT de Assistência Estudantil se reuniu novamente, em 15 de agosto de 2013¹⁰⁵, em Brasília. O grupo continua sendo integrado por Coordenadores das Câmaras de Ensino, de Pesquisa e de Extensão, representantes do FDE, do Fórum de Planejamento, Orçamento e Gestão (FORPOG), do FORPROEXT e representantes do Grupo de Gestores Assistência Estudantil. Estiveram presentes os servidores: Clécio (IFPE), Janaína e Daniela Carrelas (IFSC), Cláudio (IFMG), Rafael Almada (FORPROEXT) e Anna Cristina (FDE), sob a coordenação do Reitor do IFRN, Coordenador da Câmara de Ensino do CONIF.

O objetivo da reunião foi estabelecer procedimentos para levantamento de dados que possam traçar o perfil socioeconômico dos estudantes da Rede, de modo a subsidiar, dentre outros itens:

- a) o estabelecimento de políticas de Assistência Estudantil na Rede, inclusive em processos internos às instituições;
- b) a elaboração da matriz orçamentária para 2015;
- c) a elaboração do Relatório de Gestão.

Foi consenso no grupo a necessidade de se aplicar questionário para traçar o perfil dos estudantes da Rede que ingressam nas instituições e, também, dos candidatos que não obtêm êxito. O trabalho realizado pela ANDIFES/FONAPRACE, com objetivo semelhante, serviu como base, com perguntas básicas e comuns a todas as instituições, com a possibilidade de estas agregarem outras perguntas, conforme as especificidades de cada uma delas. Desta forma, estabeleceu-se inicialmente o público-alvo¹⁰⁶, procedimentos e estratégias de aplicação e de coleta desses dados e chegou-se a uma proposta preliminar, que foi enviada para consulta aos Gestores de Assistência Estudantil e aos Fóruns de Pró-Reitores de Ensino (FDE), de Extensão (FORPROEXT) e de Planejamento, Orçamento e Gestão (FORPOG).

¹⁰⁵ Informação disponibilizada no Grupo de *e-mail* resultante do seminário de Gestores de Goiânia: assistencia-estudantil_epct@googlegroups.com

¹⁰⁶ Estudantes de cursos presenciais e EAD, da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, PROEJA FIC, do Ensino Médio: regular, integrado, subsequente, concomitante, PROEJA, do Ensino Superior: bacharelados, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, Estudantes FIC e de Especialização.

Por fim, discutiu-se a possível implantação do questionário na Rede EPCT, além da interface com a área de tecnologia da informação no uso de sistemas para essa operacionalização e para a geração de relatórios. A proposta foi coletar as contribuições e apresentar o trabalho ao CONIF, em reunião prevista para outubro de 2013.

Outros pontos foram suscitados, no grupo de *e-mail*, pelos gestores participantes, como resultado da reunião do CONIF:

a) o reconhecimento, por parte do CONIF, de que onde esteja lotada a Assistência Estudantil (Ensino, Extensão, Administração ou Gabinete do Reitor), ela constitui um grupo importante e que tem que ser ouvido nas discussões acerca do tema;

b) a aprovação, pela SETEC, da planilha orçamentária para 2014: a Assistência Estudantil foi o único item, daqueles que constituem a base da matriz¹⁰⁷, a ter um aumento significativo de recursos para 2014: crescimento nominal de 43%, resultado das solicitações do Relatório de Goiânia (igualar o valor *per capita* com os estudantes das universidades);

c) os critérios de distribuição para cada Instituto não sofreram alterações. Continuam sendo: número de alunos, IDH (do ano 2000), EAD e RIP.

Os participantes acreditam na perspectiva do reconhecimento oficial do Grupo de Gestores, deliberado no encontro Seminário de Goiânia. Está prevista mais uma reunião do Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil, para o mês de setembro, em Brasília, que terá como pauta a organização de um processo de coleta de dados socioeconômicos de todos os alunos da Rede EPCT e a tentativa de ativar o Grupo de Gestores indicado pelo Seminário de Goiânia.

2.4 DESTAQUES RELACIONADOS A ESSE PROCESSO HISTÓRICO

A partir da sistematização desse histórico, alguns pontos merecem destaque por serem demandas constantes dos sujeitos que trabalharam na implementação das ações do PNAES na Rede EPCT.

¹⁰⁷ Descontado o IPCA, o orçamento cresceu 0,33% , porém os recursos da Assistência terão também já descontado o IPCA, crescimento *per capita* de 27%. Em valores: em 2013, o valor total destinado para a Assistência Estudantil foi de aproximadamente R\$ 247.000.000,00 e, em 2014, será de R\$ 354.000.000,00. Informação obtida junto grupo de *e-mail*: assistencia-estudantil_epct@googlegroups.com.

1. Necessidades normativas e de fundo teórico: ainda permanece a necessidade de um texto normativo que contemple a oferta de Assistência Estudantil nos IFs, em razão de o Decreto nº 7.234/2010 se referir apenas aos alunos dos cursos de graduação. Deste modo, existiam dúvidas frequentes sobre se os IFs estariam legitimados para atender estudantes dos cursos de nível médio e de formação inicial e continuada.

Houve empenho inicial de solicitar ao MEC a redação de um decreto próprio para Rede EPCT. Não houve maiores desdobramentos neste sentido, no âmbito do CONIF, e as discussões nas plenárias dos eventos traziam no seu bojo duas correntes: uma que defendia um novo decreto e outra defendia apenas uma alteração no Decreto nº 7.234/2010, que respaldasse juridicamente essas ações, fortalecendo um programa nacional já existente, resultado das lutas sociais no campo da Educação. Essas posições disputaram terreno durante os eventos até a reunião do GT em junho.

Quanto a esse aspecto, a procuradora federal Fernanda Cunha Gomes (2011) disserta que, apesar de os IFs possuírem uma natureza¹⁰⁸ multifacetária peculiar, com estudantes de nível médio e superior, de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, e objetivarem a verticalização do ensino, é necessário se remeter ao que versa a Constituição Federal de 1998, sobre a Educação¹⁰⁹. Deve-se interpretar o arcabouço legal sobre essa questão e não interpretar os textos normativos de forma isolada e fracionada, fato que limitaria a ação dos institutos quanto ao público da AE para além da graduação (GOMES, 2011). Assim, a referida procuradora emitiu o seguinte parecer jurídico:

Se a intenção da política denominada PNAES é precisamente a de democratizar as ações de permanência do aluno na escola, não há como se vislumbrar a exclusão da atuação dos IFEs naquele programa, simplesmente por apego à formalidade e à interpretação literal do Decreto nº 7.234/2010, que, por um lado, apregoa que as ações de Assistência Estudantil deverão ser executadas pelos IFEs mas por outro, tolhe tal participação, ao balizá-la apenas ao âmbito de determinado nível de ensino (superior) – discrepância detectada, supostamente pela já mencionada falta de olhar acurado e cuidadoso do legislador às peculiaridades dos Institutos, como já dito, entes apenas equiparados, e não idênticos às universidades federais (GOMES, 2011, s/nº).

Outro aspecto, relacionado ao público a que se destina, um ponto polêmico nos eventos foi a inclusão dos estudantes de ensino a distância, que encontrava resistência por parte de alguns Institutos, mas que acabou sendo inserido na proposta final de

¹⁰⁸ Conforme o artigo 7º da Lei nº 11.892/2008.

¹⁰⁹ Artigos 205 a 214 da Constituição Federal de 1988.

política de assistência para a Rede EPCT, formulada pelo GT instituído em 2013, já apontado na proposta de decreto exclusivo para a rede, formulado pelo GT de Fortaleza. Isso também se aplica aos estudantes das demais modalidades de formação continuada.

Considera-se coerente a posição tomada pelo CONIF, que optou por defender alterações no decreto atual, visto que a Assistência Estudantil tem uma história e é necessário caminhar no sentido de articular esforços, pois a política de Educação precisa ser fortalecida como um todo e não convém que as lutas sociais nesse campo sejam fragmentadas.

Os debates afetos ao plano conceitual aconteceram continuamente e foram se qualificando ao longo dos eventos. Entretanto, desde seu início permaneceu e prevaleceu a ótica dos direitos sociais nas concepções que foram sendo desenhadas, perpassadas por conceitos relativos à equidade. É entendida na perspectiva da educação como direito em compromisso com a formação integral do sujeito. Configura-se como uma política que estabelece um conjunto de ações que buscam reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social no percurso formativo dos estudantes.

Ainda é atravessada por tendências de focalização, devido às suas condições objetivas de operacionalização (recursos orçamentários, por exemplo), sem perder de vista a busca pela universalidade de suas ações. Com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Art. 206, I, Constituição Federal), fica sob a responsabilidade do Estado não só garantir esse direito, mas também promover a igualdade do acesso e da permanência de todos os estudantes.

Assim, devido às condições estruturais de desigualdades presentes na sociedade brasileira, muitos são os que encontram dificuldades em permanecer no sistema escolar e obter êxito acadêmico. Essa realidade impõe ao Estado minimizar essas desigualdades, proporcionando condições a esse grupo, para obter um percurso acadêmico com sucesso, tratando os desiguais na medida de sua desigualdade, como reza o princípio da isonomia (GOMES, 2011).

Apesar de ainda se desenvolverem práticas que vão na contramão dos direitos, no caso da contrapartida através de atividades laborais, na percepção de auxílios financeiros, essa prática foi rejeitada ainda no documento elaborado pelo GT de Fortaleza e referendado no documento do GT de 2013 e a tendência é a extinção dessa prática.

2. Necessidades de gestão e implementação: a constante luta por setores responsáveis pela implementação e gestão da Assistência Estudantil na Rede EPCT,

constituídos por equipes interdisciplinares se dá em todos os níveis: na estrutura da SETEC, no âmbito do CONIF, nas reitorias e *campi*, sem perder de vista a autonomia das autarquias, que são os Institutos Federais. A defesa dessa requisição vai no sentido de qualificar a implementação das ações, subsidiando tecnicamente gestores e profissionais e contribuir para a promoção de uma discussão ampliada e descentralizada sobre a temática.

O foco está no trabalho de equipes interdisciplinares, mas requerem no mínimo profissionais de Serviço Social, da Psicologia e da Pedagogia, sem excluir as demais categorias. Observa-se que ainda é o assistente social o profissional que mais é requisitado a trabalhar na Assistência Estudantil, visto que a participação dessa categoria foi expressiva em todos os eventos afetos à temática. Ou seja, tem sido um profissional fundamental em todas as dimensões que envolvem a implementação dessas ações, desde o planejamento até sua execução.

Ainda há muito a ser feito para que essa indicação seja atendida no âmbito da SETEC, que ainda não deu sinais oficiais de escuta a essa demanda, aparentemente se esquivando dessa pauta e deixando a matéria sob a responsabilidade dos IFs.

No Encontro de Sapucaia, em 2011, se evidenciou a necessidade de conhecer o *perfil socioeconômico dos estudantes* para subsidiar a gestão da Assistência Estudantil e das demais políticas institucionais e programas no âmbito da Educação. A proposta de um estudo nacional do perfil dos estudantes dos institutos federais, padronizado, a exemplo das realizadas pela ANDIFES e pelo FONAPRACE ganhou força e finalmente é atendida no âmbito do CONIF, estando em fase de elaboração pelo GT de Assistência Estudantil atual.

Quanto à dimensão da avaliação da Assistência Estudantil, as instituições reconhecem sua importância para sua gestão e qualificação; entretanto, ainda é preciso traçar indicadores comuns que possam possibilitar parâmetros entre as instituições. A Região Sul optou por realizar avaliação de processo e de impacto.

As instituições buscaram indicadores comuns para melhorar a obtenção de recursos orçamentários junto ao MEC, no momento da divisão das verbas, com foco em utilizar indicadores de vulnerabilidade social, necessidade que ainda se faz presente. Mas já se conseguiram avanços com relação à equiparação de valores *per capita* com os das universidades.

Quanto à disponibilidade de acesso aos dados acadêmicos, principalmente de frequência e desempenho acadêmico no tempo adequado, a necessidade de acesso e

gestão, esta é uma necessidade apontada na efetivação do trabalho da Assistência Estudantil (controle da frequência acadêmica, por exemplo), mas que é necessária à instituição como um todo. É necessário o enfrentamento à cultura docente, presente em muitas instituições, de não realizar a chamada do estudante em sala de aula: tarefa hercúlea e desafiadora.

Ainda com referência ao trabalho com indicadores, para acompanhamento de ações e avaliação de programas, um ponto crucial manifestado nos debates é quanto às condições de trabalho para tal: disponibilidade de *software* para acesso efetivo, eficaz e, se possível, integrado. O que no mínimo se espera é que se garanta aferir indicadores de/para ingresso, permanência e êxito dos estudantes.

É inegável que os esforços empregados e articulados a partir dos encontros realizados pelos Institutos da Região Sul culminaram no Seminário de Goiânia e suas ações ganharam coro junto aos demais IFs. O principal ganho está na formação do GT de Assistência Estudantil atual, que vem lutando pelas demandas apontadas nesses eventos e que, aos poucos, vai obtendo avanços políticos junto ao CONIF e colhendo resultados.

Até a conclusão desse trabalho, ainda se fazem presentes algumas demandas:

- a elaboração de uma nova redação do texto do Decreto nº 7.234/2010, que contemple os estudantes do ensino fundamental (integrado e subsequente), pois a referida norma traz em seu conteúdo apenas os estudantes de nível superior de graduação;
- o atendimento às adequações no Programa Bolsa Permanência, para contemplar, também, os estudantes de ensino fundamental (integrado e subsequente), e os estudantes oriundos das políticas afirmativas, com menos de cinco horas/aula diárias;
- a criação da Câmara de AE junto à estrutura do CONIF e a designação um interlocutor na SETEC para a Assistência Estudantil.

3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

3.1 APONTAMENTOS SOBRE A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS

O Assistente Social deve ter a capacidade de agregar experiências adquiridas em outros espaços sócio-ocupacionais, com outras políticas, e aplicá-los de forma adaptada às requisições a ele feitas no decorrer de sua trajetória profissional. Esse fator se mostrou constante durante as entrevistas e revela uma instrumentalidade do Serviço Social, uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos (GUERRA, 2007).

É notável o quanto as experiências dos assistentes sociais entrevistados na atuação com políticas sociais qualificam a intervenção profissional nos Institutos Federais gaúchos, tanto as obtidas na graduação (estágio e pesquisa), quanto às adquiridas nos diversos campos de trabalho, principalmente nas prefeituras municipais. Em relação ao perfil dos entrevistados podemos apontar:

a) *graduação*: destaca-se que 100% dos profissionais cursaram Serviço Social, presencial, em universidades privadas, no Rio Grande do Sul. Isso mostra que, à época do ingresso desses profissionais, havia pouca disponibilidade de cursos de Serviço Social na universidade pública, com predominância no ensino privado, embora, atualmente, tenha surgido a oferta desse curso nas seguintes universidades públicas gaúchas: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criados, respectivamente, em 2006¹¹⁰, 2008¹¹¹ e 2009¹¹².

Nota-se que a maior parte dos profissionais (70%) se graduaram nos anos 2000, conforme a tabela a seguir:

¹¹⁰ Informação disponível em: <<http://www.folhadesaoborja.com.br>>. Acesso em: 26 set. 2013.

¹¹¹ Informação disponível em: <<http://multiserver06.proj.ufsm.br/sites/ccsh>>. Acesso em: 26 set. 2013.

¹¹² Informação disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psicologia/graduacao/servico-social>>. Acesso em: 26 set. 2013.

Tabela 1 - Década na qual os profissionais concluíram a graduação em serviço social

DÉCADA	PERCENTUAL DE PROFISSIONAIS
Década de 1980	10%
Década de 1990	20%
Década de 2000	70%

Fonte: Formulário 1, aplicado pela pesquisadora (2013).

b) *Pós-Graduação*: destaca-se o empenho de alguns profissionais em obter qualificação, mesmo para alguns que trabalhavam ou trabalham em tempo integral. Os dados obtidos revelam que 8 (80%) concluíram cursos de pós-graduação (especialização e/ou mestrado):

- 8 (80%) possuem, no mínimo, curso de especialização (*lato sensu*);
- 2 (20%) possuem mestrado (*stricto sensu*), concluído nas áreas de ciências social (antropologia) e de serviço social;
- 3 (30%) profissionais possuem dois cursos de especialização;
- 3 (30%) cursaram especialização na área da educação (educação, educação ambiental e psicopedagogia);
- 2 (20%) cursaram especialização na área da saúde (saúde da família e gerontologia social);
- 4 (40 %) cursaram especialização na área de gestão (gestão pública, serviços de saúde e saúde pública, administração hospitalar, gestão e administração de recursos humanos);
- 60% dos tipos de cursos concluídos estão relacionados ao estudo ou à gestão de políticas públicas e sociais;
- 1 (10%) está matriculado como aluno especial em mestrado em serviço social;
- nenhum profissional possui ou está matriculado em curso de doutorado;
- dos profissionais (20%) que não possuem qualquer curso de pós-graduação completo, apenas 1 está cursando mestrado em ciências sociais (ciência política);
- um dos profissionais entrevistados possui, além da graduação em serviço social, graduação em pedagogia.

É importante perceber que há predominância na escolha por cursos relacionados às temáticas das políticas de Educação e Saúde, com foco voltado para a gestão. Isso favorece os profissionais na implementação do PNAES nos Institutos, no que se refere a

requisições voltadas à gestão e à execução dessas ações. Há tendência crescente em continuarem se capacitando, em cursos de mestrado, incentivados pelo plano de carreira dos servidores públicos federais, que prevê a possibilidade de redução de carga horária semanal ou afastamento para cursar a referida capacitação.

Para alguns profissionais, a pós-graduação contribuiu para a capacitação na gestão de políticas públicas, considerando que as especializações complementares à formação qualificam e subsidiam o trabalho do assistente social, como exemplifica o depoimento a seguir:

É, na verdade, eu tenho duas formações, fora o Serviço Social, que me ajudam muito que é o Direito e a especialização que eu fiz em Gestão Pública. Muito do que eu aprendi na especialização eu trabalho aqui no dia a dia. Mas essas coisas eu não aprendi no Serviço Social. Então, é bem complicado, assim. Mas, Direito não tá concluído [...] (Assistente Social C).

Ressalta-se a importância da formação complementar devido às requisições postas aos profissionais, com ênfase na gestão de programas assistenciais no campo educacional, para que estes atuem com fundamentação teórica no que diz respeito às competências profissionais. Isso mostra que, apesar da busca constante por qualificação, os profissionais apontam que as requisições trazidas a eles, no cotidiano da Assistência Estudantil, se constituíram com ênfase em dados quantitativos e em rotinas de trabalho extremamente burocratizadas: controle de orçamento, administração de benefícios, acompanhamento de dados acadêmicos, dentre outros, gerando um sentimento de frustração, apesar de estarem qualificados para atividades complexas no âmbito da pesquisa qualitativa, conforme evidencia o seguinte relato:

Só que, profissionalmente, eu admito que eu fico frustrada por ter feito especialização em Educação, mestrado em Antropologia, ter estudado coisas que pra mim são bem complexas em termos de pesquisa qualitativa, pra trabalhar só com dados e orçamentos, sabe (Assistente Social B).

A experiência relatada permite uma crítica qualificada aos dados quantitativos. Diante das requisições feitas aos assistentes sociais dos IFs gaúchos, estes ressaltam que o processo formativo na graduação deve ser melhor qualificado diante das exigências contemporâneas de gestão e implementação de políticas públicas, mediante a necessidade permanente de garantia dos direitos sociais. Assim é destacado:

Eu acho que tá faltando bastante coisa na formação, por exemplo: o assistente social que trabalha com famílias tem que conhecer direito de família. E a gente não tem. A gente tem mal e mal previdenciário. E, mesmo assim, muito por cima [...] (Assistente Social C).

Os profissionais possuem competência teórica para as requisições a eles colocadas, pois estudam e se instrumentalizam diante do que consideram novo. O fato é que a graduação necessita investir na qualificação das disciplinas afetas à gestão e ao planejamento de políticas públicas e sociais, estatística e pesquisa. A oferta de cursos de pós-graduação na área da gestão pública, por exemplo, no âmbito da região sul, ainda não está ao alcance de todos, sendo encontrado na sua maioria na iniciativa privada.

c) *Experiências anteriores ao Instituto Federal*: metade dos assistentes sociais entrevistados (50%) atuou nas prefeituras municipais. Os profissionais que atuaram somente na Assistência Social somam 40% e os que atuaram na Saúde e na Assistência Social, 30%.

Nas primeiras, os relatos descrevem atividades desenvolvidas em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), grupos operativos, atendimento às famílias do Programa Bolsa Família, elaboração de projetos, levantamentos habitacionais, organização de conferências municipais, pesquisas, laudos para o poder judiciário, implementação de CRAS e processos de municipalização de políticas. Sobre a atuação nas Secretarias de Saúde não há relatos de atividades. Destaca-se que uma das profissionais foi gestora, tendo assumido a Secretaria Municipal de Assistência Social. Um profissional trabalhou com as duas secretarias.

Nos demais depoimentos, constam como experiências de trabalho anteriores:

- universidade (30%): lotados em setores de Assistência Estudantil, gestão de pessoas, atuando com políticas institucionais para servidores, como saúde e plano de carreira, e na extensão universitária, em atividades com catadores;
- iniciativa privada (10%): atuando em uma instituição do Sistema S, com os trabalhadores das empresas, desenvolvendo projetos na área de consultoria e com população adulta;
- organizações da sociedade civil (10%): associação de pessoas com deficiência.

Para um dos assistentes sociais, o IF é o primeiro emprego na área do Serviço Social e para outros três, é o primeiro concurso em que foram nomeados na referida área. Experiências de estágio na graduação foram relatadas como fundamentais por alguns profissionais como: movimentos sociais (1), SESI (1) e núcleos de pesquisa acadêmica (2).

A maior parte dos relatos descreve que os assistentes sociais nunca haviam planejado trabalhar com a política de Educação, assim como relatam nunca terem estudado essa temática durante a graduação. Porém, como vimos, 30% deles possuem curso de especialização na área da Educação, fato que já demonstrava motivação para a área.

Assim, pode-se identificar que os profissionais trazem para o IF uma experiência considerável em gestão, implementação e execução de políticas sociais nos municípios gaúchos e outros ainda trazem experiências relativas ao campo da educação e do mundo do trabalho. Vejamos os relatos:

[...] o que foi importante pra mim foi a questão de conhecer gestão pública, política pública de um outro lado [...] Eu, realmente, buscava fazer gestão e estudar isso [...] Mas a diferença de eu saber de como funciona uma máquina, uma engrenagem pública, a função de recurso tipo licitações, essas coisas, tu começa a entender que são importante de saber. Então, pra mim vir trabalhar na assistência foi super importante, pra entender os processos. [...] eu já sei, independente se é municipal ou federal. Claro, os níveis são diferentes, mas as coisas funcionam mais ou menos do mesmo jeito. [...] Porque o que eu senti? Que quando eu fui pro município eu não sabia nada de política pública. Que o que a gente aprendia na faculdade de SUAS e SUS era muito superficial. E que quando tu vai trabalhar mesmo dentro de uma prefeitura, que tu lida no dia a dia, é que tu vê um monte de coisas. [...] Então, eu tive que estudar e entender, porque se tu não entende tu consegue efetivar nada, e entender um pouco disso. Então não tem pra mim experiência que tenha sido mais válida, apesar de desgastante (Assistente Social F).

Quando o trabalho do PNAES chegou no setor, eu tava voltando de um outro setor – que eu trabalhei, também, na implementação do plano de carreira do servidor nos recursos humanos. E, aí, quando começou a ser construído teve várias reuniões, vários seminários de construção dos regulamentos [...] Porque como eu tinha trabalhado bastante também na parte de elaborar os critérios e normatização pra plano de carreira, eu já tava um pouco experiente nessa coisa de normatização (Assistente Social I).

Neste sentido, essa instrumentalidade adquirida pelo Serviço Social possibilita uma cultura de interface dos programas desenvolvidos na Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) com as demais políticas sociais, no âmbito dos municípios, característicos da atuação deste profissional, o que qualifica sua intervenção na implementação das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Em consonância com a concepção presente na criação dessas instituições, consolidar os Institutos Federais como política pública, significa estabelecer sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade, na construção de um projeto mais amplo para a educação pública (PACHECO, 2011).

A instrumentalidade trazida pelos profissionais entrevistados foi fundamental para desenvolver uma assessoria em Serviço Social, como característica marcante do trabalho profissional no processo de implementação e gestão da Assistência Estudantil. Os assistentes sociais estimularam a reflexão sobre a formulação, operacionalização e melhoria da Assistência Estudantil no campo educacional, necessária às equipes multiprofissionais e às equipes diretivas, explicitando as dificuldades que permeiam suas condições de implementação e incorporando aspectos administrativos no cotidiano de seu trabalho sobre as demandas afetas à assistência (FONSECA, 2006).

Atualmente, o destaque a esse aspecto, apontado por Almeida (2012a), se dá com relação ao aumento das condições de desenvolvimento dessa atividade, no âmbito da gestão de políticas sociais, pois o Estado, ao lidar com as demandas resultantes das manifestações da questão social, intervém sistematicamente através das políticas públicas, resultando na contratação de assistentes sociais para essa requisição (RAICHELIS, 2009).

Constata-se que, apesar do *status* conquistado pelos profissionais entrevistados nessa atividade, devido à natureza coletiva desse processo, a capacidade teórica e técnica dos profissionais com relação às condições nas quais se efetivam o trabalho profissional representou uma exigência (ALMEIDA 2012a).

3.2 LEITURA DOS PROFISSIONAIS SOBRE O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PNAES NAS SUAS INSTITUIÇÕES

A Lei nº 11.892/2008, que cria os Institutos Federais, dispõe sobre a relativa autonomia que essas instituições possuem em razão de sua natureza jurídica de autarquia e a outras prerrogativas¹¹³, no sentido da autogestão com limites definidos por sua missão social¹¹⁴ (PACHECO, 2011).

Mediante essa prerrogativa, a partir da publicação do Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), essas instituições foram implementando ações conforme suas condições de infraestrutura e de

¹¹³ Dentre: criação e extinção de cursos e emissão de diplomas; possibilidade de autoestruturação, necessária ao exercício da autonomia; identificação da proposta orçamentária anual ser identificada para cada *campus* e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios dos servidores (PACHECO, 2011).

¹¹⁴ Missão: "o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social" (PACHECO, 2011, p. 14).

orçamento e a disponibilidade de servidores, com destaque para a criação de documentos institucionais para regulamentar a execução do programa em cada instituto (TAUFICK, 2013). Isto abrange documentos como regulamentos e normatizações, oficializados através do Conselho Superior (CONSUP), com a emissão de portarias.

É nesse processo, em tal momento histórico, que os assistentes sociais são mais requisitados. Embora não seja atribuição exclusiva do Serviço Social, essa função foi adquirindo uma particularidade relevante, por coexistirem instituições novas (com menos de 10 anos) e muito antigas (com mais de 40 anos), esbarrando em diferentes concepções sobre a relação da Educação com programas assistenciais presentes entre os atores institucionais: ora reducionistas e liberais; ora na ótica dos direitos sociais, da emancipação humana e da universalização do seu acesso (ALMEIDA, 2007; MÉSZÁROS, 2008), trabalhando na direção do Projeto Ético-Político Profissional (PEP) que, conforme Netto (2008, p.155),

Esquemáticamente, este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, esse projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir dessas opções que o fundamentam, tal projeto afirmam a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade quanto no exercício profissional.

A leitura dos profissionais entrevistados sobre esse processo se deu apontando as dificuldades encontradas, os limites institucionais, políticos e objetivos e, ainda, algumas possibilidades e necessidades presentes. Os relatos revelam o que segue.

a) Destaca-se o fato de 90% dos profissionais terem participado ativamente do processo de implementação e execução do PNAES nos institutos gaúchos. Apenas um profissional considerou não ter participado desse processo, desde o seu início, por ter sido nomeado em concurso público em 2012, e tomado posse no segundo semestre do mesmo ano.

b) Nos três institutos gaúchos, em alguns *campi*, já existiam programas de permanência, principalmente com ações de transporte, alimentação e moradia, desenvolvidos com escassos recursos e com normativas em desacordo com a linha dos direitos sociais. Vejamos dois depoimentos que ilustram essa realidade:

Eu cheguei em setembro de 2010. Ainda tava aquela coisa e não tinha nada implementado. Tinham aqueles benefícios que eram dados antes pela Fundação, que era o transporte que era pago pela Fundação, o material tinha o que tinha ficado da tal caixa escolar e recursos relativos à saúde: remédios, consultas; tudo saía pela Fundação. Daí, no ano seguinte, teve a verba e naquele final de ano nós elaboramos os projetos (Assistente Social E).

Eu acho que a implantação do PNAES, dentro do *campus*, ela foi acontecendo ao mesmo tempo que ela já existia. Porque já existiam os benefícios vinculados aos da universidade, mas não se trabalhava com a ideia que eram benefícios dentro de um programa de Assistência Estudantil.[...] As coisas que existiam, os benefícios que existiam, dentro do *campus*, foram se inserindo na perspectiva do PNAES. Eu acho que foi isso que foi acontecendo, porque aí depois, e até o regulamento do IF foi uma coisa que foi acontecendo e a gente já tava executando.[...] Porque eu acho que todos os *campi* passaram por isso: começaram a executar os benefícios antes de ter regulamento, e as normatizações não existiam (Assistente Social B).

Destaca-se que no IF Farroupilha já existia um programa institucional de Assistência Estudantil baseado nas ações do Plano Nacional de Assistência Estudantil de 2007. Com a chegada de assistentes sociais, esses programas foram pensados de forma mais qualificada, na direção da garantia de direitos, sob a ótica do Projeto Ético-Político Profissional: posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

Nos *campi* que eram vinculados a universidades federais, enquanto escolas técnicas, também havia ações de assistência. A implementação das ações teve que respeitar particularidades locais, principalmente, os escolas agrícolas que já desenvolviam ações de moradia estudantil (internatos/alojamentos) e de alimentação (refeitórios/restaurantes).

Portanto, com a aprovação do PNAES em 2010 e a vinda dos recursos orçamentários e contratação de profissionais, as ações existentes foram sofrendo adaptações que pudessem ser potencializadas, qualificadas e ampliadas. Não havia muitas diferenças do programa atual, no que se refere a algumas características hoje ainda presentes, a exemplo da focalização das ações nos mais pobres, dos recursos insuficientes de acordo com a demanda e das necessidades a serem atendidas para além de bolsas financeiras:

Bom, antes era bem difícil, porque a verba vinha de todo um esquema que nós tínhamos, que era cobrada a matrícula, e através da matrícula entrava esse recurso que a gente utilizava em benefício de alguns. Todos pagavam e era utilizado pra benefício de alguns. [...] e verba era pouquíssima [...] a demanda era bem grande [...]. Não tinha o que tem hoje dos recursos e de

toda essa infraestrutura, todo esse esquema com o programa do PNAES (Assistente Social I).

A diferença é que com o PNAES a Assistência Estudantil se tornou um programa com relevantes recursos orçamentários no âmbito da política de Educação, com um orçamento específico maior que os escassos recursos disponibilizados anteriormente, e possibilitou atender um número maior de estudantes. Entretanto, na medida em que os profissionais vão identificando as condições de vida e de trabalho dos estudantes, a abrangência dos recursos se torna insuficiente, diante das necessidades que implicam na sua permanência. Vejamos o relato:

Que uma questão que é problemática pro *campus*, assim é a questão do tamanho da demanda por Assistência Estudantil e o número de matrículas que a gente tem presenciais. Só que nós temos no máximo uns mil alunos presenciais. Então, na fatia aí, a gente sempre, a gente não vai tá na mesma perspectiva de valor de um *campus*, por exemplo, que tem mais de dois mil, três mil alunos. [...] E, até eu entendo assim que *Diretoria de Assistência Estudantil*, ela compreende isso. [...] Só que assim, eu acho que não é por aí entende? Não é pressionar a *Diretoria de Assistência Estudantil*. Existe uma divisão de orçamento nacional e a gente vai ter um limite sempre, dentro do *campus*, entende? Porque a gente, de mil alunos matriculados, no máximo como que tu vai querer receber a mesma coisa que *outro campus* recebe, que tem quatro mil alunos? (Assistente Social B).

Atrasos no repasse de auxílios financeiros, na modalidade de bolsas acadêmicas, têm acontecido com frequência em alguns *campi*, não por ausência de recursos, mas por dificuldades do setor administrativo em realizar os pagamentos em dia¹¹⁵. Vejamos o que isso representa no cotidiano profissional, através dos depoimentos a seguir:

Às vezes, no que esbarra é que os alunos reclamam que custa a sair o pagamento. Aquela questão que daí tem que descentralizar que daí vai pra um setor vai pra outro. Demora um pouco, mas até que eu acho que tá dentro do limite. Agora o próximo ano não sei como vai ficar; se a demora vai diminuir, se vai aumentar. Mas os alunos se queixam bastante. É que, às vezes, chega o início do ano, nos primeiros dias e não sai o recurso. Mas aí, claro, é serviço público, tem que tramitar em outros setores. Daí demora um pouco. O ideal é que não demorasse, mas acho que tá dentro do limite (Assistente Social E).

[...] E, pra quem trabalha como a gente, direto com aluno, é muito complicado. Porque a gente que tem que dar essa resposta. A gente conhece a demanda, sabe o que significa ali na vida de cada um. Se de repente, tranca o transporte? (Assistente Social B).

Alguns assistentes sociais, na análise de conjuntura que realizam, avaliam aspectos relativos ao financiamento da política de Educação, apontando que ainda são

¹¹⁵ Não temos dados para listar quais são essas dificuldades. É necessária uma pesquisa de avaliação de impacto sobre a Assistência Estudantil que considere esse fator.

necessários mais investimentos, não somente na Assistência Estudantil, mas na Educação como um todo. Questões estruturais afetas à raiz da desigualdade social (DRAIBE, 2005) e à qualidade do ensino do ensino público não têm sido enfrentadas pelos governos; estes têm empregado recursos em programas com ações focalizadas, como destaca o depoimento a seguir:

Claro, é importante! O programa de Assistência Estudantil é muito importante! Eu acho que não tem dúvida que não pode só dar a vaga pro aluno. Tu tem que dar condições pra ele permanecer na escola, pra ele comprar o material escolar. Mas, não sei se esse dá a grana... é... eu acho que deveria ser a Educação mesmo. Esses auxílios são importantes? São muito importantes! Mas, eu vejo que o problema é qualidade da educação. [...] Então, o programa é importante? É! Mas, ele é apenas uma variável do sucesso educacional do aluno. Então, aluno ganhar aquilo ali não significa que ele vai ter um sucesso na escola. É uma ajuda? É. Mas o problema é muito maior. Daqui a pouco a família não tem uma renda e aquele dinheiro ali, o aluno [...] não é usado pra educação, é um complemento da renda em casa. É uma suposição [...]. O aluno pode alcançar o sucesso educacional com a ajuda do programa? Pode. Mas eu acho que o problema vai muito além dele ter esse auxílio ou não. É um problema estrutural mesmo, de investimento pesado na Educação [...] Então, o programa, acho que é um apêndice (Assistente Social J).

Destacam que a alocação de recursos na política de Educação como um todo deveria atender, de forma qualificada, todas as necessidades de uma escola. As necessidades ultrapassam a questão da Assistência Estudantil e requerem um investimento que contemple ações que venham a melhorar a qualidade do ensino em todos os seus aspectos, inclusive no tocante à pesquisa, à extensão, à infraestrutura e à gestão de pessoas.

No relato a seguir, por exemplo, o profissional discorre sobre o alto custo que um *campus* agrícola requer para sua manutenção, tanto na estrutura física quanto na de pessoal; destaca que o número de estudantes não é um indicador suficiente para a divisão dos recursos para Assistência Estudantil no orçamento da instituição. E, ainda, afirma que, para a obtenção de complementação de verbas junto ao Governo Federal, o fator político é um dos fatores determinantes, mas isso foge ao alcance dos profissionais na maior parte das situações, expressando sua preocupação:

Eu acho que a gente pode tentar equiparar um pouco mais por causa da nossa demanda, mas sempre vai tem um limite, e isso no *campus* é em relação a tudo: número de técnicos, de vagas que é liberado; orçamento que é disponibilizado, tanto de investimento quanto de custeio; porque tudo é feito em cima do número de vagas. Então, é um *campus* caro, eu entendo, em todos os termos e a gente não tem grande número de matrículas. Então é isso que todo o gestor vai ouvir tanto dentro da assistência quanto nas outras

áreas, entende? Como é que tu quer mais que um milhão e setecentos mil pra Assistência Estudantil, se tu tem mil alunos? Então, eu acho que isso pra mim é preocupante, porque eu já to no terceiro ano dentro do IF, ali no *campus*. E, é sempre assim: lidar com coisas que podem ou não se concretizar. [...] aí faz projetos que pode sobrar de outros *campi*. 'Ah, faz os projetos que vai ter greve e aí vai sobrar. Faz os projetos que a gente vai em Brasília conseguir'. Só que é muito complicado trabalhar com isso! Eu sei que tem questões que são negociações políticas e que vai ser difícil tu tornar isso como uma coisa contínua, assim. Mas entendo que é muita instabilidade em termos de verba do PNAES pro *campus*.[...] mas é esse panorama que vejo no *campus* em relação a tudo, orçamento geral. Então, as coisas são muito políticas. Eu acho que isso é assim quando tu trabalha numa instituição pública. As negociações de aumento de verba, tudo é muito político: conforme o ano, conforme o cenário político (Assistente Social B).

Apesar do volume de recursos, outro aspecto levantado pelos profissionais é o caráter focalizado do programa. Muitas ações do PNAES estão sendo desenvolvidas através de um sistema de “bolsificação”, em que ocorre a transferência de renda aos estudantes mais pobres. O problema apontado é quanto às possibilidades de implementação das ações ocorrerem somente nessa perspectiva e não no investimento em infraestrutura, como em moradia estudantil, restaurantes, etc., e no financiamento pleno de ações universais. Vejamos como os depoimentos a seguir abordam essa questão:

Não sei aonde vai dar a Assistência Estudantil, mas, no momento, eu vejo como alguma coisa limitada. Talvez tenha um impacto na vida dos alunos. Com certeza tem. Mas é aquilo ali. Deveria e poderia ser mais. Mas acho que no momento não tá sendo e eu sou parte disso. Teria vontade de fazer, mas não tenho tempo de fazer (Assistente Social J).

Só que assim, se a gente conseguisse trabalhar plenamente com o PNAES, eu já ficaria muito feliz! Eu não precisaria ir pra pesquisa, pra extensão, pra mais nada. Se a gente conseguisse trabalhar com aquelas ações na área da cultura, porque a minha pesquisa agora, o que é tentar compreender qual é a origem cultural dos alunos, e isso tá dentro daquela ação ali, do PNAES. Só que eu não consigo fazer pelo PNAES (Assistente Social B).

[...] Seria muito complicado tu focar teu trabalho na implantação dessa política, já em todas essas áreas aqui. Acho que seria bastante complexo, porque assim... tu tem uma política tão abrangente, com tantas áreas importantes, tu tem que ter todo um cuidado. Tu tem que ter recursos humanos, recursos financeiros, com um suporte administrativo pra ti. E hoje a gente não tem e de alguma forma, suporte. [...] tem que se avaliar [...] E, acho que se iniciou e agora pode buscar o atendimento dessas outras áreas, também [...] (Assistente Social D).

Devido à disponibilidade orçamentária, algumas instituições têm optado por alocar os recursos em ações consideradas determinantes para a permanência dos

estudantes, porque atendem basicamente suas necessidades. São elas: transporte, alimentação, material escolar e moradia, conforme os relatos:

Se eu fizer um comparativo com outras políticas públicas a gente atende o básico, que é alimentação, transporte, auxílios e a gente não consegue ultrapassar muito isso. Não conseguimos ir para cultura, ir para as ações universais; e nós temos ações universais nos *campus* (Assistente Social G).

Essas ações assim: moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde e apoio pedagógico, eu entendo que são ações extremamente necessárias pra permanência do aluno na escola, não só isso pro êxito do aluno na escola. O aluno tem que tá bem alimentado pra estudar melhor, tem que morar em boas condições, tem que conseguir vir pra escola no transporte. [...] se ele não tiver esse material técnico ele também não vai conseguir estudar, não vai conseguir render que nem os colegas que têm condições de comprar. Então, pra mim elas são fundamentais (Assistente Social C).

No IFSul-rio-grandense, são atendidas somente as ações consideradas prioritárias pela instituição: transporte, alimentação, moradia e material escolar. O recurso é dividido de acordo com a demanda por benefícios apresentada nos projetos e o perfil do estudante do *campus*. Essa decisão institucional, tomada em 2013, optou por não executar ações além das prioritárias, enquanto todos os estudantes, com o perfil do PNAES, não as acessarem.

Algumas ações como auxílio-creche, inclusão digital e capacitação através de oficinas são executadas no IF Farroupilha e no IFRS; entretanto não é uma ação predominante nas instituições, devido a sua baixa demanda, como demonstra o depoimento a seguir:

Claro que tem outras ações, como o auxílio-creche, eu não vejo perfil. Como a gente lida muito com adolescentes, embora, ainda exista muita gravidez na adolescência, não é um grande número. Não é um número considerável ao ponto de fazer um benefício específico pra isso. Até hoje, apenas uma moça me perguntou se a gente tinha auxílio-creche. Mas só, numa escola de quatro mil alunos! Então, não tem assim... uma demanda... digamos que latente pra gente pensar nesse benefício. E a inclusão digital numa escola técnica é importantíssima (Assistente Social C).

Os principais indicadores para a divisão do recurso entre os *campi* têm o número de estudantes em cada um e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹¹⁶. Entretanto, a realidade local de cada *campus* tem sido considerada na implementação da Assistência Estudantil, como vemos no depoimento a seguir:

¹¹⁶ Não é objetivo deste trabalho discorrer sobre os limites de utilizar o IDH como indicador, pois já existe vasta literatura sobre o tema.

[...] nós do Instituto, a gente define algumas prioridades de acordo com aquilo que é local. Então eu acho que, claro, tem que haver uma adequação com o que realmente se faz necessário ali na tua realidade. Acho que tem que haver esse cuidado (Assistente Social D).

As possibilidades de intervenção que cabem aos profissionais quanto a esse aspecto é se instrumentalizarem, através de pesquisas, projetos e propostas que apontem as demandas e subsidiar seus gestores para que estes possam, através de dados, negociar com fundamentação a obtenção de recursos junto à União, além do fator político.

[...] E tu tem que trabalhar com questões técnicas, com demandas que tão batendo na tua porta, e aí tu fica sempre... E essas decisões políticas não dependem da gente, porque a gente não tem poder pra isso. O que eu posso fazer, mostrar a demanda tecnicamente com pesquisa, com tudo. Mas, eu não vou conseguir negociar aumento de orçamento.

[...] tentar fazer um documento pra SETEC, do *campus*, mostrando muito minucioso, até o *antigo reitor* falou disso, que esse é o momento de mostrar as demandas lá no MEC, de tentar sensibilizar eles, que o *campus* sempre vai ter problemas [...] pra poder executar as demandas de Assistência Estudantil. E aí, se o diretor quisesse ampliar isso pra tudo, com o orçamento disponibilizado ali, no geral... claro que pode ser utopia. Mas, pelo menos, fica registrado na SETEC, que a gente avisou isso; de que deixar registrado que a gente deveria ter um *plus*, além do que é disponibilizado ali do PNAES. Ter alguma coisa a mais que pudesse ser permanente, pelo menos nesse governo, dentro da gestão desse secretário, lá da SETEC. Então, algumas coisas assim, tudo bem, pode ser utopia como eu disse. Tudo são questões políticas (Assistente Social B).

Portanto, o financiamento reduz as possibilidades de investimentos na universalização das ações e reforça a seletividade do programa (DRAIBE, 1998). É necessário fazer o enfrentamento à residualidade presente na abrangência do financiamento (BEHRING & BOSCHETTI, 2007), através de ações de controle social, de pesquisa e de articulação política, tanto no âmbito institucional – MEC, SETEC, FONAPRACE – quanto junto ao movimento estudantil.

c) Os profissionais empregaram, na rotina de trabalho, um processo de apropriação conceitual e legal relacionado à política de Educação e sua relação com as ações de Assistência Estudantil (AE), composto por aspectos comuns a todos:

- *Coletivo*: participação em eventos como seminários, câmaras e encontros regionais; contatos e reuniões junto a profissionais de universidades federais; diversas reuniões de equipes multidisciplinares; fórum de *e-mail* nacional exclusivo para assistentes sociais dos IFs e universidades; dentre outras ações que envolvem processos de discussão coletiva, com destaque para o IFSUL e para o IF Farroupilha, conforme os depoimentos a seguir:

[...] foi uma experiência muito importante e, principalmente, porque foi uma construção coletiva. Acho que, isso sim, foi algo muito especial. Não foi uma construção isolada. Existia todo um trabalho, toda uma intencionalidade de fazer uma construção coletiva, envolvendo a participação dos *campus* junto a *Diretoria de Assistência Estudantil*. Então assim, eu acho que foi um processo muito rico para todos, porque foi algo construído que teve a participação de todos (Assistente Social D).

Aí, a partir do momento que a gente veio claro, a política anterior que já tinha foi discutida com os *campus*. [...] Era baseada no PNAES e naquele programa nacional que documenta o FONAPRACE, o plano nacional [...] porque quando foi construído o PDI, houve toda uma movimentação pelos *campus*, uma discussão. Então, foi discutido nessa mesma levada, esses documentos juntos, nos *campus* e tudo mais (assistente Social G).

Mas no IFRS, apesar de a instituição não ter realizado essa discussão de forma ampla e simultânea, em todos os *campi*, de acordo com os assistentes sociais entrevistados (2), as equipes realizaram esse processo dentro das suas possibilidades e fizeram a discussão coletiva com seus pares.

Para pensar os programas de Assistência Estudantil nos IFs gaúchos, os assistentes sociais procuraram conhecer a instrumentalidade que vinha sendo desenvolvida pelos colegas das universidades federais e por outros institutos durante os encontros regionais de setores sistêmicos de Assistência Estudantil, como forma de subsidiar sua atuação profissional, como destacam estes depoimentos:

[...] E aí, a primeira coisa que a gente fez foi ir pra lá pra universidade pública, com toda a experiência que já tinha, a gente conseguiu rapidamente construir uma série de coisas com a ajuda deles [...]. E, também, estavam fazendo uma série de discussões e de reformulações na política de Assistência Estudantil, que foi bem interessante. E, a gente acabou se inserindo em várias capacitações deles, pra pensar a nossa política de Assistência Estudantil junto com eles, de algum modo. Então, isso foi bem legal no início! E o pessoal da *universidade* foi super parceiro da gente, nesse início. E aí, a gente conseguiu construir logo. Assim como, provavelmente, a *outra colega assistente social* vai te dizer isso em relação à *universidade*. Então, a gente com essa vinculação com a universidade, a gente acabou indo à frente de outros *campus*, em função disso (Assistente Social H).

[...] A minha experiência de Educação foi mesmo na troca de ideias com outros colegas, no início com o pessoal da universidade federal, as assistentes sociais que já trabalhavam há anos, e naqueles encontros que a gente participou e nos livros. Mas é uma coisa ainda empírica (Assistente Social F).

- *Interdisciplinar*: em alguns locais o assistente social teve a oportunidade de atuar junto a professores, psicólogos, pedagogos, nutricionistas, dentre outros. O depoimento a seguir retrata esse processo:

E nisso eu cheguei e aí tinham duas psicólogas. Uma delas já estava há dois anos e a outra tinha acabado de chegar, em agosto. Ela veio transferida de outro *campus*. Então, as duas já estavam discutindo algumas coisas. Então, eu chego exatamente pra compor essa equipe que começa a pensar a política de Assistência Estudantil dentro do *campus* (Assistente Social H).

- *Investigativo*: buscas em *sites*, elaboração do perfil do estudante, estudo de editais e normativas de outras universidades e Institutos Federais e estudos sistemáticos sobre Assistência Estudantil e permanência, conforme o relato abaixo:

Então, a gente participou de capacitações com a *universidade federal*, a gente estudou os editais, a gente estudou o nosso perfil de aluno e foi começando a construir a ideia do que seria. Foi estudar o que era Assistência Estudantil apesar de não ter quase nada. Então, a gente começou a construir o que a gente achava, pensava que poderia ser. Com muita consciência de que aquilo não era perfeito; de que aquilo, certamente, apareceriam muitos problemas em breve e que teriam que teriam que ser resolvidos. Só que a gente só ia saber aplicando (Assistente Social H).

E eu me apropriei da normatização da universidade federal, enquanto não surgiram as nossas. [...] E aí, eu construí as normas do *campus* a partir da universidade federal, em 2011; [...] E, aí depois, durante o ano passado, esse ano que a norma virou uma construção de todo o IF ali, a partir da câmara e aprovado pelo CONSUP. Agora que ela realmente existe em termos de instituição (Assistente Social B).

- *Operativo*: elaboração de documentos institucionais, na sua maioria normativas, regulamentos, planos, estudos, planejamento, identificação de demandas, estudos socioeconômicos, e divulgação de programas:

[...] Eu trabalho direto com a política: sou eu quem planejo, coordeno e avalio os programas das coisas que não vêm dando certo e das coisas que a gente vem tentando implementar, dos projetos de monitoria; e os projetos de extensão também; e alunos em situação de vulnerabilidade social. Tudo cai na minha mão (Assistente Social A).

d) Os assistentes sociais foram os principais atores na formulação de normativas institucionais que tratam de concepção, princípios e diretrizes dos programas de Assistência Estudantil nos IFs gaúchos. As equipes técnicas são formadas por, no mínimo, um assistente social. Nota-se que 100% dos profissionais apontaram que as normativas foram formuladas pela equipe técnica de Assistência Estudantil, tanto nos *campi* quanto na reitoria (60%):

Tabela 2 - Atores que participam na construção de normativas referentes às ações de AE

ATORES	% DE PROFISSIONAIS QUE APONTARAM ESSES ATORES
Estudantes	10%

Equipe técnica	100%
Demais servidores	20%
Direção geral	30%
Equipe técnica na Reitoria	60%
Conselho do <i>campus</i>	10%

Fonte: Formulário 1, aplicado pela pesquisadora (2013).

Nesse sentido, conforme Kern (2006), consolidar uma política de Assistência Estudantil em uma instituição com vários *campi* e na Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), requer uma construção coletiva, que vise a “garantir normatização, organicidade e unificação” (2006, p. 69) à referida política, na perspectiva dos direitos sociais, a partir das necessidades dos seus usuários, como destaca o entrevistado a seguir:

[...] quando começou a ser construído teve várias reuniões, vários seminários de construção dos regulamentos e eu achei bem positivo, e foi bem discutido os termos. [...] E, eu acho assim, que foi super bom [...] foi começado a pensar em conjunto. Então, não tivemos grandes dificuldades. Claro, teve assim, de ideias, porque tinham professores, tinham outros profissionais. Não eram só assistentes sociais que participavam desses seminários. Uma coisa que é bem importante: a formação de cada profissional é bem diferenciada e a visão dele de homem e de mundo, de atuação, também. Então, claro, isso às vezes, provocavam discussões bem acirradas em algumas coisas. Mas, enfim [...] a gente [...] foi também, a vinda de mais profissionais, pessoas que tão ainda recém saindo da faculdade, acho que isso ajudou pra elaboração; ou mesmo outras, com experiência em outros *campus*, têm ajudado pra gente trabalhar em conjunto mesmo (Assistente Social I).

Nota-se a baixíssima participação dos estudantes em todo esse processo, fato que requer uma investigação para subsidiar os profissionais a aperfeiçoar os processos democráticos de decisão na política de educação profissional e tecnológica. Esse dado revela uma característica institucional de pouca abertura à participação discente nos institutos pesquisados, com entraves institucionais implicados no processo de implementação da Assistência Estudantil, apesar da ampliação do acesso, conforme destacado pela autora a seguir:

A democratização da educação e a construção da cidadania, princípios assumidos nos textos legais, encontram entraves e limites relacionado à própria estrutura institucional da educação. A viabilização da universalização e do acesso à educação básica não garante, de forma efetiva, a qualidade da educação, nem a efetivação da democratização das relações internas e externas à escola (MARTINS, 2011, p. 51).

Esse é um desafio para o Serviço Social: estabelecer ações que viabilizem o alargamento dos canais de participação dos discentes nas decisões institucionais em todas as suas instâncias, não somente sobre a Assistência Estudantil, por meio da ampla

socialização de informações (MARTINS, 2011). Voltar-se para a questão apontada por István Mészáros (2008): para que serve o sistema educacional se não for para lutar contra a alienação? Ou seja, para produzir insubordinação, rebeldia contra as formas cerceadoras da participação discente.

Cabe aqui dar destaque para o IF Farroupilha, que nomeou, temporariamente, três assistentes sociais para atuarem junto à reitoria, a fim de pensar, planejar e implementar, nos demais *campi*, as ações previstas no PNAES, conforme o relato:

[...] Então, em 2011 [...] o IF conseguiu três assistentes sociais e, nesse período, elas ficaram na reitoria reformulando regulamentos, enfim; e depois elas foram pros *campus*, e somente uma ficou na reitoria (Assistente Social A).

À época da entrevista, apenas o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) não possuía uma política institucional formalizada e aprovada no Conselho Superior (CONSUP). Um Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil (GT-AE) constituído por um representante de cada *campus* elaborou uma minuta de documento que foi enviada ao Conselho Superior, mas até a conclusão desta dissertação estava sem aprovação no referido colegiado, representando um dos principais limites institucionais apontados pelos assistentes sociais desse Instituto. Vejamos um dos depoimentos que abordam essa luta:

Então, agora nossa luta é essa! Tá pronto o nosso pedido, a pró-reitoria encaminhou pra avaliação, pras câmaras avaliarem, depois vai encaminhar pro CONSUP, e ele também avaliar. Então, tá parado aí o negócio. Então, hoje a gente tá num momento de articulação pra conseguir que isso vá adiante (Assistente Social F).

A minuta tá pronta, ao nosso ver, uma primeira proposta. Mas claro, nós vamos ver se não precisamos mudar alguma coisa. Ela foi passada pro Conselho de Ensino (COEN) e ficou uma comissão pra avaliar essa minuta e dali ela ia ser passada para o CONSUP. Até hoje, nada aconteceu. Mudou o Pró-reitor de Ensino e a gente não sabe como é que anda. A minuta, de certo modo, tá aprovada por quem trabalha na Assistência Estudantil. Ela é o resultado de um trabalho, só que ela não é oficial dentro do instituto. Então, a gente tá aguardando por isso. Vamos ver se agora a gente consegue encaminhar com o novo Pró-reitor [...] Então é isso, ela está construída e só falta aprovar no Conselho Superior. Talvez tenham algumas mudanças que eles proponham mas, a principio, é isso (Assistente Social H).

A alternativa para as instituições que não dispõem de uma regulamentação interna sobre as ações de Assistência Estudantil é que os *campus* as executam tendo como fundamentos normativos os editais que são publicados para acesso e o próprio Decreto nº 7.234/2010. Isso é um limitador do trabalho dessas equipes, pois, de certa

forma, pode fragilizar sua operacionalização. Existindo uma normativa aprovada pelo colegiado de deliberação máxima da instituição, no caso, o Conselho Superior (CONSUP), há respaldo e segurança jurídica para os projetos e ações. Porém, dependendo das concepções que fundamentam essas normativas, elas podem limitar ou ampliar esse trabalho.

Nesse caso, a dimensão ético-política do projeto profissional assumido pela categoria dos assistente sociais faz do Serviço Social um ator fundamental no processo de elaboração dessas normas, na garantia do direitos dos usuários da Assistência Estudantil, para dar um caráter universal aos programas, qualidade nos serviços prestados, enfim, elementos preconizados pelo Projeto Ético-Político Profissional (PEP), rompendo com a “lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (MÉSZARÓS, 2008, p. 27).

E, aqui no *campus*, eu sempre trabalhei assim: o que nos rege, que são relacionados aos benefícios, são os editais de cada semestre que a gente lança. E, agora a gente, eu estava ali, junto com as gurias conversando, e a gente tá escrevendo um regulamento, pra que seja um regulamento básico, pra depois que lançar os editais [...]. Porque, a gente já tá nessa de ficar esperando, esperando a política e tá difícil (Assistente Social F).

e) O assistente social é o profissional mais requisitado pelas instituições gaúchas no processo de planejamento de programas assistenciais no âmbito da Educação, fato que lhe dá destaque institucional. No entanto, essa requisição não lhe é exclusiva, pois atua junto a outras categorias profissionais como pedagogos, psicólogos, administradores, assistentes de alunos e professores. A inserção nesse espaço é desafiador, diante de interesses contraditórios, presentes nessa política:

Desse modo, se por um lado resulta da histórica pauta de luta dos movimentos sociais em defesa da universalização da educação pública, por outro se subordina à agenda e aos diagnósticos dos organismos multilaterais, fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho. Inscreve-se, portanto, na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século (CFESS, 2012, p. 37).

Coube aos profissionais processar teórica, política e eticamente as demandas sociais e institucionais, dando-lhes vazão e conteúdo no processo de planejamento e gestão, orientando sua formatação e execução, junto às equipes multidisciplinares

(TEIXEIRA, 2009). Assim, destaca-se a dimensão do planejamento de ações em todos os seus aspectos: formulação de programas e projetos e decisão quanto à aplicação dos recursos orçamentários, tanto nos espaços das reitorias quanto dos *campi*.

Em todas as entrevistas, os profissionais relataram que as suas instituições são transparentes no que se refere às informações sobre recursos orçamentários na Assistência Estudantil, inclusive com relação à reitoria, e se sentem contemplados quanto a esse aspecto. Vejamos alguns depoimentos que demonstram essa realidade:

É uma coisa bem transparente. Tu sabe quanto é o orçamento, qual a previsão orçamentária e, em cima daquilo ali, tu sabe quanto vai vir pra financiar a política no IF. Não tem maiores problemas assim (Assistente Social J).

Em termos da reitoria eu me sinto bem contemplada. Eu acho que pouquíssimas vezes aconteceu de me sentir desinformada.[...] Mas no *campus* é muito complicado, e aí, por questões assim, e não é nem dentro do setor, porque dentro do setor ali de Assistência Estudantil, talvez até por eu ir me empoderando do PNAES, participando das discussões na reitoria, ficou bastante centralizado o papel do assistente social. Eu acho que não é só porque eu sou assistente social, mas porque eu participei do debate, da construção disso dentro do IF. Porque pode ter assistente social que não participa muito da discussão e daqui há pouco um pedagogo vai tomar. Mas acho que por isso, porque eu me envolvi nesse debate (Assistente Social B).

Mas eu te confesso que, às vezes, muito mais, a gente alimenta o *campus* de informações do que recebe, entende? É bem interessante, porque, às vezes, eles esperam que a gente retorne para prestar algum tipo de informação que, muitas vezes, eles não têm. Agora, é bem tranquilo porque a gente trabalha com equipe pequena, então a gente busca conversar bastante [...] (Assistente Social D).

Os assistentes sociais possuem uma relação próxima com os chefes de administração, tanto na Reitoria, quanto nos *campi*, acesso direto aos valores destinados para custeio do programa e a informações quanto a mudanças no percurso. Essa relação é melhor representada pelos depoimentos que seguem:

Eu acho que tem sido um trabalho bem tranquilo assim. Esse trabalho é bem ligado com a *administradora da Reitoria*. Então, esse ano ela me passou o valor da verba. A gente fez os projetos de acordo com aquele valor de verba. E fizemos a previsão do orçamento e acompanhamos tudo por ali. Quando mudou, já em seguida ela me passou, aí eu já mudei no meu orçamento, também. Então, tem sido bem tranquilo assim [...] ela tem me orientado bem. A gente sempre conversa pelo menos uma vez por mês sobre o orçamento, pra ver se tá tudo fechando direitinho. E tem sido tranquilo assim (Assistente Social C).

[...] antes da gente fazer a divulgação do edital do segundo semestre a gente sentou com o chefe de administração e com a colega do financeiro; e a gente fez um o levantamento para ver a quanto a gente andava, quanto a gente tinha [...] (Assistente Social D).

Por outro lado, esse fato pode representar uma adequação ao sistema. Entretanto, esse acesso favorece ao assistente social, para que se aproprie das questões afetas ao orçamento e realize um monitoramento da aplicação dos recursos do PNAES, qualificando sua capacidade de negociação por mais investimentos, como no exemplo a seguir:

Sim, pra ter uma ideia, o que fala no nosso regulamento é até 5% do recurso orçamentário do *campus*. Eu sentei lá com o diretor e disse que com 5% é impossível trabalhar. E hoje o nosso orçamento da Assistência Estudantil do *campus* é de 8%, porque é impossível de trabalhar com 5%, pela quantidade de demanda de alunos que se tem aqui. Estou falando que 8% é do *campus* e o que vem do PNAES a gente divide em termos de reitoria (Assistente Social A).

Para os assistentes sociais lotados nos *campi*, planejar, formular planos e projetos, executar e controlar orçamentos foi um desafio que merece destaque. Há um cotidiano intenso e sobrecarregado com atendimentos às demandas imediatistas ou demandas urgentes, de todos os tipos e de todas as ordens, individuais e coletivas, permeadas por intervenções através de acolhidas, entrevistas, visitas domiciliares, dentre outras, como comparecimento a diversas reuniões, além de rotinas burocráticas que solicitam atenção ao cumprimento dos prazos. São demandas que ocasionam uma rotina exaustiva para o profissional, que, em meio todas essas exigências, disputa tempo com as que se referem ao estudo e ao planejamento de políticas sociais e institucionais, para as quais é preciso tempo para pensar, pesquisar, estudar e discutir, com a finalidade de apresentar propostas com qualidade.

Para entendermos esse cotidiano no qual os profissionais implementaram e continuam executando as ações do PNAES, vejamos a tabela que demonstra essa dinâmica:

Tabela 3 - Elementos que fazem parte das rotinas dos assistentes sociais

TIPOS DE ROTINAS	% Realiza
Sistema “portas abertas”	100%
Reuniões de equipe	90%
Visita domiciliar	90%
Visita às instituições da rede	40%
Estudos socioeconômicos	100%

Fonte: Entrevistas realizadas pela pesquisadora, 2013.

Nota-se que 100% dos *campi* prevê um sistema de atendimento “portas abertas”¹¹⁷ aos estudantes, ou seja, o tempo inteiro. Vejamos alguns depoimentos que ilustram o cotidiano dos setores de Assistência Estudantil nesse modelo:

Eu só não atendo ao público na sexta-feira. Então, de segunda a quinta eu atendo. No ano passado, eu tinha feito um projeto que quarta-feira eu nunca ia no *campus*. Era só pra tentar me vincular à rede, pra fazer visita domiciliar, daqui a pouco ir noutro *campus* conversar com as gurias, ver o que elas estão fazendo. Mas esse ano não foi possível, ainda. [...] Então, esse ano eu dei um tempo. Não sei ainda como eu vou trabalhar (Assistente Social B).

[...] Eu sempre que estou na instituição eu atendo. Se eu tiver na instituição atendo. Até agora, a gente tá sem quadro de horários porque, como a gente teve a greve, terminou as aulas, aí não tem. Mas sempre tem um quadro horário no setor com meu nome, da psicóloga e o horário de cada profissional. Mas, não tem aquilo de: ‘hoje eu trabalho pra comissão de vestibular’. Mas claro, dentro da minha agenda eu tenho os meus horários. Mas, sempre que eu tô na instituição eu atendo. Se o aluno chegar, a prioridade é sempre o aluno. Se chegar o aluno pra atender, a gente sempre atende (Assistente Social F).

Alguns depoimentos revelaram que prevalece a cultura de que o estudante, ao procurar o setor, “não pode sair sem ser atendido (individualmente) por um profissional”. Em meio a essa rotina, como e quando o profissional consegue “parar para planejar”? Por isso, destacam-se esses profissionais que conseguiram fazer enfrentamentos e organizar sua rotina de trabalho para planejar ações e projetos.

Apesar de serem reservados dias específicos para reuniões e vistas domiciliares, os profissionais não estabelecem, em sua rotina, dias específicos para atendimento ao público; trabalham, na maior parte do tempo, em regime de “portas abertas”, atendendo às demandas espontâneas e realizando as intervenções e encaminhamentos necessários.

Esse tipo de rotina pode limitar um pouco a ação profissional, pois os setores necessitam de momentos regulares e específicos para reuniões onde possam planejar, elaborar planos, projetos e laudos, estudar, discutir e organizar a documentação do setor. Nas equipes reduzidas, com duas pessoas no máximo, não é comum haver reuniões de equipe com rotinas pré-estabelecidas, pois, de acordo com os depoimentos, os diálogos permanentes no setor de trabalho são considerados suficientes. No momento em que esse setor é submetido, hierarquicamente, a uma pró-reitoria, ocorrem reuniões periódicas.

¹¹⁷ Escolhemos chamar de “portas abertas” as rotinas de atendimento em setores que não costumam realizar expediente interno, uma vez por semana, e que somente interrompem o atendimento ao estudante quando existe reunião de equipe.

Esse fato implica um desafio no cotidiano profissional, qual seja o de negociar, junto à direção, rotinas que priorizem momentos de estudo, capacitação e planejamento, que se justificam por estarem em consonância com o Código de Ética: “X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 2011, p. 24).

Alguns profissionais consideram que não deveriam trabalhar com demandas financeiras e orçamentárias, que desejam deter-se apenas a ações de permanência e acompanhamento dos estudantes – novas e antigas atribuições (IAMAMOTO, 2007), nas seguintes linhas de atuação, semelhantes às apontadas por autores como Íris de Lima Souza (2005): relação professor-aluno, família-escola, escola-comunidade; com ações e projetos em defesa do respeito à diversidade humana e à ética, discutindo temáticas de juventude, transversais e de prevenção; na identificação e prevenção à evasão e ao baixo aproveitamento acadêmico; no constante processo de ruptura e aliança das relações interpessoais, permeados por valores de competição e individualismo, que requerem posturas éticas.

Entretanto, aos poucos, os profissionais foram se apropriando e se instrumentalizando nessa requisição, o que contribuiu para um reconhecimento positivo da profissão nesses espaços, qualificou a intervenção profissional e deu maior poder de negociação perante as hierarquias institucionais. Vejamos os relatos:

Eu acho que tem que ter uma compreensão do que é uma política pública, não é só administrar dentro da concepção de um Estado de Bem Estar Social. Porque é o que tá, afinal de contas na Constituição, não é invenção nossa. Aí, eu parei com essa coisa assim, de dizer que o assistente social não trabalha, eu não vou usar essas palavras, não trabalha na gestão. Antes eu falava: ‘isso não é papel do assistente social, gerenciar recurso; isso aí não o que mais’. Aí, me dêi conta que é, que a minha formação que não foi direcionada pra essa área [...] (Assistente Social B).

[...] Porque era uma coisa que preocupava muito quando a *Coordenadora* falou que eu ia ficar responsável pelo orçamento, lá no início do ano. Eu fiquei bem preocupada... porque é uma responsabilidade tu planejar um orçamento que ele tem que durar até o final do ano. Ele não pode exceder porque senão tu perde dinheiro. Então, é bem complicado assim [...] é um peso nas costas, digamos. Mas foi bem tranquilo, mais tranquilo até do que esperava. Essa relação foi bem boa, bem tranquila (Assistente Social C).

No caso da Assistente Social C, o que lhe favoreceu foi o fato de estar cursando uma especialização em gestão pública, proporcionando-lhe maior segurança ao assumir essa responsabilidade que não foi contemplada de forma aprofundada na graduação.

Neste sentido, Iamamoto (2007, p.268-269), quando aborda a questão da formação profissional, destaca que esta priorizou a formação teórico-metodológica deixando para “um plano secundário as revisões atinentes ao ensino da prática”, considerada o “primo pobre nas revisões curriculares”, fato que implica em aspectos como “falta de articulação entre teoria e prática, carência de instrumentalização técnico-operativa e dilemas da supervisão de estágio”. Um depoimento ilustra esse aspecto, ao se referir aos limites na realização de estudos socioeconômicos:

Acho que é um instrumento que a gente ainda precisava discutir mais. Até levei isso na capacitação de supervisores da *universidade federal* que assim, a parte técnica-operativa na formação do Serviço Social é nula. Eu acho que teve um momento no Serviço Social onde isso era a base, lá pela década de 70, 80. Quando chega na década de 90, simplesmente se pula pra parte muito mais teórico-metodológica e ético-política. Acho que na década de 90, o ético-político entra com muita força e ao mesmo tempo entram os instrumentos do Código de Ética e uma série de legislações da lei de regulamentação, tudo que compõe o nosso Projeto Ético-político Profissional; e se dá muito valor a isso, começa a se focar muito nisso e o técnico-operativo começa a ficar de lado, em todos os âmbitos (Assistente Social H).

Apesar de a formação profissional ocorrer de forma generalista, os depoimentos apontam para a necessidade de revisão curricular na graduação, uma melhor formação na implementação e na operacionalização de políticas públicas, pois esta tem sido uma das requisições postas aos assistentes sociais nos IFs e assumida por estes, mediante as dificuldades institucionais que se colocam nessa realidade: falta de clareza sobre as atribuições e competências profissionais por parte dos demais trabalhadores, disputas ideológicas e políticas sobre projetos societários antagônicos para a Educação, entre outras.

Iamamoto (2007) indica algumas possibilidades na formação, referentes às demandas por competências afetas à formulação, gestão e operacionalização de políticas sociais, tais como seminários temáticos, oficinas, laboratórios, atividades complementares, permeadas pela indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. À época de sua tese, já destacava que:

Um campo que merece destaque é o da gestão social pública, ou gerência pública. A gestão de políticas sociais públicas abre-se a um conjunto de especializações profissionais como assistentes sociais, sociólogos, cientistas políticos, educadores, etc., indicando a tendência de se sobrepor a qualificação ao diploma. Em outros termos tende a ser a qualificação demonstrada em um mercado competitivo o que indica o melhor profissional para o exercício de funções requeridas e não o mero diploma. A abertura de fronteiras entre as profissões, fazendo com que os profissionais afins concorram entre si em um mercado restrito passa a exigir níveis

aperfeiçoados de formação que possibilitem ao assistente social concorrer em iguais condições com um sociólogo, um cientista político, um pedagogo, na luta por postos de trabalho, participando de uma mesmo e idêntico processo seletivo (IAMAMOTO, 2007, p. 125).

Cabe destacar que alguns profissionais, ao se depararem com as requisições por planejamento e execução das ações de Assistência Estudantil, têm a clareza do caráter coletivo dessa competência e de todas as requisições que requerem sua intervenção profissional no âmbito da Educação. Isto vem apontado por um dos entrevistados e já consta do documento “*Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de Educação*”, publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social:

E aí, é de novo aquilo que o Ney fala: de não individualizar. Se tu te empoderar de como vai ser executado esse recurso, tu vai tá conseguindo atender o coletivo de alunos (Assistente Social B).

A dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação, por assistentes sociais, tem sido atravessada tanto pela compreensão equivocada de sua relação com a política de assistência social [...]. Observa-se uma maior solicitação institucional no tocante à execução e um investimento político-profissional, por parte dos/as assistentes sociais, de maior participação não só deles/as, mas dos demais trabalhadores e trabalhadoras da política educacional e inclusive dos/as estudantes nas instâncias de gestão [...]. (CFESS, 2012, p. 54-55).

Os profissionais destacam que a inserção do Serviço Social nos Institutos Federais da Região Sul colaborou para melhorar a qualidade dos serviços prestados, devido ao compromisso ético-político da profissão (NETO, 2008). Principalmente, nos *campi* mais antigos¹¹⁸, o Serviço Social trabalha rompendo com práticas assistencialistas e clientelistas, enquanto em novos *campi* existe a possibilidade de iniciar um trabalho com a melhor das perspectivas, fato que não exclui o enfrentamento a essas tendências que fogem à perspectiva da defesa dos direitos:

Na verdade, isso também, de alguma forma, pode ser um dos fatores que contribuem; porque, a política, ela só acontece porque existe o Serviço Social, que tem o assistente social. Porque, profissionalmente, é algo que é da competência do assistente social dentro do *campus*, de alguma forma tá envolvido, tá inserido. Algum tempo atrás, as ações não eram ações de uma política. Eram ações isoladas que ficavam a bel prazer do gestor: daqui a pouco ele queria conceder um benefício... enfim... alguma coisa pra um aluno, pra determinado aluno daqui. As coisas aconteciam de qualquer jeito, sem nenhum sentido técnico. Eram feitos de qualquer jeito. Então, claro, hoje existe todo um respeito, um reconhecimento profissional (Assistente Social D).

¹¹⁸ Aqueles com mais de 40 anos de existência. Estes representam 50% dos campos de trabalho onde estão lotados os assistentes sociais entrevistados.

Antes da implementação das ações do PNAES, as ações de assistência aconteciam sem um conhecimento técnico e dependiam da boa vontade e do entendimento do gestor ou de profissionais que se viam motivados a agir diante de alguma necessidade material de vida dos estudantes. Por isso, a gestão, o planejamento e a execução das ações de Assistência Estudantil têm conferido aos assistentes sociais o reconhecimento da competência profissional, concretizado no respeito e na credibilidade conquistados, principalmente, perante a gestão do *campus*, conforme relato:

Eu acho que existe um respeito, as pessoas acreditam no trabalho que a gente faz. Nós temos esse retorno da gestão. As pessoas, assim... eles entendem que tem todo um empenho, que tem toda uma dedicação. Acho que aí existe toda uma mescla de como elas nos veem profissionalmente, como elas veem o trabalho. As pessoas até veem uma coisa só [...] Foi um passo bem importante desse reconhecimento. Como eu te disse, não foi gratuito. As pessoas reconheceram, também, em função da necessidade (Assistente Social D).

A identificação dos entrevistados com a autoimagem¹¹⁹ da profissão, baseada nas indicações do Projeto Ético-político Profissional, lhes foi de fundamental importância para esse reconhecimento, dentre as quais:

o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CFESS, 2011, p. 23).

Portanto, os assistentes sociais são os principais atores na implementação das ações do PNAES nos Institutos Federais gaúchos, em todos os seus aspectos (planejamento, execução, formulação de normativas), inclusive nos processos decisórios sobre o destino de recursos orçamentários, devido ao seu acúmulo teórico e às experiências adquiridas no campo dos direitos sociais.

Assim, são condições sociais com novas mediações que têm exigido assistentes sociais qualificados, por exemplo, na utilização dos recursos da informática e da tecnologia da informação (IAMAMOTO, 2007; VELOSO, 2011). O desafio está em aprofundar sua competência crítica sobre essas exigências mercantilistas colocadas ao

¹¹⁹ Segundo Neto (2008, p.144), “Os projetos profissionais apresentam uma autoimagem da profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços com as outras profissões e com as organizações e instituições privadas e públicas”.

Serviço Social para o trabalho com programas assistenciais na Educação, para o profissional não ficar submerso na execução, mas decifrar a realidade através de sua investigação sistemática e, assim, ampliar as possibilidades de vislumbrar alternativas de trabalho no enfrentamento às manifestações da questão social e aos demais desafios cotidianos, que se apresentam no tempo presente.

f) Dos três IFs gaúchos, em apenas um (IFRS) a implementação das ações do PNAES não teve um caráter de gestão sistêmica¹²⁰, mesmo essas ações estando sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino, pois esta encarregou cada *campus* de pensar a forma de sua implementação e execução. Assim, os *campi* se organizaram conforme suas condições de trabalho, os atores presentes e a configuração política local e da instituição como um todo, como evidencia o depoimento a seguir: “Cada *campus* trabalha dentro do PNAES, mas de acordo com o que a equipe que faz a Assistência Estudantil, entende?” (Assistente Social F).

No IFSul-rio-grandense e no IF Farroupilha a gestão é coordenada no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino. No primeiro, os recursos são centralizados na reitoria e descentralizados conforme solicitação dos *campi*; no segundo, os recursos são descentralizados assim que chegam da União. Não possuímos informações sobre o IFRS nesse aspecto.

O IFSUL possui uma Câmara de Assistência Estudantil, com dois representantes de cada *campus*, titulares e suplentes, que até 2012 se reunia mensalmente e, em 2013, com periodicidade bimestral, com o objetivo de propor políticas e ações relacionadas à temática. Os profissionais dessa instituição apontam limites a serem superados nesse colegiado, vendo possibilidades de a Câmara de AE funcionar com maiores características de ferramenta de luta política das bases (cada *campus*), na gestão e na implementação das ações do PNAES, conforme relato:

Na realidade eu acho, devido assim, também, de participar bastante ativamente, não na linha de frente do sindicato, tanto lá na *universidade federal* – aqui tem detalhes de atuação que eu acho importante até pra Câmara, pra ela ter mais força. Porque eu acho que ele assim: deveria funcionar numa base, que é uma das coisas que a gente colou agora na avaliação, de uma forma de atuação que deveria ser, de que fosse a pessoa que é representante lá, trouxesse pras bases, as bases discutissem e depois levassem de volta.

¹²⁰ Para este trabalho, *gestão sistêmica* se caracteriza quando existe um setor na reitoria (Pró-Reitoria, Diretoria, Coordenadoria ou Departamento) responsável pela implementação, gestão, planejamento, monitoramento e avaliação de políticas institucionais ou de programas governamentais, em todos os *campi* da instituição.

Nos IFs gaúchos, a estrutura hierárquica da Assistência Estudantil está referenciada nas Pró-Reitorias de Ensino. A exceção está em alguns *campi*, nos quais esse setor está diretamente ligado ao gabinete do diretor-geral. Até o início do primeiro semestre de 2013, no IFSUL, a Assistência Estudantil era ligada ao Gabinete do Reitor, através da Diretoria de Gestão de Assistência Estudantil (DIGAE), mas, atualmente, é um Departamento de Assistência Estudantil (DEGAE) ligado à Pró-Reitoria de Ensino. O IF Farroupilha possui uma Coordenadoria de Assistência Estudantil, também ligada à Pró-Reitoria de Ensino. No IFRS, até o momento das entrevistas, não havia uma coordenação sistêmica na Reitoria, mas quem responde pela área é a Pró-Reitoria de Ensino.

A maioria dos entrevistados considera que as discussões sobre Assistência Estudantil são realizadas de forma coletiva: no IF Farroupilha e no IFRS a discussão se faz no Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil (GT-AE), sendo que, no primeiro, o Grupo é reconhecido oficialmente no Instituto, dele participando a coordenação da Assistência Estudantil nos *campi* e o assistente social. No segundo, não há ato administrativo que o oficialize e o regulamente, mas os profissionais estão lutando para que isto aconteça. No IFSul-rio-grandense, a discussão é realizada através da Câmara de Assistência Estudantil, com a presença de um representante de cada *campus*, sendo que, onde há assistente social, este é o representante. Vejamos os depoimentos que remetem a essas realidades:

Existem as reuniões da nossa coordenação com as coordenações da Assistência Estudantil de todos os *campus*, mas isso não é periodicamente [...] mas a gente tem um GT da Assistência Estudantil [...] existe um regulamento bem extenso. E aí, tem coordenação do GT, que tá a cargo do Coordenador da Assistência Estudantil e existe a figura da assistente social garantida ali. Esse GT é formado pela assistente social de cada um dos *campus*, pelo coordenador da Assistência Estudantil de cada *campus* ou mais um técnico. Esse GT discute todas as questões relacionadas à Assistência Estudantil, de acordo com plano que é estabelecido por eles, de acordo com metas estabelecidas [...] (Assistente Social G).

[...] Cada *campus* trabalha dentro do PNAES, mas de acordo com o que a equipe que faz a Assistência Estudantil, entende? Aí assim, a gente foi vendo a necessidade, e a gente criou um grupo de trabalho. A gente é ligado à Pró-Reitoria de Ensino, e essa chamou um representante de cada *campus* pra começar a pensar a Assistência Estudantil. Então todo o trabalho que é feito e pensado tem a nossa participação (Assistente Social F).

[...] a gente acabou esbarrando em outras questões porque nós queríamos que quem trabalhou na concessão dessa minuta, que era um representante de cada *campus*, que a gente pudesse formar um GT com portaria e tudo mais. Só que não quiseram fazer isso. Disseram que não era justificável porque era uma

iniciativa nossa e não da Pró-reitoria de Ensino. O que é um absurdo! Não tem a menor explicação [...] (Assistente Social H).

g) Nos três institutos participantes da pesquisa, os profissionais que detinham cargos de coordenação de Assistência Estudantil, nas Reitorias, eram professores. No IFSUL, até o primeiro semestre de 2013, o docente também era bacharel em Serviço Social e, posteriormente, foi substituído por outro assistente social. Visto que o processo de implementação das ações do PNAES nos IFs iniciou no segundo semestre de 2010 e se deu efetivamente em 2011, com a chegada dos recursos, nem todos os campos de trabalho possuíam assistentes sociais. Nesse caso, foram professores que realizaram esse trabalho, por afinidade com a temática, como apontado pelo depoimento a seguir:

Eu não participei do processo de implementação. Quando eu cheguei no *campus* ele já tava parcialmente implementado porque nós temos quatro benefícios na Assistência Estudantil e o *campus* trabalha só com dois, que é o auxílio alimentação e o auxílio transporte. E isso foi implantado por um professor da área de Sociologia e a nossa Pedagoga (Assistente Social J).

De acordo com os depoimentos, quando o assistente social chega ao *campus*, este é encarregado de coordenar e executar todo o trabalho que vinha sendo desenvolvido, até então, por outros profissionais, mesmo sem receber uma função gratificada para isso. Mesmo em setores com equipes multidisciplinares, o assistente social é quem fica encarregado de tudo o que se refere à Assistência Estudantil, conforme o relato a seguir:

[...] aí tu pega um *campus* com uma política de Assistência Estudantil, parcialmente implantada, onde quem estavam trabalhando não eram assistentes sociais e, sim um professor e uma pedagoga. Então, tu fica meio perdido porque, na verdade, tu começa do zero. Na tua visão de assistente social tu começa do zero porque quem tava tocando o negócio era um professor e uma pedagoga (Assistente Social J).

Assim, os profissionais atuam sobre o que já vinha sendo desenvolvido, qualificando esse processo, decifrando a realidade, identificando as demandas objetivas, afetas às expressões da questão social, e subjetivas, relacionadas à perspectiva ideológica dos demais trabalhadores e discentes, intervindo sobre os preconceitos e consensos fundamentados nos valores capitalistas, que geram concepções distorcidas da realidade, próprias do senso comum e das formas sutis de violação de direitos (MARTINS, 2011).

h) A figura do assistente social presente nos *campi*, antes de 2010, influenciou os IFs gaúchos a realizarem concursos para a contratação de assistentes sociais a partir do mesmo ano, como se verifica no caso do IFSul-rio-grandense e do IF Farroupilha. Os profissionais, oportunamente, apontavam, por exemplo, os limites dos programas de assistência da época e indicavam a contratação de trabalhadores do Serviço Social, tanto para a reitoria quanto para os *campi*, como possibilidade de superação desses limites. O objetivo foi qualificar o trabalho na instituição, conforme o depoimento a seguir:

[...] quando aconteciam as reuniões, essas assistentes sociais pressionavam, e cutucavam, e questionavam que as coisas estavam erradas. E o coordenador da Assistência Estudantil começou a ver que não estava certo mesmo, e que ele não tinha o conhecimento técnico. E aí, ele começou notar que tinha coisa errada, e que ele precisava de aporte técnico, e começou pedir socorro e pressionar a pró-reitoria [...]. E nisso, chamaram as três assistentes sociais para assessorar o coordenador na parte técnica, para reformular a política, de acordo com o PNAES que havia sido aprovado e tudo mais, decreto novo e, a partir daí, começaram a dar essa implantação. O processo começou (Assistente Social G).

Esses profissionais foram fundamentais para que as reitorias percebessem a necessidade de haver assistentes sociais para a implementação das ações do PNAES. Nota-se que este foi um dos fatores determinantes para serem realizados concursos para o cargo de assistente social nas instituições, de modo a contribuir para que a implementação dessas ações acontecesse de forma mais democrática, organizada e qualificada.

Olha só, é o seguinte: nós pensamos a tua vaga porque tá chegando um recurso pra Assistência Estudantil, e a gente considerou que era importantíssimo um assistente social pra ajudar a pensar [...] E, vocês vão tem que trabalhar pra tentar reduzir a evasão e aplicar esse recurso da Assistência Estudantil.

E nisso eu cheguei. E aí, tinham duas psicólogas [...], as duas já estavam discutindo algumas coisas. Então, eu chego exatamente pra compor essa equipe que começa a pensar a política de Assistência Estudantil dentro do *campus* (Assistente Social H).

Assim, mesmo que essa intensa contratação de assistentes sociais, que se deu nos Institutos Federais a partir da publicação do PNAES, corresponda a requisições mais imediatas, como a elaboração de normativas institucionais, projetos e realização de estudos socioeconômicos, atendendo a interesses próprios do sistema capitalista, os profissionais mais antigos, diante desse movimento histórico, viram a possibilidade de

utilizar essa necessidade para agregar mais assistentes sociais à luta e à defesa dos direitos sociais nas suas instituições.

i) Parcerias institucionais entre institutos e universidades federais foram importantes no início da implementação das ações do PNAES, visto que as universidades gaúchas já desenvolviam programas de Assistência Estudantil, com destaque para os serviços de moradia estudantil e restaurantes universitários. No momento de sua expansão¹²¹, institutos e universidades federais celebraram convênios nessa área, conforme suas necessidades, pois ainda não contavam com estrutura física e de pessoal para ações de alimentação e moradia estudantil. Vejamos o relato:

A gente fez uma combinação com a universidade federal que eles poderiam acessar aqui ou lá, de escolha deles. Eles só não poderiam ter duplicidade do benefício. Ou acessavam por aqui, ou acessavam lá. Então, esse caso de moradia, a universidade federal conseguiu atender a todos com a Casa do Estudante. E aí, é claro, isso se encerrou em 2012. A partir de 2013, todos que ingressaram são do IF, o processo de transição terminou em 2012 (Assistente Social F).

Essa estratégia foi adotada nos *campi* antes pertencentes às universidades e que foram, posteriormente, inseridos na estrutura dos IFs. Em tal situação, há três *campi*, nos quais profissionais foram entrevistados: *Campus* Porto Alegre, com a utilização do restaurante universitário; *Campus* Rio Grande, com a moradia estudantil e *Campus* Pelotas-Visconde da Graça, também com moradia estudantil. As instituições tomaram o cuidado de não haver duplicidade na percepção de benefícios pelos estudantes.

j) Os profissionais identificaram a oportunidade de implementar ações de Serviço Social em locais que nunca tiveram assistente social, o que é por eles considerado um fator positivo, pois poderiam “dar a sua cara” ao trabalho, partindo do início para construir uma ação profissional, como no depoimento a seguir:

Então, eu participei ativamente do que tem aqui hoje! E acho que isso foi legal porque eu, também, cheguei numa instituição que nunca tinha tido assistente social e pude construir. O que tem hoje aqui do Serviço Social eu que construí dentro dessa equipe. E isso, por um lado, é difícil porque também, às vezes, tu não sabe muito pra onde ir, pra onde direcionar as tuas forças, mas por outro lado é legal porque fica a tua cara. Claro que eu gostaria de ter uma colega aqui pra juntar a cara com a minha. Isso que seria bacana, também! (Assistente Social H).

¹²¹ Escolas de ensino tecnológico, de nível médio, que antes pertenciam às universidades, passaram a se vincular, a partir de 2010, aos Institutos Federais. Esse processo foi concluído em 2012.

Nos depoimentos, está presente o desejo de construir uma autoimagem da profissão, delimitando e priorizando objetivos e funções mediante os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) colocados para o seu exercício. Entretanto, há que se ter o cuidado para não haver uma personificação da profissão.

Os profissionais buscam uma autoimagem baseada no posicionamento da categoria (NETTO 2008), consagrada no seu Código de Ética, que está além dos valores disseminados pela ordem burguesa e passa pela defesa da educação emancipadora, da universalização do seu acesso, ultrapassando a compreensão seletiva e restrita sobre as políticas sociais (MÉSZÁROS, 2008; ALMEIDA, 2011). O depoimento a seguir demonstra essa imagem:

[...] E assim a gente se mostrou de uma forma muito boa dentro da instituição: uma boa imagem. Pelo menos, o que eu escuto de um modo geral, é muito bom! Claro, não é geral, agradar a todos não existe. Mas o trabalho é reconhecido de uma forma positiva por muitos dos atores da instituição. Não é aquele profissional mal visto, como muitas vezes é, dentro das instituições (Assistente Social G).

Entretanto, concomitante com a possibilidade de construir a autoimagem da categoria, os profissionais tiveram que, primeiramente, ter clareza da *identidade* que o Serviço Social deseja assumir. Os depoimentos destacam a constante peregrinação que os assistentes sociais tiveram que fazer para que a atuação do Serviço Social, na política de Educação, fosse compreendida pelos demais trabalhadores docentes e técnicos administrativos, pois, no âmbito da formação, os referenciais teóricos desses trabalhadores não são os mesmos.

Os profissionais têm empregado esforços a fim de superar equívocos resultantes de práticas de atendimento de casos e/ou ações assistencialistas e, ainda, do desconhecimento do corpo docente e dos demais técnicos administrativos sobre as reais atribuições e competências profissionais do Serviço Social perante as políticas sociais, a sociedade e os direitos sociais. Trata-se de dizer a que veio e o que faz, como destacam os depoimentos a seguir:

[...] a gente fala muito de identidade. E toda a vez que tu chega num lugar pra trabalhar [...] primeiro tu tem que marcar o território, dizer pra que tu veio, que tu faz, quem tu é; e depois tu começa a trabalhar. Então, tu tem um duplo trabalho. Primeiro dizer quem tu é, e depois executar a que tu veio. Então, é difícil a materialização do dia a dia, porque é uma profissão meio sem identidade. Não sei te dizer. [...] A gente vai abraçando algumas demandas que, tipo: não é de ninguém, vai pro assistente social. Quando ninguém mais resolveu, cai lá no nosso. E, tu fica meio que abraçando barro (Assistente Social J).

[...] em primeiro lugar, o profissional ele é um ilustre desconhecido dentro da instituição. [...] ‘o assistente social, eles tem sua ação vinculada ao assistencialismo’. Eles identificam dessa forma. Então, foi uma caminhada bem difícil, de mostrar o teu saber técnico, a tua competência, a tua especificidade, o teu objeto de trabalho, os teus objetivos com aquele trabalho que tu iria desenvolver. Então, na verdade, a gente teve que, aos poucos, mostrar isso para os próprios colegas. Acho que foi um dos primeiros obstáculos. E, na medida que tu tinha uma política que tá sendo construída, implementada com todo o cuidado, em que realmente a gente acertasse, tivesse mais acertos do que erros, mas que isso inevitavelmente existe, eu acho que a gente se sentiu um pouco mais confiante até, mais seguro para poder desenvolver uma ação e não precisar ficar se justificando (Assistente Social D).

A requisição por implementar um programa assistencial no âmbito da educação trouxe a oportunidade de a profissão poder traçar estratégias de materialização dos princípios veiculados no Projeto Ético-Político, mesmo diante de equívocos quanto ao desconhecimento do que faz essa profissão humanista dentro de uma instituição de ensino tecnológico, como relata o entrevistado a seguir:

[...] primeiro, pra mim, eu tinha uma identidade profissional e que isso precisava ser revista, até pela questão dos usuários, pois eu estava acostumada com um tipo de usuário, um perfil de usuário. E aí, eu me deparei com uma realidade um pouco diferente de pessoas, de estudantes do processo de formação, de estudantes que trabalhavam de dia e estudavam a noite; e ao meu ver, eles não eram pobres como eu estava acostumada. Eles estavam em processo de formação [...]. Na Educação, aonde eu poderia caminhar? E esse foi meu ponto de interrogação. E eu foquei no usuário, propriamente, o aluno que estava em processo de formação e aonde o Serviço Social poderia mediar ou se articular, a partir daí. E então, foquei no aluno. E aí, eu vi que, realmente, o aluno traz inúmeras carências e não é só questão de não ter o que comer, muitas vezes. Não é nesse viés que agente trabalha aqui. É no viés de outras fragilidades que fazem parte do caminho dele alcançar o objetivo que é se formar, que é ter uma formação de qualidade, que é se inserir no mercado de trabalho, enfim, o que ele precisa pra alcançar isso; e é o que a gente trabalha, que é a questão da permanência mesmo. Mas o que eu posso garantir e o que podemos trabalhar pra isso acontecer? Mas foi pra mim, profissional, um momento difícil, porque é bem de identidade. Qual identidade que eu vou assumir aqui na instituição que estou? E foi um momento de não entrar com nenhuma ação. Momento de fazer um reconhecimento do *campus* nesses primeiros momentos até 2011 [...] (Assistente Social A).

Esse estranhamento decorre da cultura conciliatória que procura escamotear as diferenças entre projetos profissionais distintos e que não focaliza a Educação como uma das principais políticas para estabelecer um padrão de vida menos desigual, na ótica dos direitos sociais. A intervenção do Serviço Social colabora para romper com essas tendências de cunho liberal, na contracorrente do sistema, num processo de avanços e retrocessos.

O Serviço Social é chamado para atender as demandas do sistema capitalista, no que se refere à melhoria das condições de acesso e permanência da classe trabalhadora na política de Educação, através da Assistência Estudantil. Contudo, não encobre o desconhecimento das competências e atribuições desse profissional pela comunidade acadêmica, assentada em concepções assistencialistas e nas ações pontuais (MICHELI, 2010).

A trajetória dos profissionais ao apresentar à instituição sua especificidade, na implementação das ações do PNAES, fortaleceu a categoria, que vê sua ação profissional ser reconhecida, diante dos limites e possibilidades do seu cotidiano. Porém, são poucos os profissionais que possuem um plano de trabalho do Serviço Social. Para Berenice Rojas Couto (2009) é fundamental e não deve ficar no plano das ideias, e isso é mostrado por uma profissional, que manifesta em sua fala:

[...] uma das coisas que eu tava fazendo ano passado era tentar estabelecer uma rotina de visitas à rede de políticas sociais municipais [...] que isso tava dentro do plano de trabalho que eu elaborei do Serviço Social; [...] Então, essa coisa de ter um plano de intervenção do Serviço Social teve muito compromisso com as estagiárias por ser um campo de estágio. E pra ti ter um plano de estágio tu tem que ter um plano do Serviço Social [...] (Assistente Social B).

O que acontece é que a maioria dos profissionais entrevistados possui apenas o plano de trabalho do setor, sendo, em alguns casos, elaborado no âmbito das equipes multidisciplinares. Entretanto, o trabalho interdisciplinar não justifica a ausência de projeto de intervenção do Serviço Social. Um plano específico do Serviço Social pode ser um importante instrumento que venha estabelecer parâmetros importantes da relação profissional dentro da instituição em que o profissional trabalha, apresentando sua filiação teórica (COUTO, 2009).

Os depoimentos revelam que ainda há campos que não possuem plano algum. Sobre esse aspecto, a autora aponta que

[...] um dos grandes desafios hoje colocados aos assistentes sociais consiste em formular projetos que materializarão o trabalho a ser desenvolvido. Cada vez mais, é imperativo ao assistente social identificar aquilo que requer a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, serão privilegiadas nos processos de trabalho nos quais a profissão é requerida (COUTO, 2009, p. 652).

Para a autora, nos seus espaços sócio-ocupacionais, os profissionais contam com uma relativa autonomia em seus processos de trabalho para desenvolver atividades sistematizadas por um plano que atenda aos interesses sociais da população, reconhecendo os limites implicados na condição de trabalhador assalariado em que vive o assistente social.

A ausência de projetos de atuação do Serviço Social implica em limites consideráveis, trazidos pelos depoimentos. Esses limites se relacionam às possibilidades de investigação e de sistematização do trabalho profissional, ao atendimento às demandas institucionais e ao desejo de participar de outros programas no âmbito da Educação, para além da Assistência Estudantil. Tais aspectos não são responsabilidade exclusiva dos assistentes sociais, mas dependem de limites institucionais e estruturais e de condições e possibilidades objetivas de execução e/ou atendimento. É no enfrentamento desses limites que os planos de trabalho contribuem com a atuação do assistente social nos IFs gaúchos.

Destacamos, no quadro a seguir, alguns dados trazidos pelas entrevistas sobre as demandas institucionais que chegam ao Serviço Social nos Institutos Federais gaúchos, por parte da direção do *campus*, dos professores, dos profissionais do mesmo setor, de outros setores e por parte dos estudantes, a quem se destinam os programas de Assistência Estudantil:

ATORES	DEMANDAS
DIREÇÃO	Relacionadas ao plano de gestão e execução dos programas: implementação, execução e monitoramento das ações do PNAES; resolução de questões referentes à execução da política; distribuição dos bolsistas no <i>campus</i> . Elaboração de documentação e normativas em geral. Encaminhamento de estudantes para informação sobre auxílios da Assistência Estudantil, sobre direitos e encaminhamento para a rede. Administração das questões disciplinares. Cobrança de alunos e/ou reclamação. Tudo que se relacione ao aspecto social. As demandas chegam para a coordenação e esta as repassa ao Serviço Social. Não existem ou raramente existem demandas.
PROFESSORES	Encaminhamento de estudantes para atendimento individualizado, acesso a programas institucionais, questões disciplinares, brigas entre estudantes, estudantes com necessidades especiais, acompanhamento dos estudantes infrequentes. Intervenção interdisciplinar para estudantes com dificuldades financeiras ou de ordem sociofamiliar e pedagógicas. Atividades socioeducativas de prevenção em saúde reprodutiva e de acolhimento dos estudantes internos. Operacionalização dos benefícios e dos serviços administrativos. Solicitação de informações sobre benefícios para encaminhar estudantes ao programa, benefícios em geral e auxílios para realização de microestágios e visitas técnicas. Preocupações com estudantes com comportamento diferente do de costume e com o rendimento acadêmico.

PROFISSIONAIS DO SETOR	<p>Relacionadas ao plano da gestão e execução dos programas. Elaboração de documentação e normativas em geral. Atendimentos conjuntos. Projetos e acompanhamento ao estudante, junto à Psicologia. Atendimento aos estudantes: informação sobre direitos, estudantes com dificuldades de permanência por motivo de situação financeira e/ou situações de ordem familiar, situações às quais não conseguiram dar encaminhamento, “estudantes problemas”. Discussão de casos. Intervenção política. Controle do aproveitamento acadêmico e da frequência. Encaminhamentos diversos.</p>
OUTROS SETORES	<p>Estudantes com problemas de frequência e com dificuldades financeiras e/ou de ordem sociofamiliar. Informações sobre direitos. Esclarecimentos sobre programas. NAPNE: elaboração de memórias que servem de subsídios para os professores, colaboração nas discussões. Mulheres Mil: gestão e organização. Execução de orçamento, administração de benefícios, elaboração de edital, elaboração de projetos; serviços administrativos; esclarecimentos para o setor de compras. Levantamento de dados. Encaminhamentos diversos. Participação nas discussões, nos projetos de Extensão. Gestão de pessoas: condições de trabalho e situações de assédio moral. Situações familiares de relacionamento entre pais e filhos. Situações que requerem acionar o Conselho Tutelar.</p>
ESTUDANTES	<p>Relacionadas ao programa de Assistência Estudantil: necessidade de auxílios de assistência estudantil/busca por benefícios. Informações gerais relacionadas aos benefícios; Informação sobre formas de acesso e sobre normativas institucionais afetas à Assistência Estudantil. Situações corriqueiras do dia a dia que necessitam atendimento individualizado. Voltadas à violação de direitos: busca por fortalecimento de vínculos; questões de gênero: homossexualidade e homofobia; situações que requerem acionar o Conselho Tutelar: violência intrafamiliar. Informações sobre situações envolvendo problemas de ordem familiar e afetiva. Escuta. Informações sobre direitos: direito de família, direitos sociais. Mediação no relacionamento entre professores e estudantes em sala de aula.</p>

Quadro 7- Principais demandas para o Serviço Social – separadas por segmentos

Fonte: Formulário 2 - Entrevista Oral

O atendimento às demandas requer competência teórico-metodológica, técnico-operativa e o compromisso ético-político da categoria. Isto justifica a importância de elaborar planos de trabalho do Serviço Social, que apontem os limites e as possibilidades para o trabalho profissional. Nota-se que essas demandas se concentram nas seguintes necessidades:

- informação sobre direitos, programas e serviços destinados à população: não somente os estudantes, mas também o corpo docente e os demais técnicos buscam informações sobre os programas a fim de divulgá-los entre os discentes. Há indícios de que o princípio da ampla divulgação passa a ser internalizado pelos sujeitos sociais e não somente pelos trabalhadores das políticas sociais;

- enfrentamento a situações de violação de direitos (violência intrafamiliar e homofobia): tem se mostrado recorrente e requer uma intervenção qualificada, uma articulação com a rede de políticas sociais e com o sistema de proteção dos municípios, exigindo um profissional constantemente atualizado;
- gestão e execução dos programas de Assistência Estudantil, que tem suas dimensões amplamente discutidas neste trabalho;
- necessidade de atividades de cunho socioeducativo, que se remetam à reflexão com a comunidade acadêmica sobre temáticas relativas a gênero e a preconceitos, principalmente no enfrentamento à homofobia, resgatando a compreensão coletiva dos indivíduos enquanto sujeitos de direitos, capazes de propor atitudes que alterem as relações sociais que originam essa problemática (MARTINS, 2011).

Assim, é nos parâmetros do capitalismo que o profissional é chamado a prestar serviço. Por essa razão, não pode haver espaço para uma intervenção improvisada e a elaboração de planos de trabalho contribui para que o profissional tenha clareza do que identifica como seu trabalho nos espaços sócio-ocupacionais. Isto também favorece o assistente social, para que ele possa romper com a reprodução alienada de projetos institucionais, sem a devida crítica; sistematize o que a profissão tem a oferecer como subsídio para o atendimento das demandas - para além de programas de permanência - e as possibilidades e os limites colocados no cotidiano; trace indicadores adequados para analisar seu trabalho e os resultados por ele apresentados; e condense uma proposta de trabalho exequível, que vá ao encontro das formas de resistência da população (COUTO, 2009).

3.3 AVALIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS SOBRE A AÇÃO PROFISSIONAL QUE DESENVOLVEM NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PNAES NOS IFS GAÚCHOS

É importante destacar que a política social não é idêntica em todos os tempos e lugares. Neste trabalho, constam as experiências de profissionais lotados em oito espaços sócio-ocupacionais de três diferentes instituições, onde residem paradigmas competitivos tanto na sua concepção quanto na sua execução. Isto explica a natureza contraditória do trabalho dos assistentes sociais: ora atende as demandas da classe trabalhadora, ora atende os interesses do capital (PEREIRA, 2013).

Esse processo histórico que vivem os profissionais entrevistados é atravessado por tais características, que repercutem não somente na política de Educação, mas no cotidiano do Serviço Social. Por isso, suscita controvérsias e atrai reflexões e posturas críticas por se tratar de uma coisa viva e dinâmica (PEREIRA, 2009), conforme elencadas a seguir, a partir dos relatos das entrevistas:

a) *Processo recente*: os profissionais consideram esse processo ainda recente, principalmente se comparado às universidades federais que já possuem um histórico de ações nesse sentido:

Se for comparar com a *universidade pública*, tá um pouco atrás. Mas aí, também, tem que comparar que a *universidade pública* tem anos de estrada e aqui tá começando. Eu acho que aqui teria condições de melhorar, mas depende do olhar do gestor, também. Então, claro: a *universidade pública* tem anos de estrada (Assistente Social E).

[...] eu considero que ainda é algo que não tá acabado. Ela é ainda uma política recente, até considerando o tempo que iniciou a implantação dos benefícios e da própria implementação da política nos *campus* é recente. Mas eu posso dizer assim: que agora a gente começa e consegui visualizar essas etapas que a gente já venceu. A gente está num estágio que nos permite colher alguns resultados desse trabalho junto aos alunos, de uma maior clareza dos objetivos que a gente quer com essa política. E deixar isso, também, claro, e discutir essas questões também juntos aos alunos, junto à própria gestão do *campus*, isto que, também, é outra coisa bem importante para a gente firmar (Assistente Social D).

Os depoimentos revelaram que, devido à requisição de formulação e execução de ações acontecerem concomitantemente, não foi possível aprofundar as discussões sobre esse processo e que existe a necessidade de ajustes e de reformulação no que já se fez, no sentido de qualificar as ações, devido à característica dinâmica da política de Educação. Isto exige um olhar crítico do assistente social sobre as necessidades de adequação de programas assistenciais mediante as necessidades dos usuários e as correlações de forças institucionais. Vejamos o depoimento a seguir:

Ainda tem muita coisa pra melhorar, acho que a caminhada vai ser um pouquinho longa [...] porque a gente vai melhorando as coisas de acordo com o que tu vai vendo que tá acontecendo. A gente primeiro tem que deixar as coisas acontecerem pra saber como melhorar (Assistente Social C).

Os profissionais que se encontram nos *campi* que já existiam antes da transformação das escolas técnicas para institutos consideram que há um investimento considerável e que ocorre uma mudança de cultura nessas instituições, a qual exige ajustes e negociações diante de conflitos:

E é o que a Yamamoto fala nos livros: que é um novo em meio ao arcaico. Então, o que o IF hoje ele é junção disso tudo, dessas antigas práticas em meio ao surgimento de uma nova que é o que Eliezer Pacheco fala 'da revolução do ensino' que é a 'revolução profissional e tecnológica'. Então, é um novo pensar de educação e, na verdade, sobre práticas antigas e o IF foi isso (Assistente Social A).

Considerando a análise de oito campos de trabalho dos entrevistados, a tabela a seguir indica que pelo menos 4 (50%) dos *campi* possuem mais de quarenta anos de existência, enquanto outros 4 (50%) possuem no máximo dez anos:

Tabela 4 - Tempo de existência do *campus*

Tempo em anos	%
Menos de 5 anos	30%
Entre 5 e 10 anos	10%
Mais de 20 anos	0%
Mais de 30 anos	0%
Mais de 40 anos	10%
Mais de 50 anos	0%
Mais de 60 anos*	10%
Mais de 80 anos	10%
Mais de 100 anos	10%

* Campo de trabalho de três profissionais entrevistados

Fonte: Questionários aplicados pela pesquisadora - Formulário 1, 2012

Quanto às normativas da Assistência Estudantil construídas nesse período, os profissionais indicam que há necessidade de reformulações e adequações que atendam às questões dos direitos sociais e, ao mesmo tempo deem respaldo legal aos profissionais na viabilização desses direitos para os usuários.

A ampliação de recursos traz possibilidades para os profissionais obterem melhores condições objetivas de implementar projetos que melhorem as possibilidades de permanência dos estudantes, como ilustra o relato a seguir:

Enquanto Assistência Estudantil, o recurso orçamentário possibilita maior atividades ao alcance de práticas que favorecem a permanência e contribuem para o êxito dos estudantes, em especial os que se encontram em camadas de maior vulnerabilidade social [...] (Assistente Social I).

b) Serviço Social e discussões coletivas e descentralizadas: os profissionais que já estavam nos *campi* dos IFs gaúchos antes da implementação da Assistência Estudantil relatam que a inserção de assistentes sociais nos espaços decisórios, como reitorias, fez com que as discussões sobre a temática começassem a ser coletivas e

descentralizadas, resultando em processos de democratização das decisões (RAICHELIS, 2008).

Cabe destacar que os profissionais, na sua totalidade, trabalham na publicização¹²² das ações (fóruns e câmaras) a partir da concepção de esfera pública¹²³ e de seus elementos¹²⁴ constitutivos. Conforme abordado por Raichelis (2008), buscam a visibilidade social das ações, a representação dos interesses coletivos, a democratização e cultura públicas, guardadas as proporções de acordo com os limites institucionais, presentes na estrutura dos IFs e na política de Educação, diferentemente das políticas de Saúde e de Assistência Social, em que esses processos estão mais amadurecidos no âmbito dos conselhos gestores. A exceção se dá no controle social¹²⁵, que ainda não é previsto e nem garantido sobre as ações de Assistência Estudantil.

Nesse processo de constituição de discussões coletivas e descentralizadas, destaca-se o IF Farroupilha, como mostra o depoimento a seguir:

[...] A partir do momento da vinda das assistentes sociais, que pra mim foi o divisor de águas, ali que começa uma reformulação e houve uma maior democratização e participação dos *campus*, que antes não havia. Eu não lembro de participar de nenhuma reunião de 2010 até final de 2011. Acho que 2011 fui numa reunião da reitoria pra participação. E 2012 foi o momento que começamos a participar como *campus* da descentralização da gestão da política a nível institucional [...]. Então, sempre quando a *assistente social* e o pessoal da reitoria, sempre chamavam nós pra ir e pra discutir sobre a política de assistência; sempre acompanhada do profissional assistente social. Isso sempre se fez muito presente em função de se ter um profissional lá na reitoria, com representatividade, que a gente conta isso como um marco. E, então, houve um grande amadurecimento em termos de gestão, de participação e envolvimento (Assistente Social A).

¹²² *Publicização*: a adoção desse conceito por Raichelis (2008, p.79) fundamenta-se numa visão ampliada de democracia, tanto do Estado quanto da sociedade civil, e pela incorporação de novos mecanismos e formas de atuação dentro e fora do Estado, que dinamizem a participação social de modo que ela seja cada vez mais representativa dos segmentos organizados da sociedade, especialmente das classes dominadas. A autora destaca que existe uma luta teórica e político-ideológica pela apropriação do seu significado, que remete ao caráter das relações entre o Estado e a sociedade na constituição da chamada esfera pública.

¹²³ *Esfera pública*: totalidade dinâmica e articulada (RAICHELIS, 2008, p. 81).

¹²⁴ Conforme Raichelis, (2008, p.81), destacamos a definição conceitual desses elementos: a) *visibilidade social*: transparência nas ações dos sujeitos para todos os implicados nas decisões políticas, a qual supõe publicidade e fidedignidade das informações que orientam as decisões nos espaços públicos de representação; b) *representação de interesses coletivos*: envolve a constituição de sujeitos ativos, que se apresentam na cena pública a partir da qualificação de demandas coletivas, em relação às quais exercem papel de mediadores; c) *democratização*: remete à ampliação dos fóruns de decisão política que [...] permita incorporar novos sujeitos sociais como portadores de direitos legítimos. Implica [...] que interesses divergentes possam ser qualificados e confrontados, derivando no embate público; d) *cultura pública*: supõe o enfrentamento [...] da cultura privatista de apropriação do público pelo privado [...].

¹²⁵ Não é objetivo deste trabalho o tema do controle social, mas ressaltamos que precisam ser pesquisadas, no âmbito das ações do PNAES, formas de exercê-lo.

De acordo com as entrevistas, a atuação dos assistentes sociais lotados nas reitorias está vinculada à garantia de direitos dos estudantes. Nesse espaço sócio-ocupacional, também são requeridas competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. As requisições mais comuns são: formulação de normativas, programas, políticas institucionais, além de assessorar e propor, àqueles com poder decisório, sobre como dar-se-á a gestão dos programas e a articulação com as equipes dos *campi*.

Assim, o profissional poderá contribuir para a articulação política democrática nos espaços decisórios da instituição e para a articulação de programas e políticas institucionais, o incentivo do controle social nas ações institucionais, o fortalecimento e a articulação do Serviço Social na estrutura *multicampi* da instituição e nacionalmente, assessorar os demais profissionais nas questões técnico-operativas, por exemplo, contribuindo na elaboração de editais, formulários, questionários, etc. É o que demonstra o exemplo a seguir:

E eu vejo com a chegada das assistentes sociais que isso deu um novo tom e mudou e principalmente com a chegada da *assistente social* na reitoria, que isso modificou; porque aí tem alguém pra pensar sobre a política em termos de gestão e que vai fazer a articulação com os *campus*. Porque isso a gente entende que a gente não vai ter força aqui no *campus*. E ter alguém de referência na reitoria, isso mudou completamente. Que a *colega* foi a figura do assistente social que conseguiu fazer a articulação da política. Mas só no momento da entrada da figura da assistente social na reitoria. Antes isso não acontecia. E esse foi um divisor de águas [...] ela foi muito importante [...] pra nós, a articulação foi fantástica! A gente recebeu os editais, todos muito bons, e ela sempre vem procurando, conforme ela pode, assessorar a gente, e isso é muito importante. [...] Agora, em termos de articulação do Serviço Social foi fantástico e acho que essa foi articulação necessária, mas [...] foi o gestor anterior que viu isso. Ele não era assistente social. Porque o que aconteceu: era o psicólogo que eles viam antes porque em todos os *campus* tinham psicólogo. E esse profissional não conseguiu fazer a articulação com a política [...] E, o que acontece com a vinda da primeira assistente social, eu senti que o *Coordenador* sentiu que era esse profissional que faltava pra política [...] ela entendia da política, entendia do que precisava e começou a pautar algumas coisas que precisavam (Assistente Social A).

Depois, tem um papel articulador no intuito de fortalecer a profissão, de ganhar corpo. E quando se tem, por exemplo, uma estrutura *multicampi*, nossa! Se formam grupos e mesmo nos casos dos institutos. Pra além disso, tem encontros nacionais, acho que é uma oportunidade maravilhosa de fortalecer a categoria como pouquíssimas vezes eu vi [...] que a reitoria é quem dá. E as meninas do *campus* não têm tanto, porque sou eu quem vou pros encontros [...]. Mas a oportunidade existe dessa articulação, não só dentro da instituição pela estrutura *multicampi*, quanto a nacional, enfim. A instituição te proporciona isso [...] Acho que é um espaço de trabalho muito bom e acho um espaço pra trabalhar com a potencialidade, que o assistente social pouco tem oportunidade de trabalhar com potencialidade dos sujeitos; geralmente, muito mais com as fragilidades [...]. A educação é uma política que trabalha com o potencial (Assistente Social G).

Os dados revelam que 30% dos entrevistados detinham a função de coordenação e/ou chefia dos setores de Assistência Estudantil até o momento da realização da entrevista, conforme a tabela a seguir:

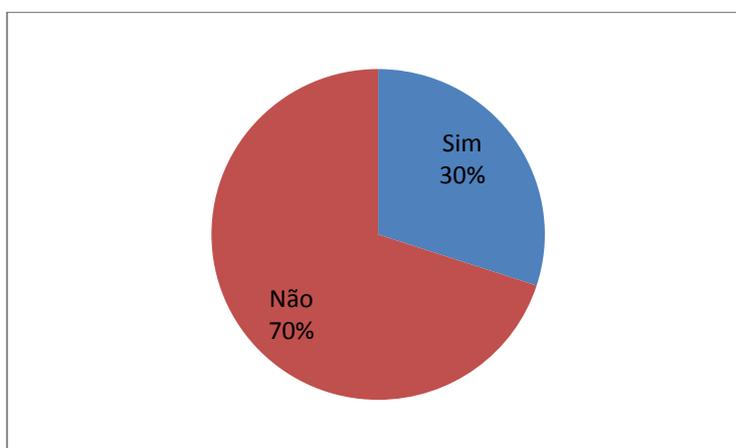


Gráfico 2 - Exercício de função gratificada
Fonte: Questionários aplicados pela pesquisadora, 2012.

Nesse sentido, os depoimentos propõem romper com uma certa cultura, velada nas entrelinhas da categoria, de que o assistente social tem que estar na base, realizando atendimento aos usuários através de atendimentos e visitas domiciliares e que o espaço de gestão em que ele tem que estar se dá nos conselhos gestores de políticas públicas e nos setores de planejamento das secretarias responsáveis pelas políticas de Assistência Social e de Saúde, por exemplo. É um desafio presente desmistificar esse tipo de pensamento retrógrado. Vejamos o depoimento a seguir:

Mas há de se desconstruir um pouco que espaço de gestão não é espaço pra assistente social. Porque se tem muito isso, como se aquilo que a gente faz, por não estar com o 'pé no barro', não é trabalho de assistente social. E não é assim. Acho que trabalhar com gestão também pode ser trabalho de assistente social, porque, às vezes, parece que pra nós é mais fácil só criticar, tá ocupando somente outros espaços e não ocupar esses espaços quando nos é dada chance. Aí, tá ocupando lá, só no espaço de executar e estar lá criticando quem está na gestão. Então, eu tô ali e venho errando, muitas vezes, e acertando tantas outras; e assumo que errei diversas vezes e que acertei, também. E é assim, o processo é esse. Venho aprendendo (Assistente Social G).

Esse aspecto foi constatado através deste trabalho, no qual alguns profissionais relataram o quanto sofreram críticas por estarem em um setor de gestão; e outros profissionais apontaram que não se viam elaborando projetos, planilhas de orçamentos, controle de benefícios, diálogos constantes com chefes de administração, mas que,

agora, veem o quanto isso é importante na viabilização de direitos. Vejamos o depoimento a seguir:

Eu acho que, como eu te disse, tem esse papel que é vinculado à questão do PNAES, da política de Assistência Estudantil. Existe isso, de que, sem sombra de dúvidas, existe um papel na garantia de direitos do estudante, de garantir direitos, mesmo; da articulação dessa política; da articulação da gestão dessa política. Mesmo tu não esteja, eu até já discuti isso com uma colega, eu não sou a gestora, mas eu trabalho com gestão. Eu tenho um papel fundamental dentro da gestão! Eu não posso me eximir do papel de gestão. Não é porque eu não sou a gestora da política que eu vou dizer que não faço gestão. Eu faço gestão, sim! No momento que eu assessoro tecnicamente o sujeito que é responsável pela gestão, eu faço a gestão, sim. Sou responsável pela gestão, também [...] Embora que, às vezes, o que eu falo não seja escutado, mas muitas vezes que tive oportunidade de falar, eu fui escutada. Então, temos que assumir essa responsabilidade de gestão. Então acho que primeiro é isso (Assistente Social G).

Atuar em espaços sócio-ocupacionais de planejamento e de gestão está previsto pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e é uma requisição presente nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) na formação profissional e está de acordo com o Código de Ética Profissional, como segue:

Art. 8º São deveres do/a assistente social (na relação com as instituições empregadoras):

- a- programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente;
- b- denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário;
- c- contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária;
- d- empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais;
- e- empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos/as usuários/as. (CFESS, 2012, p. 31).

Identificou-se que nos processos de estudos socioeconômicos para acesso de estudantes às ações do PNAES, na ausência de profissionais lotados nos *campi*, os assistentes sociais, lotado nas reitorias, são requisitados para realização desses estudos, como vemos no depoimento a seguir:

E agora que eu participei do processo de seleção lá e coloquei a mão na massa, talvez agora eu possa refletir com mais argumentos, com mais elementos. Eu tenho mais elementos pra poder refletir a esse respeito. Eu não

tenho uma opinião formada a esse respeito sobre o que é melhor (Assistente Social G).

Isso traz certa precarização ao trabalho do assistente social, devido à demanda que requer tempo dedicado a essa atividade, concomitantemente com as demais atividades já desenvolvidas no cotidiano profissional. Por outro lado, proporciona ao profissional ter uma dimensão mais aproximada da vivência dos *campi* na execução dessa atividade e adquirir elementos para refletir sobre esse processo e fazer um movimento crítico, além de adquirir capacidade de reflexão sobre os limites e as dificuldades presentes em um processo de edital.

c) Carência de subsídios teóricos sobre a temática do Serviço Social na Educação: a maioria dos profissionais se subsidiou a partir do que já conheciam sobre Serviço Social, políticas públicas, política social e, principalmente, assistência social. Alguns profissionais relataram procurar referências na temática sobre a atuação profissional na Educação, como vemos no exemplo a seguir, e se depararam com a escassez de material:

Então, no início de 2010, no início foi muito difícil e muito traumático, porque como eu não sabia nada, não conhecia nada de política de Educação, eu tive que me voltar para essa área. Na verdade, eu tive que estudar. E, como são poucas as pessoas que escrevem sobre educação, faltou muito subsídio, falta muito subsídio de escritas nessa área [...] (Assistente Social A).

Um dos profissionais revelou que, devido ao convite para a entrevista, buscou atualizar seus referenciais teóricos sobre o que vinha sendo discutido, atualmente, no Serviço Social:

[...] do que eu escrevi, foi do que eu tinha pego o material, desses assim que tu tinha mandado, do professor Ney, pra poder responder. Porque uma das coisas que eu sinto é que eu tô muito por fora da parte acadêmica. Eu tô mais na experiência. E, aí, eu digo assim: eu quero me informar melhor pra, também, ver que termos tá se utilizando, como que tá a situação por agora [...] (Assistente Social I).

Atualmente, sobre a ação profissional dos assistentes sociais na Educação, encontramos uma produção mais ampla: Martins (1999; 2007; 2009; 2010; 2011), Souza (2005; 2008; 2011); Almeida (1997; 2000; 2006; 2007a; 2007b; 2008; 2011); Pereira & Almeida (2012) e os trabalhos aprovados no último Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), ocorrido em 2012.

Há, também, documentos produzidos pelo CFESS: “*Subsídios para atuação do assistente social na Política de Educação*” (CFESS, 2012); “*Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação*” (CFESS, 2011); e “*Serviço Social na Educação: grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação*” (CFESS, 2001). Esses documentos dão visibilidade à intervenção profissional no campo da educação, bem como dão suporte teórico-metodológico e ético-político, pautado no projeto da categoria profissional.

Esses limites se referem à ausência de sistematização da prática profissional, principalmente pelos trabalhadores que estão fora da academia. Segundo Almeida (2008), a sistematização possui as seguintes características indissociáveis:

- constitui-se numa etapa fundamental das elaborações teóricas dentro do Serviço Social;
- significa um processo que envolve a produção, a organização e a análise do que foi sistematizado, a partir de uma postura crítica-investigativa;
- trata-se de um esforço crítico, de natureza teórica, sobre a condução da atividade profissional, problematizador das diferentes expressões da realidade social.

As entrevistas revelaram que a maioria dos profissionais (60%) não consegue realizar a sistematização da prática profissional. Os principais limites alegados pelos entrevistados ao exercício dessa atividade são o cotidiano sobrecarregado de trabalho, com predominância de rotinas e atendimento a demandas que não permitem essa atividade, tempo insuficiente, ausência de planejamento e o fato de tal atividade não fazer parte da rotina de trabalho. Os entrevistados expõem, também, limites teóricos-metodológicos: falta de referenciais teóricos e insegurança por estar fora da academia, o que lhes traz dificuldades em fazer esse exercício e de expor sentimentos e intimidade profissional.

A totalidade dos profissionais concorda que essa atividade é fundamental para qualificar o trabalho profissional e aponta como possibilidades de enfrentamento a esse limite a organização da rotina de trabalho, a realização dessa tarefa de forma interdisciplinar (escrita de artigos), a utilização dos momentos de inquietude e indignação para escrever, a elaboração de planos de trabalho do Serviço Social no setor e/ou na Instituição como um todo e de planos de estágio, pois estes auxiliam na sistematização do trabalho profissional, a reserva de tempo para tal atividade e o ingresso em programas de pós-graduação.

De fato, além do tempo e de planejamento, o maior limitador da realização da sistematização da prática é o acúmulo teórico. Falta, ainda, para alguns profissionais, maior fundamentação teórica sobre o trabalho do assistente social, o objeto de estudo do Serviço Social e as correntes que perpassam e interferem nas suas ações cotidianas. Não há, por vezes, conhecimento dos trabalhos atualmente publicados pelo Serviço Social brasileiro, que podem subsidiar a intervenção profissional, principalmente no campo das políticas sociais. Vejamos alguns depoimentos que ilustram essa dimensão:

E quando eu estou muito cheia de coisa eu não consigo e não adianta eu tentar fazer e produzir porque não sai (Assistente Social A).

Eu entendo que a minha sistematização, a maior que eu fiz até hoje foi o Plano de Trabalho do Serviço Social e o Plano de Estágio [...] Mas, ainda, eu entendo que eu sistematizo pouco. Escrevo pouco sobre assistência (Assistente Social B).

É que eu tô fora da academia. Eu acho que se eu voltasse pra academia, sim. Não é que eu não me veja, é que eu não tenho um estímulo, o estímulo que tu tem, por exemplo, de tá fazendo o mestrado e tá... é diferente o estímulo ...assim. Até, claro, mas eu acho que eu preciso voltar pra academia primeiro (Assistente Social C).

Olha, em relação ao trabalho, existem alguns espaços pra isso. Mas eu, realmente, não me detive; não tive essa preocupação, assim... E, acho que é um cuidado que a gente deve ter, realmente, de escrever, de falar o que a gente faz. Porque o que acontece? [...] A gente acaba sendo absorvido pela rotina do dia-dia e acaba perdendo, realmente, o espaço do trabalho, até para reforçar o próprio Serviço Social dentro da Educação, que ele apesar de ser algo antigo, mas assim dentro do IF é novo. Então, tem toda uma trajetória interessante para compartilhar com as outras pessoas e a gente acaba não fazendo. Então é algo que eu não faço, mas acho importante a gente ter esse cuidado de registrar as ações práticas, tanto relatando o quanto, também, escrevendo, enfim fazendo textos, artigos (Assistente Social D).

Não pensei nisso ainda, mas eu quero fazer. Eu quero fazer mestrado. Eu, de prática, não tenho dificuldade de falar. Eu tenho facilidade e tudo. Eu tô sentindo falta é mais de referencial. Eu tô sentindo falta de estudar um pouco, de algumas referências. Mas a gente fica tão sugado do dia a dia (Assistente Social F).

Eu sempre disse que a gente tem que produzir, e eu entrei aqui com essa ideia, mas a gente é engolido por tudo e acaba não fazendo ou fazendo muito pouco [...] Eu tenho procurado me capacitar. Eu quero ir pro doutorado porque eu preciso produzir e, talvez, no doutorado pode ser de uma forma obrigada [...] (Assistente Social H).

O ingresso na pós-graduação está por trás do fato de muitos profissionais não realizarem a sistematização do seu trabalho e estes esperam a possibilidade de ingressarem nesses espaços, pois isto lhes traria segurança, referenciais teóricos, etc. Alguns profissionais não se sentem seguros em escrever um texto porque julgam ter

pouco acúmulo teórico e o mestrado é fundamental nessa tarefa. Mas enquanto essa possibilidade não acontece, podem se amparar na vasta produção atual do Serviço Social nas mais diversas temáticas e fazer sua busca em outras áreas das ciências sociais e humanas através de livros, revistas, periódicos e artigos disponíveis nos diversos *sites* de busca. É uma questão, também, de motivação, dentro das possibilidades do profissional.

Entretanto, 40% dos profissionais entrevistados realizam essa atividade. Nota-se que as experiências de sistematização do trabalho profissional estão bastante ligadas à implementação e à execução do programa de Assistência Estudantil e sobre os seus desdobramentos, como vemos a seguir:

Sim, mas esse ano eu quero me dedicar à pesquisa. Eu fui muito só de trabalhar e quando isso acontece a gente não se envolve muito com pesquisa. E esse ano eu tive um artigo aprovado pela URI que é 'Novas perspectivas de atuação profissional no IF'. A partir do momento que nós fomos naquela reunião [...] referente as práticas disciplinares, eu e o nosso diretor participamos; e ele me acenou que as práticas disciplinares vão sair da Assistência Estudantil, que a Assistência Estudantil é uma política e as práticas disciplinares vão fazer parte ao atendimento ao educando. Então ele visualizou isso e da interferência dessas condições no nosso trabalho. Então ele disse pra mim que a partir do momento que nós formássemos uma secretaria de curso as práticas disciplinares iriam sair da Assistência Estudantil e quem trabalha com essas práticas disciplinares são as assistentes de alunos. Então vai se configurar como um trabalho voltado à própria política mesmo. E eu escrevi um pouco esse artigo: nós falamos um pouco também sobre o trabalho da pedagoga e do assistente social, do encontro da Pedagogia com Serviço Social e de como isso é importante nesse espaço [...] (Assistente Social A)

Até eu posso te passar ela pra ti dar uma olhada, foi uma monografia [...] É que eu sou exigente mesmo, eu sou chata. Eu achei que eu tinha que melhorar muita coisa ainda antes de publicar. Eu não publiquei. Falei sobre o projeto Ético-político; falei sobre a educação; tentei falar sobre o Serviço Social na Educação. Mas da mesma forma que eu ti falei: eu coloquei ali que a gente fica nesse setor, nessa escola, fica restrito à Assistência Estudantil. Vamos ver se isso dá um projeto de mestrado depois. [...] Isso é bem legal. É o que Ney fala, a gente tem que escrever e não escreve. A gente não registra (Assistente Social C).

As possibilidades de sistematização, muitas vezes, se dão no momento em que o assistente social está em um programa de Pós-graduação. No caso dessa servidora, foi na especialização que ela sistematizou parte de seu trabalho, enquanto responsável por implementar as ações do PNAES no *campus* onde atua.

d) *Parcas possibilidades de trocas*: os profissionais que chegaram em 2010, durante a implementação dos *campi* nos quais estão lotados, apontam que a ausência de um assistente social na reitoria, nesse período, para assessorar os demais, foi

considerado um limitador do trabalho pois, na época, existiam poucos assistentes sociais na Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT). Estes tinham a necessidade de compartilhar questões afetas à ação profissional que estavam desenvolvendo, tais como sanar dúvidas, trocar material e fortalecer lutas. A fala a seguir reforça essa realidade:

[...] dava pra se contar nos dedos quem eram os assistentes sociais. E aí, com a colega de *outro campus*, [...] qualquer dúvida de ambas as partes a gente se liga pra sanar [...] nós conseguimos criar um vínculo porque nós fomos as primeiras a chegar; porque nem sempre se consegue. Tu mesma, que é da reitoria, consegue dar suporte pros *campus*. E, como nós chegamos antes, nem sempre era possível ter um suporte da Reitoria. E a gente conseguiu, aos poucos, visualizar algumas coisas, considerando que a instituição é nova e que nós estávamos de certa forma nascendo junto com a instituição [...] Então, muita coisa eu não conseguia compreender e hoje eu já consigo. Até porque a reitoria, na época, havia somente um coordenador. Não havia uma profissional de referência onde pudéssemos se espelhar ou acreditar em alguma coisa. Então, agente foi desvendando esses caminhos aos poucos (Assistente Social A).

De acordo com os dados coletados, 60% dos profissionais entrevistados ingressaram no ano de 2010, momento de aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, e outros 20% entre 2011 e 2012. Portanto, 80% ingressaram, possivelmente, devido às demandas do referido programa.

Tabela 5 - PERÍODO DE ADMISSÃO DO PROFISSIONAL NO INSTITUTO FEDERAL

DÉCADA	PERCENTUAL DE PROFISISONAIS
Até 2009	20%
Em 2010	60%
Em 2011	10%
Em 2012	10%
Total	100%

Fonte: Questionários aplicados pela pesquisadora - Formulário 1, 2012

Entretanto, para os profissionais gaúchos, os canais de trocas de experiências e articulação política começaram a se alargar a partir de 2010, através de eventos locais, regionais e nacionais, onde os profissionais tiveram a oportunidade de se articular como categoria. Destacam-se:

ANO	NOME DO EVENTO	LOCAL	NÍVEL	PROMOÇÃO
2010	I Encontro de Assistentes Sociais e Psicólogos do IFSul-rio-grandense	Pelotas/RS	Local	Reitoria
2010	Seminário Nacional “Construção de Princípios e Diretrizes”	Fortaleza/CE	Nacional	FDE/SETEC

2011	I Encontro Regional de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil	Sapucaia do Sul/RS	Regional	IFSul-rio-grandense
2011	II Encontro Regional de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil	São José/SC	Regional	IF de Santa Catarina
2012	Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais	Porto Alegre/RS	Regional	CRESS/RS
2012	Seminário Regional Serviço Social na Educação	Porto Alegre/RS	Regional	CRESS/RS
2012	Seminário Nacional Serviço Social na Educação	Fortaleza/CE	Nacional	CFESS/CRESS
2012	III Encontro Regional de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil	Curitiba/PR	Regional	IF Paraná
2012	II Encontro de Assistentes Sociais do Instituto Federal Farroupilha	Panambi/RS	Local	Reitoria
2013	Seminário Nacional de Gestores de Assistência Estudantil	Goiânia/GO	Nacional	CONIF

Quadro 8 - Eventos nos quais os assistentes sociais dos IFs gaúchos têm participado

Fonte: Documentos institucionais e *sites* referentes às instituições promotoras. Elaborado pela autora.

Os dados coletados revelam, ainda, que 60% dos profissionais declararam participar de grupos de estudo em Serviço Social e Educação (4), seguidos de grupo de Assistentes Sociais do IFSul-rio-grandense (1) e Grupo de Estudos PROEJA Prisional (1).

Outro aspecto levantado pelos profissionais foi a ausência de parâmetros na atuação do Serviço Social perante as demandas dos programas assistenciais no campo da Educação. Para os profissionais lotados nos *campi* que já possuíam programas de permanência antes do PNAES, destaca-se a ausência de registros documentais que trouxessem o histórico das ações para se pensar a atuação profissional:

[...] Porém, por ser um programa novo, se percebe que a maioria dos profissionais não possuem parâmetros que norteie sua prática cotidiana; estão todos procurando construir uma caminhada (Assistente Social I).

Isto pode sugerir lacunas que ocorreram na formação profissional. Entretanto, atualmente, questionamentos referentes a essa problemática são diariamente colocadas pelos profissionais em um grupo fechado de *e-mail* para assistentes sociais dos IFs e das universidades federais e debatidas nesse fórum. Esse debate possibilita aos profissionais criarem estratégias para superar os limites encontrados no cotidiano profissional, através das experiências de trabalho ali relatadas, mas não exclui a necessidade do aperfeiçoamento intelectual.

Esses limites referentes à sistematização implicam nas possibilidades de avaliação da ação profissional. Os entrevistados foram questionados se realizavam a avaliação profissional, sendo que a maioria (90%) respondeu que sim. Entretanto, a

metodologia mais utilizada para essa prática (100%) foi a autoavaliação, no plano da reflexão pessoal, seguida por trabalhos acadêmicos (30%) e de pesquisa de avaliação sobre a Assistência Estudantil, propostos pela instituição.

Assim, os relatos revelam que o que predomina é a autoavaliação como uma atitude constante no cotidiano profissional, sem um método específico para tal e sem uma pesquisa. Não acontece de forma sistematizada, com indicadores. Neste sentido, essa atividade se mostra como uma alternativa aos profissionais, pois para o professor Ney Luiz Almeida (2008), a preocupação com a sistematização se inicia com a delimitação dos referenciais, a eleição dos aportes teóricos, a condução metodológica, a definição das estratégias de ação e do reconhecimento do objeto da intervenção profissional, a definição dos objetivos e da avaliação dos resultados alcançados. Portanto, o que acontece são avaliações espontâneas. Vejamos os exemplos:

Eu me autoavalio todo o tempo. Mas eu acho que uma avaliação de verdade teria que partir do usuário que eu atendo. Tá, eu ouço a equipe, eu ouço os estagiários. Mas os alunos eu só ouço na época... Ou coisas que eles me falam porque, dificilmente, eles vão fazer uma crítica na minha cara. Mas, às vezes, é uma coisa nas entrelinhas, tu entende? (Assistente Social B).

[...] eu estou sempre me avaliando, sabe? É um exercício que eu faço; um exercício de troca [...] para ver se o que eu tô fazendo é realmente é algo que tá agregando, em primeiro lugar, para mim; se era o que eu esperava ou o que eu posso fazer diferente. Então, fora os instrumentos que a gente tem no IF, da própria política, é um exercício que eu costumo fazer [...] eu sempre tenho cuidado assim: o que eu tô fazendo realmente é Serviço Social? Isso traduz uma prática do Serviço Social dentro da Educação? Eu acho que é importante a gente pensar. [...] eu acho que isso aí, é uma coisa que a gente nunca pode perder de vista (Assistente Social D).

Mas assim, não tenho nenhuma forma sistematizada de avaliar o meu trabalho. Eu não escrevo uma avaliação a respeito, mas procuro refletir sobre meu trabalho, com certeza, e faço isso sempre. Penso muito a respeito [...] Mas é assim às vezes. O processo da gente tem altos e baixos. Logo que eu entrei eu rendi muito, fiz muitas coisas e produzi muitas coisas, muitos documentos. Mas depois, eu tive uma queda de produção levada por questões pessoais e, também, institucionais. E agora, eu acho que consegui de novo crescer e voltar a produzir (Assistente Social G).

O tempo inteiro [...]. E, a gente sempre tem isso, dessa coisa de que não tá pronto, de que nunca vai estar e de que a gente sempre, todo dia, tem que tá avaliando o que a gente tá fazendo. Isso pra mim é muito presente, Josiela. O dia que eu achar que tá bom, é porque tá muito mal. Eu tenho consciência, acho que, também, não dá pra desfazer tudo que já se fez e achar que tá tudo péssimo. Não é isso, porque eu acho que a gente teve uma construção muito bacana, de uma coisa que não existia pra uma coisa que tomou corpo e que hoje tem um reconhecimento interno muito grande! Os professores nos reconhecem, os alunos, a direção. Internamente, o nosso trabalho é bastante reconhecido! (Assistente Social H).

Eu faço a minha reflexão pessoal e algumas coisas eu registro. E o resultado às vezes é assustador! Como eu falei: parece que eu não fiz nada. Eu tô na função do meu mestrado, que tá me pegando um bom tempo; tô na comissão eleitoral central aqui e local lá no *campus*. Então, assim [...] tá muito, muito[...] Esses últimos dois meses – fazem quatro que estou – então, esse último um mês e meio eu vejo que há uma estagnação dos próprios colegas, de terem as coisas e não querer fazer. Então, eu tenho assumido algumas funções fora da Assistência Estudantil, que tem me consumido tempo (Assistente Social J).

O momento da sistematização do trabalho profissional contribui significativamente para a avaliação das ações profissionais. Outros aproveitam o momento em que a instituição aplica a avaliação dos programas de Assistência Estudantil, onde elementos apontados sobre eles repercutem diretamente na ação profissional, conforme as falas a seguir:

É o que eu venho procurando fazer, sabe? Eu escrevi dois artigos, desse semestre, que eu comecei a escrever agora. Eu penso que produzi bastante. Então, eu venho assim escrevendo algumas coisas não pra revistas, mas tem algumas coisas que eu vou escrevendo e remendando que deixo ali descansando e depois eu pego (Assistente Social A).

Não. Isso daí da avaliação da prática eu vejo que acaba ficando inserida dentro da avaliação da política. Porque tem muitas coisas que os alunos avaliam na política que repercute diretamente na minha prática. Quando eles falam que desconhecem a normatização, que eles não conseguiram entender o tipo de documentação que precisava, não conseguiram acessar; eu entendo que eles tão fazendo avaliação da minha prática [...] Mas, formalmente, dos usuários é na avaliação da política; que eu vejo claramente que é uma avaliação do meu trabalho, ali. [...] Eu tenho essas discussões, mas um instrumento de avaliação para os usuários eu não tenho. Só o da política mesmo (Assistente Social B).

Na verdade, a avaliação que a gente faz é aquela avaliação do final de ano. É uma avaliação da política, não é uma avaliação da nossa prática. O que eu posso te dizer da nossa prática: a gente coloca alguns casos em discussão pra ver qual é a melhor opção, a melhor forma de resolver. Mas a gente não avalia assim, diretamente a nossa prática. A gente avalia determinadas situações e qual prática executar diante daquilo que eu acho, de se pensar e se fazer. Porque se a gente tá fazendo errado, segue fazendo errado, se não parar um momento pra pensar... Acho que é por aí (Assistente Social C).

Nota-se que os profissionais associam a avaliação de sua ação profissional às avaliações realizadas pela instituição sobre a implementação e a gestão da AE, assim como os instrumentos para a avaliação. Ainda não existe algo sistematizado sobre a prática profissional que tenha sido aplicado. O que existe é que, ao ser avaliada a AE, isso de certa forma impacta sobre as ações dos profissionais, quando identificam o que foi apontado e deve ser melhorado na implementação e na gestão do programa.

A busca por referenciais contemporâneos que atendam questões profissionais cotidianas é um fator que melhora a qualidade da intervenção profissional, o que revela

o compromisso com o aprimoramento intelectual (IAMAMOTO, 2007) no horizonte do Projeto Ético-político Profissional (PEP). Mesmo que o profissional “I” tenha buscado “se informar” por conta da realização da entrevista para a pesquisa ora apresentada, ele buscou atualizar seu arcabouço teórico para falar de seu trabalho cotidiano: “Eu tô mais na experiência” junto ao fórum de *e-mails* dos assistentes sociais dos IFs, fato que revela seu interesse na discussão de âmbito nacional que a categoria tem feito através desse fórum *on line* e que tem se mostrado eficiente.

e) Ausência de um setor sistêmico de Assistência Estudantil na Reitoria: Em apenas um dos Institutos participantes da pesquisa, o IF do Rio Grande do Sul (IFRS), a implementação das ações não aconteceu de forma sistêmica, ou seja, com uma diretoria ou coordenação, na estrutura da Reitoria, que implementasse essas ações de forma organizada e articulada junto a todos os *campi*. Esse fato foi apontado pelos profissionais como um limitador que trouxe dificuldades ao processo de implementação das ações de Assistência Estudantil. Até o momento da entrevista, a reitoria não possuía assistente social lotado no seu quadro técnico. Vejamos o que profissional a seguir destaca:

E, assim, a reitoria não tem nenhuma noção do que se faz, de quantos alunos; eles não pedem um relatório pra gente porque não tem quem vá analisar; não tem quem vá pensando nisso. A gente faz relatório todo ano e a gente encaminha pra eles [...] Mas é em função de que não tem uma pessoa lá. Tá tudo espalhado nos *campus*. Cada um fazendo do seu jeito, do seu modo a Assistência Estudantil, e isso é muito ruim [...] Então, pra quem tá no *campus*, às vezes isso é bom. Mas, também, não tem ninguém dando uma luz, podendo apoiar, podendo fazer esse tipo de articulação mais política lá na reitoria, que é extremamente fundamental. E é isso (Assistente Social H).

Além disso, os constata-se a necessidade de um profissional de Serviço Social na reitoria, para ampliar a discussão, assessorar os gestores, realizar a articulação junto aos *campi*, contribuir em questões de apoio e suporte técnico e atentar para articulações em âmbito nacional. De acordo com os relatos, a ausência de uma gestão sistêmica também deixa os profissionais sem ter a quem se reportar. Essa situação, de certa forma, dá *status* ao assistente social, confere a ele autonomia, quando a instituição o reconhece como o profissional com competência e atribuição técnica para a implementação, a gestão, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

Não nos reportamos. É possível a gente dar uma orientação do que receber. Não tem gente capacitada pra dar orientação. Eles sempre trabalham dessa forma descentralizada. Chega alguma coisa eles mandam pro grupo de

trabalho da Assistência Estudantil e a gente se ajuda, conversa, coisas assim (Assistente Social F).

Como alternativa, no IFRS, foi proposto um Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil (GT-AE), com um representante de cada *campus*, que não foi aceito na Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e desmotivou os demais profissionais:

Aí a gente acabou esbarrando em outras questões porque nós queríamos que quem trabalhou na concessão dessa minuta, que era um representante de cada *campus*, que a gente pudesse formar um GT com portaria e tudo mais. Só que não quiseram fazer isso. Disseram que não era justificável porque era uma iniciativa nossa e não da Pró-reitoria de Ensino. O que é um absurdo! Não tem a menor explicação. Aí, aquilo meio que desmotivou as pessoas. Poxa! A gente trabalha, a gente vem prá cá, a gente ganha diária e não pode ter uma portaria dizendo que a gente trabalha. Então, não tem justificativa pra gente vir! Disseram que gastava muito, que os diretores não queriam liberar. Aí a gente se encontrou umas três vezes e fizemos uma minuta. Josiela, é bem complicado, porque não tem ninguém lá, dessa área, que possa dizer o quanto isso é importante (Assistente Social H).

Como exposto nos capítulos anteriores sobre o processo histórico de implementação das ações do PNAES na Rede EPCT, essa foi uma demanda constante dos IFs gaúchos com relação ao modelo de gestão das ações, onde foi constantemente sugerido que, desde os *campi* e reitorias até o CONIF e a SETEC, tivessem equipes sistêmicas multidisciplinares (com no mínimo assistente social, psicólogo e pedagogo) para trabalharem com a Assistência Estudantil, com a finalidade de subsidiar as ações nos *campi* e dar suporte técnico às equipes que cuidavam da execução dos programas.

3.4 COMENTÁRIOS REALIZADOS SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Os assistentes sociais devem atuar orientados por valores e princípios do Projeto Ético-político Profissional (PEP) do Serviço Social brasileiro, pautado na construção de uma sociedade livre de toda forma de exploração e mercantilização da vida. Entretanto, a vasta literatura profissional aborda que sua condição na sociedade capitalista é de um trabalhador assalariado, regulamentada por um contrato de trabalho, que se integra na organização do conjunto de trabalhadores e de suas entidades representativas. Trata-se de uma profissão liberal que dispõe de uma relativa autonomia no exercício profissional, atravessada por dilemas e determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2008).

O Conjunto CFESS/CRESS tem empregado estratégias na luta política em relação às condições de trabalho dos assistentes sociais, articuladas aos movimentos sociais que se colocam numa perspectiva emancipatória, as quais se destacam nas seguintes frentes¹²⁶:

- luta pela implementação da lei da jornada semanal de 30 horas;
- luta pela aprovação de uma lei que garanta o piso salarial;
- fiscalização do cumprimento da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional;
- acompanhamento permanente de projetos de lei de interesse do Serviço Social;
- campanha pela realização de concursos públicos para assistentes sociais em diferentes espaços sócio-ocupacionais; promoção de seminários nacionais para analisar questões e desafios referentes ao trabalho profissional;
- elaboração de parâmetros/subsídios para atuação de assistentes sociais nas áreas de saúde, assistência social e educação.

Os assistentes sociais participantes dessa pesquisa são servidores públicos¹²⁷ de autarquias federais, empregados pelo Governo Federal, com o qual mantêm um contrato de trabalho regido pela Lei nº 8.112/90¹²⁸. Por essa legislação, assistente social é denominado Técnico Administrativo Superior em Educação, nível E, cargo – assistente social.

Primeiramente, abordaremos as condições para o desempenho do trabalho profissional dos assistentes sociais. Para isso, elegemos os seguintes indicadores:

- a) jornada de trabalho semanal: 30h ou 40h semanais;
- b) estrutura física: salas para atendimento, computadores, internet, arquivos, material de expediente, linha telefônica, automóvel para visita domiciliar;
- c) equipes técnicas (número de integrantes, multidisciplinar – sim ou não);

Quanto à condição salarial dos entrevistados, optamos por não questionar seus vencimentos¹²⁹, visto que não ocorre uma disparidade salarial considerável entre eles. O

¹²⁶ Fonte: CFESS Manifesta, Brasília, 15 de maio de 2013. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em: 28 set. 2013.

¹²⁷ Para efeitos da Lei nº 8.112/90, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público, conforme consta do seu artigo 2º.

¹²⁸ Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

¹²⁹ Artigo 40 da Lei nº 8112/90: Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei (BRAGA, 2009, p. 66). Além do vencimento, de acordo com o artigo 49, poderá

assistente social que é servidor do Governo Federal possui um dos maiores padrões de vencimentos no país. Vejamos a tabela a seguir:

Tabela 6- Padrão salarial dos assistentes sociais entrevistados nos ifs gaúchos

Nível de Capacitação	Quantidade	Vencimentos em salários mínimos
Graduação	2	5,18
Especialização	6	6,57
Mestrado	2	7,58

Fonte: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas do IFSul-rio-grandense

Os vencimentos¹³⁰ mínimos percebidos, em salários mínimos nacionais¹³¹, de acordo com o nível de capacitação¹³², giram em torno de 5 e 7,5 salários mínimos. No caso de os servidores exercerem função gratificada, esses valores podem aumentar.

a) Jornada de trabalho: a promulgação da Lei nº 12.317/2010¹³³ (Lei das 30 horas), que estabelece jornada de trabalho de 30 horas semanais para assistentes sociais, foi uma conquista da categoria dos assistentes sociais, no âmbito da defesa de suas condições de trabalho. Vejamos, no quadro a seguir, o cumprimento da jornada reduzida:

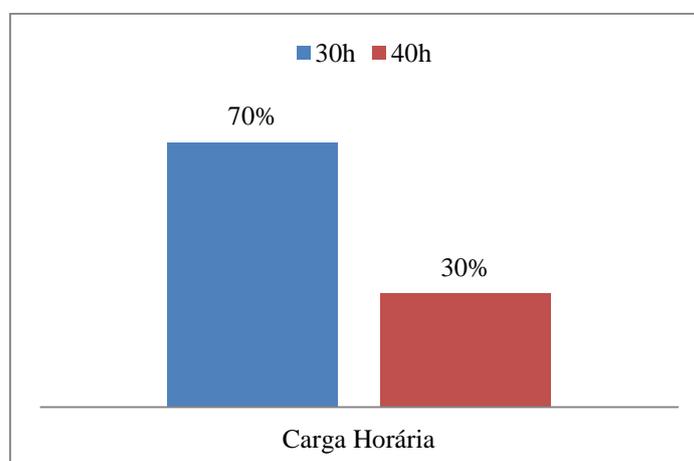


Gráfico 3 - Carga horária semanal cumprida, pelo assistente social, nos IFs gaúchos

Fonte: Questionários aplicados pela pesquisadora - Formulário 1, 2012.

ser paga ao servidor “gratificação”, ou seja, retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento (p. 77).

¹³⁰ Atualmente, para o servidor que ingressa no serviço público federal, nível E (superior), a remuneração é de R\$ 3. 138,70, acrescida do auxílio alimentação de R\$ 373,00. Total de vencimentos: R\$ 3.511,70.

¹³¹ Salário Mínimo Nacional: referência agosto de 2013: R\$ 678,00. Fonte: DIEESE.

¹³² Para especialização, incentivo de 30% sobre a remuneração básica, 52% para mestrado e 75% para doutorado.

¹³³ Portaria SRH/MP nº 3.353, de 20 de dezembro 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 243, terça-feira, 21 de dezembro de 2010, p.117.

Tabela 7 - Motivos do cumprimento de carga horária semanal de 30h pelo assistente social nos institutos federais gaúchos

MOTIVOS	%
Lei das 30h	0%
Acordo sindical, promessa de campanha	70%

Fonte: questionários aplicados pela pesquisadora - Formulário 1, 2012

Destaca-se que 70% dos profissionais entrevistados estão cumprindo jornada de trabalho de 30h semanais. Entretanto, em nenhum Instituto isto se deve à adesão à Lei nº 12.317/2010, mas sim, depende da realidade de cada IF gaúcho. No IFSul-riograndense trata-se de um acordo sindical e em alguns *campi* do IFRS constitui-se no cumprimento de promessa de campanha. Isso reflete a não garantia do direito conquistado pela categoria profissional no âmbito da Rede EPCT.

Gradualmente, os assistentes sociais lotados nos diversos espaços sócio-ocupacionais da esfera federal foram perdendo seu direito à jornada de 30h semanais, fato que se deu largamente nos Institutos Federais. A categoria tem aproveitado a realização de eventos no âmbito da Rede EPCT ou do Conjunto CFESS/CRESS para realizar reuniões da categoria profissional, para articular a luta pelas 30h semanais. Os principais registros dessas informações são expostos por assistentes sociais de toda a Rede no grupo de *e-mail* dos assistentes sociais dos IFs (servicosocialifets@gmail.com), o qual tem servido como ferramenta de articulação e de ampla divulgação de informações sobre a temática.

Foram editadas diversas leis que regulam a jornada de trabalho semanal de categorias profissionais como fisioterapeutas (30h), técnicos em radiologia (30h), bancários (30h), empregados em serviços de telefonia (30h), jornalistas (25h), dentre outros, respeitadas pela esfera federal. É visto que interesses contrários às reivindicações da categoria dos assistentes sociais estão articulados no sentido de desrespeitar a Lei 12.317/2010; mas o conjunto CFESS/CRESS¹³⁴ tem empregado esforços na luta política pela jornada reduzida. Neste sentido, várias interlocuções foram

¹³⁴ A tramitação da ação pode ser acompanhada no sítio do STF, no endereço: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=3962599>>.

feitas junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) sobre a implementação da lei¹³⁵.

No entanto, o entendimento desse Ministério e que, portanto, orienta as decisões dos órgãos públicos federais, é de que a lei não se aplica aos servidores públicos em virtude do Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/90) pelo qual esses servidores são regidos. Porém, no entendimento do CFESS, a lei abrange todos os assistentes sociais, de acordo com a Lei de Regulamentação Profissional (Lei nº 8.662/1993), incluindo determinação relativa à jornada de trabalho sem redução de salário, constituindo este o argumento defendido junto à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG em todas as reuniões já realizadas¹³⁶.

Em 22 de março de 2013¹³⁷, a assessoria jurídica do CFESS ingressou com Ação Ordinária junto à Justiça Federal, em Brasília, em defesa da lei e pela anulação da Portaria nº 97, expedida pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Até o fechamento deste trabalho, a ADI nº 4.468 continua aguardando o pronunciamento do ministro relator e posterior julgamento pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF).

b) Estrutura física: a maioria dos profissionais (90%) considera a estrutura física adequada para o desempenho das atividades profissionais, julgando-a em conformidade com a Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional. Vejamos essas condições ilustradas pelo depoimento a seguir:

[...] eu acho que, de uma forma geral, comparando a estrutura do *campus*, tá com as estruturas que o assistente social costuma trabalhar, costuma desempenhar o seu trabalho, a sua prática profissional. Eu acho que, realmente, a gente tem que reconhecer que existe, que a gente tem esse suporte (Assistente Social D).

Sobre as condições oferecidas pela instituição para garantir o sigilo profissional, a maioria (80%) dos profissionais apontaram que a instituição cumpre esse requisito.

¹³⁵ No serviço público federal, a Lei 8.112/90 permite redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, para os servidores que estão matriculados em cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, conforme Seção IV, artigo 96.

¹³⁶ A direção do CFESS discutiu com dirigentes do MPOG as suas divergências nessa interpretação, entregando inclusive o Parecer Jurídico prolatado pela assessoria do CFESS, que contestava o entendimento desse Ministério. Ver <http://www.cfess.org.br/arquivos/parecer-juridico-10-11.pdf>. Informação obtida junto ao grupo de *e-mail*: servicosocialifets@gmail.com, que disponibilizou uma mensagem eletrônica recebida através do CRESS-AM, Seccional RR.

¹³⁷ Notícia disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/931>.

Entretanto, um profissional declarou que ainda não possui sala para atendimento individualizado e outro declarou que sua sala não garante o isolamento acústico.

[...] Então, não há um diálogo estreito com a direção. Até há um diálogo, eu posso entrar na sala do diretor a hora que eu quiser. Mas não há uma curiosidade sobre o meu trabalho, sobre a Assistência Estudantil. Tanto é que eu tô lá há cinco meses e não tem uma sala pra atender os alunos. Então, eu atendo em conjunto com os outros. Então, isso demonstra que não há uma preocupação da direção para com a minha atuação profissional, e não vem demanda dela pra mim (Assistente Social J).

- *Ausência de sistemas informatizados institucionais direcionados à gestão e execução da Assistência Estudantil*: a gestão e execução de um programa com proporções do PNAES necessita de *softwares* específicos que deem conta da gestão e do armazenamento de dados acadêmicos e orçamentários e que permitam o cruzamento destes, a emissão de relatórios e, ainda, a geração de gráficos. Vejamos o depoimento que remete a essa necessidade:

[...] até pro próprio entendimento do setor, porque a gente se perde às vezes, porque é tanta lista [...] eu to há três anos lá e não consigo organizar tudo assim. E uma das coisas que eu vejo é a questão da falta de um sistema, sabe, que *universidade federal* tem [...] um sistema de arquivamento de dados. Eu já falei isso tantas vezes, que eu pedi na câmara, pra *Diretoria de Assistência Estudantil* tentar fazer isso com a *universidade federal* [...] esse sistema [...] funciona desde a seleção. Os alunos se inscrevem pelo sistema e na entrevista eles apresentam os documentos originais. Elas olham e devolvem. Como depois fica arquivado, não existe ficha. Sabe e assim, tá tudo registrado ali. Eu fiz um atendimento ao aluno tal dia e tal e tudo assim (Assistente Social B).

Esse limite implica a inserção de Tecnologia da Informação (TI) no processo de trabalho do assistente social, uma alteração que afeta transversalmente seu espaço sócio-ocupacional “ao nível das condições de trabalho, das demandas apresentadas, das funções desempenhadas, das propostas de trabalho do Serviço Social e da qualificação exigida” (IAMAMOTO, 2007, p. 268).

Apesar do empenho de alguns assistentes sociais, em suas instituições, na luta pela aquisição e/ou desenvolvimento de *softwares* que contribuam para melhorar suas condições trabalho, não tem sido possível realizar todas as adaptações necessárias aos sistemas acadêmicos já existentes e executados nas instituições, pois isso implica em custos elevados e alterações nos contratos já em andamento, havendo resistência em setores internos, como ilustra o depoimento a seguir:

O problema é que eu acho que emperra nisso aí: se fosse um sistema como o da *universidade federal*, que não existe mais questionário de papel. Porque tu

viu o espaço que ocupa na sala? Que se a gente pudesse ter tudo ali, que o aluno chegou na tua frente, tu abriu o nome do aluno e vê toda a situação dele, bem rapidinho. O problema é que aqui eles querem atrelar tudo ao Q.Acadêmico e aí tem limitações. O pessoal da informática aqui tem uma ótima formação, poderia muito bem fazer um sistema como este que tem lá na *universidade federal*. Mas eu não vejo muita boa vontade. Quando eu cheguei, tentei ir lá. Conversei com o rapaz de lá, entrei com o *login* lá da *universidade federal*, mostrei. O rapaz achou “ótimo!”. Eu disse:

- Eu tenho contato com o pessoal de lá, a gente pode marcar uma hora. Vamos lá?

- Pois é... eu acho que não vai dar.

Então, não teve assim um empenho de fazer isso aí. Não sei se a *Diretoria da Reitoria*, com o poder que tem... Mas a coisa política não poderia interferir. Mas nisso, às vezes, eu acho que sim. Às vezes, eu acho que não. Não sei. E se tivesse isso, se tu põe tudo num sistema que tu vê tudo na hora pronto, seria muito mais fácil! (Assistente Social E).

Apesar dos limites existentes no cotidiano, a maioria dos profissionais (80%) realiza levantamento de dados referentes às ações do PNAES, conforme a capacidade técnica e as condições de trabalho que possui. Os depoimentos revelam que:

- Os dados mais requisitados pela instituição aos assistentes sociais são quantitativos e se referem à gestão de programas assistenciais. Alguns são solicitados mensalmente e outros ao final do período letivo, de acordo com a instituição. São eles: número de estudantes atendidos em cada ação; recursos aplicados, empenhados e saldo; total de estudantes cadastrados no programa; perfil dos usuários, grupos de renda, número de aprovados e reprovados, etc; e, ainda, frequência e aproveitamento acadêmico quando possível, ou seja, quando disponibilizados pelos docentes no sistema. Vejamos o depoimento:

Aqueles dados que eles gostam de ver: número de beneficiários, quanto foi gasto, a gente coloca os dados da avaliação, quem foram os alunos beneficiários, o que eles colocam em termos do que pode melhorar [...] um pouco das atividades vinculadas à assistência, tipo as oficinas que a gente fez. A gente faz um levantamento e, também, classifica em grupos os alunos com dificuldades acadêmicas [...] (Assistente Social H).

- 80% dos profissionais utiliza questionários, fichas e formulários socioeconômicos, na sua maioria impressos, preenchidos pelos estudantes para o levantamento dos dados; e 10% se utiliza de listas em geral.

- Os principais momentos em que acontece o levantamento de dados que não sejam financeiros são: estudos socioeconômicos para acesso às ações do PNAES, realizado pela totalidade dos profissionais (100%), pesquisas de avaliação sobre o programa de Assistência Estudantil (60%) e perfil do estudante (20%). Porém, somente os dois últimos atingem um nível de sistematizados da coleta.

- *Softwares* de edição de texto e de planilhas eletrônicas são os recursos de TI utilizados pela totalidade dos profissionais.

- Alguns profissionais têm conseguido que o processo de inscrição de estudantes nos editais de Assistência Estudantil seja realizado de forma *online*, e, com isto, influenciado os setores financeiros da instituição, como vemos no depoimento a seguir:

E, outra coisa que o pessoal tá fazendo é um sistema pra manutenção e gerenciamento, porque tá tudo em tabela de Excel, não têm condições de fazer. A contadora tá ficando louca porque ela não aguenta mais ficar recebendo planilha Excel, e toda hora ficar ali, no sistema, digitando. Então eu e ela estamos ali trabalhando com o pessoal do TI, pressionando, e vamos criar um sistema pra gerenciamento dos benefícios. Eu não tenho nada informatizado, ainda. Tá pronto o questionário, foi finalizado agora e, a partir desse próximo, vamos fazer o perfil. Já tem pronto o instrumento há mais de ano, mas estávamos aguardando que a TI fizesse porque eu me neguei a fazer a mão. Aí fizeram e está na fase de testes e, a partir do primeiro semestre, vamos começar aplicar com os ingressantes [...]. Então, o questionário *online* tá pronto e vai ser feito. A entrega de documentação, o preenchimento de formulário é tudo manual [...]. (Assistente Social F).

Os dados que são priorizados nos relatórios do Serviço Social são os seguintes:

– Qualitativos: descritivos e informativos, questão social, fragilidades, formas de intervenção, questões de gênero; situação familiar: inserção da classe trabalhadora, relações de parentesco, condições de vida dos usuários; esclarecimentos prestados pelos estudantes, motivos da busca, perfil dos beneficiários; atividades desenvolvidas, objetivo da atividade e os resultados da atividade; relacionamento familiar, relacionamento aluno-professor; causas dos problemas do aluno, situações que causam desconforto; parecer social; estudantes com dificuldades acadêmicas como reprovação e baixo aproveitamento acadêmico.

– Quantitativos: situação socioeconômica: renda *per capita*, situação de trabalho formal ou informal, emprego, moradia, número de moradores no domicílio; gestão: número de estudantes atendidos em cada ação, recursos aplicados, empenhados, saldo, total de estudantes cadastrados no programa, grupos de renda, perfil dos usuários, número de aprovados e reprovados; resultados da avaliação realizada por estudantes.

A obtenção de dados de frequência e aproveitamento acadêmico tem sido um dos principais limites no cotidiano profissional, apontado pelos assistentes sociais. Esta não se destina somente às equipes multiprofissionais que trabalham com programas e/ou projetos institucionais ligados à permanência e/ou à prevenção da evasão, mas constitui um direito que os estudantes e as famílias possuem, qual seja o conhecimento de relatórios de frequência atualizados.

Este é um debate complexo, pois envolve aspectos referentes à postura da gestão no enfrentamento a essa problemática e às condições dos docentes de alimentarem os sistemas acadêmicos pontualmente, principalmente com relação à frequência. Diz respeito, também, à superação de uma cultura de que “não é preciso realizar chamada dos estudantes matriculados nos cursos superiores”, presente em alguns locais.

Há que se discutir esses aspectos com todos os trabalhadores do Instituto, pois o número de estudantes menores de 18 anos é considerável, visto que 50% das vagas do IFs são destinadas ao ensino médio. A instituição como um todo tem o compromisso com os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e em fazer cumprir suas próprias normas que dispõem sobre a frequência acadêmica:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei (BRASIL, 1996).

Os dados obtidos na realização dos estudos socioeconômicos resultam num grande volume de informações sobre as condições de vida e de trabalho dos estudantes que solicitam Assistência Estudantil e de suas famílias, ocupando certa prioridade na atenção do assistente social, pois esses estudos são a forma de acesso às ações de assistência. Porém, quando se trata de informatizar esse processo de trabalho, se torna uma tarefa delicada que requer estudo, pois encontra resistência por parte de alguns profissionais.

Mas, aos poucos, as ferramentas da informática estão sendo anexadas ao trabalho do assistente social¹³⁸, pois existem profissionais interessados em agregá-las ao seu cotidiano em todas as rotinas que requerem levantamento de dados. Nos *campi* onde o número de estudantes gira em torno de 1000 ou mais, os profissionais já não dão conta de arquivar informações em planilhas eletrônicas ou pastas físicas de estudantes, o que poderia ser realizado por um sistema *online*, com *softwares* próprios para essa necessidade, com acesso e perfis diferenciados, que garantissem o sigilo de informações elencadas pelos assistentes sociais.

¹³⁸ Existem duas experiências bem sucedidas de informatização dos processos de editais para acesso às ações de Assistência Estudantil, que vão além da inscrição *online* na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), porém não se encontram sistematizadas. A pesquisadora tomou conhecimento dessas experiências através de visita à FURG, em 2012, e através do contato com assistentes sociais da UFOP, no III Curso de Extensão “Serviço Social na Educação”, realizado em Belo Horizonte, promovido pelo Núcleo de Assistentes Sociais do Instituto Federal de Minas Gerais (NASIFMG), em 2013.

O desafio presente é pensar junto à gestão e ao setor de TI alternativas para essa demanda, a fim de otimizar os processos burocráticos, o arquivamento dos dados, o monitoramento dos programas, de modo a qualificar os serviços prestados. A inserção da TI no trabalho do assistente social possibilita o fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional, devido ao processo de valorização¹³⁹ desses recursos na viabilização dos direitos sociais, o qual vem ocorrendo, tendo o potencial de contribuir na gestão, no controle, no arquivamento de dados, no registro e na recuperação de informações, assim como na geração de indicadores de avaliação, do perfil dos usuários, de estatísticas de atendimentos e de encaminhamentos. Esses recursos vão se concretizando nos espaços sócio-ocupacionais, através da sua apropriação pelos profissionais (VELOSO, 2011). Conforme o referido autor,

A utilização crítica e competente dos recursos da TI pode provocar alterações no desempenho das alterações e competências profissionais, tanto no atendimento aos usuários/as, quanto em atividades como assessoria, supervisão, formulação e implementação de política, podendo gerar efeitos positivos em relação ao acesso aos direitos sociais. O registro, a sistematização de dados e a produção de informações sobre demandas e atendimentos podem ser potencializados pelo uso da TI. Os dados armazenados e as informações geradas pelo Serviço Social, com a contribuição da TI, podem ser utilizados para pesquisa e avaliação do trabalho, contribuindo para o desenvolvimento e o aprimoramento do exercício profissional. Trata-se de um uso que pode potencializar a dimensão investigativa do trabalho profissional, oferecendo elementos e condições para melhor organização dos dados e informações que perpassam cotidianamente o exercício profissional (VELOSO, 2011, p. 18-19).

Assim, a inserção e o uso adequado dos recursos de TI no cotidiano do Serviço Social, subordinado aos princípios e valores fundamentais do projeto profissional, poderão promover alterações qualitativas no exercício das atividades e na melhoria do acesso aos direitos sociais, ao munir-se com informações e indicadores que permitam identificar as expressões da questão social e subsidiar projetos de intervenção (VELOSO, 2011).

c) Equipe técnica: no que se refere a esse item, o principal limite apontado pelo Serviço Social é a baixa quantidade de profissionais que formam as equipes multidisciplinares:

¹³⁹ Esse tema, polêmico no meio profissional, tem seus limites e desafios aprofundados pelo professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Dr. Renato Veloso, no livro chamado “Serviço Social, tecnologia da informação e trabalho”. A referida obra apresenta os resultados da pesquisa realizada com estudantes e profissionais de serviço Social sobre o uso da TI nos seus processos de trabalho, no que se refere à garantia e à viabilização de direitos.

- equipe básica: assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, para desempenhar, por exemplo, atividades, projetos ou planos abrangentes e qualificados de permanência e de acompanhamento dos estudantes e ações universais; e
- técnicos administrativos: a maioria dos profissionais (60%) ressalta que necessitam de técnicos administrativos para atender as demandas burocráticas do setor.

A seguir, os depoimentos dão uma dimensão dessas necessidades:

[...] No nosso caso, eu vejo, por exemplo, em outros institutos em que não há uma equipe multidisciplinar em todos os *campus*, aí, não deve ter ação universal mesmo! Porque sem a equipe, como tu vai desenvolver? (Assistente Social G).

Eu vejo que é uma demanda enorme, que nem tudo é do Serviço Social, que são tarefas administrativas. Eu acho, sabe, por exemplo, fazer o levantamento de quem não entregou o comprovante, fazer o levantamento de quem tá infrequente, de quem tá infrequente no refeitório, não precisa ser assistente social fazer (Assistente Social B).

Conforme as discussões realizadas nos níveis regional e nacional sobre a temática das equipes mínimas para a Assistência Estudantil nos IFs, no que se refere a priorizar a equipe mínima/básica formada por profissionais do Serviço Social, da Pedagogia e da Psicologia, a tabela a seguir demonstra que, até o fechamento deste trabalho, ainda existe uma concentração maior de assistentes sociais nos IFs gaúchos, seguida de psicólogos e assistentes de alunos:

Tabela 8 - RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EQUIPE TÉCNICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS CAMPUS ONDE ESTÃO LOTADOS OS ASSISTENTES SOCIAIS

CAMPO DE TRABALHO	ASSIST. SOCIAL	PSICÓLOGO	PEDAGOGO	TAE	ASSIST. DE ALUNOS	NUTRICIONISTA	ASSIST. ADMIN.	ESTAGIÁRIOS	ENFERMEIROS	DOCENTES	OUTROS
CAMPO 1	1	1	1		1				1		
CAMPO 2	1	1								1	
CAMPO 3	3	3				1	1	2			
CAMPO 4	1	1			2						
CAMPO 5	1	1									2
CAMPO 6	1									1	
CAMPO 7	1	2		1							
CAMPO 8	1		1		1						
Total	10	9	2	1	4	1	1	2	1	2	2

Fonte: Questionários aplicados pela pesquisadora - Formulário 1, 2012

Nota-se que é baixíssimo o número de pedagogos envolvidos com essas ações. Consideramos 8 campos de trabalho, pois temos 3 entrevistados de um mesmo *campus*. Apenas um dos locais (12,5%) possui a equipe mínima completa; 6 locais (75%) possuem assistente social e psicólogo. Um único *campus* possui 3 profissionais do Serviço Social e 3 de Psicologia, devido ao número de estudantes (mais de 4.000).

- *Número reduzido de profissionais*: ainda é necessário ter mais profissionais desenvolvendo as ações relativas aos diversos programas. O ideal seria um assistente social para cada 500 estudantes (IFSC, 2010), possibilidade que, atualmente, está longe de ser conquistada. A fala do profissional revela que faz toda a diferença a quantidade de estudantes no *campus* com relação ao número de profissionais, no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados:

Os limites hoje colocados são a questão do número de servidores, que a gente tem muitas ideias. A gente senta numa reunião e começa a borbulhar. A gente fez um planejamento estratégico, de umas cinco folhas, que a gente passou pro diretor [...]. Tudo que a gente imagina tá ali, e grande parte do que a gente não faz é porque ainda não teve pernas pra fazer, pelo número de pessoas, então... Acho que esse é o principal limite, porque aqui dentro a gente tem 'carta branca' (Assistente Social H).

O planejamento da expansão dos IFs prevê *campus* com 1.200 estudantes, fato que aponta a necessidade de dois assistentes sociais por *campus*, pelo menos, para dar conta do acompanhamento e da implementação e da execução dos diversos programas.

A concessão de diárias para a participação de mais de um servidor em reuniões sistêmicas que geralmente acontecem nas reitorias foi apontado como uma das

limitações encontradas pelas equipes. É comum que os gestores dos IFs priorizem a ida de apenas um servidor a essas reuniões, objetivando otimizar os custos, mas fragmentando o debate e a articulação política, conforme aponta o relato a seguir:

[...] é um representante de cada *campus* até por causa da função das diárias pra viajar: ‘Ah, não. Não podem ir dois servidores para a mesma função’; sempre essa luta, assim. O ideal seria, porque a visão dela [psicóloga] não é a mesma minha. Também o papel do psicólogo é diferente do papel do assistente social. Então é uma luta [...] Mas como eu que respondo pela assistência no *campus*, sempre acabo indo. Mas, faz falta porque eu não consigo trazer pra ela as discussões que são mais da área dela. Então fica complicado isso aí (Assistente Social F).

Os gestores acabam optando pela ida do assistente social em detrimento de outros profissionais, por esse ser, majoritariamente, o responsável pelas ações de Assistência Estudantil, em cada *campus*. Assim, esse profissional fica com o compromisso de levar as dúvidas e necessidades de sua equipe, fazer uma discussão coletiva e trazer o resultado das discussões, deliberações e encaminhamentos resultantes dessas reuniões.

As equipes multidisciplinares são fundamentais para a implementação das ações do PNAES, principalmente as ações universais relacionadas à prevenção da evasão, à saúde, ao acompanhamento acadêmico, à cultura, dentre outros, e sua ausência tem fragilizado a implementação e a execução dessas ações.

Nota-se uma precarização do trabalho profissional devido à proliferação de programas no âmbito dos IFs, como PRONATEC e Mulheres Mil, intensificando as demandas colocadas no cotidiano profissional. Os momentos de editais para estudos socioeconômicos também são considerados de maior intensificação do trabalho profissional. Aumentam as demandas, porém não são contratados mais servidores para atuarem junto às equipes técnicas, sobrecarregando os profissionais, conforme destaca Lígia Nóbrega Fernandes:

Isto entre outras coisas se dá porque neste espaço a atuação do/da assistente social cada vez mais se depara com a “despercebida” intensificação do trabalho e com atividades imediatistas [...] imposta pelo atual modelo da política educacional no Brasil que cada vez mais se adapta a lógica do atendimento de metas institucionais quantitativas [...] Esse aspecto cada dia se faz mais presente no cotidiano e nos discursos dos/das assistentes sociais da Rede Federal de Educação Profissional do Brasil [...]. Percebe-se frente ao contexto apresentado uma visível intensificação do trabalho do/da assistente social, no âmbito educacional, posto que cotidianamente os profissionais são chamados para fazer frente às questões sociais [...] exige-se do trabalho profissional o desenvolvimento de programas, projetos e ações

para atender os mais diferentes segmentos que hoje forma o corpo discente dos IFs [...] Soma-se ainda a essa heterogeneidade de cursos e discentes, àqueles que também objetivando o reconhecimento de saberes e/ou habilidades, como são exemplos os estudantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC, da Rede CERTIFIC e MULHERES MIL (FERNANDES, 2013, p, 5-6).

O trabalho desenvolvido na Assistência Estudantil não é atribuição exclusiva do assistente social; é um programa no âmbito da política de Educação que requer o comprometimento de todos seus trabalhadores: gestores, técnicos, docentes e estudantes. É uma ação que contribui na melhoria do desempenho acadêmico, mas não é a única nem a mais importante, apesar de sua ausência poder representar um forte fator de evasão escolar ou desistência. Todos têm compromisso com a permanência e o êxito dos estudantes e não somente o pedagogo, nas questões de aprendizagem; não somente o assistente social, no que se refere ao apoio oriundo de programas assistenciais e garantia de direitos; não somente o psicólogo, no que se refere às questões de saúde mental.

Incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar é um dos deveres do assistente social, presente no Código de Ética Profissional, conforme seu artigo 10 (CFESS, 2011). Ao Serviço Social compete a necessidade de recorrer aos demais trabalhadores da educação, evitando análises fragmentadas sobre aspectos isolados da realidade. A fragmentação do saber resulta em uma aproximação estruturalista da realidade, em uma análise unilateral, que desconsidera as dimensões da contradição e da totalidade, inerentes às possibilidades de análise crítica das condições de vida e de trabalho dos estudantes (MARTINS DE SÁ, 2008).

3.5 CONSIDERAÇÕES DOS PROFISSIONAIS SOBRE AS AÇÕES PREVISTAS PELO PNAES

Os profissionais consideram que as ações previstas no Decreto nº 7.234/2010 trazem uma proposta de assistência plena aos estudantes, que contempla as áreas de atendimento das quais necessitam, mas com ações ora focalizadas e ora universais. Vejamos alguns depoimentos que demonstram essas opiniões:

Eu entendo que aquelas ações ali dão uma perspectiva de assistência plena ao aluno, só que precisa de uma estrutura pra isso, principalmente, da equipe. De orçamento sim, mas de equipe, também (Assistente Social B).

Eu acho assim, em relações às ações estão postas ao universo de alunos [...] de todas as formas, todas elas são muito importantes [...] agora que são áreas

importantes para a vida do aluno enquanto política. É um olhar importante que tem que acontecer (Assistente Social D).

Eu acho que o PNAES, ele contempla as áreas que realmente têm que ser contempladas porque eu acho que é bem amplo. Só que uma dificuldade são as ações de acesso universal: incentivo à cultura, esporte e lazer. Essas ações, eu acho que a gente não consegue fazer de uma maneira efetiva (Assistente Social F).

A gente vem atendendo o que é básico e temos dificuldade para avançar e ir além disso. E acho que isso é uma característica da política pública do Brasil, não que isso eu vá priorizar pra sempre, mas que não causa tanto estranhamento porque é uma característica do funcionamento (Assistente Social G).

De acordo com a pesquisa realizada por Taufick (2013) sobre o conteúdo dos regulamentos de Assistência Estudantil dos Institutos Federais, essas ações podem ser classificadas em três modalidades:

- a) benefícios sociais: moradia, transporte, alimentação, creche;
- b) benefícios universais: atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, apoio a estudantes com necessidades universais; e
- c) benefícios acadêmicos: apoio pedagógico.

O quadro a seguir demonstra que as ações do PNAES com as quais os assistentes sociais mais trabalham são alimentação, transporte e apoio pedagógico, seguidas por moradia estudantil, atenção à saúde e creche.

Tabela 9 - Ações previstas no PNAES que estão sendo executadas nos *campi*

TIPOS DE AÇÕES	Número de <i>campi</i>
Moradia estudantil	5
Alimentação	8
Transporte	8
Atenção à saúde	5
Inclusão digital	0
Cultura	1
Esporte	2
Creche	4
Apoio pedagógico	6
Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.	3

Fonte: Questionários aplicados pela pesquisadora, 2012.

Os assistentes sociais identificam que as instituições de ensino precisam ter programas para além de ajuda material e financeira a estudantes em vulnerabilidade

social, contemplando a prevenção da evasão¹⁴⁰, de modo que fortaleçam a permanência dos discentes na instituição, melhorem seu desempenho acadêmico e ofereçam alternativas de aprendizagem para aqueles que se encontram com defasagem ou dificuldades cognitivas, como destaca o depoimento que segue:

As do auxílio acho que não são o problema porque querendo ou não, estão sendo atingidas. Inclusive, esse ano, a gente fez uma avaliação com os alunos, através de um questionário de dificuldades [...] e nenhum dos alunos citou a questão de permanência por auxílio financeiro. Então isso a gente tá conseguindo chegar. Só que questões de aprendizagem são o que eles mais relataram, que é dificuldade e tal. Então, eu acho que o PNAES fala muito da questão do incentivo, até questão de inclusão digital e tudo, só que nem tudo é dinheiro. Hoje, a gente acredita, pelo que a gente avalia, que os alunos, a questão financeira, eles tão permanecendo. Mas eles tão evadindo por outras questões, que a gente não tá conseguindo chegar. E é isso. Esse é o desafio do PNAES (Assistente Social F).

Ações desse tipo são de caráter universal e requerem um comprometimento político e institucional. Assim, os profissionais destacam que, nas questões de permanência e de evasão do estudante da instituição de ensino, o aspecto financeiro não é seu determinante, mas que, empiricamente, questões de ensino-aprendizagem têm se mostrado como um limitador. Destacam que esse fato requer pesquisas¹⁴¹ que subsidiem uma intervenção do Estado para além de programas assistenciais no âmbito da Educação, apesar de serem estes fundamentais. Entretanto, apesar de os entrevistados terem manifestado suas observações quanto a essas temáticas, isto requer um estudo aprofundado, subsidiado por teorias pedagógicas, o que não é o escopo deste trabalho. Ainda assim, essas abordagens requerem investigação, inclusive do Serviço Social.

Recentemente, essa questão que implica na permanência dos estudantes já foi apontada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão nº 506/2013, que impõe aos IFs a criação de mecanismos de atendimento e de enfrentamento aos fatores que favorecem e que causam a evasão escolar:

¹⁴⁰ Segundo Dore & Lüscher (2011b, p. 150), o contexto teórico revela que a evasão escolar tem sido associada a situações muito diversas. Pode se referir à retenção e à repetência do aluno na escola; à saída do aluno da instituição; à saída do aluno do sistema de ensino; à não conclusão de um determinado nível de ensino; ao abandono da escola e posterior retorno. Abrange indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória, bem como o estudante que conclui uma etapa do ensino, mas se comporta como um *dropout*.

¹⁴¹ Existe uma pesquisa em andamento, de grande porte, realizada pela Prof^a. Dr^a. Rosemary Dore, docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Essa pesquisa procura identificar os fatores que contribuem para a permanência ou para a evasão na educação profissional técnica no estado de Minas Gerais. A autora destaca a escassez de informações teóricas e empíricas sobre a questão (DORE & LÜSCHER, 2011a, 2011b). Resultados preliminares dessa pesquisa foram apresentados aos membros do CONIF, nos dias 11 e 12 de junho de 2013, em Goiás.

ACÓRDÃO Nº 506/2013 - TCU, após Auditoria Operacional, realizada com vistas a avaliar as ações de estruturação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, recomenda à SETEC/MEC: 9.1.1. institua, em conjunto com os Institutos Federais, plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal de Educação Profissional, que contemple:

- a) levantamento de dados de variáveis que permitam identificar alunos com maior propensão de evasão;
- b) inserção nos Termos de Acordos de Metas e Compromissos de indicadores de evasão, retenção e conclusão, desagregados para diferentes modalidades de cursos (Médio Integral, Licenciatura etc);
- c) análise quanto à viabilidade de adequação dos critérios PNAES ou de normatização/regulamentação de outras linhas de Assistência Estudantil voltadas ao atendimento de alunos com risco de evasão;
- d) garantia de alocação de profissionais para realizar o acompanhamento escolar e social de alunos nos campi;
- e) o fomento à participação de alunos em programas de reforço escolar, assim como a sua participação como tutores e monitores (ACÓRDÃO Nº 506-TCU, 2013).

Dentre as ações elencadas pelo Decreto nº 7.234/2010, a que gerou maior discussão por parte dos profissionais é a que diz respeito à atenção à saúde¹⁴². Nos institutos gaúchos, existem estruturas de gabinete médico e/ou odontológico e salas de enfermagem em alguns *campi*; no caso dos entrevistados, 5 *campi* (62,5%) possuíam essas estruturas em pleno funcionamento.

No IFSUL, além do atendimento oferecido por esses serviços, existem ações de pagamentos de óculos, consultas médicas, exames e medicação de uso contínuo (de ordem oncológica e de saúde mental¹⁴³), através de bolsas financeiras¹⁴⁴. Essa estratégia está sendo aplicada por outros institutos, por meio do pagamento de auxílio-emergencial, através da modalidade de bolsa, para aquelas ações que fogem ao que está estabelecido nas normativas de Assistência Estudantil, para atender as situações que se apresentam como exceção, conforme destaca o depoimento a seguir:

E a gente vê situações mais pontuais do tipo: um aluno que não consegue comprar um óculos isso. E a gente fala de um termo que é vulnerabilidade acadêmica: o quanto aquela situação interfere na vida acadêmica daquele aluno. E então, são ‘n’ situações que, às vezes, escapa a situação da saúde. E a gente começou a pensar naqueles nossos estudos, que a gente fez nos editais pelo Brasil afora, a gente viu que a Federal Fluminense, se não me engano, eles têm um benefício que é o auxílio emergência. E aí, na verdade, é nesse caminho que a gente vai andar esse ano: auxílio-emergencial. É mais um edital que fica na gaveta e quando aparece a situação. É que assim, por um lado é bom tu deixar um teto, por outro lado, é bom tu deixar em algum lugar meio aberto pra situações que extrapolem (Assistente Social H).

¹⁴² A implementação e a execução dessas ações, financiadas pelo PNAES, carecem de pesquisas.

¹⁴³ Casos de câncer de mama e depressão.

¹⁴⁴ O IFSul-rio-grandense possui o “auxílio-emergencial”, que, de acordo com o artigo 39 de seu Regulamento, será concedido em situações pontuais para o atendimento de necessidades, esgotadas as possibilidades oferecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (IFSUL/REGULAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, 2012).

Essa discussão afeta diretamente as requisições postas no cotidiano profissional, pois as demandas na área da saúde que chegam à porta dos setores de Assistência Estudantil têm sido cada vez mais frequentes: requisição por consultas médicas, exames laboratoriais, óculos, próteses e medicações de uso contínuo. Esse fenômeno necessita de um estudo para verificar como estão sendo acomodadas ou enfrentadas essas requisições nas instituições e se estão ocorrendo encaminhamentos para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

a) *Interface da AE com as demais políticas sociais*: foi questionado aos profissionais entrevistados sobre a interface da Assistência Estudantil com as demais políticas sociais e como isso acontece no cotidiano profissional. Destaca-se que 60% dos entrevistados realizam essa interface, como destaca a tabela a seguir:

Tabela 10 - Interface da Assistência Estudantil com as demais políticas sociais

SIM	NÃO	NÃO RESPONDEU
60%	30%	10%

Fonte: Questionários aplicados pela pesquisadora - Formulário 1, 2012

A maioria dos profissionais (60%) realiza interface com as políticas de Saúde e de Assistência Social (60%), Habitação (30%), seguida da rede de proteção¹⁴⁵ (30%), como mostra a tabela a seguir:

Tabela 11 - Políticas sociais mais acionadas pelos assistentes sociais na AE

POLÍTICAS SOCIAIS	% DE ASSISTENTES SOCIAIS
Saúde	60%
Assistência Social	60%
Habitação	30%
Proteção	30%
Outras	20%

Fonte: Questionários aplicados pela pesquisadora - Formulário 1, 2012

A seguir, vejamos alguns depoimentos que nos remetem a esse cotidiano:

¹⁴⁵ Promotoria de Justiça, Conselho Tutelar, Ministério Público, Juizado da Infância e da Juventude, Defensoria Pública e Assistência Judiciária gratuita.

Uma das políticas que a gente tem uma interface muito grande é a política de assistência social aqui do município (Assistente Social A).

Por mais que não seja sozinha e aí, uma das coisas que eu tava fazendo ano passado, era tentar estabelecer uma rotina de visitas à rede, à rede de políticas sociais municipais [...] que isso tava dentro do plano de trabalho que eu elaborei do Serviço Social; e eu fiz uma reunião com colegas assim, próximas, assistentes sociais da Saúde. Elas me deram algumas orientações de pra onde que se encaminha alunos com questões de saúde mental, pra exames, pra medicamentos; que são as demandas que se colocam ali pra Assistência Estudantil. [...] E depois, outra semana eu convidei a psicóloga, e a gente foi na Secretaria de Saúde. E aí, eles nos deram uma série de materiais sobre prevenção e saúde na escola [...] (Assistente Social B).

Caso a caso, quando a gente vê que tem algum aluno que precisa ser encaminhado pra rede, a gente busca pelo melhor. Foi que eu me lembre assim com a cidadania, com Habitação, com o Ministério Público, Conselho Tutelar [...] Então, são as situações que vão vindo e a gente vai procurando atendimento da rede (Assistente Social C).

Geralmente são de saúde, poucos pra assistência social, pra habitação, questão de Direito, também, que a gente manda pra Defensoria, pra Assistência Judiciária; mas maioria de todos que aparecem dá pra se dizer que é pra questão de saúde (Assistente Social E).

Alguns profissionais têm apontado o cuidado que se deve ter com a sobreposição de políticas públicas a partir do uso dos recursos disponibilizados pelo PNAES, principalmente nas ações de saúde e de moradia estudantil. Os assistentes sociais têm se deparado com demandas de auxílios financeiros referentes a medicação contínua para tratamento de câncer e de depressão, consultas médicas particulares de todas as ordens, principalmente psiquiátricas, requisições de exames médicos de diversos tipos, inclusive tomografias computadorizadas e ressonância magnética. Há, ainda, casos de alunos que moram na cidade e solicitam o auxílio moradia porque têm problemas sérios com habitação, por não terem onde morar, ou de adolescentes maiores de idade, com problemas de relacionamento familiar e, também, jovens adultos moradores de rua¹⁴⁶.

Mas, o que eu tento cuidar muito na interface com as outras políticas é de não fazer sobreposição da Assistência Estudantil com as outras políticas públicas; porque eu entendo que é tu trabalhar naquela esfera de sucateamento do Estado e do público. Aí, tu vai privatizar com a política de Educação a política de Saúde. Eu acho meio contraditório tu usar a Assistência Estudantil. Vou dar exemplos mais claros como: medida emergencial pra atender casos que o SUS não pode atender; tu usar a Assistência Estudantil pra atender situações de moradia que a política de Habitação não pode responder; ou situações de renda que a de Assistência não consegue. Então, eu cuido muito! Porque é um exercício assim, porque é complicado tu ter orçamento, tu ver que a pessoa tá naquela situação e tu negar. É muito difícil! Por isso que tu tem que sair do plano do empírico. Tu tem que tentar ascender

¹⁴⁶ Essa realidade foi encontrada na Capital, no *campus* Porto Alegre, do IFRS.

pra o que isso significa, tu estar atendendo uma demanda emergente, mas tu tá sucateando o SUS (Assistente Social B).

A gente tem situações de alunos com situações de rua. Então toda articulação de rua, de abrigagem do município. E aí, um desses que é deficiente, inclusive, arrumava confusão em todos os abrigos que ele passava. A gente já não tem mais aonde colocar ele. [...] E, tem um outro aluno que ele não diz que tá em situação de rua, mas a gente sabe que ele tá; e qualquer serviço do *município* que a gente fala o nome dele todo mundo já conhece porque ele já acessou tudo [...] (Assistente Social H).

Vejamos o exemplo de uma intervenção profissional na qual o recurso da Assistência Estudantil é utilizado, provisoriamente, para atender uma estudante em situação de rua, na qual foi realizada uma articulação com a rede de Assistência Social do município e com a Secretaria de Habitação:

Um exemplo eu te dou, de uma aluna que era do PROEJA, agora é do superior, que era assim: uma vencedora essa moça. Ela dormia embaixo do *trailer* com o filho de oito anos, aqui na frente da escola. E aí a gente encaminhou ela pra cidadania; e ela já tá com a casinha dela. Então, assim... foi uma aluna que a gente identificou a demanda e buscou a rede. Foi bem complicado. Primeiro a gente colocou ela no auxílio moradia porque ela alugava umas peças aqui perto da escola. Pra ela sair da rua, depois a gente conseguiu encaminhar, a gente já tinha feito nesse meio tempo o encaminhamento dela, pra ela receber a casinha, pelo programa de habitação. Hoje, ela tá no superior. Tá com muita dificuldade, mas tá (Assistente Social C).

O profissional enfrentou os limites institucionais com a clareza de que não convém realizar ações que ocasionem sobreposição de políticas sociais e teve competência técnico-operativa, requerida do assistente social, de articular recursos na comunidade e de recorrer às políticas públicas, no atendimento de uma situação de extrema vulnerabilidade social, na qual estava presente o risco de evasão do estudante e, até mesmo, de vida.

Esse grupo de profissionais tem clareza de que essas ações contam com uma verba dentro de um programa de Assistência Estudantil que está vinculado à política de Educação; de que questões de habitação, por exemplo, devem estar vinculadas ao fato de o estudante ter que se deslocar de seu município de origem para estudar na cidade onde o *campus* de situa; e de que questões relativas à saúde devem ser atendidas na ordem da prevenção e da promoção. Ou seja, essas questões requerem atendimento no âmbito das políticas de habitação, de saúde e de assistência social. O depoimento a seguir aborda essa questão da sobreposição de políticas públicas:

[...] essa vinculação, principalmente, com a Saúde é ainda a questão da não utilização de recurso da Educação pra Saúde, que é o que a gente vem discutindo. Tudo veio da questão do PNAES ter uma ação de atendimento à saúde. E aí que se começou os questionamentos: ‘Bom, podemos atender os alunos? Não podemos? Que tipo de atendimento?’. E eu, por mais que entenda que tenha algumas demandas que são emergências e que estão associadas à Educação, ao aproveitamento e à permanência do aluno ali, como daqui a pouco um óculos que ele não tem como acessar pela rede pública, e isso tá repercutindo no aproveitamento dele [...] Eu entendo essas questões. Mas eu sempre coloco muito receio por causa da sobreposição de políticas públicas. Que eu entendo que se a gente começar a usar verba da Assistência pra atender questões da Saúde, a gente vai declarar que o SUS é um fracasso. E eu acho que não é essa a luta do Serviço Social! E isso vem acontecendo não só na Saúde, como na moradia [...] Agora, as falhas que tem a política de Habitação e de Saúde é uma outra coisa. Eu acho que é uma outra luta! Mas se tu começa, pra mim, sobrepor, usar verba da Educação pra atender as falhas da Habitação e da Saúde me surge quase uma coisa neoliberal, sabe? Tu privatiza o acesso a questões que deveriam ser atendidas pela política pública, que tu terceiriza: tu paga o médico particular (Assistente Social B).

Outro grupo de profissionais entende que a Assistência Estudantil tem que fazer as vezes das demais políticas sociais. Para alguns, falta clareza em relação ao objeto do programa com o qual trabalham e, inclusive, entendimento dos profissionais sobre o papel de fortalecimento das políticas sociais existentes, trabalhando no plano do imediatismo e da falta de planejamento, como identificado no relato a seguir:

O que eu sinto falta é essa assim, que ontem até a *colega Assistente Social* teve nessa reunião, dessa parte de atenção à saúde. Hoje teve um professor aqui colocando uma situação de uma aluna - e que eu concordo que a gente não pode ir de um espaço, por exemplo, que é da Saúde, que tem instância que deveria dar atenção; mas nós sabemos como é. Como eu coloquei até naquela reunião: - Quem é que vai pro SUS? A gente não recorre. Então, o que eu não quero pra mim eu não quero pros outros. E nós sabemos como que tá. Na realidade, isso interfere na atuação do aluno; até o óculos, o problema de visão, um antibiótico pra uma dor de dente, que aqui o gabinete médico tá deficitário (Assistente Social I).

Aqui há uma contradição no trabalho do Assistente Social: o profissional entende que deve recorrer à rede pública para que os estudantes acessem seus direitos. Entretanto, nesse caso, no que se refere à atenção à saúde, não visualiza essa possibilidade por considerar que o SUS se encontra sucateado, visto que os próprios servidores federais não recorrem ao sistema, por possuírem planos particulares, e os estudantes não seriam “merecedores” desse atendimento.

Não é nosso objetivo discutir se o Sistema Único de Saúde funciona ou não, pois já existe vasta literatura e pesquisas sobre essa temática. Não cabe ao profissional avaliar o sistema a partir da hipótese de porque um servidor, que tem direito de usar o

SUS e, por uma condição econômica, não o acessa, o estudante também não deveria acessá-lo. Mas é necessário que o profissional tenha clareza da postura ético-política que deve assumir: fortalecer o SUS mediante os limites e possibilidade presentes. A discussão sobre o atendimento precarizado também nos planos de saúde está na mídia e é real. O compromisso com os direitos sociais requer lutar por melhores serviços públicos prestados pelo Estado e não se retirando dessa discussão. Existem as instâncias próprias para isso, que são os conselhos municipais de saúde.

Existe, ainda, uma pequena parcela de profissionais (20%) que, na época da entrevista, ainda não haviam conseguido estabelecer uma interface de ações com a rede de políticas públicas e/ou de proteção, mas que visualizam essa dinâmica futuramente em suas ações. Nesse caso, ainda é bem inicial qualquer intenção de articulação com a rede de proteção social, mas as necessidades coletivas dos estudantes irão requerer esse acesso. Vejamos os relatos a seguir:

Bom, eu acho que isso, fatalmente, vai acontecer em algum momento. Não tem sido uma prática comum. Poderia estar se cruzando com a própria política da Saúde, como a gente falou hoje, da própria Assistência Social. Mas não tem uma demanda, ainda, considerável, que poderia ter. Isso não tem aparecido, mas daqui a pouco, vai aparecer (Assistente Social D).

Não aconteceu nenhuma vez ainda. Não procurei acionar nenhuma rede, ou fechar uma parceria. Isso não aconteceu ainda, mas eu sei que temos, nossa supervisora pedagógica, ela é daqui, eu não sou. Ela tem um conhecimento mais profundo do município e das pessoas, tá há mais tempo aqui que eu. E, houve, sim, encaminhamentos de alunos que tiveram dificuldades de aprendizagem, com a Secretaria Municipal de Saúde. Encaminhamento pra esses alunos e um atendimento psicológico para eles, porque tinham dificuldade de aprendizagem, um déficit de aprendizagem [...] Ela realizou isso. Mas eu não sei se essa atividade, se esse acionamento da rede por parte dela se configuraria como uma ação da Assistência Estudantil. Se configuraria mais como uma questão do setor pedagógico (Assistente Social J).

Até analisando aquele questionário que foi repassado pelo GT da Educação, aí eu tinha respondido tudo assim: 'sim'. Aí depois, eu comecei a refletir mais e vi que não. Por exemplo, uma grande discussão, hoje em dia com essa discussão a rede pública da Saúde, a gente falava assim: 'ah, se houvesse possibilidade de encaminhar'; não só nós, mas até os médicos daqui, que já são mais pra essa parte... Então, não temos. No fundo, no fundo, não temos (Assistente Social I).

O conhecimento da rede de serviços assistenciais e de saúde faz toda a diferença no trabalho do assistente social, pois qualifica sua intervenção e o atendimento ao usuário, trazendo outra dinâmica à instituição acadêmica, no sentido de não ficar lidando com as manifestações da questão social dentro de seus muros. Significa trazer para fora, para o serviço qualificado para determinado atendimento, a demanda do

estudante, pois é um direito de todas as pessoas o de receber atendimento e ser encaminhado ao serviço adequado para tal.

Nos Institutos Federais gaúchos, isso se torna mais significativo ainda, por serem escolas federais que muitas vezes só dialogam com as instâncias do governo federal. Em razão dessa circunstância, são tensionados a dialogar com os municípios, visto que a maior parte das políticas públicas e sociais são municipalizadas. Portanto, a maioria dos entrevistados possui o conhecimento acurado da rede, fato que contribui para a dinâmica institucional dos IFs, ampliando seu diálogo com a comunidade onde estão inseridos.

Para isso, é importante que o Serviço Social tenha um plano de trabalho com ações direcionadas ao mapeamento das demandas e de seu atendimento coletivo, pois, diante do cotidiano – muitas vezes tumultuado – da execução da assistência, e não havendo condições de trabalho adequadas, o profissional fica impedido de realizar visitas à rede de Saúde e de Assistência Social do município, por exemplo, mesmo com seus limites, dos quais somos conhecedores. É necessário que os profissionais mapeiem a rede de assistência social, de saúde e de proteção nos municípios onde as instituições estão situadas, para realizar uma intervenção profissional qualificada, que assegure os direitos dos usuários, a informação de seus direitos e dos serviços públicos que podem procurar. Afinal, se um órgão federal não se articular com os serviços estaduais e municipais, não estará efetivando direitos sociais, pois “o Estado também, necessariamente, precisa se articular em rede para efetivar as políticas públicas” (KERN, 2006, p. 63).

3.6 AVALIAÇÃO QUE OS ASSISTENTES SOCIAIS FAZEM A RESPEITO DOS CRITÉRIOS PREVISTOS E UTILIZADOS PARA ACESSO DOS ESTUDANTES ÀS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Educação ocupa uma centralidade na dinâmica da vida social e lugar de destaque no processo de expansão capitalista (ALMEIDA, 2007). Deste modo, destacam-se a expansão das formas de acesso e permanência a partir do desenvolvimento de programas assistenciais (CFESS, 2012), como é o caso da Assistência Estudantil. Os profissionais atuam na garantia de uma educação universal, de acordo com os princípios do Projeto Ético-Político Profissional (PEP).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil, por ser um programa focalizado (DRAIBE, 1998), requer a identificação de estudantes com um perfil específico: prioritariamente, estudantes oriundos de escola pública, com renda *per capita* até um salário mínimo e meio. Esse é o ponto de partida que foi sendo amadurecido pelos assistentes sociais, durante a implementação das ações de Assistência Estudantil em cada instituição. O acesso dos estudantes aos programas se dá através da publicação de editais e de acordo com estudos socioeconômicos/sociais realizados por profissionais do Serviço Social.

Neste sentido, de acordo com as entrevistas realizadas com os profissionais dos Institutos Federais gaúchos, identificou-se que estes, predominantemente, não trabalham na ótica da simples utilização de critérios de renda, mas na combinação de indicadores sociais que identificam os estudantes em vulnerabilidade social. Pode-se afirmar que os dois tipos de indicadores mais utilizados são os de renda *per capita* e os de vulnerabilidade social.

a) Renda: um salário mínimo e meio:

“[...] O primeiro critério é a *per capita*, o resto são critérios que a gente vai vendo, são subcritérios, digamos assim” (Assistente Social C).

“[...] Bom, a renda seria o mais importante, o carro chefe, digamos [...]” (Assistente Social D).

“Nós utilizamos bastante a renda familiar, mas tem que levar em conta essa situação familiar” (Assistente Social I).

Verificou-se que, na ausência de recursos suficientes que possam atender a maioria dos estudantes que possuem o perfil elencado no PNAES, esses profissionais optam pela renda *per capita* como critério de inserção e/ou de exclusão:

[...] Tem casos às vezes... é que a gente tem que seguir os critérios, pra tu não ser injusta e pra tu ter o que seguir, porque se não, também, tu fica muito no subjetivo da avaliação, ali. E tu, às vezes, é injusto, a gente não consegue seguir um padrão (Assistente Social F).

É nessa contradição que a totalidade dos profissionais entrevistados trabalham e estão conscientes dessa dinâmica, pois consideram que a Educação faz parte do núcleo das lutas sociais voltadas para a superação das formas de opressão (ALMEIDA, 2007). Apesar dessa realidade, a totalidade dos entrevistados procura qualificar a realização dos estudos, com foco na viabilização dos direitos sociais:

O meu critério, primeiro de tudo, é a questão da renda, a questão da renda e do grupo familiar [...]. E aí, eu me lembro muito do que a *colega assistente social* fala, que se é uma análise de renda que a *outra colega* falou ontem, qualquer pessoa faz. Bom, é subjetivo? É, mas acho que a gente tem competência pra isso. O que eu avalio ali, e se eu entendo que eu tenho que conceder um auxílio pra uma aluna, como é o caso que eu comentei ontem: uma aluna que tem sessenta anos e um pai de oitenta e poucos anos que tá aposentado. Eu vou conceder porque eu entendo que dentro daquele grupo familiar não é prioridade do pai dela conceder o transporte dela pra estudar. E se uma pessoa de sessenta anos tá tentando acessar a Educação, o mínimo que a gente pode fazer é tentar contribuir através da Assistência Estudantil; e eu não tenho nenhum problema de responder pelo meu parecer, entende? Porque eu acho isso, que se a gente fez uma faculdade de Serviço Social e tem uma leitura do que significa um estudo socioeconômico, a gente tem que assumir esses riscos de fazer avaliações subjetivas. Porque que se tu não assume isso, em alguns momentos vira uma análise de renda que aí, como diz a *colega*: chama o pessoal do Banco do Brasil pra fazer. São critérios subjetivos. Só que tu tem que tá segura daquilo [...] Mas eu tento me permitir ter critérios subjetivos pra além da renda. Porque, senão, é uma análise de renda, não é estudo socioeconômico (Assistente Social B).

Na ausência de recursos para atender a todos os estudantes com perfil, uma estratégia de atendimento às demandas é a utilização de grupos de renda estratificados, como ocorre no IFSUL e no IF Farroupilha. Assim, busca-se atender conforme as maiores necessidades dos grupos, para que a oferta e a distribuição dos serviços e benefícios de Assistência Estudantil se deem na perspectiva da equidade (DRAIBE, 2005), procurando deixar mais equitativa a oferta e a distribuição dos serviços e benefícios de Assistência Estudantil. Vejamos o relato:

[...] E o que a gente fez pra seguir o PNAES e atender todos alunos: a gente criou três faixas de renda e dentro dessas três faixas de renda tem o que o aluno pode receber. Então, é até meio salário mínimo ele pode acumular até três benefícios, até um salário mínimo ele pode acumular dois, e até um e meio ele pode receber dois, mais o transporte ou material. Então, a gente criou isso pra tu dar uma cara, porque se tu trabalhar em cima de um salário mínimo e meio, a maioria dos nossos alunos se enquadram e todo mundo que pedir vai ganhar (Assistente Social F).

b) Vulnerabilidade social¹⁴⁷: a prioridade no atendimento é dada para os estudantes que apresentarem indicadores de maior vulnerabilidade social no grupo familiar, eleitos pelos profissionais, sob a ótica da Política Nacional de Assistência Social, das relações de parentesco e seus demais vínculos, das condições de trabalho e manutenção dos membros, da situação de saúde (doenças crônicas¹⁴⁸), das condições de

¹⁴⁷ De acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS (2005, p. 51-52).

¹⁴⁸ Doenças crônicas: a Portaria MPAS-MS-2.998, de 23 de agosto de 2001, estabelece as seguintes: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e

moradia, dentre outros aspectos que o profissional julgar relevantes. Vejamos os exemplos contidos nos relatos:

Critério de vulnerabilidade social. A gente usa como base o recorte de um salário e meio *per capita*. Mas apesar que tem situações que extrapolam e que a gente atende. Tem a situação de aluna aposentada por invalidez que extrapola, mas que é uma situação completamente atípica, por exemplo. Então, esse é o principal critério (Assistente Social H).

[...] Então, por isso que eu acho que, e a Miotto fala isso, da questão de tu olhar pro grupo familiar quando tu faz uma avaliação socioeconômica, pela ordem do parentesco, que é um conceito da Antropologia. Não é só tu olhar: ‘ah, mais o pai recebe tanto; ah, o pai é funcionário público’. Tá, mas qual é a relação desse aluno com esse pai? [...] Então, eu olho muito isso, a renda, o grupo familiar, o grau de parentesco que tem ali (Assistente Social B).

Mas como já aconteceu de eu atender o aluno: a mãe tá com câncer, tá sem poder trabalhar, tá com auxílio da previdência e a situação da família mudou totalmente. Então, mesmo ele sendo oriundo de uma escola particular [...] eu fiz visita domiciliar e, realmente, a situação tava bem complicada, naquele momento. Esse é um aluno que ele vai ser reavaliado, porque se mudar essa situação daqui a pouco a renda dele vai mudar, daqui a pouco ele não vai ter mais perfil pro programa. Então, ele recebe um acompanhamento diferenciado. Mas não impede ele de ingressar (Assistente Social C).

Pessoas inscritas em programas sociais do governo federal, que desejam ingressar nas ações do PNAES, já tiveram uma avaliação anterior sobre sua situação, realizada por um assistente social. Estas são consideradas de atendimento prioritário, como no caso dos usuários do programa Bolsa Família, como exemplifica o depoimento a seguir:

Também, o pessoal que tem o Bolsa Família, geralmente, a gente avalia de outra forma porque já teve uma avaliação. Ativo. Se eles comprovarem que tá ativo. É a mesma coisa que o cadastro único. Na verdade, não é um critério. A pessoa não precisa ter o Bolsa Família pra ingressar no programa. Mas, se tiver, ingressará (Assistente Social C).

Assim, há um esforço cotidiano dos profissionais em priorizar, dentro das condições objetivas de trabalho na Assistência Estudantil, os indicadores de vulnerabilidade social para acesso aos programas.

- *Escola pública*: esse critério, apesar de estar previsto pelo PNAES e de haver incentivo através da Lei nº 12.711/2012¹⁴⁹, que dispõe sobre a reserva de vagas no

incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondilolartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget – osteíte deformante, síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) e contaminação por radiação e hepatopatia grave, devidamente comprovadas por atestado médico.

¹⁴⁹ A Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação, dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.

ensino federal e destina 50% destas para estudantes oriundos de escola pública, não tem sido utilizado como um determinante para acesso.

Na verdade, é aquilo que eu te falei: ele não precisa ser oriundo de escola pública. Se ele estudou numa privada com bolsa e tiver a situação, ele vai ingressar. Mas também é um critério, não quer dizer que obrigatoriamente todo o aluno oriundo de escola pública vá. Não sei se tu marca, porque, na verdade, a gente não usa isso como critério. Mas, assim... isso não é um critério [...] Porque pode ter aluno de escola pública que tenha uma renda muito boa, que não tenha *per capita* (Assistente Social C).

- *Outros*: matrícula ativa; cidade de origem; frequência em dia (75%); mais de uma solicitação no mesmo grupo familiar; estudantes do PROEJA, das licenciaturas e estudantes pais. A questão da matrícula está atrelada ao entendimento das instituições de não correr o risco de realizar pagamentos de auxílios a estudantes com matrículas trancadas ou a estudantes evadidos. Os demais são critérios utilizados por alguns profissionais em particular e não pela instituição, de acordo com o perfil do *campus*. Vejamos como os depoimentos relatam essa dinâmica:

[...] quando tem dois alunos no mesmo grupo familiar, eu sempre faço uma escolha porque eu não vou conseguir beneficiar os dois e também quando tem uma adolescente grávida a gente sempre tenta manter o benefício (Assistente Social A).

[...] E, claro né, a questão do auxílio moradia: daqui a pouco, se tem pouco orçamento, tu vai conceder pra quem mora mais longe, vem de uma cidade mais distante (Assistente Social B).

Tudo isso nós usamos como critério: primeiro aluno com deficiência, depois PROEJA, estudantes pais, licenciatura. Esses são todos critérios de desempate [...] Então, temos justificativas para considerar e entendemos que é um público diferenciado, e tem que ter um olhar e atendimento diferenciado pra esse público. Então, não vemos por que não fazer isso na ocasião de estarem empatados e não ter verba pra todo mundo (Assistente Social G).

Esse rol de critérios é considerado suficiente, pela maioria desses profissionais, para verificar as condições de vida e/ou de vulnerabilidade social. Quando existem dúvidas, a entrevista é a técnica mais utilizada para esclarecimentos, utilizando-se a visita domiciliar somente em casos excepcionais. Vejamos alguns exemplos:

Eu acho que são bons. São bem, acho que são bons. Acho até que ele amplia bastante, porque a política, como tá hoje, permite uma *per capita* de um salário mínimo e meio. Acho que é uma *per capita* bem alta. Eu acho que amplia bastante, se o aluno tem vontade mesmo de estudar ele consegue superar muitas dificuldades (Assistente Social E).

São critérios complementares. Acho que, num momento ou outro, a gente não fica fixado só num, porque tem todo um olhar cuidadoso de ver aquela situação do aluno como um todo [...] (Assistente Social D).

Caso não existissem os critérios definidos pelo PNAES, os profissionais apontam que, provavelmente, seriam utilizados indicadores já estabelecidos e conhecidos, relativos às condições de vida das famílias. Vejamos o depoimento que aponta essa questão:

Olha, eu acho que [...] se tivéssemos que criar um critério, talvez fosse difícil a gente poder definir; de alguma forma passaria por esses. [...] esse critério do PNAES, de uma renda que não tá numa linha de pobreza: um e meio de salários mínimos; é uma renda que, relativamente, ela difere dos outros, que é, também, daquela linha de baixa pobreza (...) acho que isso é, de alguma forma, importante para nós; porque acho que isso vem ao encontro de que a gente não tá tirando o pobre do pobre. A gente tá assegurando, com a implantação dessa política, um direito que é do aluno, de ter acesso aos benefícios [...] é um *per capita* que é oficial, que está sendo usada numa política maior, que não fomos nós que inventamos [...] que, de alguma forma, garante um trabalho. A gente pega um público maior que não é aquele público pobre, o público de Bolsa Família, enfim (Assistente Social D).

Os profissionais tais definem como parâmetros para realização dos estudos socioeconômicos, para fins de acesso à Assistência Estudantil. Os profissionais do IFSul-rio-grandense se remetem ao documento¹⁵⁰ por eles criado, não publicado, que dispõe sobre o que deve ser observado nessa atividade, como destaca o depoimento a seguir:

Na verdade são parâmetros pra gente fazer uma avaliação e a gente tem que seguir... tem que seguir algum dado pra ti fazer uma avaliação de um aluno em comparação com outros pra ver... De repente, se tu tiver uma vaga e cinco alunos, tu vai ter que definir quais critérios que tu vai utilizar pra avaliar todos de forma isonômica, pra não acontecer, assim... de um aluno ser privilegiado diante de outro. Todos eles são avaliados da mesma forma. Eu acho que, por isso, a importância de ter esses 'Parâmetros' até pra resguardar nosso trabalho [...] Até porque, como a gente é muito questionada, pra gente ter uma justificativa e, também, pra gente poder preservar a nossa prática, acho que é bem importante assim, ter uns parâmetros bem estabelecidos, bem claros dessa forma (Assistente Social C)

Quando há uma organização do Serviço Social enquanto categoria, na instituição, onde os profissionais discutem, debatem, estudam e pesquisam coletivamente, há um maior subsídio para a atuação profissional coletiva, amparando de

¹⁵⁰ Parâmetros para realização de estudos socioeconômicos/sociais dos estudantes do IFSul-rio-grandense. Documento elaborado pela pesquisadora, juntamente com os demais assistentes sociais do IFSUL. Não disponível para publicação.

forma mais amadurecida os elementos que venham a firmar o parecer emitido e resguardando o profissional das possíveis críticas e questionamentos sobre sua decisão, que posteriormente venham a surgir. É por isso que, nas falas, é comum os entrevistados mencionarem a necessidade de dialogar sobre esses indicadores, como no exemplo a seguir:

Por isso que eu acho que é muito legal quando tem mais de uma assistente social e tu pode discutir isso, entende? Às vezes eu te ligo, falo com as gurias, o que vocês entendem disso. Porque te dá uma segurança maior (Assistente Social B).

O momento da realização dos estudos socioeconômicos foi apontado como um dos mais precarizados, em termos de condições de trabalho, em razão da alta demanda por atendimento¹⁵¹, da ausência de profissionais suficientes e de *softwares* que otimizem o arquivamento de dados e algumas etapas desse processo, dentre outros. Identificou-se que é um dos momentos de maior exaustão entre os profissionais. Estes compartilham de uma preocupação comum: que a qualidade nos serviços prestados, na realização desses estudos, seja preservada, sob a ótica dos direitos sociais e das condições de trabalho para sua execução. Vejamos como o profissional a seguir expõe essa questão:

[...] eu bato muito na questão assim: estudo social, não análise de documento em massa, entende? Isso que eu brigo muito. Não vou fazer estudo socioeconômico na correria, quinhentos estudos socioeconômicos em um mês. Eu não vou fazer isso. Só que assim, a gente tem que ter claro, cuidar pra que as pessoas entendam que isso é uma defesa do estudo socioeconômico, e não é se esquivar disso. Que assim, se tu entende o que significa o acesso a um benefício e a seriedade, pegando toda a discussão do CFESS e do CRESS, que o Ney Almeida faz, da inserção de uma classe trabalhadora, tu não vai ser negligente com esse instrumento. Então, tu não pode dizer essa a demanda do Serviço Social e, por isso, eu vou fazer toda e não fazer com qualidade técnica e ética.

[...] eu acho que a gente tinha que ter uma postura mais unida da categoria, sabe, pra defender isso, porque é complicado, realmente, tu defender que é uma atribuição do Serviço Social. Só que, ao mesmo tempo, a gente precisa de condições pra fazer isso. Isso é difícil de entender. É difícil das pessoas entenderem [...] Acho que tem que ser muito firme a nossa postura.

[...] Então, eu fico sempre assim: a questão do estudo socioeconômico, eu ainda não consegui definir, como eu, sozinha, vou dar conta de uma avaliação que prejudique o mínimo possível os alunos e a qualidade da avaliação. Aí eu fico sempre ponderando: é melhor estender o período do edital ou não? É melhor eliminar quem não entregou o documento? Não sei,

¹⁵¹ Em alguns lugares, a demanda varia de 200 a 500 estudos socioeconômicos para um único profissional realizar, em editais que duram em média 30 dias.

ainda tenho muitas questões [...] tento não individualizar as questões que são de um coletivo, de uma classe trabalhadora que tá procurando a inserção na Educação, e a Assistência Estudantil entra nisso (Assistente Social B).

A realização dessa atividade aponta o perfil dos estudantes que demandam ações de Assistência Estudantil. Para os profissionais, principalmente os oriundos das prefeituras municipais, o público atendido pelos institutos e a renda *per capita* estabelecida como prioritária pelo programa são muito diferentes do trabalho com os usuários de programas sociais no âmbito dos municípios. Vejamos esse aspecto nos depoimentos a seguir:

[...] até pela questão dos usuários, pois eu estava acostumado com um tipo de usuário, um perfil de usuário. E aí eu me deparo com uma realidade um pouco diferente de pessoas, de estudantes do processo de formação, de estudantes que trabalhavam de dia e estudavam a noite; e ao meu ver, eles não eram pobres como eu estava acostumada [...] (Assistente Social A).

Mas não é nada pesado e triste, como é na assistência social. Porque quando eu trabalhei no CRAS, tinham coisas bem sérias assim, das pessoas estarem tipo: ‘faz desde ontem de noite que eu não como nada’; ou criança desmaiando na escola por desnutrição; coisas bem sérias, assim. E, é ali, trabalhar na Educação [...] te dá assim, tem uma potência assim, as pessoas que tu atende, porque elas tão numa situação de enfrentamento, sabe? Elas estão estudando pra superar a sua condição. Então assim, por mais que seja: ‘olha, se eu não tiver o benefício eu vou ter que parar de estudar’, ela tá parando de estudar. Ela pode voltar. Não tem nada tão trágico. E eu sempre acho isso: que se estão ali, estão enfrentado e estão superando a situação (Assistente Social B).

Mas é importante a gente ter essa visão de chão assim, lidar com o usuário, com a comunidade, atender. E outra coisa: no IF é um público diferenciado. O público de Assistência Estudantil, por mais que ele esteja dentro de alguns critérios, ele é completamente diferente do público da assistência social, ou do público que acessa o SUS (Assistente Social F).

Aparentemente, trabalhar com esse patamar diferente de outros programas sociais governamentais dá a ilusão de que não se está “tirando o pobre dos pobres”. Mas isso acontece enquanto a demanda não for maior que o recurso disponível. No momento em que as condições objetivas não permitirem o acesso a todos os estudantes, haverá critérios para exclusão.

Apesar de a *renda per capita* ser constantemente mencionada nos depoimentos, todos os profissionais consideram que não somente essa renda, prevista pelo PNAES, é determinante e suficiente para indicar a situação de vulnerabilidade social de uma pessoa, como destacam as falas a seguir:

[...] E aí tu tem que entender toda uma rede de parentesco, às vezes afetivo, até o que não é formal, pra dar conta de estudo socioeconômico, não é só analisar renda e dividir pelo número de pessoas [...] (Assistente Social B).

Mas eu acho assim, que não só a renda, como essa função agora das cotas que a avaliação é da renda. Eu acho que não é só isso. Tem várias outras coisas que as pessoas trazem com elas, independente da renda da família. E, por essa avaliação só de renda, que o que o PNAES prevê e tal, às vezes acaba muito aluno que nem é perfil se enquadrando pra receber, mas pela renda acaba entrando (Assistente Social F).

O “olhar cuidadoso” sobre o qual os entrevistados falam está relacionado com a formação profissional e com compromisso o Projeto Ético-Político Profissional, porém as condições objetivas para a superação das desigualdades estão longe de serem implementadas. O olhar do Serviço Social traz uma instrumentalidade própria da profissão: olhar a história, o todo e as condições de vida dos sujeitos, conforme aponta a professora Eliana Martins (2011), seguida pelo depoimento do Assistente Social D:

O Serviço Social intervém na objetividade/subjectividade da vida humana, como faces da “simples moeda” atravessando o modo de “ser simples” dos sujeitos – afetividade, sentimentos, emoções – olhando vários ângulos, buscando melhorar a qualidade de vida, a humanização das relações sociais, a participação, enfim, buscando outro modo de relacionar-se, produzindo mudanças nas pessoas e nas instituições (MARTINS, 2011, p. 53).

A gente precisa realizar um estudo socioeconômico detido, focado, com tempo, com cuidado, porque a gente tem que avaliar num todo. Isso que diferencia o nosso trabalho. Se não, qualquer pessoa poderia ir ali e fazer uma entrevista. E cumpre aqui, cumpre ali. Mas aquele olhar que a gente tem, de ler nas entrelinhas, de perceber aquilo que está sendo colocado, que não é só ver documentação, só ver a comprovação de renda (Assistente Social D).

Assim, visto que o assistente social possui competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política para realização dos estudos, alguns têm buscado qualificar essa atividade no atendimento coletivo dos usuários, conforme destaca o depoimento a seguir:

Aí a gente fica sempre naquela questão assim, que o Ney fala muito, a coisa de não individualizar as questões, porque eu fico me colocando assim: bom, os alunos não leem o edital, eles não entendem o edital; então eu tenho que receber os documentos pra pelo menos dar chance de dizer assim: - Leva pra casa e, quando tu tiver tudo, tu traz de novo. Só que, ao mesmo tempo, eu fazendo isso, eu tô dificultando a logística do trabalho que vai repercutir na análise de todos. Só que ao mesmo tempo, eu sei que, se eu disser: - Entrega o documento no envelope lacrado, cinquenta por cento vai cair fora porque, aí, eles não entregam os documentos. Então, eu tento assim, pensar e, até adulto, porque eles acham assim, eu não sei; eu tô tentando formular desde o edital, uma forma mais clara ainda: desempregado, trabalhador autônomo, separar assim, por grupo (Assistente Social B).

Os profissionais almejam melhores definições de indicadores em um nível superior de gestão. Porém, os assistentes sociais têm competência para essa demanda, devido a sua formação, no sentido de elencar indicadores que sejam equitativos, sem desconsiderar que essa é uma atividade contraditória na ação profissional. Vejamos como os profissionais fazem essa leitura:

É, na verdade, tem mais critérios, mas depende do benefício. Tem alguns critérios que são mais específicos. Eu acho que são até, às vezes, rigorosos demais pra algumas coisas. Mas a gente não tem como abrir, algumas coisas a gente tem tentado manter mais rigorosas (Assistente Social H).

[...] eu acho que, realmente, precisa tu ter uma qualificação pra fazer isso. Não é só defesa de território do Serviço Social, mas é a compreensão do que significa o acesso a um benefício social, que tá escrito dentro de uma concepção de política pública, e que a política pública que a gente defende não é política pública neoliberal positivista; tem uma questão de direito (Assistente Social B).

Outro aspecto levantado por alguns profissionais é quanto às ações da Assistência Estudantil, as quais estes consideram não requerer um caráter focalizado de atendimento, como é o caso do esporte e da cultura. Porém, no IFSUL, para acessar bolsas de apoio financeiro à participação de eventos acadêmicos, deverão tais estudantes ser usuários da assistência. Alguns *campi*, nos institutos IFRS e IF Farroupilha, optaram por alocar parte dos recursos orçamentários destinados à Assistência Estudantil para essas ações, para atender de forma universal os estudantes através de projetos de cultura e esporte e realizar essas ações na ótica da renda *per capita* ou da vulnerabilidade. Esta é uma ideia questionável para os entrevistados, como no depoimento a seguir:

Essa questão do atendimento mais universal, eu tenho meus questionamentos assim, porque a política, ela não prevê esses atendimentos mais universais. A política é voltada pra um público com mais vulnerabilidade social. Mas, por exemplo, ações de cultura e de esporte não tem como tu atender um aluno e outro não. A maioria das ações vão ser mais universais. Então, acaba não tendo critério. O critério acaba sendo ser regularmente matriculado e ter frequência (Assistente Social H).

A maioria dos profissionais considera que a amplitude das ações previstas no PNAES deveria atender de forma universal os estudantes, apesar de a estrutura e as condições de execução do Programa estarem na direção contrária. Entretanto, as condições objetivas de implementar ações desse cunho ainda é distante, apesar dos investimentos realizados desde 2011.

Destaca-se que os entrevistados têm aperfeiçoado e estudado, ao longo dessa implementação, melhores condições para atender qualificadamente os estudantes, na ótica da viabilização dos direitos, com transparência nas suas ações, revelando consciência da contradição presente tanto na política de Educação, quando esta dispõe de programas focalizados, quanto na própria atuação profissional, mediante as reais condições de execução de programas e de garantia de direitos sociais.

Os profissionais entendem a Assistência Estudantil como um direito do estudante, apesar de não ser universalizada. O quadro a seguir demonstra as concepções dos profissionais a respeito da Assistência Estudantil:

ENTREVISTADO	CONCEPÇÕES
ASSISTENTE SOCIAL A	Concepção de Assistência Estudantil, em primeiro lugar, que os alunos sejam atendidos na íntegra; e que se eles estão numa situação de vulnerabilidade, que eles sejam atendidos no que tem de direito, numa política social de direitos; que pelo acompanhamento que eu venho tendo da política, eu não consigo visualizar, ainda, isso a âmbito institucional.
ASSISTENTE SOCIAL B	Eu acho que é a mesma coisa. Tá dentro da política de Educação, e todas essas contradições aí. Mas, eu sou positiva! [...] Eu entendo que dependendo de como que essa política vai ser executada, ela pode ser uma linha de fuga, ela pode ser uma estratégia de resistência. Porque é um meio de tu inserir essa classe trabalhadora e fazer ferver tudo isso. É tu pegar, inserir essas pessoas aqui e vamos ver no que dá.
ASSISTENTE SOCIAL C	Então, assim... minha concepção de Assistência Estudantil: eu entendo que é uma política ou um programa [...] tem sentido de igualar condições pra que o aluno tenha condições de permanecer na escola, de ter êxito escolar, de tentar ao menos suprir basicamente as coisas que ele precisa pra estudar. [...] um programa de igualdade de condições e de auxílio à permanência e ao êxito escolar do aluno.
ASSISTENTE SOCIAL D	Não respondeu.
ASSISTENTE SOCIAL E	Acho que, além de ficar na questão dos benefícios, seria isso: de tu participar de outros setores, de atividade em outros setores em parceria com a orientação, com a supervisão, com as reuniões de coordenadorias. O acompanhar o aluno; mas de que forma seria esse acompanhamento?... indo nos conselhos de classe, alguns profissionais, professores te encaminhando esse aluno, tu indo atrás, conversando com o alunos, mais contato com a família do aluno.
ASSISTENTE SOCIAL F	Eu vejo como um programa dentro da política da Educação. Acho que, como tudo, tem algumas falhas, mas é super bom. Acho que tá no caminho, acho que é isso mesmo. O programa esta lá com as coisas básicas e a gente é que faz o programa. A gente pega aquilo que tá posto lá e desenvolve as ações. Eu sempre sou a favor de nós termos as coisas mais amplas para conseguirmos trabalhar. Quando é muito fechado tu não consegue desenvolver e fica só dentro daquilo. Tem algumas coisas que deveria ser repensadas, como essas coisas de muita análise de renda, outras coisas deveriam ser levantados. Mas ele abrange o que tem que abranger. E aí, depende de cada instituição, de cada profissional trabalhar de acordo com que tem que ser trabalhado.
ASSISTENTE SOCIAL G	Não respondeu.
ASSISTENTE SOCIAL H	Então, eu acho que eu já falei um pouco sobre isso. Na minha concepção se remete muito à concepção da assistência social. Eu busco os fundamentos da assistência

	pra fundamentar a discussão da Assistência Estudantil, em vários momentos. Vários momentos mesmo. Tanto que, na minuta de Assistência Estudantil, a gente botou o critério de vulnerabilidade do PNAS e, várias vezes, nas diretrizes, eu busquei na Constituição e na política de assistência.
ASSISTENTE SOCIAL I	Como a gente debateu: de não ser assistencialista. Não ficar no paliativo de apenas, de a gente repassar recursos. E essa, eu acho, que a grande preocupação no sentido de que a Assistência, ela tem que ter uma visão ampla [...] Então, assim: são esses dois polos que a gente tanto não que ser assistencialista, de apenas repassar, ter uma visão mais ampla, mas tem aquela situação mais imediata
ASSISTENTE SOCIAL J	Eu acho que Assistência Estudantil é esse apoio. Na minha concepção ela tem esse papel de andar paralelo à educação; ela tá ao mesmo tempo junto e paralelo. Ela tá junto à educação, mas ela anda paralelo à educação. Tem aquilo, mas você tem que dar as condições [...] Então a concepção é auxiliar, prestar essa assistência como o próprio nome diz. Ela tá englobada ali, junto. E o papel dela é esse: é prestar o auxílio, é proporcionar as condições materiais pra que a pessoa possa ir até a escola, possa aprender, possa se desenvolver e possa se emancipar. Essa é a visão que eu tenho da Assistência Estudantil, que é de prestar esse auxílio.

Quadro 9 - Concepções dos profissionais sobre Assistência Estudantil

Fonte: Dados da pesquisadora - Formulário 2- Entrevista, 2013

3.7 CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL AO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Destaca-se que 100% dos profissionais entrevistados atuam na dimensão do planejamento, da implementação, do monitoramento e da avaliação do programa de Assistência Estudantil local e, no caso do profissional lotado no *campus*, este planeja e executa todas as etapas, devido à necessidade de atuar em todas as suas fases, o que revela reconhecimento institucional dessa competência:

A literatura recente sobre os fundamentos do trabalho profissional vem enfatizando a natureza qualitativa dessa atividade profissional, enquanto ação orientada a um fim como resposta às necessidades sociais, materiais ou espirituais (condensadas nas múltiplas expressões da questão social) de segmentos sociais das classes subalternas na singularidade de suas vidas: indivíduo se suas famílias, grupos com recortes específicos. Parece haver consenso de que trata de uma atividade inscrita predominantemente no terreno político e ideológico, com refrações nas condições materiais da existência dos sujeitos via serviços, programas e projetos implementados pelas políticas públicas [...] que interferem no padrão de consumo e na qualidade de vida das famílias trabalhadoras (IAMAMOTO, 2009, p.349).

O profissional da categoria também se reconhece enquanto ator fundamental para a gestão e para implementação de uma política pública, devido à formação ligada aos direitos humanos, à equidade social, à política social, aos direitos sociais, à participação popular e ao controle social. De acordo com os entrevistados, alguns fatores contribuem para isso:

- entendimento do que significa a implementação e a execução de programas sociais no âmbito de uma política pública, dos objetivos, dos princípios e da avaliação, tendo como plano de fundo a perspectiva dos direitos sociais;

- capacidade de apontar as demandas que chegam para o Serviço Social por parte dos usuários e dos demais atores e em razão das necessidades institucionais;

- capacidade de dar visibilidade à questão da Assistência Estudantil e da Educação como um direito social.

Vejamos diversos relatos sobre a temática:

Acho que a contribuição do Serviço Social é isso: é entendimento do que significa a execução de uma política pública; dentro da metodologia, dos objetivos, dos princípios. Acho que tem que ter como plano de fundo é a noção de política pública que a gente defende: dentro da perspectiva de Estado de direitos. Eu entendo que o nosso papel dentro da Assistência Estudantil é esse: de não deixar se perder de vista a questão da assistência como um direito social, assim como é a Educação. Vai sempre a defesa da concepção de Educação e que tá alicerçada à Assistência Estudantil e tudo isso [...] (Assistente Social B).

Em todos eles, porque a gente eu acho que tem toda a base da política pública, pra começar [...] Então, esse conhecimento sobre a política pública, da Assistência principalmente, da Saúde, também; da política pública de um modo geral. Ele dá, sim, uma contribuição bem importante na parte de avaliação de políticas que eu acho que a gente quem faz isso; acho que outras profissões não fazem. Então essa importância a gente vê. O jeito que a gente faz, bem mais concreto, nesses casos de poder acompanhar esses alunos em situação de vulnerabilidade social que, também, tem esse diferencial e a questão da avaliação. Então, é a gente que se preocupa com isso, mais ninguém. A parte do controle social, nunca foi importante isso pras minhas colegas. Então, a experiência com a discussão da política pública é que traz isso como algo importante. Claro que isso não é muito fácil. Mas é importante! É importante! [...] (Assistente Social H).

Então, o Serviço Social faz todas essas, que executa mesmo o planejamento, tanto dos projetos quanto do orçamento; depois vai implementar o que foi pensado, vai monitorar durante todo o tempo. Todas as ações são monitoradas, digamos assim, durante todo o tempo de execução e vai fazer a avaliação do que foi feito durante todo o ano (Assistente Social C).

Eu acho que é essencial porque a gente já viu na prática. Por exemplo, outros profissionais não têm o preparo que o Assistente Social tem, na realidade; e a visão com que nós somos trabalhados, também, de cidadania. Então, isso é a essência. É sumariamente importante que seja um Assistente Social. [...] ele é a pessoa talhada pra isso aí. Então acho que é essencial (Assistente Social D).

[...] O programa tá relacionado a dar condições do aluno vir, a materializar isso; condições materiais dele vir acessar aqui como: transporte, moradia e alimentação. E eu vejo o assistente social como cerne da questão [...]. (Assistente Social J).

Conforme os depoimentos, um dos determinantes para as requisições postas aos profissionais nos Institutos Federais da Região Sul está relacionado às dimensões das competências teórico-metodológica e técnico-operativa sobre a temática das políticas públicas e sociais:

a) maturidade intelectual e política alcançada pela categoria e identificação com a política de Educação, que traz a noção de política pública e social dentro da perspectiva do Estado de direitos, os princípios que subsidiam essa defesa, de visualizar e lutar pela Assistência Estudantil como um direito social no âmbito da política de Educação e que aprendeu a qualificar esse debate. Isto faz desse profissional ator essencial nesses processos, por identificar as contradições presentes nessa dinâmica;

b) capacidade para atuar em todas as fases do planejamento e da implementação e da execução do programa: clareza dos objetivos, da metodologia a ser desenvolvida, dos projetos que necessitam ser implementados de acordo com as demandas, alocação do orçamento, da avaliação e do monitoramento das políticas e programas sociais;

c) instrumentalidade que traz através das experiências tanto no âmbito político dessa discussão e na defesa do controle social sobre as ações do Estado, quanto sobre o cotidiano vivenciado pela população, de suas condições materiais de vida e de suas necessidades. É o profissional que tem na prática um aliado: o preparo para lidar com condições adversas e conflitantes e com situações de violência e vulnerabilidade social, por sua atuação estar no cerne da questão social.

Outra característica destacada, muito presente na intervenção do Serviço Social, é capacidade do profissional para dialogar com a população usuária de forma que esta compreenda os direitos e serviços informados e as estratégias de lutas que podem ser traçadas, ou seja, sua capacidade de transmitir o entendimento conceitual de uma política social e de um direito social. Essa capacidade tem marcado a intervenção e o reconhecimento da profissão na contemporaneidade, como segue:

Porque a abordagem da fala, a abordagem verbal de discutir, aquilo é diferente! O assistente social, o palavreado que ele usa é diferente do psicólogo e do pedagogo [...] Eles falam assim: ‘- Vamos dar pros alunos’. Mas não é dar para os alunos. Eles têm direito e tem uma lei que fala que o aluno tem direito de receber aquilo; receber o auxílio para que ele consiga desenvolver suas atividades, consiga permanecer na escola. Então, acho que nisso se materializa esse olhar diferenciado, da abordagem, do tratamento da política, coisas que os outros profissionais têm os olhos próprios da formação [...] Porque quando tu tá com aluno que tá com uma dificuldade, tá com uma situação de vulnerabilidade social, tu sabe o que ele tá falando. Tu entende aquilo ali. Aí, aquele olhar de assistencialismo, de dar, ele é superado; tu supera aquilo, tu ultrapassa. Tu vê que o cara tá querendo e não tem

condições pra aquilo. Então, é nosso papel auxiliar ele a conseguir. Mudar, transformar. Então, com certeza! Temos um olhar diferenciado, próprio da profissão (Assistente Social J).

O depoimento a seguir dá uma noção do cotidiano do profissional do *campus* em relação ao planejamento:

Então, no início de cada ano, a gente vai fazer os projetos, como identificação de demanda, previsão de demanda, previsão de orçamento pra execução daquele projeto durante o ano. O projeto, sendo aprovado, a gente faz a previsão do orçamento pra já ter, mais ou menos, um planejamento até o final do ano e começar a executar o projeto a partir do primeiro edital. Quando a gente faz a previsão do orçamento, a gente já considera os alunos que já tão no programa e os meses que eles vão receber; e, depois, os meses que já vão ingressar os novos. O planejamento e orçamento tem que ser feito de uma forma bem focada porque é preciso ter aquela parte dos alunos que já estão recebendo. Eu preciso saber a partir de qual mês os novos vão receber, quando eles têm férias, quando que começa o novo edital, quando os novos vão entrar. Então, enfim, tem que ser uma coisa bem pensada de acordo com o calendário acadêmico. Não é muito fácil de fazer, mas dá. Esse ano, pelo menos, foi tranquilo assim de se executar. Acho que é isso: desde pensar o projeto até executar ele (Assistente Social C).

É necessário que o profissional tenha noção da amplitude das ações desenvolvidas no Instituto Federal como um todo para que possa avaliá-las, assim como os projetos que implementa no seu *campus*. Esse planejamento deve estar em consonância com as ações planejadas no âmbito da instituição, em espaços decisórios onde as linhas gerais são traçadas, uma vez que esses profissionais não possuem poder deliberativo, mas apenas consultivo, como demonstra o exemplo a seguir:

[...] Eu acho que na câmara... a câmara é um espaço que se a proposta é essa, que na câmara a gente possa refletir essa prática, planejar as práticas que a gente vai desenvolver cada um no seu *campus*, dentro de uma visão mais no todo. Na verdade, eu tenho o espaço de discussão. É o espaço de construção dessas políticas dentro do Instituto. Eu acho que é algo, na verdade, é algo que todos nós criamos, construímos; porque é novo dentro do IF. Então, eu me sinto bem participativa nesse processo todo de criação, de construção de melhorias, que cada ano a gente vai implementando algumas coisas. A gente vai propondo ou sugerindo. Algumas coisas são possíveis, outras nem tanto. Tem coisas que são fechadas, mais engessadas (Assistente Social D).

Assim, deve-se lutar por espaços de discussão coletiva e de trocas de experiências, que possam qualificar a intervenção profissional e as ações da instituição como um todo, através de uma postura crítica e propositiva, o que pode não se revelar como uma atividade desafiadora, como destaca o profissional a seguir:

E eu vejo que o planejamento tem que ser efetivamente democrático. E é complicado quando essas coisas não se dão com a participação de pessoas que deveriam participar, e esses passos nem sempre são democráticos. É difícil quando se tá num espaço decisório, até mesmo porque tem a questão do imediatismo e, realmente, tem vezes que decisões precisam ser tomadas de imediato, tem demandas que chegam de cima para baixo e essa decisão é pra amanhã, e eu presencio isso muito aqui (Assistente Social G).

Quando a instituição proporciona ao profissional lotado no *campus* espaços para discussão coletiva de programas federais e/ou políticas institucionais, este tem o desafio de decifrar a realidade, podendo exercer, em um espaço decisório, coletivo e de disputa política, sua capacidade propositiva e crítica referente aos programas e às políticas institucionais no âmbito da Educação. Assim, poderá construir coletivamente propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano (IAMAMOTO, 2007), ou seja, ser um profissional propositivo e não só executivo. Nos IFs, o único espaço deliberativo é o Conselho Superior (CONSUP) da instituição. Até a conclusão deste trabalho, nos IFs da Região Sul ainda não havia assistentes sociais participando desse conselho. É um desafio a ser superado.

Alguns depoimentos apontam que a escuta do profissional também está relacionada ao interesse político em ouvi-lo, como destaca o depoimento a seguir:

[...] quando se fala em planejar, coordenar, avaliar, não é uma tarefa simples, que se dá de forma isolada. Eu quero dizer que isso envolve uma série de fatores. Eu vejo que institucionalmente que existe muita abertura para questão técnica [...] Então, as questões políticas têm, em todas instituições é sempre um jogo de vai e vem. Interessa ouvir a tua visão técnica até certo ponto. Esses são os limites que se colocam no planejar (Assistente Social G).

Assim, diante dos depoimentos até aqui colocados, os profissionais atuam diretamente na tomada de decisões relativas à Assistência Estudantil, revelando a dimensão política de sua intervenção nos seus campos de trabalho. Isto requer competência para pensar e agir sobre as situações que se apresentam no cotidiano profissional, identificando os limites e as possibilidades presentes e definindo estratégias para atingir os objetivos propostos de forma sistemática e analítica, atravessadas por momentos de reflexão, de decisão, de ação e de retomada da reflexão (BAPTISTA, 2007).

A atuação do Serviço Social na dimensão do planejamento é de extrema relevância social, pois os profissionais entrevistados revelam comprometimento com o Projeto Ético-Político Profissional, trabalhando no horizonte da garantia dos direitos sociais mediante os limites ideológicos, estruturais e institucionais que se apresentam no

cotidiano profissional, visto que dependem de condições institucionais para exercer seu trabalho. Mesmo que a intensa contratação de profissionais para o planejamento e para a operacionalização de programas de Assistência Estudantil represente o atendimento às necessidades de manutenção do capitalismo, o Serviço Social direciona sua atividade na ótica da ampliação dos direitos sociais (CFESS, 2012).

As entrevistas revelaram que a categoria dos assistentes sociais dos Institutos Federais gaúchos adota uma direção social no seu cotidiano de trabalho, fundamentados no projeto hegemônico do Serviço Social, orientados pelos princípios, direitos e deveres inscritos nas normativas profissionais, no que se refere às competências e atribuições requeridas. Para trabalhar na perspectiva do Projeto Ético-Político, o profissional também deve ter ciência dos limites e das possibilidades presentes no contexto social, econômico, político e institucional.

Há um antagonismo ideológico que atravessa a educação escolarizada, com tendências que a consideram como criação e não como mercadoria, entendendo que não deve qualificar para o mercado, mas para a vida. Neste ponto, a educação diferencia-se da lógica desumanizadora do capital, que tem no individualismo, no lucro e na competição seus fundamentos. Ou seja, os profissionais atuam em meio a projetos educacionais distintos (MÉSZÁROS, 2008) e devem ter clareza de qual lado estão.

A criação dos Institutos Federais representa um projeto revolucionário de educação profissional e tecnológica:

Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como um compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com a visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (PACHECO, 2011, p. 17).

Sua referência fundamental é o homem. Coloca o trabalho, como seu elemento constituinte, categoria estruturante do setor social. Reafirma que a formação humana e cidadã precede a qualificação e, por isso, busca a formação de agentes políticos capazes de pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais. Visa a proporcionar uma formação contextualizada, atravessada por princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Oferece uma formação acadêmica para o trabalho, considerando seu sentido histórico e ontológico. Firma-se na indissociabilidade entre ciência, tecnologia e cultura, que continua no

decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos ao longo das relações sociais e produtivas (PACHECO, 2011).

Trabalhar na educação que, enquanto política social através de uma intervenção do Estado procura assegurar as condições necessárias à reprodução do capitalismo (através da ampliação das formas de acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades), atende às determinações dos organismos internacionais assumindo um processo de desumanização e mercantilização, e se constitui em práticas sociais responsáveis pela internalização dos consensos e valores hegemônicos desse sistema (CFESS, 2012).

Quando acontece uma centralização da gestão das ações de assistência no sentido de demandar e padronizar ações para os demais setores da instituição, isto remete ao campo de tensões sempre presentes entre as hierarquias (reitoria e *campus*), presentes no cotidiano institucional. Vejamos o relato da entrevista:

Josiela: E qual é a contribuição do Serviço Social no planejamento das ações de Assistência Estudantil?

Assistente Social E: Do que é feito hoje aqui? Eu acho que não muito. Porque o que a gente discute muito, é que às vezes, as coisas já vêm prontas lá da *Diretoria de Assistência Estudantil*: 'tem que ser assim'. Acaba vindo pronto. Às vezes a gente até quer fazer diferente, não mas é assim que tem que ser e tal.

Os profissionais devem se articular com outras categorias para que as questões referentes aos programas de apoio à permanência no âmbito da política de Educação, neste caso a Assistência Estudantil, não seja uma luta apenas do Serviço Social, mas de todos os trabalhadores em Educação, localizando sujeitos coletivos para maior capacidade de pressão e de intervenção (ALMEIDA, 2012), de modo a apontar para a perspectiva multi/interdisciplinar e do trabalho coletivo.

Os depoimentos dos assistentes sociais revelam que eles necessitam discutir processos de trabalho do Serviço Social dentro da Assistência Estudantil, assim como dúvidas diversas relacionadas, principalmente, aos procedimentos que envolvem os estudos socioeconômicos, atendimentos às demandas que chegam para o Serviço Social, troca de experiências e demais limites e desafios encontrados no cotidiano, além de discutir planejamento, gestão, orçamento e execução de programas:

Acho que, na realidade, até pra ilustrar, às vezes as nossas reuniões aqui, a gente diz assim: a Assistência Estudantil se resume ao Serviço Social; só se discute ações do Serviço Social [...] (Assistente Social I).

Além disso, discussões sobre a política de Educação e seus programas, a criticá-la a fim de qualificá-la, são muito presentes no cotidiano profissional; mas as rotinas e os processos de trabalho acabam sufocando e desqualificando essa atividade, pois a carga de trabalho é imensa para os profissionais, que têm se sentido esgotados:

Se aluno recebe uma medicação, um jaleco, por exemplo, ele vai ter um prazo pra me trazer a nota. E aí já é mais um memorando, mais uma situação burocrática. Primeiro ele tem que fazer o pagamento do aluno, ele vai me trazer os três orçamentos e eu vou mandar fazer o pagamento, depois ele vai me trazer a nota e eu vou encaminhar essa nota [...] Então, é um processo bem burocrático, administrativo mesmo. Isso, entre outros, isso eu to só citando alguns pra exemplificar as rotinas aqui do setor [...] em determinado período do mês eu tenho que mandar a lista de pagamentos, eu tenho que revisar se alunos seguem matriculados, eu tenho que mandar dados [...] (Assistente Social C).

A gente se envolve naquelas rotinas bem administrativas mesmo, que precisa; mas que a gente, às vezes, sai um pouco do nosso... que nos absorve, nos esgotam! E aí deixa um tempo menor para a gente que poderia produzir mais dentro do nosso fazer mesmo (Assistente Social D).

A pesquisa revelou que 80% dos profissionais entrevistados participam de atividades organizadas pela categoria, sendo que as que mais contam com essa participação são seminários e conferências, além da Semana do Assistente Social.

Tabela 12 - Atividades organizadas pela categoria

TIPOS DE ATIVIDADES	% PROFISSIONAIS
Semana do Assistente Social	30%
Seminários	80%
Conferências	60%
Reuniões CRESS/Seccional	10%
Outros	20%

Fonte: Questionários aplicados pela pesquisadora, 2012

Esta é uma possibilidade para a conquista de espaços próprios para a discussão coletiva, através da participação em grupos de estudos e em grupos de trabalho criados pelos próprios conselhos regionais – GT Educação nos municípios de Porto Alegre e de Pelotas. Outra opção é a busca de capacitação através da assessoria de outros profissionais com conhecimento reconhecido na área, a exemplo do “Curso de Extensão – Serviço Social na Educação”, realizado anualmente pelo Núcleo de Assistentes Sociais do Instituto Federal de Minas Gerais (NASIFMG), que é aberto para os

profissionais da área de todo o país e possui a participação massiva de assistentes sociais dos IFs.

O fórum de *e-mail serviçosocialifets@gmail.com* tem recebido destaque em algumas entrevistas por atender a essa necessidade de trocas de experiências e por apresentar materiais como normatizações, regulamentos, documentos institucionais, instrumentos de coleta de dados, textos. Além disso, possibilita acompanhar o trabalho profissional no âmbito da política de Educação profissional e tecnológica, aspectos do cotidiano, com seus limites e desafios, discutir temas e correntes que perpassam o trabalho profissional e as políticas com as quais os assistentes sociais trabalham, ou seja, registram seu cotidiano profissional, servindo, de certa forma, como um fórum que atende às demandas profissionais de assessoria. O grupo ainda serve como ferramenta para a articulação nacional de lutas, como no caso da jornada de 30 horas semanais, que não está sendo repetida no âmbito federal. Vejamos os depoimentos dos entrevistados sobre esse fórum:

E eu penso que um instrumento importante do Serviço Social na Educação é esse grupo que foi criado. E eu pensei assim, e ninguém fez uma pesquisa ainda sobre. Eu tô sentindo assim, agora eu comecei a participar, que isso tá me clareando um monte de coisas, tô sentindo um monte de coisa legal. Isso acho, oh, deu um bum! (Assistente Social A).

Naquele grupo de assistentes sociais eu não me manifesto quase. Mas eu tenho assim... sido bem importante pra mim ver como é que o pessoal tá buscando, se preocupando de construir. E eu acho isso super positivo: essa construção junta que acontece, essa situação. Daí um passa por outro. Isso aí é super importante! [...] Esse grupo que tu te reforça mesmo com aquelas pessoas. [...] (Assistente Social I).

Cabe destacar que os profissionais dos IFs têm realizado reuniões da categoria do âmbito dos eventos dos quais participam, com o intuito de fortalecer o debate, aprofundar as discussões e democratizar as informações, principalmente no que se refere à luta pela jornada de 30h semanais. Isto ocorreu no Seminário de Fortaleza/CE (2010), nos Encontros Regionais de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil realizados em São José/SC (2011) e em Curitiba/PR (2012), no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (2012), no Encontro Nacional do Serviço Social na Educação (2012) em Maceió/AL, no Seminário de Gestores de AE (2013) em Goiânia/GO e no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2013) em Água de Lindóia/SP.

A quantidade excessiva de trabalho burocrático e de tarefas administrativas poderia ser realizada por profissionais de apoio, como assistentes em administração, fato que limita a tomada de conhecimento e o planejamento de ações sobre outros aspectos relativos ao acesso e à permanência dos estudantes. Vejamos alguns depoimentos que revelam esse cotidiano:

A gente tem muita demanda e, além disso, a gente faz muito trabalho burocrático. Esse que é o problema! [...] porque todo trabalho burocrático, a maioria é do Serviço Social. Dentro da equipe a Psicologia não tem. E, aí, como é do Serviço Social, a gente que é encarregado de tá sempre fazendo. E aí, precisaria assim: do administrativo para o trabalho burocrático (Assistente Social I).

[...] se discute que o assistente social pode executar muitas coisas dentro do *campus*. Pensar muitas coisas. Só que eu vejo isso limitado porque a gente não tem tempo viável pra fazer isso. A parte burocrática acaba te consumindo muito tempo. Então, aquele tempo que tu teria pra refletir sobre um atendimento diferente, sobre um projeto, sobre um programa, tu acaba gastando na parte burocrática de papel, de estudo socioeconômico, na atualização de cadastro [...] Então, essa possibilidade que tu teria de qualificar na educação acaba ficando perdida porque tu consome teu tempo com outras coisas dentro do *campus* (Assistente Social J).

Vejamos as atividades identificadas no cotidiano profissional, que são mais exercidas pelos profissionais:

Tabela 13 - Ações realizadas pelos assistentes sociais no que se refere à assistência estudantil

AÇÕES	% ASSISTENTES SOCIAIS
1. Acompanhar a distribuição dos benefícios.	100%
2. Dar visibilidade às ações desenvolvidas da Assistência Estudantil na perspectiva de consolidá-la.	
3. Desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis.	
4. Divulgar junto à comunidade estudantil os programas previstos no programa de Assistência Estudantil.	
5. Propor alternativas de atendimento às demandas por Assistência Estudantil.	
6. Identificar os estudantes em situação de vulnerabilidade social.	90%
7. Proceder à organização e distribuição dos benefícios previstos neste programa.	
8. Articular os setores comprometidos com a exequibilidade do programa de Assistência Estudantil.	80%
9. Avaliar o impacto dos programas de Assistência Estudantil na vida acadêmica dos estudantes.	
10. Planejar, coordenar e avaliar os programas e/ou projetos referentes ao PNAES.	
11. Elaborar relatórios dos programas em atividade.	70%
12. Identificar as questões sociais que interferem no processo de ensino e aprendizagem.	
13. Manter atualizados o cadastro dos estudantes atendidos pelos programas de Assistência Estudantil.	
14. Propor programas específicos para o <i>campus</i> em que atua.	
15. Construir anualmente o perfil socioeconômico da comunidade estudantil do IF.	60%
16. Coordenar as atividades do programa de Assistência Estudantil no <i>campus</i> onde atua.	
17. Atuar em espaços de controle social no âmbito do IF.	30%

Fonte: Questionários aplicados pela pesquisadora - Formulário 1, 2012.

O quadro mostra que as atividades profissionais estão concentradas em tarefas burocráticas, indispensáveis à execução do programa, principalmente no que se refere ao acompanhamento e à distribuição dos benefícios nos *campi*. Os relatos das entrevistas revelam que o assistente social precisa de suporte administrativo adequado e eficiente para atender as demais necessidades que requeiram propor e executar outros projetos no *campus*. Do contrário, ele tem que dar conta de tudo: elaborar e enviar memorandos, elaborar listas de pagamentos, verificar pagamentos realizados, enfim, submerso em tarefas burocráticas que poderiam ser executadas por outros servidores administrativos.

Essa burocratização é um dos limitadores mais elencados pelos profissionais do Serviço Social no seu cotidiano: estar sobrecarregado em tarefas administrativas, que poderiam ser delegadas a outros servidores, resguardando o sigilo de informações que o profissional considerar necessário. Porém, na ausência de um servidor administrativo, o assistente social não se furta de fazer tais tarefas, pois é comprometido com os usuários dos programas, para que esses não fiquem prejudicados na percepção dos auxílios, como no caso de bolsas de auxílio financeiro.

Por atuarem predominantemente em atividades de planejamento de programas e de políticas sociais, o cotidiano nos *campi* tem se mostrado sobrecarregado para a maioria dos profissionais.

Não é comum planejar ações de forma racional e crítica através de planos de trabalho. A questão levantada se refere à ausência de um plano de trabalho da categoria, no setor, que procure superar essa dimensão da burocratização do cotidiano profissional. É visto que a responsabilidade de implementação e de gestão compartilhada de uma política pública implica em trabalho burocrático e quem tem assumido essa responsabilidade é o Serviço Social. Isto é competência profissional e direito do Assistente Social:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I- elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto à órgãos da administração pública direta e indireta [...];

II- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito do Serviço Social com participação da Sociedade Civil;

VI- planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII- planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII- prestar assessoria a órgãos da administração pública direta e indireta [...] com relação à matérias relacionadas no inciso II deste artigo (Lei nº 8.662/93).

Vejamos o exemplo de um *campus* em que o profissional tem esse suporte e o quanto isto desonera o trabalho e contribui para a organização do setor:

E com o administrativo é administrativo, mesmo. Eles são responsáveis por pegar recibos dos alunos, protocolar, me entregar a lista dos que entregaram pra mim saber quem vai receber no mês seguinte. É mais tarefa burocrática mesmo. Eles tem que tá por dentro do programa porque tem que informar tudo pro aluno. Tá bem organizado. Custou, né? (Assistente Social C).

Por isso, quando o profissional conta com servidores assistentes em administração no setor, o assistente social pode melhorar sua intervenção no instituto, ampliando seu leque de atuação e, até mesmo, favorecendo um cotidiano mais saudável e menos estressante. Como vimos, a ausência de pessoas no administrativo, acaba atrapalhando o trabalho do assistente social, porque burocratiza a prática e sobrecarrega seu cotidiano.

4. O ESTUDO SOCIOECONÔMICO NOS PROCESSOS DE EDITAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, atribui ao Assistente Social, em seu artigo 4º, inciso XI, a competência de realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Ao realizar a busca em *sites* dos Institutos Federais e Universidades na busca de informações e documentos sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, identificamos que é hegemônica a realização de estudos socioeconômicos para a percepção de auxílios como moradia, transporte, alimentação, creche e material escolar. Ou seja, o estudante somente poderá ser usuário das ações do PNAES se comprovar sua situação de vulnerabilidade social.

No entanto, conforme busca realizada nos *sites* das IFES, para outras ações previstas no Decreto nº 7.234/2010, como apoio-pedagógico, eventos culturais, atenção à saúde e uma diversidade de outros atendimentos presentes nas IFES, não é requerida a realização de estudos socioeconômicos, pois são consideradas ações universais em muitas instituições, fato que necessita de pesquisa para aprofundar a discussão.

Para além de fazer parte da rotina de trabalho dos assistentes sociais das IFES, a realização de estudos socioeconômicos é uma demanda prevalecente e crescente¹⁵² no cotidiano de muitos profissionais do Serviço Social, sendo resultado de “competência construída historicamente pela profissão, particularmente, no âmbito das políticas sociais, que constitui o campo de trabalho privilegiado dos assistentes sociais” (MIOTO, 2009, p. 482).

O estudo social¹⁵³, devido às manifestações da questão social na vida dos sujeitos, vem acumulando discussões e sua prática está sendo aprimorada¹⁵⁴ nos campos

¹⁵² A partir da implantação das políticas afirmativas para todas as IFES, no que se refere às cotas para candidatos com renda *per capita* familiar até um salário mínimo e meio, conforme a Lei nº 12.711/2012, o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, é exigida dos candidatos a comprovação de sua situação socioeconômica.

¹⁵³ O estudo social como metodologia data dos primórdios da profissão, no século XX, nos Estados Unidos, com Mary Richmond, ao utilizar o Inquérito e o Diagnóstico Social como uma proposição de reintegração social daqueles que fugiam aos padrões sociais. Foi uma maneira de empregar algum saber científico às demandas sociais da época. Assim, ao longo das décadas, surge a Perícia Social, em resposta à necessidade de conhecimento, por parte do Magistrado, da situação de vida dos indivíduos envolvidos em litígio estando a mesma calcada no Diagnóstico Social e com a visão de Inquérito Social que Mary Richmond criou (TÜRCK, 2000). Visto que a profissão sofreu transformações ao longo de sua trajetória, assim, também, a metodologia de trabalho acompanhou as correntes que perpassaram a atuação

de trabalho, como ocorre nas seguintes áreas, a título exemplificativo: a) no poder judiciário (CFESS 2004; TÜRK 2000, 2006), pois “se apresenta como suporte fundamental para aplicação de medidas judiciais dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na legislação civil referente à família” (CFESS, 2004, p. 27), em decisões sobre a guarda de crianças e adolescentes, adoções, entre outras de ordem familiar; b) no direito previdenciário, na concessão de benefícios da Previdência Social (CFESS, 2004; BRAGA & CABRAL, 2007).

Conforme Türk (2006), o estudo social foi se configurando de acordo com o paradigma teórico de uma época anterior a essa, que fundamentava o processo de intervenção da profissão materializado no Serviço Social de Casos¹⁵⁵, no Serviço Social de Grupo¹⁵⁶ e no Serviço Social de Comunidade¹⁵⁷:

Assim, as relações sociais dos indivíduos eram compreendidas no plano do imediato e a solução dos problemas sociais, como responsabilidade dos próprios indivíduos. Portanto, a busca de solução dos problemas se concentrava essencialmente nas questões de personalidade e adaptação dos indivíduos. Disso se pode deduzir que o acesso a determinados auxílios materiais e a serviços no âmbito das instituições se vinculavam muito mais a julgamentos morais do assistente social sobre a personalidade e os modos de vida dos indivíduos do que de suas condições objetivas de vida. Mais que isso, pautava-se na ideia de que o auxílio público só deve acontecer de forma temporária e depois de esgotadas as possibilidades da utilização dos recursos dos próprios indivíduos ou de seu ambiente (materiais e imateriais) (MIOTO, 2009, p. 483).

É a partir dessas concepções que encontramos a origem do estudo socioeconômico: “O Estudo Socioeconômico da família era solicitado para concessão de auxílios econômicos, de moradia, de locação de família e de 'internamento' de crianças e adolescentes” (TÜRK, 2006, p. 38).

profissional. Não foi diferente com o Estudo Social: antes servia para ajustar o indivíduo à sociedade (BRAGA & CABRAL, 2007), hoje é um instrumento na luta pela garantia dos direitos sociais de indivíduos e populações.

¹⁵⁴ Diante dessas transformações teórico, políticas e metodológicas no interior do Serviço Social: “Isso significa dizer que a realização de estudos socioeconômicos esteve presente no cotidiano do exercício profissional dos assistentes sociais ao longo da trajetória do Serviço Social, mas nem por isso manteve o mesmo significado e direção. A sua concepção e as questões implicadas na sua operacionalização se transformaram à medida que a profissão também se transformou, buscando responder aos desafios impostos pela realidade social”. (MIOTO, 2009, p. 482).

¹⁵⁵ *Estudo Psicossocial*: era solicitado para tratamento dos problemas de comportamento ou de relações familiares (TÜRK, 2006, p. 39).

¹⁵⁶ *Estudo Individual dos Componentes do Grupo*: era solicitado para dar um panorama do histórico dos indivíduos e de seu comportamento no grupo, a partir do prontuário individual e de seus integrantes (TÜRK, 2006, p. 39).

¹⁵⁷ *Estudo das Associações*: centrado no Desenvolvimento de Comunidade. Era solicitado para a compreensão das comunidades onde as associações estavam inseridas, abordando as experiências positivas (TÜRK, 2006, p. 39).

O trabalho de Braga & Cabral (2007) mostra que, nos anos 1960, o Serviço Social previdenciário foi concebido como “assistência complementar”, com foco na individualização do benefício, encarando as manifestações da questão social como “problemas dos desajustamentos sociais”, concepção que prevaleceu ao longo de trinta anos:

Complementar, supletivo, individualizante, humanizante, educativo, tendo como objeto o ajustamento social (p. 22).

[...] trata de ajustar o que se encontra, por si e em si mesmo, desajustado, reiterando-se o funcionamento do conjunto do sistema previdenciário e da sociedade, concebido *a priori* como algo fora de questão (p. 23).

[...] I- atende aos beneficiários carentes de ajuda, individualizando e tornando humanas suas relações com a Instituição na concessão e manutenção das prestações asseguradas pela Lei; II- contribui pela atuação junto aos setores da Instituição incumbidos das prestações, para que estas não tenham apenas caráter paliativo, mas sejam real fator de ajustamento social; III- previne e corrige desajustamentos através de atuação direta na família, no trabalho e na comunidade (p. 24).

Assim, nesta perspectiva, uma condição coletiva e geral de existência é encarada como condição individual sem analisar os determinantes dessa situação, promovendo o projeto societário dos grupos dominantes. O foco do trabalho estava na “prevenção e correção desses desajustamentos por meio da atuação direta na família, no trabalho e na comunidade” (BRAGA & CABRAL, 2007, p.25).

Já nos anos 1970, o Serviço Social previdenciário trabalhava com os chamados “Planos Básicos de Ação do Serviço Social”, com foco na formação de atitudes para o trabalho e na educação para a saúde, na perspectiva controladora e disciplinadora dos usuários, fortalecendo os papéis sociais estabelecidos, com a utilização da abordagem psicossocial. Foi somente na década de 1990, com o resultado das lutas dos movimentos sociais que desaguaram na aprovação da Constituição de 1988, que o Serviço Social previdenciário avançou em suas concepções em torno dos direitos sociais e na participação dos usuários no controle social de políticas públicas (BRAGA & CABRAL, 2007, p. 32):

O Serviço Social terá como diretriz a participação do usuário na implementação e no fortalecimento da política previdenciária, em articulação com associações e entidades de classe [...] prestação e socialização das informações previdenciárias, articulação com setores da Instituição, prestação de recursos materiais, emissão de laudo e parecer social [...] possibilitar ao usuário a decodificação da lei e de seus procedimentos burocráticos para facilitar o acesso aos serviços e benefícios e, ao mesmo tempo, possibilitar uma análise crítica das questões previdenciárias.

O campo da Previdência Social é um exemplo concreto do quanto o Serviço Social brasileiro, como profissão, sofreu transformações ao longo da sua caminhada, nos fundamentos teóricos, políticos e metodológicos de sua intervenção e reflexão. Assim, os estudos socioeconômicos também foram atingidos por este movimento, resultando em uma melhor qualificação de seu processo de construção dos laudos sociais e emissão de parecer.

Ao contrário da riqueza teórica produzida no âmbito da Previdência Social e do poder judiciário, nota-se que, apesar de a realização de estudos socioeconômicos na Assistência Estudantil ser amplamente exercido e consolidado nas IFES, a referida temática carece de estudo no âmbito da referida política. Registros¹⁵⁸ desta prática são encontrados apenas em documentos oficiais das universidades e Institutos Federais, consubstanciados nos editais para benefícios de Assistência Estudantil, regulamentos, resoluções e normatizações.

De acordo com os autores que vimos até o momento (BRAGA & CABRAL, 2007; MIOTO, 2009; TURCK, 2006; CFESS, 2004), a inserção da teoria social de Marx na Matriz Teórico Metodológica da profissão trouxe uma transformação nos paradigmas até então prevaletentes. O compromisso com o Projeto Ético-Político Profissional é o que norteia a realização dos estudos socioeconômicos. A questão social toma lugar central na defesa da garantia dos direitos sociais.

Ao postular que as soluções dos problemas dos sujeitos singulares só se efetivam, de fato, com a transformação das bases de produção e reprodução das relações sociais – superação do modo de produção capitalista (MIOTO, 2009, p. 484).

Ao observar a documentação das IFES, ainda prevalece a tensão entre paradigmas – positivista e marxista –, fragmentando a compreensão da questão social. Isto pode ser resultado do fato para o qual Türck (2006, p. 39) chama a atenção: “ainda hoje se vê, nos espaços institucionais e sócio-ocupacionais, os assistentes sociais se defrontando com essas denominações antigas” como “constelação familiar”, “concessão”, “beneficiado”, “candidatos”, “aprovação¹⁵⁹ na avaliação socioeconômica”, etc.

¹⁵⁸ Basta recorrer às páginas da *internet* das Pró-reitorias/diretoria/coordenadorias que trabalham com a gestão do PNAES nas IFES para encontrar documentos que se remetam ou normatizem esta atividade, tais como regulamentos, normas e editais.

¹⁵⁹ Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br/index.php/assistencia-estudantil/bolsas/avaliacao-socioeconomica>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

A autora Maria Célia Tamaso Miotto (2009), em seu texto “Estudos socioeconômicos”, traz a mais ampla abordagem sobre o tema, iluminando o debate e constituindo a principal referência encontrada na contemporaneidade. Conforme a autora,

Abordar o tema – estudos socioeconômicos – no âmbito do Serviço Social remete a pensá-lo, inicialmente, enquanto parte intrínseca das ações profissionais dos assistentes sociais. Afinal de contas o desenvolvimento das ações profissionais pressupõe o conhecimento acurado das condições sociais em que vivem os sujeitos aos quais elas se destinam, sejam indivíduos, grupos ou populações (MIOTO, 2009, p. 482).

Neste sentido, o assistente social é tido como um perito, um especialista no assunto, de acordo com sua área de formação profissional, “portador de um saber que demanda estudo, experiência, pesquisa, conhecimento fundamentado, científico, o que foge a qualquer interpretação com base no senso comum” (CFESS, 2004, p. 29).

No caso dos estudos socioeconômicos realizados pelos assistentes sociais das IFES, espera-se que estes possam servir como instrumentos de “aproximação às condições objetivas em que vivem os usuários” da Assistência Estudantil, “identificando seu cotidiano, suas demandas, necessidades e reivindicações, e que questões particulares sejam apreendidas como expressão de uma totalidade”; e ir além, de modo que, a partir deste levantamento de dados, sejam implantadas ações de Serviço Social (BRAGA & CABRAL, 2007, p. 127-130).

4.1 ABORDAGENS CONCEITUAIS SOBRE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS/SOCIAIS E RECOMENDAÇÕES PARA SUA ELABORAÇÃO

Os autores recorridos (MIOTO, 2009; CFESS 2004; TÜRCK 2000 e 2006; BRAGA & CABRAL, 2007) trazem definições a respeito da temática, conforme detalhado a seguir:

AUTOR	DEFINIÇÃO DE ESTUDO SOCIAL
CFESS (2004)	É no laudo social que o assistente social registra os estudos e conclusões da perícia social – “vistoria ou exame de caráter técnico e especializado” – amparado cientificamente, com maior ou menor detalhamento da situação estudada (p. 29).
TÜRCK (2006)	O Estudo Social é uma forma exclusiva de documentação utilizada pelos assistentes sociais para realizar a interlocução entre as instituições e os usuários na garantia de seus

	direitos no espaço público. Portanto, circula livremente entre os profissionais de Serviço Social de outras categorias e de espaços institucionais (2006, p.38).
BRAGA & CABRAL (2007)	“[...] o parecer social, entendido como a opinião profissional do assistente social, com base na observação e estudo de uma dada situação, fornecendo elementos para a concessão de um benefício, recurso material e decisão médico-pericial” (p. 131). “O parecer constitui-se, portanto, um instrumento de viabilização de direitos, um meio de realização do compromisso profissional com os usuários tendo em vista a equidade, a justiça social e a cidadania” (p. 131).
MIOTO (2009)	“Os estudos sociais estão vinculados ao acesso a determinados benefícios sociais de ordem material e financeira, em que se inclui a aquisição de bens e de serviços, ou ainda, são realizados para servir como subsídio para o arbítrio de situações conflituosas como é típico do campo sociojurídico” (p. 486). “Os estudos socioeconômicos/estudos sociais [...] consistem num conjunto de procedimentos, atos, atividades realizados de forma responsável e consciente. Contêm tanto uma dimensão operativa quanto uma dimensão ética e expressa, no momento em que se realiza a apropriação pelos assistentes sociais dos fundamentos teórico-metodológico e ético-político da profissão em determinado momento histórico” (p. 487). “Operacionalmente definidos como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social. Sua finalidade imediata é a emissão de um parecer – formalizado ou não – sobre tal situação, do qual o sujeito demandante da ação/usuário depende para acessar benefícios, serviços e/ou resolver litígios. Essa finalidade é ampliada quando se incluem a obtenção e análise de dados sobre as condições econômicas, políticas, sociais e culturais da população atendida em programas ou serviços, partir do conjunto dos estudos efetuados como procedimento necessário para subsidiar o planejamento e a gestão de serviços e programas, bem como a reformulação ou a formulação de políticas sociais” (p. 488).

Quadro 10 - Abordagens conceituais sobre estudo social

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

As definições apresentadas pelos autores trazem em comum o compromisso com os princípios do Projeto Ético-Político da categoria, amparados pelo Código de Ética e pela Lei de Regulamentação da profissão. Revelam a luta da profissão pela garantia dos direitos sociais, no enfrentamento à ótica liberal no trato às manifestações da questão social.

Os autores referenciados anteriormente enfatizam que a elaboração e a emissão de pareceres técnicos e laudos sociais e a realização de estudos socioeconômicos devem estar a serviço da garantia de direitos sociais, tendo em vista a equidade, a justiça social e a cidadania (BRAGA & CABRAL, 2007) e não servir à fiscalização dos modos de vida dos indivíduos que recorrem às políticas sociais, como era feito em anos anteriores de predominância de perspectivas funcionalistas e positivistas.

Destacam, ainda, o caráter científico desse tipo de instrumento, pois está amparado por uma matriz teórica e por uma instrumentalidade presente no trabalho cotidiano do assistente social e requer postura ética quanto às informações levantadas.

A partir da experiência profissional acumulada na elaboração e na realização de estudos socioeconômicos, a categoria dos assistentes sociais conseguiu identificar o que é pertinente ou não nessa tarefa, sem receitas prontas, conforme elencamos a seguir:

AUTOR	RECOMENDAÇÕES
CFESS ¹⁶⁰ (2004)	<p>“[...] o assistente social estuda a situação, realiza uma avaliação, emite um parecer por meio do qual, muitas vezes, aponta medidas sociais e legais que poderão ser tomadas. [...] o profissional pauta-se pelo que é expresso verbalmente e pelo que não é falado, mas que se apresenta aos olhos como integrante do contexto em foco. Ele dialoga, observa, analisa, registra, estabelece pareceres [...]” (p.27-28).</p> <p>“Por meio de observações, entrevistas, pesquisas documentais e bibliográficas ele constrói o Estudo Social, ou seja, constrói um saber a respeito da população usuária dos serviços [...]. Um saber que pode se constituir numa verdade” (p. 28).</p> <p>O primeiro passo é conhecer o objeto do estudo: “o que” conhecer, “por que e para quê” (p.34). É o profissional que delimita essas questões, os objetivos e as finalidades que devem ter, em primeiro lugar, como norte o Projeto-Ético-Profissional e, secundariamente, atender os determinantes institucionais.</p> <p>É necessário “conhecer técnicas de entrevistas e de redação para registros” e a eles articular “os conteúdos históricos, teórico-metodológicos e ético políticos que constituem”, trazer a tona a “realidade social que condicionou a história social de vida do indivíduo, bem como o fato que motivou a realização do estudo, a realidade”, além de também conhecer “formas de relação com o mundo do trabalho, o grupo familiar e seus arranjos, ou seja, relações fundantes e determinantes das formas de vida, relações de gênero, cidade onde vive e políticas públicas nela presentes, formas de acesso aos bens sociais” (p. 36).</p> <p>“O estudo socioeconômico não deverá ser encaminhado aos setores solicitantes, mas permanecer no prontuário do assistente social, em arquivo próprio. Somente o parecer social é que deverá ser encaminhado” (p. 62).</p> <p>“[...] A coleta de dados não poderá se dar visando a comprovação de informações dadas pelo usuário” (p. 62). “A elaboração de um parecer não pode ser uma comprovação de informação e não deve possuir um caráter de fiscalização: ele é um viabilizador de direitos” (p. 66).</p> <p>“O profissional deve pautar-se pela história de vida do usuário” (p. 62).</p> <p>“[...] na coleta de dados, ao realizar a entrevista, explicitar para o usuário o nosso objetivo, buscando uma postura horizontal com o mesmo, situando-o quanto ao processo realizado e as exigências institucionais e legais, estabelecendo os procedimentos adotados para a realização do estudo, socializando com o usuário a conclusão do estudo realizado” (p. 62 - 63).</p> <p>O parecer social deve ser emitido de modo claro, sucinto, objetivo, sem ser superficial.</p>

¹⁶⁰ Esta publicação aborda, ainda, as principais situações de parecer social: a) *dependência econômica*: garantida em lei, nos casos onde não existam os dependentes preferenciais – esposo(a), companheiro(a) e filhos(as) – os pais e irmãos podem requerer pensão por morte e auxílio-reclusão, desde que comprovem a dependência econômica; b) *união estável*: emissão de parecer para caracterizar a união estável nos casos de ausência ou insuficiência de provas documentais; c) *intercorrências sociais que interferem na origem, evolução e agravamento de patologias*: tem como objetivo subsidiar perícia médica nas decisões de concessão do auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e aposentadoria por invalidez acidentária (p. 58-61).

TÜRCK (2000; 2006)	<p>“A partir da perspectiva teórica marxista, a estrutura do estudo social busca uma lógica que contempla três momentos bem demarcados: na primeira parte ele deve conter a narrativa em que se contextualiza a Questão Social se explicitando na vida dos sujeitos a partir de suas subjetividades, dos processos particulares e dos processos sociais. Em um segundo momento ele deve conter a narrativa analítica do objeto desvendado da vida destes sujeitos e, na terceira etapa, o caminho que deve ser sugerido para a superação do objeto desvendado para atingir os objetivos propostos” (2006, p. 40).</p> <p>“Portanto, o paradigma teórico que dá sustentação ao processo de trabalho do assistente social é aquele que irá determinar o conteúdo do estudo social. [...] deve privilegiar o domínio dos fundamentos teórico-metodológicos, ético- políticos e técnico-operativos” (2006, p. 40).</p>
BRAGA & CABRAL (2007)	<p>“O parecer deve ser elaborado tendo como referência a perspectiva do direito social e da inclusão da população usuária na concessão de benefícios sociais. Para tanto, o profissional poderá utilizar recursos técnicos como observações, entrevistas, visitas domiciliares e outros, objetivando o estudo da situação com vistas à elaboração do seu parecer” (p. 131).</p> <ul style="list-style-type: none"> – ser conclusivo quanto à opinião do profissional; – apresentar aspectos socioeconômicos do grupo familiar básico do requerente do benefício; analisar a relação entre necessidades básicas (aquelas indispensáveis à vida familiar digna: materiais, sociais, psicológicas e culturais) e pobreza, a partir da renda sob muitos aspectos (inserção no mercado de trabalho, participação do usuário na composição da renda familiar e capacidade de suprir necessidades básicas relacionadas à condição de moradia, saúde, alimentação, educação, lazer, transporte e outros); – avaliar as implicações sociais da doença; – outras dimensões, dependendo da finalidade do parecer social.
MIOTO (2009)	<p>As demandas/necessidades trazidas aos assistentes sociais por sujeitos singulares não devem ser compreendidas como problemas individuais. “Ao contrário, tais demandas são interpretadas como expressões de necessidades humanas básicas não satisfeitas, decorrentes da desigualdade social própria da organização capitalista [...] e essa premissa não admite que se vincule a satisfação das necessidades sociais à competência ou incompetência individual dos sujeitos” (p. 484).</p>

Quadro 11 - Recomendações para realização de estudo social

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

A riqueza da experiência dos profissionais da previdência social, encontrada em Braga & Cabral (2007), traz recomendações relevantes:

- a) “Entrevistas, grupos, visitas domiciliares, palestras, seminários, pesquisas e pareceres sociais estão orientados pelo método histórico dialético” (p. 131).
- b) Cabe ao assistente social avaliar a pertinência ou não de emissão do parecer.
- c) O parecer deve ser utilizado como mecanismo de viabilização de direitos e não de julgamento moral.
- d) O parecer é documento sigiloso, sob a responsabilidade do Serviço Social.
- e) Aos demais setores deve ser enviada apenas a conclusão do parecer social.
- f) Ruptura com o modelo tradicional de prática; e, ainda,

[...] os resultados positivos desses pareceres face à inexistência e/ou insuficiência de comprovação objetiva de inúmeras situações em que se encontram os segurados que pleiteiam benefícios [...] esses benefícios, se elaborados a partir de estudos sociais consistentes e qualificados tecnicamente, reforçam as decisões referente à concessão de benefícios e à avaliação médico-pericial, contribuindo para que a política previdenciária se

viabilize de forma socialmente mais equânime e justa (Braga & Cabral (2007, p. 132).

Como nos mostram os autores aqui referenciados, historicamente os estudos socioeconômicos são requeridos no âmbito do serviço público, com destaque para a seguridade social e o poder judiciário. Além dos referidos campos, os estudos sociais são requisitados nas políticas públicas¹⁶¹ como Assistência Social, Saúde, Urbanismo, em Programas Habitacionais e, tradicionalmente, nos programas de Assistência Estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior.

A acentuada e crescente demanda por estudos socioeconômicos para fins de acesso de auxílios da Assistência Estudantil – aumentada pelo processo do SISU – e a preocupação da categoria em garantir que esta prerrogativa dos assistentes sociais seja respeitada, ou seja, que os referidos estudos não sejam realizados por profissionais de outras áreas ou por comissões de servidores (não somente assistentes sociais), faz com que a reflexão sobre esta prática deva ser aprofundada na categoria.

4.2 CRITÉRIOS DE ACESSO ÀS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Assim, para que os estudantes da IFES possam acessar as ações elencadas no PNAES, como moradia estudantil, transporte, restaurante universitário, dentre outras bolsas financeiras do referido programa, eles devem aguardar a publicação de edital específico. Neste caso, os estudantes são identificados como “candidatos” aos programas.

De acordo com a busca realizada nos sites das IFES, os referidos editais, na sua maioria, contém as seguintes etapas: publicação, divulgação, período para inscrições, entrega da documentação, realização de estudo socioeconômico (análise documental e realização de entrevistas), publicação do resultado, prazo para recursos, publicação do resultado após análise dos recursos.

É nesse rol de etapas que o assistente social emprega sua competência técnico-operativa e ético-política, ou seja, sua instrumentalidade, principalmente, trazendo sua trajetória profissional e amparando-se em seu acúmulo teórico.

¹⁶¹ São utilizados tanto para o acesso de usuários ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), como aos programas de transferência de renda; acesso a determinados serviços como a oxigenoterapia; nos processos de isenção de impostos, caso do Imposto Territorial Urbano (IPTU); na aquisição e na manutenção da casa própria (MIOTO, 2009).

Assim, o edital expõe os critérios definidos pela instituição para acesso dos estudantes aos chamados benefícios e/ou auxílios e/ou bolsas do PNAES e elenca o rol de documentos necessários para a comprovação da sua situação socioeconômica familiar, os quais devem ser apresentados por meio de cópias no ato da inscrição.

As formas de divulgação de todo esse processo concretizam-se, principalmente, por meio da página *online* da instituição.

Quanto aos critérios estabelecidos, que podem variar de acordo com o tipo de auxílio e/ou benefício estudantil, encontram-se os que podemos definir em pelo menos quatro categorias, com seus respectivos indicadores:

a) *Gerais*: ser estudante oriundo de escola pública; obedecer aos prazos; apresentar documentação comprobatória da situação socioeconômica; comparecer à entrevista quando requerido; e outros apontados pelo FONAPRACE como acesso a bibliotecas, acesso à cultura e ao lazer, domínio de línguas, conhecimento básico de informática e participação em movimentos sociais.

b) *Acadêmicos*: estar matriculado, ser sua primeira graduação¹⁶², ter rendimento acadêmico – que varia muito de instituição para instituição, ou seja, algumas exigem aprovação de 75% nas disciplinas cursadas ou permitem apenas uma repetência durante o curso.

c) *De permanência*: apresentar frequência e rendimento acadêmico satisfatório e fazer uso adequado do recurso percebido¹⁶³.

d) *Socioeconômicos*:

- de situação familiar¹⁶⁴ de vulnerabilidade social, moradia, migração, situação de trabalho formal e informal, despesas familiares, bens móveis e imóveis da família, escolaridade de seus membros, agravantes no estado de saúde dos familiares; e

- de renda: preferencialmente, candidatos que possuam renda mensal *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio.

No que se refere ao indicador “vulnerabilidade social”, este tem sido o mais comum nas normativas das IFES, principalmente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, quando elegem para seu público alvo “estudantes em

¹⁶² Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Núcleo de Assistência Estudantil (PRAE/FURG). Disponível em: <<http://www.prae.furg.br/nae.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

¹⁶³ IFSUL/Regulamento da Política de Assistência Estudantil. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_docman&Itemid=89>. Acesso em: 08 fev. 2013.

¹⁶⁴ Relações de parentesco com vínculos socioafetivos e dependência econômica.

vulnerabilidade social¹⁶⁵” ou em vulnerabilidade socioeconômica. São exemplos de instituições que adotam tal critério: IFSUL¹⁶⁶, IFRS¹⁶⁷, IFSC¹⁶⁸, IF Farroupilha¹⁶⁹, IFPE¹⁷⁰, IFBA¹⁷¹.

Vejamos o que dizem algumas dessas normativas, como explanado nos exemplos a seguir, sobre o que consideram na definição de vulnerabilidade social:

INTITUIÇÃO	DEFINIÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
IF Farroupilha	Como vulnerabilidade entende-se o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólico dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do estado, do mercado, da sociedade. Este resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (IF FARROUPILHA, 2012, p.s/n apud AMBRAMOVAY, 2002, p.29).
IFRS	O conceito de vulnerabilidade refere-se a indivíduos e famílias com perda ou fragilidade de vínculos afetivos, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos ou indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (IFRS. MINUTA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. Bento Gonçalves, 17 de maio de 2011. Aguarda aprovação do CONSUP; p.5 apud BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004).
IFSC	Vulnerabilidade Social apreendida como processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação. Como exemplos de processos de exclusão retomam-se os citados no Manual Informativo do SUAS: situação decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras, como a presença de doenças crônicas). Manual Informativo SUAS. Sistema Único de Assistência Social. MDS/SNAS/CNAS. Brasília, 2007. (IFSC. DOCUMENTO REFERÊNCIA PARA A ASSISTENCIA ESTUDANTIL. Florianópolis, 17 de novembro de 2010; p.5 apud PALMA & MATTOS, 2001).

¹⁶⁵ Não é objetivo deste trabalho, neste momento, discutir a temática da vulnerabilidade social, visto que foge aos seus objetivos, pois não se trata de avaliação das ações PNAES desenvolvidas na IFES. Sobre a referida temática já existe extensa literatura publicada.

¹⁶⁶ IFSUL. Regulamento da Política de Assistência Estudantil, aprovado pela Resolução 12/2012, do Conselho Superior. Pelotas, 04 de dezembro de 2012.

¹⁶⁷ IFRS. Minuta da Política de Assistência Estudantil. Bento Gonçalves, 17 de maio de 2011. Aguarda aprovação do CONSUP.

¹⁶⁸ Documento-Base da Política de Assistência Estudantil. Florianópolis 17 de novembro de 2010.

¹⁶⁹ IF Farroupilha. Programa de Apoio à Permanência do Estudante; Res. 14/2012.

¹⁷⁰ IFPE. Proposta da Política de Assistência Estudantil. Recife, Fevereiro de 2012

¹⁷¹ Diretrizes para a Política de Assistência Estudantil; aprovada pelo CONSUP em 26 de outubro de 2010.

IF Bahia	As situações de vulnerabilidade pessoal e social, oriundas das condições socioeconômicas, são identificadas como causadoras da evasão escolar devido à impossibilidade de permanecer na escola, custeando transporte, hospedagem, alimentação, material escolar (IFBA; DIRETRIZES PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL; aprovada pelo CONSUP em 26/10/2010; p.2).
IF Pernambuco	Considera-se, nessa política, que “vulnerabilidade social é um processo de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social e territorial (discriminações etárias, étnicas, de gênero, ou por deficiência, dentre outros) e/ou em risco social decorrente de violações de direitos” (IF PERNAMBUCO; Proposta da Política de Assistência Estudantil 2012, p.7 apud BRASIL, Política Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, 2004, p. 19).

Quadro 12 - Definição de vulnerabilidade social

Fonte: Documentos institucionais. Elaborado pela autora, 2013.

A concepção sobre vulnerabilidade social que atravessa os documentos normativos dos IFs, na sua maioria, é originada nos documentos oficiais da Política Nacional de Assistência Social. Essas concepções trazem, em sua raiz, os princípios da Constituição Federal de 1988, conforme esclarece o seguinte texto:

Ainda sobre os princípios constitucionais, o Art. 206 é um balizador da política de Assistência Estudantil, na medida em que estabelece, nos incisos I e IV, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”, respectivamente. Todavia, ao longo dos anos, esse direito não vem sendo plenamente efetivado, ocasionando, em muitos ambientes acadêmicos, a retenção e a evasão de estudantes, principalmente daqueles em situação de vulnerabilidade social, que apresentam dificuldades para dar continuidade ao seu processo de formação (IF PERNAMBUCO; Proposta da Política de Assistência Estudantil Recife, 2012, p. 7).

Assim, os assistentes sociais dos IFs têm empregado seu acúmulo teórico do Serviço Social, imprimindo sua identidade em algumas normatizações, conforme exemplo do IF Bahia, contemplando conceitos como “questão social”: “De acordo com esse entendimento, a vulnerabilidade social configura-se como uma das expressões da questão social” (IF BAHIA, 2012, p. 7).

No documento produzido pelos assistentes sociais do IFSul-rio-grandense¹⁷², os assistentes sociais adotaram a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS (2005, p. 51-52), que considera como população vulnerável o conjunto de pessoas que apresentam pelo menos uma das características abaixo:

¹⁷² ASSITENTES SOCIAIS DO IFSUL-RIO-GRANDENSE. Parâmetros para realização de estudos socioeconômicos de estudantes. 2011. Não publicado.

- Famílias que residem em domicílio com serviços de infra-estrutura inadequados. Conforme definição do IBGE, trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.
- Família com renda familiar *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo.
- Família com renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo.
- Família na qual há uma chefe mulher, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e ser analfabeta.
- Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo.
- Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe.
- Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude.
- Família com renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais.
- Família com renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo com uma pessoa com deficiência.

Portanto, de acordo com essa amostragem de algumas normativas dos IFs, podemos supor que, devido à trajetória profissional de muitos assistentes sociais que fizeram parte da construção das referidas regulamentações, estes trouxeram experiências na sua bagagem profissional, possivelmente adquiridas em campos de trabalho da Política Nacional de Assistência Social, e incluíram este acúmulo conceitual e teórico no trabalho com a Assistência Estudantil nas IFES. Entretanto, essa hipótese apenas poderá ser confirmada a partir de pesquisa específica.

No que se refere ao indicador “renda *per capita*”, conforme preconizado pelo PNAES, que fixa os requisitos mínimos que devem ser preenchidos para que os estudantes possam ser atendidos pelo programa, vejamos:

Art. 5º. Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (Decreto nº 7.234/2010).

Da leitura das disposições do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, resta claro que cada instituição deverá complementar sua normatização, com vistas à concessão de benefícios previstos no Programa Nacional de Assistência Estudantil. Neste sentido, o referido texto normativo assim estabelece:

Art. 3º.[...]

§ 2º. Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art.5º [...]

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no *caput*, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I – requisitos para a percepção de Assistência Estudantil, observado o disposto no *caput* do art. 2º.

Assim, cada instituição deverá acrescentar normatização específica para as atividades de Assistência Estudantil. Em atendimento a tal norma, vejamos o que as instituições em geral estabelecem:

Art. 17. A concessão dos benefícios será efetuada mediante avaliação socioeconômica, realizada por profissionais do Serviço Social, observados os seguintes critérios:

I – situação de moradia;

II – situação de trabalho;

III – constelação familiar¹⁷³;

IV – despesas familiares;

V – renda per capita;

VI – bens móveis e imóveis da família; e

VII – escolaridade dos membros da família (IFSUL/Resolução nº 139 do Conselho Superior, 2012).

Além dos indicadores previstos no PNAES e nas instituições, existem aqueles apontados pelo FONAPRACE (2008), que se referem ao perfil dos estudantes nas IFES, e, de certa forma, alguns destes são levados em conta nas normativas das instituições:

- a) Migração/Moradia
- b) Alimentação
- c) Manutenção e Trabalho
- d) Meios de Transporte
- e) Saúde
- f) Acesso à Biblioteca
- g) Acesso à Cultura e ao Lazer
- h) Domínio de Línguas e Conhecimento Básico de Informática
- i) Movimentos Sociais.

Outro exemplo sobre a particularidade de cada instituição no estabelecimento de normas para concessão dos benefícios do PNAES está na forma que o IFSP encontrou para “desempatar” os estudantes requerentes que possuem a mesma renda *per capita*:

Art.13. Havendo empate, os critérios de desempate serão:

I. Maior número de integrantes do grupo familiar;

II. Maior idade;

III. Número de filhos; e

¹⁷³ Relações de parentesco com vínculos socioafetivos e dependência econômica.

IV. Casado ou união estável (IFSP, 2011a, p. 5).

Portanto, o Decreto permite relativa autonomia às instituições na forma como irão proceder com a implementação das ações do PNAES, deixando a cargo destas a definição dos critérios e da metodologia para o acesso às ações previstas. A seguir veremos como têm sido realizados os estudos socioeconômicos a partir da experiência de algumas instituições e as conclusões obtidas a partir da pesquisa documental nos *sites* das IFES.

4.3 COMO TÊM SIDO REALIZADOS OS ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Primeiramente, queremos deixar claro que não existe uma “receita” ou “modelo padronizado” de metodologia para realização de estudo social e muito menos é esse o nosso objetivo. As escolhas do profissional, no que se refere aos aspectos até então mencionados, poderão dar indicações sobre a forma e o conteúdo dos estudos e de seu registro.

O que se requer do profissional de Serviço Social é que este tenha clareza dos indicadores, instrumentos e procedimentos técnicos operativos que irá utilizar na realização dos referidos estudos, além de eleger a matriz teórica na qual irá se fundamentar, acompanhado da legislação que considerar necessárias, se assim for.

Do profissional é exigida uma atitude que implique na busca de conhecer a realidade social presente no cotidiano de sua prática e, de forma mais ampla, ter maior interação com a situação de vida dos sujeitos sociais com os quais trabalha e as manifestações da questão social neste meio.

Assim, vejamos os elementos que fazem parte do cotidiano dos profissionais das IFES, que trabalham com o PNAES, quanto ao momento em que encontram maior demanda de trabalho: os períodos de editais para requisição dos auxílio/benefícios/bolsas/serviços de Assistência Estudantil.

4.3.1 A publicação de editais para acesso às ações previstas no PNAES

Ressalta-se que as IFES têm publicado editais para que os estudantes

interessados possam requerer seu acesso às ações elencadas no PNAES e disponibilizadas na sua instituição de ensino. Isto atende ao que na administração pública chamamos de publicização, requisito primordial à transparência das ações governamentais. Não é raro encontrar assistentes sociais que são responsáveis pela elaboração dos referidos editais.

Como vimos anteriormente, as etapas comuns neste tipo de edital são as seguintes: publicação divulgação, período para inscrições, entrega da documentação, realização de estudo socioeconômico (análise documental e realização de entrevistas), publicação do resultado, prazo para recursos e publicação do resultado após a análise dos recursos.

Dessas etapas, abordaremos as que consideramos mais necessárias para serem sistematizadas e analisadas.

4.3.2 Período para inscrições/entrega da documentação

Esses dois períodos podem acontecer em etapas separadas, com datas específicas, uma após a outra, como, também, simultaneamente. Ou seja, fica a critério da instituição a escolha da metodologia que considera mais adequada.

Assim, o estudante interessado em requerer os auxílios previstos no PNAES poderá se inscrever por meio de formulários eletrônicos disponíveis na página do setor de Assistência Estudantil da sua instituição, ou de forma tradicional, por meio de formulário impresso, disponível no setor responsável e, em data oportuna ou simultaneamente, entregar as cópias dos documentos elencados e exigidos no edital.

Este é o momento que requer maior atenção do candidato, pois o rol de documentos exigidos é extenso. O candidato deverá anexar os documentos que retratam sua situação socioeconômica com clareza, de forma que reduza a chance de dúvidas quanto à referida situação por parte do profissional de Serviço Social que realizará a análise documental dos estudantes inscritos. Estes, em geral, dividem-se em duas classificações:

- a) famílias em que no mínimo um dos membros é declarante do imposto de renda; e
- b) famílias em que todos os seus membros são isentos de declaração do imposto de renda (de acordo com a ocupação profissional).

Vejamos alguns dos documentos comumente requeridos para esta etapa, de

acordo com a busca em *sites* das IFES, que os estudantes requerentes devem apresentar de acordo com sua situação familiar.

1. Existe o que chamamos de “*check list geral*”¹⁷⁴, ou seja, cópias dos documentos que devem ser apresentados independente de o estudante e/ou seus familiares serem ou não declarantes do imposto de renda:

LISTA DE DOCUMENTOS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uma (ou duas) fotos 3x4; ▪ carteira de identidade do estudante e de seus familiares (daqueles que possuírem); ▪ CPF do estudante e de seus familiares (daqueles que possuírem); ▪ declaração de próprio punho, em letra legível, de todos os membros da família, maiores de 21 anos, dependentes da renda familiar; ▪ certidão de casamento, se houver; certidão de nascimento dos filhos e/ou irmãos dependentes da renda familiar; ▪ certidão de óbito para quem tem pais e/ou companheiro(a) falecidos; ▪ comprovante de pensão alimentícia, se houver; ▪ comprovantes de despesas: aluguel, luz, água, telefone, financiamentos e despesas com saúde, todos do último mês anterior à publicação do edital; ▪ grade curricular de horários das disciplinas cursadas pelo estudante; ▪ comprovante de benefícios concedidos por programas sociais, tais como bolsa-família, etc. (último recibo).

Quadro 13 - *Check list geral*

Fonte: Elaborado a partir de documentos institucionais dos diversos Institutos Federais

2. Documentos específicos que devem ser adicionados ao “*check list geral*”¹⁷⁵, de acordo com a condição de trabalho formal e informal dos membros da família:

a) famílias em que no mínimo um dos membros é declarante do imposto de renda:

- última declaração do Imposto de Renda do(s) membro(s) declarante(s), juntamente com o seu recibo de entrega, correspondente a pessoas físicas e/ou jurídicas vinculadas;
- declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR)¹⁷⁶, de pessoas físicas e/ou jurídicas vinculadas;

¹⁷⁴ Foi realizado um agrupamento de todos os documentos presentes nos editais e regulamentos pesquisados nos diversos *sites* institucionais. Não se quer dizer que os estudantes devem apresentar todos os elencados nessa listagem, mas os que demonstram a situação socioeconômica de seu grupo familiar.

¹⁷⁵ Diante das requisições institucionais sobre os procedimentos de apresentação dessa documentação, os profissionais tem buscado alternativas, dentre as quais, destacamos: perante as dificuldades encontradas pelos estudantes nesse processo, na ausência de alguma documentação específica, os assistentes sociais tem solicitado uma declaração de próprio punho que esclareça essa ausência ou demais situações de vulnerabilidade social.

¹⁷⁶ As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são imunes ao ITR; são bens da União, porém os índios têm a posse permanente, a título de usufruto especial. Essas terras são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas imprescritíveis. Fonte: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/itr/2012/PerguntaseRespostasITR2012.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

- comprovante de rendimentos: contracheques, recibos, etc., dos últimos três meses;
- b) famílias isentas de declaração do Imposto de Renda, de acordo com a ocupação profissional:

TRABALHADORES ASSALARIADOS	TRABALHADORES EM ATIVIDADE INFORMAL	TRABALHADORES AUTÔNOMOS¹⁷⁷
a) Contracheques de todos os membros da família que trabalham (último mês); b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), das páginas com foto, dados de identificação, contrato de trabalho ou dispensa e da página seguinte, mesmo em branco; c) CTPS registrada e atualizada ou carnê do INSS com recolhimento em dia; d) extrato atualizado da conta vinculada do trabalhador no FGTS.	a) Carteira de Trabalho, das páginas com foto, dados de identificação, contrato de trabalho ou dispensa e da página seguinte, mesmo em branco; b) declaração do empregador, se for o caso; c) declaração assinada pela própria pessoa, que contenha as seguintes informações: nome, atividade que desenvolve, local, tempo de trabalho e renda mensal, se for o caso.	a) Carnê do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) atualizado; b) declaração de renda anual, expedida por contabilista: DECORE ¹⁷⁸ .

Quadro 14 - Tipificação dos trabalhadores - lista de documentos

Fonte: Elaborado a partir de documentos institucionais dos diversos Institutos Federais, 2013.

- *Agricultores e pecuaristas*: última declaração de renda anual e declaração de arrendamento de terra, se for o caso, expedidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais; última declaração do Imposto Territorial Rural, se houver; notas fiscais de vendas.

- *Aposentados*: comprovante dos proventos do INSS (último mês).

¹⁷⁷ Autônomo: pintor, pedreiro, azulejista, vendedor, jornalista, feirante, captador de imóveis, fotógrafo, mestre de obras, caminhoneiro, perueiro, motoboy, moto-fretista, taxista, socorrista, diarista, etc.

Profissional liberal: dentista, médico, advogado, protético, psicólogo, engenheiro, arquiteto, corretor de imóveis, corretor de seguros, terapeuta, enfermeiro, farmacêutico, etc.

¹⁷⁸ DECORE é a Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos. Essa declaração é exigida para obtenção de crédito, financiamento, abertura de conta bancária, etc. É dirigida a profissionais autônomos como caminhoneiros, perueiros, motoboys, feirantes, vendedores autônomos, pedreiros, taxistas, etc. e também a profissionais liberais, como médicos, dentistas, terapeutas, advogados, corretores, etc. Para empresários e microempresários, a DECORE comprova o valor de retirada do pró-labore. A DECORE só poderá ser emitida por profissionais de contabilidade devidamente habilitados para isso e somente terá validade se contiver o selo DHP – Declaração de Habilitação Profissional, afixado ou impresso em seu corpo. Contudo, a DECORE traz benefícios a todos, pois a pessoa que a utiliza, jamais terá sua comprovação de renda questionada, uma vez que, emitido o documento, ele permanece à disposição no site do CRC, para verificação de sua validade, através de um código de controle fornecido junto com o documento.

4.4 O MOMENTO DO ESTUDO SOCIOECONÔMICO: DA ANÁLISE DOCUMENTAL ÀS ENTREVISTAS

O momento do estudo socioeconômico acontece de forma particular em cada instituição: algumas IFES efetuam apenas a análise documental; outras realizam a análise documental e a entrevista, de acordo com as condições de trabalho que nelas se apresentam.

Também são bastante particulares as formas de realização deste estudo, visto que cada assistente social imprime a essa etapa suas características pessoais de atuação profissional, de acordo com as experiências trazidas de campos de trabalho anteriores.

De acordo com a análise documental, essa etapa pode ser assim especificada, resumidamente:

A avaliação socioeconômica é realizada por meio de uma metodologia que classifica o estudante de acordo com a renda, os bens patrimoniais, o status ocupacional do responsável pela família, a condição de moradia da família e do estudante e a procedência escolar do estudante. O estudante é avaliado a partir das informações que apresenta no Cadastro para Programas de Assistência Estudantil¹⁷⁹.

Existem poucos registros na categoria de sistematização desta etapa, que impliquem em parâmetros construídos pelo Serviço Social para a realização dos estudos socioeconômicos. Neste sentido, apenas foram encontradas as experiências dos assistentes sociais do IFSul-rio-grandense¹⁸⁰, do IF Minas Gerais e da Universidade Federal de Pelotas¹⁸¹.

Alguns preferem unir essas duas etapas da seguinte maneira: no ato da entrevista é realizada a análise documental, ou seja, as duas ações simultaneamente. Portanto, não há uma regra específica sobre esta operacionalidade, mas sim, adaptações de acordo com as condições de trabalho do assistente social e da correlação de forças empregada pela categoria na melhoria dessas condições.

¹⁷⁹ Essas informações devem ser confirmadas por documentação específica, disponível em: <<http://www.prace.ufop.br>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

¹⁸⁰ ASSISTENTES SOCIAIS DO IFSUL; Parâmetros para Estudos Socioeconômicos dos estudantes do IFSUL, 2012. Documento não publicado.

¹⁸¹ Rotinas para seleção socioeconômica; PRAE/UFPEL. Documento interno, não publicado, acessado devido a vínculos da pesquisadora com profissionais da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Pelotas.

4.4.1 Primeira etapa: a análise documental

No período da análise documental, o Assistente Social poderá identificar o perfil do estudante e garantir ou não aos requerentes parecer favorável para o acesso às ações do PNAES. É o momento de analisar e conferir os dados familiares trazidos pelos estudantes.

Ou seja, através das cópias dos documentos do “*check list* geral” (carteira de identidade, certidões de nascimento, de casamento e/ou de óbito, dentre outros) e dos comprovantes de renda e/ou manutenção, o assistente social poderá identificar:

- visualmente o estudante, visto que algumas instituições não realizam entrevista e, mesmo as que realizam, a referida identificação favorece os primeiros contatos do assistente social com o estudante, principalmente em casos onde o número de usuários da Assistência Estudantil ultrapasse o número de 500, contribuindo para um melhor atendimento;
- dados demográficos: cidade de origem, bairro, etc.;
- dados curriculares: turma, semestre, número de matrícula, além de verificar a necessidade de frequência do benefício (como auxílio transporte e alimentação), conforme a grade de horário das disciplinas, etc.;
- arranjos familiares dos requerentes e as relações de parentesco¹⁸², ou seja, o conjunto de pessoas que vivem na mesma residência, formado pelo requerente; esposo/esposa; companheiro/companheira; filha/filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido; irmão/irmã não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido; e pai/mãe;
- número de componentes do grupo familiar;
- presença de crianças, adolescentes e idosos;
- situação de trabalho formal e informal dos membros responsáveis pela manutenção financeira da família e/ou seus colaboradores e dependentes;
- profissão dos membros da família;
- padrão de vida da família, através dos comprovantes de renda e de despesas familiares e a compatibilidade entre esses fatores;
- óbito de pessoas que mantinham o orçamento familiar, se for o caso (indica alteração na estrutura familiar, que pode interferir na renda);

¹⁸² Fonte: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/como-calculer-a-renda-familiar-per-capita>>. Acesso em: 2 maio 2012.

- despesas significativas e contínuas com saúde;
- cálculo da renda *per capita*;
- indicadores de vulnerabilidade social (por exemplo, a conta de luz indica o tipo de residência: de baixa renda ou comum, rural ou urbana);
- participação em programas sociais do Governo Federal;
- ausência de direitos.

Para outros requerentes, a documentação apresentada poderá não ser suficiente, restando dúvidas que somente serão esclarecidas na entrevista, quando estiver prevista em edital. E, ainda, para outros, poderá o assistente social emitir parecer de indeferimento por motivos como ausência de documentação ou renda *per capita* familiar muito maior que a estabelecida no programa e ausência de situação de vulnerabilidade social.

Nesta fase, é importante que os profissionais tenham condições de trabalho adequadas para que possam realizar a análise documental com qualidade. Significa dizer que o profissional deve ter tempo suficiente para analisar os indicadores presentes no formulário socioeconômico preenchido pelo candidato e verificar a documentação apresentada.

Como se trata de um montante muito significativo de dados apresentados e coletados, seria imprescindível que o assistente social pudesse armazenar esses dados com recursos da informática. Isto permitiria que pudessem ser posteriormente estudados para fins de identificação do perfil dos requerentes e dos usuários e servir em negociações futuras para melhorar a qualidade dos serviços prestados, na captação de recursos governamentais e na avaliação de políticas, para mensurar eficiência, efetividade, eficácia, pesquisa de processo e de impacto, etc., dentre outras ações que o estudo e a análise dos dados poderiam informar, como ausência de direitos, por exemplo. Ou seja, seriam condições de armazenar esses dados, de forma que pudessem ser lidos no futuro e utilizados a serviço dos estudantes.

Em outras palavras, o ideal seria que os assistentes sociais tivessem à sua disposição os recursos da tecnologia da informação, de acordo com suas necessidades técnico-operativas, informatizando o processo de Assistência Estudantil, nos aspectos que considerassem necessários.

No caso das entrevistas, já temos literatura suficiente que trata dessa importante temática e sua eficiência no Serviço Social, visto que é histórica a referida forma de intervenção profissional da categoria, o que nos permite não dissertar neste momento

sobre essa metodologia.

Assim, a experiência dos assistentes sociais do IFSul-rio-grandense, através do seu compromisso com o projeto Ético-Político do Serviço Social, levou-os a identificar como necessário, no período de edital, organizar o volume de demandas através do estabelecimento de limites diários para avaliação documental e entrevistas, projetados para um regime de trabalho de seis horas diárias (30h semanais). O objetivos da referida medida são:

a) garantir a qualidade dos estudos socioeconômicos e dos demais serviços prestados aos estudantes; e

b) preservar a saúde do servidor e o andamento adequado das demais rotinas do setor de Assistência Estudantil.

A tabela a seguir discrimina como ficaria distribuído o volume das referidas demandas:

ORGANIZAÇÃO DO VOLUME DE DEMANDAS DURANTE O PERÍODO DE EDITAL	
6h DIÁRIAS OU 30h SEMANAIS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Período mínimo de duas semanas, fixado no edital, para realizar a análise da documentação entregue pelos estudantes. ▪ Máximo de 08 entrevistas por dia no período de 4 horas de trabalho. ▪ Máximo de 15 questionários socioeconômicos avaliados por dia no período de 4 horas de trabalho. ▪ 10 dias, no máximo, destinados às inscrições dos estudantes, por edital. ▪ 2h reservadas para dar continuidade às atividades rotineiras do setor. ▪ Período de pelo menos dois meses entre abertura do edital e resultado final.

Quadro 15 - Organização do volume de demandas durante o período de edital

Fonte: ASSISTENTES SOCIAIS IFSUL-RIO-GRANDENSE, 2012, p. s/n. Não publicado.

Esta intervenção coletiva dos Assistentes Sociais do IFSUL demonstra um amadurecimento da categoria na sistematização do estudos socioeconômico para fins dos auxílios do PNAES, disponíveis naquele instituto. Revela, ainda, que a categoria preza pela qualidade dos serviços prestados aos estudantes e não se submete a trabalhar até a exaustão, o que é muito comum no período de edital para auxílios do referido programa governamental devido ao volume de estudos e prazos curtos para cumprimento dessa tarefa.

Apesar de, aparentemente, o cálculo da renda parecer simples, é necessário que o profissional esteja atento aos detalhes da referida operação, pois alguns rendimentos não entram nesse cálculo, conforme veremos mais adiante.

Através da busca em *sites* da *internet* sobre a temática de como calcular a renda *per capita*, verificamos que o próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate

à Fome (MDS) descreve como fazer a referida operação, assim dispondo:

Para verificar a [...] renda mensal familiar *per capita*, [...] devem ser somados todos os rendimentos recebidos no mês por aqueles que compõem a família, compreendendo o (a) requerente [...]; o (a) cônjuge ou companheiro (a); os pais e, na ausência deles, a madrasta ou o padrasto; irmãos (ãs) solteiros (as); filhos (as) e enteados (as) solteiros (as) e os (as) menores tutelados (as). O valor total dos rendimentos, chamado de renda bruta familiar, deve ser dividido pelo número dos integrantes da família. Os rendimentos que entram no cálculo da renda bruta mensal são aqueles provenientes de: salários; proventos; pensões; pensões alimentícias; benefícios de previdência pública ou privada; seguro desemprego; comissões; pró-labore; outros rendimentos do trabalho não assalariado; rendimentos do mercado informal ou autônomo; rendimentos auferidos do patrimônio; Renda Mensal Vitalícia – RMV, e o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC¹⁸³. (Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/como-calculer-a-renda-familiar-per-capita>. Acessado em 19 de fevereiro de 2013).

Mas, com a implantação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, no Sistema de Seleção Unificado (SISU), em 2012, foi dada grande importância ao aspecto da renda familiar *per capita*: devido às cotas sociais, pelo menos 50% das vagas do SISU foram destinadas a candidatos com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.

Assim, de acordo com a Portaria Normativa nº 18/2012, a renda bruta familiar mensal deve ser calculada da seguinte forma:

- I- calcula-se a soma dos rendimentos brutos recebidos por todos os membros da família a que pertence o estudante, levando-se em conta, no mínimo, os três meses anteriores à data de inscrição do estudante no processo seletivo;
 - II- calcula-se a média mensal dos rendimentos brutos; e
 - III- divide-se a média mensal dos rendimentos brutos recebidos pelo número de pessoas da família do estudante.
- Para calcular a renda bruta recebida devem ser computados os rendimentos de qualquer natureza percebidos pelas pessoas da família, a título regular ou eventual, inclusive aqueles provenientes de arrendamento de bens móveis e imóveis.

A referida Portaria exclui do cálculo da renda *per capita*:

- os valores percebidos a título de:

- a) auxílios para alimentação e transporte;
- b) diárias e reembolsos de despesas;

¹⁸³ O BPC de uma pessoa idosa não entra no cálculo da renda mensal familiar para concessão do benefício a outro idoso da mesma família, de acordo com o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Em caso de pessoas idosas ou pessoas com deficiência que residam sozinhas, se encontrem acolhidos em instituição de longa permanência ou em situação de rua, terão direito ao benefício, desde que atendam aos critérios para recebimento do benefício (Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/como-calculer-a-renda-familiar-per-capita>. Acessado em 19 de fevereiro de 2013).

- c) adiantamentos e antecipações;
- e) estornos e compensações referentes a períodos anteriores;
- f) indenizações decorrentes de contratos e seguros;
- g) indenizações por danos materiais e morais por força de decisão judicial; e

- os rendimentos percebidos no âmbito dos seguintes programas:

- a) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- b) Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;
- c) Programa Bolsa família e os programas remanescentes nele unificados;
- d) Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem;
- e) Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência; e
- f) demais programas de transferência condicionada de renda implementados por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Quanto à renda, encontramos dois Institutos Federais que construíram uma matriz *per capita* para o processo de estudos socioeconômicos: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e o IFSul-rio-grandense.

No IFSP, conforme o artigo 12, §1º, do Regulamento da Política de Assistência Estudantil, os estudantes serão classificados em ordem crescente de renda *per capita* atendendo os seguintes requisitos:

- I. Possuir renda *per capita* de até meio salário mínimo;
- II. Possuir renda *per capita* de até um salário mínimo; e
- III. Possuir renda *per capita* de até um salário mínimo e meio (IFSP, 2011a, p.6).

Porém, no §2º do referido artigo, há uma ressalva: consta que a classificação em ordem crescente da renda *per capita* estabelecida anteriormente “poderá sofrer alteração, quando analisada e identificada pelo Serviço Sócio-Pedagógico situação de vulnerabilidade social” (IFSP, 2011a, p.6).

Foram estabelecidos, em algumas instituições, grupos que contém indicadores de vulnerabilidade social, como no Instituto Federal Baiano:

- 1.3 Para melhor efetivação desse Programa, os estudantes serão identificados, de acordo com sua situação socioeconômica, por meio do estudo social, em:
- Grupo I - situação que apresenta sérios agravos para a manutenção do estudante no IFB;
 - Grupo II - situação que apresenta agravos moderados para permanência do estudante no IFB;
 - Grupo Não Prioritário – apresenta baixo ou nenhum agravo que comprometa a manutenção ou permanência do estudante no IFB (EDITAL Nº 109 – RIFB, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012).

No IFSul-rio-grandense, uma matriz de grupos de renda foi construída pelos assistentes sociais e é utilizada como indicador de classificação da renda dos candidatos aos auxílios da Assistência Estudantil:

GRUPOS DE RENDA	PER CAPITA	DETALHES
G1	Famílias com renda <i>per capita</i> até meio salário mínimo	Os usuários têm direito a todos os benefícios.
G2	Famílias com renda <i>per capita</i> de mais de meio até um salário mínimo	Os usuários têm direito a todos os benefícios da PAE, conforme disponibilidade orçamentária.
G3	Famílias com renda <i>per capita</i> de mais de um salário mínimo até um salário mínimo e meio	Os usuários têm direito a todos os benefícios da PAE, conforme disponibilidade orçamentária. Os usuários deste grupo devem comparecer a cada dois anos ¹⁸⁴ , para fins de reavaliação da situação socioeconômica.
G4	Famílias com renda <i>per capita</i> de mais de um salário mínimo e meio	-
G5	Candidatos que não apresentaram documentação ou não compareceram à entrevista	-

Quadro 16 - Detalhamento dos grupos de renda do IFSul-Rio-grandense

Fonte: ASSISTENTES SOCIAIS IFSUL-RIO-GRANDENSE, 2012, p. s/n. Não publicado.

O objetivo principal de utilizar esse tipo de matriz foi criar uma forma de identificação do perfil dos estudantes candidatos e usuários das ações disponíveis no programa de Assistência Estudantil. Seus desdobramentos, na eventualidade de ausência de recursos orçamentários para atendimento a toda a demanda de estudantes com o perfil preconizado no PNAES, poderão ser utilizados para fins de corte no acesso a todos os benefícios pelos estudantes, conforme decisão institucional.

Isto poderá variar muito, conforme os determinantes políticos, orçamentários e subjetivos da situação institucional vivida no momento do edital. Caberá ao jogo de forças que se estabelecerá determinar se esse método é adequado ou não e ao enfrentamento dos assistentes sociais na luta pela garantia dos direitos dos estudantes, na defesa da qualidade dos serviços prestados e na própria autonomia que os profissionais têm para a emissão de parecer sobre o deferimento dos auxílios.

É de entendimento desse grupo de assistentes sociais que não é exclusivamente a renda que dá o direito de acesso às ações do PNAES, mas sim, o conjunto de

¹⁸⁴ Essa regularidade anual pode variar conforme as condições de trabalho dos assistentes sociais para atendimento à demanda e conforme o que determinam as normativas institucionais.

indicadores levantados através do formulário de inscrição e das informações levantadas na entrevista, que irão firmar o parecer sobre o deferimento ou não dos auxílios.

O que os assistentes sociais estão preconizando é a condição de vulnerabilidade social do estudante requerente, que vai além da renda e de suas condições materiais de vida. Ou seja, caso o assistente social entenda que um estudante com renda *per capita* superior a um salário mínimo e meio ou que fuja às demais regras pré-estabelecidas deva ser usuário da Assistência Estudantil e receber até mesmo auxílios de caráter financeiro, ele assim emitirá seu parecer favorável, pois é da autonomia da profissão essa prerrogativa.

Para todos os critérios mencionados, de acordo com a análise documental, é necessária a apresentação de documentação comprobatória. Os editais enfatizam que isto é de responsabilidade única e exclusiva do candidato solicitante. Se for detectada a falta de algum documento requerido, o candidato poderá ter um prazo (de dois dias úteis na maioria das instituições) para encaminhar a documentação faltante. É prevacente nos editais a seguinte frase: “a falta da documentação solicitada acarretará na perda automática do direito de ingresso no programa”.

4.4.2 As entrevistas no acesso ao programa

Algumas IFES pesquisadas¹⁸⁵ optam por não realizar entrevistas com estudantes neste processo, devido às condições de trabalho para realizar tal tarefa e à quantidade de candidatos inscritos, o que prolongaria o tempo de estudo socioeconômico e, conseqüentemente, atrasaria o pagamento dos auxílios da Assistência Estudantil, podendo, possivelmente, prejudicar os estudantes mais vulneráveis economicamente.

Nas instituições que realizam a referida etapa, cada acadêmico participa de entrevista com o Assistente Social, quando deve apresentar a documentação solicitada. Na sua maioria, as entrevistas são agendadas pelo setor, por ocasião da inscrição, e acontecem em data oportuna, dentro do prazo determinado, sendo etapa obrigatória para a percepção dos auxílios.

Algumas instituições¹⁸⁶ já possuem um sistema informatizado em termos de Assistência Estudantil e disponibilizam a inscrição e o agendamento *online* da entrevista

¹⁸⁵ É o caso do IFMG e do IFSC em 2012. Apontamentos realizados pela pesquisadora.

¹⁸⁶ Como a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – Núcleo de Assistência Estudantil (PRAE/FURG). O serviço está disponível em: <<http://www.prae.furg.br/nae.htm>>.

pelo próprio requerente, como é o caso da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG).

Para essas instituições, o não comparecimento às entrevistas acarreta a perda automática do direito de ingresso no programa.

Muitos editais ainda trazem a possibilidade de realização de visita domiciliar, no caso de dúvida dos profissionais de Serviço Social quanto à situação socioeconômica dos candidatos. Essa prática requer postura crítica da categoria, para que não fuja ao que preconiza o Projeto Ético-Político do Serviço Social, principalmente no que se refere ao sigilo e à ética profissionais, inerentes a esse processo.

Em algumas instituições, estudantes que já participaram do Estudo Social para fins de percepção de Assistência Estudantil estão liberados dos documentos comprobatórios exigidos no ano anterior, caso sua situação socioeconômica permaneça inalterada. Outras instituições realizam o que chamam de “reavaliação socioeconômica” a cada dois anos, quando os usuários devem comprovar novamente sua situação. Em outras, ainda, os usuários devem anualmente concorrer aos benefícios. Vejamos o seguinte exemplo, retirado do *site* da Universidade Federal de Ouro Preto:

A avaliação socioeconômica tem prazo de validade mínimo de 6 meses e máximo de 3 anos, de acordo com a transitoriedade da vulnerabilidade do estudante. Encerrada a validade, a continuidade da oferta das bolsas só poderá se realizar mediante nova avaliação socioeconômica.

A revisão ocorre no caso de mudança da situação socioeconômica familiar. Neste caso o estudante deverá se dirigir à unidade de referência do *campus* do curso em que o discente está matriculado e protocolar um requerimento de revisão, juntamente com a documentação comprobatória (UFOP, s/d).

A prática de fazer com que os usuários concorram anualmente aos benefícios não está de acordo com os princípios dos direitos sociais de cidadania e do Projeto Ético-Político, pois, uma vez realizado o estudo socioeconômico e identificado o perfil favorável do estudante requerente, este deverá ter garantida a sua permanência no programa de Assistência Estudantil até o final do curso, salvo por motivos antes descritos, como a infrequência injustificada ou o uso inadequado do auxílio, como no exemplo do IFPE:

Os estudantes poderão ser desligados dos Programas da Assistência Estudantil quando: não apresentarem justificativa para as faltas, conforme as disposições da Organização Acadêmica do IFPE; forem verificadas inveracidades ou omissões de informações no preenchimento dos documentos; não apresentarem as documentações comprobatórias de gastos, nos casos em que o benefício assim o exigir; superar a situação de vulnerabilidade social (IFPE, 2012. p. 33).

O que questionamos é a qualidade dos serviços oferecidos ao estudante nessa situação. Do que vale a instituição investir, por exemplo, durante dois anos em um estudante com perfil favorável à percepção do benefício e, no decorrer do curso, devido à demanda crescente – característica da Assistência Estudantil – ele não ser mais usuário do programa e ficar com grande risco de evasão, desistência ou retenção por condições de vida material? Espera-se que o estudante comunique qualquer alteração significativa na sua situação socioeconômica, para melhor ou para pior. Mas esse tipo de consciência e atitude deve ser trabalhado junto aos estudantes usuários, de forma que eles se tornem responsáveis pela Assistência Estudantil.

4.4.3 Divulgação de resultado parcial, análise de recursos e divulgação do resultado final

Por fim, quanto às etapas finais do processo de edital, não são muitos os apontamentos. O que se tem são algumas recomendações:

a) *Divulgação do resultado parcial*: o assistente social deve procurar ser o mais claro possível com os estudantes, mesmo que seja através do edital. Por exemplo: no que se refere ao resultado, não deve disponibilizar única e exclusivamente a informação “deferido” ou “indeferido”, e sim, no caso dos indeferimentos, especificar os motivos, sem expor o candidato, como, por exemplo, informar ao lado do indeferimento que o estudante não possui perfil de acordo com o PNAES, ou a ausência de documentação exigida no edital, ou a insuficiência de dados para o estudo socioeconômico, ou que não foi possível realizar o estudo social com a documentação apresentada, ou que o estudante não compareceu à entrevista, ou que o estudante possui perfil de acordo com o PNAES, mas há indisponibilidade orçamentária, dentre outras formas.

Assim, o estudante requerente poderá propor recurso contra o resultado do parecer do estudo socioeconômico de forma mais organizada ou não protocolar recurso por concordar com o motivo do indeferimento.

b) *Análise dos recursos*: este é um momento formalizado, importante tanto para os assistentes sociais quanto para o estudantes requerente. Este terá a chance de explicar aspectos que considerar relevantes e, assim, ter revista sua documentação, se for o caso, e ter acesso aos benefícios antes indeferidos. Ou poderá ter melhor explicado o motivo do indeferimento de sua solicitação.

É indispensável que o assistente social responda ao recurso por meio de parecer social encaminhado ao estudante, além da disponibilização do resultado final por meio de edital.

Ao final de todo esse processo para solicitação dos auxílios previstos no PNAES, é importante que o Assistente Social mantenha seu arquivo documental organizado, completo, inviolável, para que possa futuramente acessar dados, realizar registros do acompanhamento dos estudantes, qualificar os serviços prestados por ele e pela instituição e lutar por melhores formas de gerenciamento e implementação do referido programa, através do imenso volume de dados obtidos nesse processo.

4.5 A EXPERIÊNCIA VIVENCIADA PELOS ASSISTENTES SOCIAIS DO IFSUL-RIO-GRANDENSE

Nos Institutos Federais, os assistentes sociais são subordinados a chefias como pró-reitores, diretores e coordenadores, fato que pode resultar em relações de poder que implicam subalternidade desse profissional, quando encontra chefias autoritárias. Neste sentido, ressalta-se a autonomia do assistente social no exercício de suas funções, garantida pela Lei de Regulamentação da Profissão¹⁸⁷ (Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993) e pelo Código de Ética e legitimada por sua competência teórico-metodológica e ético-política (CFESS, 2004).

Os assistentes sociais do IFSul-rio-grandense construíram um documento¹⁸⁸ preliminar, o qual serviu como diretriz para a realização de estudos socioeconômicos/sociais dos estudantes que requerem os auxílios previstos no PNAES.

Diante da necessidade de fixar critérios para a realização de estudos socioeconômicos voltados à concessão de benefícios da Política de Assistência Estudantil, os assistentes sociais do Instituto Federal Sul-rio-grandense, reunidos no dia 25 de abril de 2012, no *campus* Pelotas, propõem parâmetros para a sua realização, os quais vêm expressos no presente documento.

Tal necessidade decorre do fato de a referida política no IFSul ter sido implantada recentemente. Isto conduz a uma pluralidade de concepções e métodos de trabalho, impedindo a unidade institucional neste aspecto.

Por essas razões, os profissionais do Serviço Social que atualmente trabalham no Instituto e ainda os que vierem a ingressar terão como norte a metodologia proposta neste documento (ASSISTENTES SOCIAIS DO IFSUL-RIO-GRANDENSE, 2012, p. s/n).

¹⁸⁷ Dispõe sobre a profissão de Assistente Social.

¹⁸⁸ ASSISTENTES SOCIAIS DO IFSUL-RIO-GRANDENSE. **Parâmetros para Estudo Socioeconômico dos estudantes.** 2012. Documento em construção pela categoria, ainda não teve sua versão final publicada.

Essa intervenção coletiva da categoria, organizada no sentido de qualificar a ação profissional na instituição, revela que, diante de tantos questionamentos por outros profissionais sobre como trabalham e por que tomam determinadas posturas e emitem determinados pareceres, organizada e coletivamente intervêm junto à instituição para desmistificar imagens equivocadas a respeito do Serviço Social. O documento construído se originou não somente pela necessidade de padronizar procedimentos do Serviço Social na referida instituição, mas também para mostrar formalmente à instituição que a categoria possui qualificação para tal procedimento.

Os profissionais do IFSUL entendem que o referido documento não é algo fechado e estanque; eles possuem liberdade na realização de seus estudos, podendo considerar outros aspectos que julgarem pertinentes à emissão de parecer nos estudos socioeconômicos. Por outro lado, a construção do documento demandou vários encontros dos profissionais, esclareceu aspectos relativos aos indicadores utilizados para a realização dos estudos socioeconômicos, fortaleceu o Serviço Social na instituição e proporcionou um espaço para discussões e debates de necessidades da categoria.

4.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS PARA FINS DE ACESSO AOS BENEFÍCIOS DO PNAES

Em razão dessa crescente demanda na implementação e gestão da AE, pode ocorrer que “o Estudo Social e seu registro documental sejam realizados a partir das primeiras impressões, do imediato, do que é posto aos olhos” (CFESS, 2004, p.30), sem que os profissionais possam organizar os dados obtidos de forma a pesquisar a realidade dos estudantes que procuram os setores de AE e, assim, proporem mudanças estruturais e políticas na instituição, não só com relação à referida política, mas ao ensino como um todo.

Assim, o CFESS (2004, p. 66) aponta uma direção para a continuidade da discussão desta temática:

Faz-se necessária a reflexão constante da utilização desse instrumento técnico, tendo como ressalva a Matriz Teórica Metodológica, a clareza que o fazer profissional é expresso na compreensão do Serviço Social como fenômeno histórico, determinado na realidade social pelas relações de produção, pelos encaminhamentos políticos e na possibilidade e competência

técnica do serviço Social redefinir-se e legitimar-se na ótica do interesse do usuário.

É indicado que, mediante situações que fujam ao que está preconizado nas normativas, o assistente social elabore um Laudo Social completo e o deixe arquivado junto à documentação do requerente, para que, no futuro, se receber uma denúncia ou se vier a ser questionado por sua decisão, tenha segurança e profissionalismo na resolução tomada anteriormente.

Ora, é o assistente social o profissional privilegiado para emitir parecer sobre o deferimento de benefícios e auxílios do PNAES. Então ele deverá ter como principal referência não a renda, mas o que preconiza o Projeto Ético-Político da profissão: a defesa intransigente dos direitos sociais. Nem todas as situações vividas pelos sujeitos sociais que procuram os serviços, principalmente de assistência, estão previstos em leis e em normativas específicas institucionais. É nesta “brecha” que se insere a intervenção do assistente social, onde se requer um olhar amparado por este projeto e que seja emitido um parecer favorável ao sujeito e, ainda, se preciso for, um Laudo Social.

O Assistente Social deve respeitar o que está na lei. Mas deve, também, questionar o que lei não abrange e as injustiças que estão veladas, usando de todo seu conhecimento ético-político e técnico-operativo para, no que pode o seu alcance, viabilizar direitos sociais ou denunciar sua transgressão. Segundo Miotto (2009), trabalhos anteriormente publicados que dissertaram sobre a temática dos estudos socioeconômicos revelaram que, sob um perspectiva funcionalista,

[...] os assistentes sociais aprimoraram os seus instrumentos e técnicas – tais como a entrevista, a observação, a visita domiciliar – direcionados basicamente para o processo de averiguação dos modos de vida dos indivíduos. Houve, no interior das instituições, um processo de burocratização dos procedimentos e de regulamentação para a condução dos estudos socioeconômicos. Nessa linha, enraizaram-se no interior da profissão as bases dessa concepção e das formas de operar os estudos socioeconômicos. A sua reatualização tem encontrado terreno fértil no contexto da lógica neoliberal que revigora tanto o ideário de seletividade e merecimento na obtenção de auxílios materiais e de serviços, quanto incentiva o processo de refilantropização e despolitização do tratamento da questão social (p. 483).

A postura requerida neste momento de estudos socioeconômicos para as ações previstas pelo PNAES é a perspectiva dos direitos e o compromisso com os usuários, tendo em vista a justiça social e a cidadania, pautada na equidade e na igualdade (MIOTO, 2009); e não se deter somente à renda *per capita* dos que procuram este programa. Do contrário, qualquer profissional estaria habilitado a fazer esta tarefa, pois

seria apenas somar os rendimentos da família e dividir o total por seus membros. Entretanto, não é qualquer profissional, e sim, o assistente social o responsável por essa tarefa, e, por isso, ele deve ir além da renda e sustentar pareceres que ultrapassem o âmbito das normativas.

Sem dúvida, os períodos que fazem parte do edital são o momento de maior demanda de trabalho para os assistentes sociais que laboram com a Assistência Estudantil. É nesse período que o assistente social emprega sua instrumentalidade e vai aperfeiçoando-a com o tempo; pode ser um momento de criação de vínculo com os estudantes ou até mesmo de crise e exaustão, devido à intensa demanda de trabalho.

Por fim, os documentos institucionais normatizam que a omissão ou a falsidade das informações apresentadas pelo candidato, se identificadas, poderão acarretar a suspensão dos benefícios, independente da época que forem constatadas, podendo, ainda, resultar em processo administrativo pelas instituições. Não é papel do assistente social ficar procurando falhas do candidato nas etapas do processo de editais, mas viabilizar o direito ao acesso às ações previstas no PNAES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigar a ação profissional dos assistentes sociais dos Institutos Federais gaúchos, verificou-se que não há tendência ao conservadorismo entre os entrevistados, visto que a maioria dos profissionais têm clareza dos princípios preconizados no Projeto Ético-Político profissional e pautam sua atuação a partir desse projeto societário, assumindo a defesa de uma educação emancipadora. Os profissionais do Serviço Social se veem como classe trabalhadora.

Contemporaneamente, a educação ocupa lugar de destaque no processo de expansão da sociedade capitalista, relacionada à formação e à capacitação de trabalhadores. Neste sentido, vem assumindo responsabilidades institucionais de enfrentamento às manifestações da questão social, articulada a políticas sociais e a programas assistenciais no seu âmbito. Os processos sociais mais abrangentes de reprodução e os processos educacionais são intrínsecos. Mudanças nesses processos são admissíveis pelo capitalismo quando servem para corrigir detalhes do que já se estabeleceu, de modo que sejam preservados os fatores estruturais desse sistema de reprodução.

Deste modo, a inserção do Serviço Social no espaço sócio-ocupacional dos IFs gaúchos é atravessado por contradições, limites e possibilidades de atuar na garantia de direitos, na materialização de objetivos presentes tanto na Educação quanto nos programas com os quais trabalha, nesse caso, a Assistência Estudantil, os quais são afetos à melhoria das condições de permanência e de êxito dos estudantes e, ainda, na concretização do acesso universal a esses programas. Embora, a proposta seja de um acesso universal, ainda se trabalha de forma focalizada considerando as requisições institucionais por estudos socioeconômicos.

Não há dúvidas quanto à relevância e à importância da atuação do Serviço Social no processo de implementação das ações do PNAES no IFs gaúchos. Pode-se afirmar que o assistente social se insere no interior dos processos de trabalho em Educação, junto ao coletivo dos demais trabalhadores que, tradicionalmente, ocupam esse espaço sócio-ocupacional – psicólogos, pedagogos e professores –, construindo uma autoimagem comprometida com os direitos sociais e com a qualidade dos serviços prestados. Essa postura é identificada pelos demais trabalhadores dos IFs e está

contribuindo para superar uma concepção equivocada a respeito do Serviço Social, alinhada ao clientelismo e à benemerência.

Assim, as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas têm sido reconhecidas pelos gestores dos IFs gaúchos e se materializam nas requisições destinadas aos profissionais, no que se refere às dimensões de planejamento, gestão e execução de programas de incentivo à permanência, bem como os de Assistência Estudantil, o que proporciona *status* e reconhecimento ao Serviço Social.

Embora os assistentes sociais entrevistados tenham a maior parte das suas rotinas cotidianas voltadas à gestão dos programas, à administração de benefícios e à execução destes, esse profissional emprega um caráter ético-político a essas ações, permeado por uma dimensão educativa.

O conjunto das atividades realizadas na implementação, gestão e execução das ações de Assistência Estudantil está permeado por uma autonomia relativa do profissional na instituição. Assim, para encontrar possibilidades de luta nesse tipo de condição, os profissionais precisam estar capacitados teórica, metodológica e técnico-operativamente para formularem proposições coerentes com as condições objetivas de materialização do acesso e da permanência dos estudantes de forma qualificada. Essas competências profissionais são encontradas nos assistentes sociais entrevistados, devido ao seu grau de capacitação e das experiências advindas dos campos de trabalho anteriores.

Os principais limites encontrados pelos profissionais se referem às condições de trabalho através de rotinas predominantemente burocráticas, deixando pouca margem para a atuação em outros projetos e frentes de trabalho. Esses limites são agravados pela intensificação do trabalho profissional, devido às demandas dos mais diversos programas presentes na Rede EPCT e, ainda, em razão de os períodos de estudos socioeconômicos serem precários, revelando-se como uma ação técnico-operativa na qual os profissionais possuem mais dúvidas.

A atuação na Assistência Estudantil toma grande parte do tempo do cotidiano dos assistentes sociais, trazendo limites às possibilidades de atuação desse profissional junto aos *campi*, fato que tem gerado certa insatisfação. Eles desejam atuar em ações para além das demandas apresentadas pela instituição, no que se refere à gerência dos auxílio/benefícios da Assistência Estudantil. Almejam empregar esforços em ações de permanência e de acompanhamento dos estudantes, em trabalhos de extensão comunitária, em pesquisas, dentre outras possibilidades que se apresentam no cotidiano.

No entanto, pela sobrecarga de trabalho na execução do PNAES, não lhes é possível ir além neste momento, uma vez que o período de edital para acesso dos estudantes às ações do PNAES é um período exaustivo de trabalho, pois implica na realização de estudos socioeconômicos para fins de benefícios/auxílios do PNAES, através de análise documental e entrevistas.

Uma possibilidade vislumbrada é a formulação de projetos profissionais, planos de trabalho do Serviço Social, individuais e/ou coletivos, que deem uma direção às requisições apresentadas aos assistentes sociais, procurando sistematizar a ação profissional desenvolvida, as demandas e os dados com os quais trabalham.

Alguns profissionais têm conseguido superar esses limites através da elaboração de planos de trabalho, de projetos de extensão e, ainda, de projetos de pesquisa. Esta se mostra como a principal possibilidade de enfrentamento dos limites colocados no cotidiano profissional.

A educação está sendo precarizada e o investimento atual está sendo feito sob uma lógica de mercantilização. Em determinado momento, esse conjunto de valores pode fazer parte do cotidiano profissional. Entretanto, os planos de trabalho subsidiam a ação profissional, pois, a partir da pesquisa, definem ferramentas e estratégias contra a precarização do trabalho profissional, e ainda, possibilitam ao assistente social compreender as bases profissionais em que se desenvolve o seu trabalho. E assim, lhes é permitido sair do plano da queixa e superar o sentimento de angústia, socialmente produzido, que individualiza a responsabilidade.

É possível discutir e criar parâmetros de articulação comuns, a partir de uma dimensão coletiva com os demais assistentes sociais dos IFs onde atuam, dando racionalidade ao trabalho, refletindo sobre ele, normatizando seus procedimentos, colocando-se dentro de uma institucionalidade, definindo procedimentos, normas e condições, como visto no IFSul-rio-grandense e no IF Farroupilha. Assim, o plano de trabalho antecipa a ação profissional e possibilita avaliar o impacto dessa ação. A regulamentação não é algo que só oprime o assistente social, mas, se amplamente discutida e fundamentada nas dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas, poderá favorecer a categoria no seu cotidiano profissional.

É necessária a revisão crítica e sistemática desses planos de trabalho, à luz das teorias e de dados sobre o cotidiano profissional (demandas, rotinas, etc.) e, sempre que possível, de forma coletiva no âmbito da categoria para que não se cristalizem processos e procedimentos. Nessa racionalidade, uma parte do trabalho é o desenvolvimento da

política e das ações nela presentes; e a profissão vai se confundindo com seus procedimentos e é confundida com as necessidades do próprio trabalho, o que é inerente à sociedade em que vivemos e se estende no conjunto das relações sociais.

Outro aspecto que necessita estar presente nesse processo de elaboração de planos de trabalho é a defesa da educação emancipadora, superando leituras fatalistas sobre a realidade contemporânea, pensando a atuação profissional nessa política para além dos procedimentos, que também são importantes. Cabe refletir como isto se dá nessa sociedade, perante a lógica capitalista presente na Educação.

As experiências ora apresentadas não têm o objetivo de ser utilizadas como receita para outros espaços sócio-ocupacionais. No entanto, são experiências que revelam intervenção qualificada e que podem motivar outros profissionais no seu cotidiano, ajustando suas propostas de acordo com a realidade institucional, a concepção política do campo, as condições de trabalho e as condições objetivas de implementação das ações do PNAES. Essas experiências representam a tentativa de apropriação do trabalho profissional e de delimitar um projeto profissional.

As questões relacionadas à informatização do trabalho profissional devem ir na direção da viabilização de direitos, sem substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto, sem serem dissociadas do trabalho do assistente social. A utilização de ferramentas computacionais vêm para qualificar a ação profissional, principalmente no que se refere ao arquivamento de informação e à sistematização dos dados e, ainda, do perfil dos estudantes e da gestão de programas. O assistente social pode utilizar esses recursos de forma crítica e competente.

Apesar de o Decreto nº 7.234/2010 ter desencadeado um amplo processo de realização de concursos públicos nos Institutos Federais para a contratação de assistentes sociais no Brasil, parte das requisições institucionais a eles apresentadas serve para atender à lógica capitalista presente na Educação. No entanto, apesar de existir um discurso governamental de enfrentamento às desigualdades sociais que se materializa a partir do investimento em programas assistenciais no âmbito da Educação, os assistentes sociais dos IFs gaúchos têm produzido um discurso que confronta essa lógica, que está direcionado pelos princípios do Projeto Ético-Político Profissional. Esse discurso abrange a defesa da universalização das ações de Assistência Estudantil, a garantia dos direitos sociais e a defesa intransigente dos direitos sociais e da qualidade dos serviços prestados. Além disto, aponta os limites e as possibilidades presentes

nesses programas e defende o investimento para melhorar as condições de permanência dos estudantes, fortalecendo seus usuários no que se refere a sua condição de vida.

Entretanto, os assistentes sociais entrevistados ressaltam que apenas o investimento em ações que viabilizem recursos financeiros aos estudantes não são suficientes. Destacam que são necessários maiores investimentos em ações de apoio pedagógico, que capacitem todos os estudantes, objetivando superar situações de baixo rendimento acadêmico, o que implica na melhoria da qualidade de ensino nas instituições federais e no compromisso da gestão com esse ensino, desde o mais simples controle de frequência pontual até medidas que ofereçam atendimento às necessidades pedagógicas de todos os estudantes, para obter estratégias de enfrentamento à evasão no ensino profissional e tecnológico.

Contudo, ao avaliarem as ações previstas no PNAES como suficientes para o atendimento aos estudantes, alguns profissionais têm tomado o cuidado de não realizar sobreposição de políticas sociais entre as ações de Assistência Estudantil e as ações de Saúde, Habitação e Assistência Social. Logo, isso implica pensar em como trabalhar a Assistência Estudantil na Educação sem realizar essa sobreposição, identificando os limites dessa situação e atuando no fortalecimento dessas políticas.

A articulação contínua que os assistentes sociais dos IFs têm buscado através de reuniões realizadas durante os eventos promovidos pelo conjunto CFESS/CRESS e/ou no âmbito dos seminários de Assistência Estudantil, no fórum de *e-mails* e no Curso de Extensão de Serviço Social na Educação do IFMG, tem sido fundamental na luta pela jornada de 30h semanais, na democratização de informações sobre os programas com os quais trabalham e no fortalecimento político da categoria.

Assim, nesse tempo de mercantilização da Educação, de corrosão do emprego, de privatização do Estado, que resulta em um contexto de contrarreforma, é importante que os profissionais estejam engajados na luta, nas pautas trazidas no âmbito do Conselho Federal de Serviço Social e nos demais movimentos sociais. O aperfeiçoamento intelectual vem fundamentar a análise crítica dos assistentes sociais no cotidiano profissional, razão pela qual necessita constantemente ser incentivado e efetivado.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. DIRETRIZES CURRICULARES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.cress-ms.org.br/novo/leis-e-decretos/diretrizes-curriculares-abepss/>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a Temática da “Sistematização da Prática em Serviço Social”. *In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Revista em Pauta*. Faculdade de Serviço Social da UERJ. Nº 10, 1997.

_____. O Serviço Social na educação. *In: Revista Inscrita*, nº 6. Brasília, 2000.

_____. Refletindo sobre o potencial instituinte de uma experiência de Extensão Universitária no campo do lazer e da cultura. *In: Cadernos Especiais*, nº 40, edição: 20 de novembro a 18 de dezembro de 2006.

_____. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte, 2007.

_____. Serviço Social e Política Educacional: um breve balanço dos balanços e desafios desta relação. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. CRESS 6ª Região (Org.). *In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Textos e Artigos*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social CRESS 6ª Região, 2008, p. 83-100.

_____. Assessoria e extensão universitária. *In: Maria Inês de Souza Bravo; Maurílio Castro de Matos (Org.). Assessoria, Consultoria & Serviço Social*. 2.ed.São Paulo: Cortez, 2010, v. , p. 251-266.

_____. **Apontamentos**. Palestra proferida pelo Prof. Dr. Ney Luis Teixeira de Almeida, da UERJ, no I Curso de Extensão Serviço Social e Educação, realizado em Belo Horizonte /MG, de 25 a 28 de janeiro de 2011.

_____. **Apontamentos**. Palestra proferida pelo Prof. Dr. Ney Luis Teixeira de Almeida, da UERJ, no Curso de Extensão Serviço Social e Educação, realizado em Belo Horizonte /MG, agosto de 2012.

_____. **Apontamentos**. Palestra proferida pelo Prof. Dr. Ney Luis Teixeira de Almeida, da UERJ, no III Curso de Extensão Serviço Social e Educação, realizado em Belo Horizonte /MG, de 23 e 24 de maio de 2013.

_____. **Assessoria e Serviço Social: pensando as relações entre formação e exercício profissional**. *In: Rose Serra (Org.). Espaços ocupacionais e Serviço Social*. 1ª ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p. 257-276.

ALVES, Jolinda de Moraes. A Assistência Estudantil no âmbito da Política de Educação Superior Pública. **Serviço Social em Revista**. Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Volume 5, Número 1. Jul/Dez 2002.

Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v5n1.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

AMARAL, Regiane da Silva, NASCIMENTO, Sara Diniz. Diagnóstico situacional da Política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal do Maranhão: Estudo de caso nos *campi* Buriticupu e Centro Histórico. V CONNEPI Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação In: **Anais...**, Alagoas, 2010.

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Gestão 2007-2008. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2013.

ANDRÉS, Aparecida. **Aspectos da Assistência Estudantil nas universidades públicas**. Consultora Legislativa da Área XV da Câmara dos Deputados. Educação e Cultura. 2011.

ARAÚJO, Josimeire de Omena. **O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no programa residência universitária Alagoana**. 2003. 231f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ARAÚJO, Fabrícia Silva de; BEZERRA, Juliane Cristina Bispo. Tendências da Política de Assistência ao Estudante no contexto da Reforma Universitária brasileira. III Jornada Internacional de Políticas Públicas: questão social e desenvolvimento no século XXI. **Anais...**, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão.

ARAÚJO, Terto de; SANTOS, Marília Cícera Gomes dos; SHINOHARA, Neide Kazue Sakugawa; DEMETRIO, Alinne Araujo; PADILHA, Maria do Rosário de Fátima. Restaurante Universitário como ação de Assistência Estudantil. X Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – JEPEX – UFRPE: Recife, 18 a 22 de outubro. 2010.

ASSISTENTES SOCIAIS DO IFSUL-RIO-GRANDENSE. **Parâmetros para Estudo Socioeconômico dos estudantes**. 2012. Documento em construção pela categoria, ainda não teve sua versão final publicada. Obtido junto ao DEGAE do IFSul.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo. São Paulo. Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2007.

BEHRING. Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

BONASSA, Giselli Dandolini. **A Política de Inclusão no IFSC: a construção de uma metodologia de avaliação**. 130f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (Orgs). **Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 32/2001 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2001.

_____. **Portal da Transparência.** Disponível em:
<<http://www.portaltransparencia.gov.br/servidores/>>. Acesso em: 14 mar. 2011.

_____. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm>. Acesso em: 04 abr. 2013.

_____. **Lei nº 9.394,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2013.

_____. **Lei nº 8.112,** de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 16 jan. 2013.

_____. **Decreto nº 7.416,** de 30 de dezembro de 2010. Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7416.htm>. Acesso em: 16 jan. 2013.

_____. Lei n. 12.677, de 25 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino. In: **Diário Oficial da União, nº 122,** terça-feira, 26 de junho de 2012.

_____. **Lei nº 12.711,** de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 16 jan. 2013.

_____. **Decreto nº 7.824,** de 11 de outubro de 2012 - Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm>. Acesso em: 16 jan. 2013.

_____. **Portaria Normativa nº 18,** de 11 de outubro de 2012 - Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a

Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Disponível em:

<<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=15/10/2012&jornal=1&pagina=16&totalArquivos=160>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

_____. **Lei n. 12.677**, de 25 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino. In: **Diário Oficial da União, nº 122**, terça-feira, 26 de junho de 2012.

_____. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil -PNAES. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 04 abr. 2013.

_____. **Decreto 12.513**, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990 e dá outras providências. Disponível em:

<http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/lei_12513.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2013.

_____. **Portaria nº 1.015**, de 21 de julho de 2011. Institui o Programa Nacional Mulheres Mil. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/brasilsemisera/legislacao-2/legislacao/arquivos/portaria-mulheres-mil-n-1015.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

_____. **Lei nº 11.091**, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm>. Acesso em: 05 abr. 2013.

_____. **Portaria Interministerial MPAS/MS Nº 2.998**, de 23 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/65/MPAS-MS/2001/2998.htm>. Acesso em: 05 abr. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB/SUAS. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS/2005**, aprovada por intermédio da resolução do CNAS, nº130, de 15 de julho de 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/resolveuid/23ad2e16c4d257cdb672c8bb352731fa/download>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Ofício 21/2011 - DEPEPT/SETEC/MEC**, Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

_____. **Ofício 1898/2012**. DEPEPT/SETEC/MEC, Brasília, 25 de setembro de 2012.

_____. Ministério da Fazenda. **Perguntas e respostas**. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

BRAGA, Renato. **Lei nº 8.112 esquematizada:** comentários ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.

CAMPOS, Luiz Fernando de Lara. **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia.** 2ª ed. Campinas: Alínea, 2001. p. 20-33.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 2006. p. 679-684, v. 15, n. 4, Dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 jul. 2013.

CFESS/CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos:** contribuição ao debate no judiciário, no penitenciário e na Previdência Social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CFESS/CFP. Conselho Federal de Serviço Social, & Conselho Federal de Psicologia. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social.** Brasília, DF: 2007. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2012>. Acesso em: 05 jul. 2012.

CFESS/CRESS. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação.** 2011a. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

CFESS. **MPF e AGU são favoráveis à constitucionalidade da lei das 30h.** Mensagem recebida por <sesrvicosocialifets@gmail.com> em 14 dez 2012.

_____. **Serviço Social na Educação.** Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: 2001. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2012.

_____. **Assistentes Sociais no Brasil.** Elementos para o estudo do perfil profissional. Universidade Federal de Alagoas. 2005.

_____. **Atribuições privativas do Assistente Social em questão.** Comissão de Fiscalização. 1ª edição ampliada. 2012a. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

_____. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Ney Luiz Teixeira de Almeida (Org.). Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. 2012b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2012.

_____. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Série Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2011b.

Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

_____. **Resolução CFESS nº 273/93**. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. 13 de março de 1993.

_____. **Resolução CFESS nº 493/2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 2006.

_____. **Abaixo assinado**. <<http://www.abaixoassinado.org/abaixoassinados/8666>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social. **Coletânea de leis revista e ampliada**. CRESS 10ª Região. Porto Alegre, 2010.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CISLAGHI, Juliana Fiúza; SILVA, Matheus Thomaz da. **Plano Nacional de Assistência Estudantil e a expansão de vagas nas universidades federais**: abrindo o debate. V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, Educação e Emancipação Humana 11, 12, 13 e 14 de abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC – Brasil.

CONIF. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Reestruturação das Comissões-Março/2013**. Fórum dos Pró-Reitores de Ensino. Disponível em: <<http://www.conif.org.br/institucional/foruns/ensino>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 651-663.

DAMASCENA, Monique Brozoni; GOERCK, Caroline; FRAGA, Cristina. A assessoria como uma das atividades do trabalho do Assistente Social. XX Seminário Latino Americano de Escuela de Trabajo Social. **Anais...** Córdoba-Argentina, 2012. Disponível em: <http://200.16.30.67/~valeria/xxseminario/datos/3/3br_damascena_stamp.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2013.

DESLANDES, Suely Ferreira; MIOTO, Maria Célia (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 22-25.

DIÁRIO POPULAR. Jornal Diário Popular de 20 de janeiro de 2013. Pelotas, Rio Grande do Sul.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa** 772, V. 41, nº 144 set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a07.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

_____. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Políticas, Sociedade e Educação. Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147 - 176, dezembro 2011b. Disponível em: <http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.8_suplemento/capitulo5.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

DORE, Rosemary; SILVA, Wander Augusto. O Programa de Educação Profissional de Minas Gerais e a evasão escolar: um estudo preliminar (2008-2010). **Revista Educação em Foco**. Ano 14 - n. 18, dezembro 2011, p. 75-95. Disponível em: <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/educacaoemfoco/article/view/232>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

DRAIBE, Sônia Miriam. A construção institucional da política brasileira de combate à pobreza: perfis, processos e agenda. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - NEPP. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. **Caderno de Pesquisa** nº 34. 1988.

_____. **Virtudes e limites da cooperação descentralizada em prol da coesão social e do enfrentamento da pobreza**: reflexões e recomendações. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - NEPP. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. **Caderno de Pesquisa** nº 64. 2005.

I ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL. **Relatório do I Encontro de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil da Região Sul**. Sapucaia do Sul, agosto de 2011. Disponível em: <xa.yimg.com/kq/.../Relatório+do+Encontro+dos+IFs+da+Região+Sul.doc>. Acesso em: 09 out. 2013.

_____. **Gravações em áudio e anotações realizadas pela pesquisadora**. II ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL. **Relatório do II Encontro de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil da Região Sul**. São José, novembro, 2011.

_____. **Gravações em áudio e anotações realizadas pela pesquisadora**. III ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL. **Relatório do III Encontro de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil da Região Sul**. Curitiba, dezembro de 2012.

_____. **Gravações em áudio e anotações realizadas pela pesquisadora**.

I SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. **Relatório do I Seminário Nacional de Gestores Sistêmicos de Assistência Estudantil**. Goiás, 2013a. Material enviado por *e-mail* aos participantes.

FARO, Ailton. **Os desafios da Assistência Estudantil como política de inclusão**. 2008. Disponível em: <http://www.ufpa.br/fonaprace/index.php?option=com_content&view=article&id=54:os-desafios-da-assistencia-estudantil-como-politica-de-inclusao&catid=1:ultimasnoticias&Itemid=50>. Acesso em: 16 mai. 2011.

FDE; CONIF. **Relatório de Fortaleza**. Seminário: Construção de Diretrizes para as Políticas de Assistência Estudantil da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica Fortaleza, 06 e 07 de dezembro de 2010.

_____. **Diretrizes Nacionais de Assistência Estudantil**. GT Nacional de Assistência Estudantil. 2011.

FERNANDES, Lígia da Nóbrega. Serviço Social e Educação: intensificação do trabalho profissional na Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. 14º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Anais ...** 14 a 18 de outubro de 2013 - Águas de Lindóia, São Paulo.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; POCHMANN, Márcio. “Educação e juventude na sociedade pós-industrial”. *In*: DUARTE, Adriana; OLIVEIRA Dalila Andrade (Org). **Políticas Públicas e Educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

FINATTI, B. E. **Assistência Estudantil na Universidade Estadual de Londrina**. Londrina: Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social / Universidade Estadual de Londrina, Dissertação de Mestrado, 2007.

FIORY, José Luís. **Estado de Bem-Estar Social: padrões e crises**. **Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 7 (2), 1997, p. 129-147. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v7n2/08.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2011.

FONAPRACE. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos estudantis e Comunitários. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. 2008.

_____. **Dez Encontros**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos estudantis e Comunitários. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1993. Disponível em: <http://www.prace.ufop.br/index.php/publicacoes>. Acesso em: 16 jan. 2013.

_____. **20 anos: 1987 - 2007**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos estudantis e Comunitários. Goiânia, 1993. Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br/index.php/publicacoes>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

_____. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares /** Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Coordenação ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012. Disponível em: <http://www.prace.ufop.br/index.php/publicacoes>. Acesso em: 16 jan. 2013.

FONSECA, Tatiana Maria Araújo da. Análise da literatura profissional sobre a temática da assessoria. *In*: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *In*: MOLL, Jaqueline & colaboradores. **Educação**

profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOERCK, Caroline; VICCARI, Eunice Maria. Assessoria: processo de trabalho do Serviço Social. **Textos & Contextos.** Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/990/770>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003. 120 p.

GOMES, Fernanda Cunha. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A necessária interpretação sistemática da Constituição Federal, das Leis nº. 11.892/2008 e nº 9.394/1996 e do Decreto nº 7.234/2010. **Jus Navigandi**, Teresina, Ano 16, n. 2983, 1 set. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19894>>. Acesso em: 29 set. 2011.

I SEMINÁRIO DE GESTORES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. Anotações da pesquisadora e gravações em áudio. Goiás, 2013b.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2008.

_____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete *et al*, (Orgs). **Serviço Social e Saúde.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.161-196.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** São Paulo: Cortez, 2009. p. 341-371.

_____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: Comissão de Fiscalização. **Atribuições privativas do Assistente Social em questão.** 1ª edição ampliada. 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Princípios e Diretrizes.** Ministério da Educação. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid&gid=6691&option=com_docman&task=do_c_do>. Acesso em: 21 ago. 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **Diretrizes para a Política de Assistência Estudantil**; aprovada pelo CONSUP em 26 de outubro de 2010. Disponível em: <http://ifba.edu.br/attachments/335_politica_assistencia_estudantil_ifba_versaofinal.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO. **Política de Assistência Estudantil**, Vitória, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Programa de Apoio à Permanência do Estudante**. Res. 14/2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS. **Documento Base - Programa de Assistência Estudantil do IFMG: dos benefícios que requerem estudo socioeconômico**. Disponível em: <<http://www.ifmg.edu.br/portal/index.php/legislacao/instrucoes-normativas>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

_____. **Instrução normativa nº 01/2011**. Institui o e normatiza o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG. Disponível em: <http://www.ifmg.edu.br/portal/index.php/legislacao/instrucoes-normativas>. Acesso em: 14 fev. 2011.

_____. **Instrução normativa nº 02/2011**. Normatiza, para o ano de 2012, o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Belo Horizonte, 09 de dezembro de 2011.

_____. **Avaliação do Impacto da Assistência Estudantil para os alunos usuários**. Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Minas Gerais.

_____. **Perfil Socioeconômico dos alunos usuários**. Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal Minas Gerais.

_____. **Portaria 716, de 07 de outubro de 2010**. Dispõe sobre a criação do Núcleo de Assistência Social do IFMG.

_____. **Portaria nº 717, de 07 de outubro de 2010**. Dispõe sobre a designação dos membros do Núcleo de Assistência Social do IFMG.

_____. **Portaria nº 901, de 16 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno de Assistentes Sociais do IFMG.

_____. **Regimento Interno do Núcleo de Assistentes Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - NASIFMG**. Belo Horizonte, 09 de novembro de 2010.

_____. **Apontamentos do I Curso de Extensão: O Trabalho do Assistente Social na Política de Educação**. Pró-Reitoria de Extensão - Núcleo de Assistentes Sociais (Org). Belo Horizonte, janeiro de 2011.

_____. **Apontamentos do II Curso de Extensão: O Trabalho do Assistente Social na Política de Educação.** Pró-Reitoria de Extensão - Núcleo de Assistentes Sociais (Org). Belo Horizonte, agosto de 2012.

_____. **Apontamentos do III Curso de Extensão: O Trabalho do Assistente Social na Política de Educação.** Pró-Reitoria de Extensão - Núcleo de Assistentes Sociais (Org). Belo Horizonte, maio de 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Relatório do III Encontro de Setores Sistêmicos da Região Sul.** Curitiba, dezembro de 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **Proposta de Política de Assistência Estudantil.** Recife, 24 de Agosto de 2010. Disponível em: <http://barreiros.ifpe.edu.br/userfiles/file/POLITICAS_ESTUDANTIL_24-09-2010.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2013.

_____. **Proposta da Política de Assistência Estudantil.** Recife, Fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.belojardim.ifpe.edu.br/userfiles/files/Proposta%20da%20Assist%C3%Aancia%20Estudantil%20aprovada%20pelo%20CONSUPE%2026_03_12.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Regulamento da Política de Assistência Estudantil.** São Paulo, Junho de 2011a. Aprovado pela Resolução do Conselho Superior 351 de 10 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.ifspsaocarlos.edu.br/portal/arquivos/SSP/assistencia_social/Regulamento_do_Programa_de_Assist%C3%Aancia_Estudantil_do_IFSP.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2012.

_____. **Projeto para utilização do recurso da Assistência Estudantil.** São Paulo, 2011b.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA RIO GRANDE DO SUL. **Minuta da Política de Assistência Estudantil.** Bento Gonçalves, 17 de maio de 2011. Aguarda aprovação do CONSUP. Não publicado. Obtido no momento da entrevista.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. **Documento-Base da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.** Florianópolis, 17 de novembro de 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **Portaria n. 1330/2010,** de 31 de agosto de 2010a.

_____. **Resolução n. 37/2010 do CONSUP,** de 14 de outubro de 2010b.

_____. **Regulamento da Política de Assistência Estudantil.** Aprovado pela Resolução 138/2012 do Conselho Superior, 2012a. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_docman&Itemid=89>. Acesso em: 15 abr. 2013.

_____. **Normatização Geral dos Benefícios,** aprovada pela Portaria 2312 de 14 de dezembro de 2012b. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_docman&Itemid=89>. Acesso em: 15 abr. 2013.

_____. **Regulamento da Câmara de Assistência Estudantil,** aprovado pela Resolução 139/2012 do Conselho Superior 2012c. Disponível em: http://www.ifsul.edu.br/index.php?option=com_docman&Itemid=89. Acesso em: 15 abr. 2013.

_____. **Ofício Gabinete n. 171/2012.** Pelotas, 21 de maio de 2012d. Relatório da Diretoria de Gestão de Assistência Estudantil/DIGAE. Reunião com representantes da Assistência Estudantil no Ministério da Educação.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político Pedagógico do IFRN:** uma construção coletiva. Versão para consulta pública à comunidade acadêmica do IFRN. Natal, março de 2012. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=documentos:ppp_ifrn_2012_verso_para_consulta_publica_05mar2012.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Política de Assistência Estudantil do IFPB.** João Pessoa, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Relatório do III Encontro de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil da Região Sul.** Curitiba, 10 e 11 de dezembro de 2012.

KERN, Francisco Arseli. A rede como estratégia metodológica de operacionalização do SUAS. *In:* MENDES, Jussara Maria; PRATES Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz (Orgs). **Capacitação sobre PNAS e SUAS.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 62-74.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para esse debate. *In:* **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, nº 113, p. 106-130, jan/mar. 2013.

LIMA, Carla Patrícia Novaes de. **Aspectos atuais de Assistência Estudantil no Campus I da UFPB: programa de moradia estudantil.** 2002. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002.

_____. A arte da participação a participação pela arte. *In:* V CCHLA Conhecimento em Debate, 2000, João Pessoa. **Conhecimento em debate.** João Pessoa: Universitária, 2000. v. 01.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 10ª reimpressão. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 2007.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na área da Educação. In: **Revista Serviço Social & Realidade**. V 8 N° 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

_____. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**. 2007. 263 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4117>. Acesso em: 04 abr. 2012.

_____. Implicações da ética profissional do assistente social no espaço educacional. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, 2010, n. 1, p 44-45, jan./jul.2011.

_____. O Serviço Social na área da Educação. **Serviço Social & Realidade**. Franca, v. 8, n. 1, p. 57-72, 1999.

_____. O perfil dos assistentes sociais que atuam no âmbito da educação municipal do estado de São Paulo. **Serviço Social & Realidade**, v. 19, p. 295-320, 2010.

_____. O perfil dos Assistentes Sociais que atuam no âmbito da educação municipal do Estado de São Paulo. **Cadernos de Serviço Social (PUCCAMP)**, 2009. Disponível em: <<http://www.puc-campinas.edu.br/biblioteca/periodicos/detalhe.asp?id=>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

_____; SOARES, Nanci (Orgs.) **Debate Crítico: Serviço Social, Política de Educação e Questões Societárias**. II Forum do Serviço Social na Educação. Franca, São Paulo, 2011. 385 p.

MARTINS DE SÁ, Janete L. **Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão**. 7ª ed. São Paulo: Cortez; 2008.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MICHELI, Altair Justino de Carvalho. **Processo Histórico do Serviço Social em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado de Goiás: dimensões da prática profissional do assistente social - 1989 a 2009**. 2010. 208 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica. Goiânia, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Parecer do Ministério Público Federal**, de 28 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/parecer-Min-Publico-PGR-2012-30horas>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Estudos socioeconômicos. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. São Paulo: Cortez, 2009.

MITTMANN, Solange; LASSEN, Dulce Beatriz Mendes (Orgs). Seminário de Estudos em Análise do Discurso. **Anais do V SEAD**. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead5.html>>. Acesso em: 31 mai. 2013.

MOROZ, Melania. **O processo de pesquisa: iniciação**. 2ª ed. Brasília: Liber Livro, 2006.

MOZZATO, Anelise Relato; GRZYBOVSKI, Denise. **Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo administração: potencial e desafios**. RAC, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac>>. Acesso em: 30 mai. 2013.

NASCIMENTO, Carla Martins. VII Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares. **O papel da universidade na garantia da permanência do estudante no ensino superior: as configurações da Assistência Estudantil na UFPE**.

NASCIMENTO, Carmen de Fátima de Mattos do; ANTUNEZ, José Leonel da Luz. **Assistência Estudantil na UFPEL**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2012. 128p.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete *et al.*, (Orgs). **Serviço Social e Saúde**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 141-160.

OLIVEIRA; Amanda de Moraes, SIQUEIRA, Leonardo Pereira de. Restaurante universitário como ação de Assistência Estudantil. X Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão JEPEX– UFRPE. **Anais...** Recife, 18 a 22 de outubro. 2010.

OLIVEIRA, Sirlene A. H. da Silva; FARIA, Denise Jesuína; SOUZA, Tatiana M. C. In: **Debate Crítico: Serviço Social, Política de Educação e Questões Societárias**. II Fórum do Serviço Social na Educação. MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; SOARES, Nanci (Orgs.) Franca. São Paulo, 2011. p. 321-335.

PACHECO, Eliezer (Org). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Moderna, 2011. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>>. Acesso em: 25 set. 2012.

_____. **Educação profissional e tecnológica.** Disponível em:
<http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=98&Itemid=255>. Acesso em: 05 ago. 2013.

_____. **Enfrentando a falta de mão-de-obra.** Disponível em:
<http://www.ifac.edu.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=98&Itemid=255>. Acesso em: 05 ago. 2013.

_____. **Os IFETs e o projeto nacional.** Disponível em:
<<http://wiki.sj.ifsc.edu.br/wiki/images/9/92/Ifet2.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

PEREIRA, Potyara, A. P. **Política Social: temas e questões.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Política Social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista. In: COSTA, Lúcia Cortes da; NOGUEIRA, Vera Mª Ribeiro; SILVA, Vini Rabassa (Org). **A Política Social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013 p. 15-26.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional da formação profissional.** São Paulo: Xamã, 2008.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política educacional e Serviço Social.** São Paulo: Ed. Cortez, 1986.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Serviço Social, direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline & colaboradores. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social.** Biblioteca Básica do Serviço Social; v 3. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Claudia Neves da. A atuação do Serviço Social na Educação: limites e contribuições. Universidade Estadual de Londrina/Paraná/Brasil. XX Seminário Latino Americano de Escuela de Trabajo Social. **Anais...** Disponível em:
http://200.16.30.67/~valeria/xxseminario/datos/1/1brNevesdSilava_stamp.pdf. Acesso em: 03 jun. 2013.

SILVEIRA, Miriam Moreira da. A política de Assistência Estudantil nas universidades federais brasileiras e a atuação do Serviço Social. XIII ENPESS/ Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 05 a 09 de novembro. **Anais...** Juiz de Fora, Minas Gerais, 2012.

SETEC/MEC. **Ofício Circular nº 21/2011/DPEPT/SETEC/MEC**, de 10 de fevereiro de 2011. Assistência aos Estudantes do PROEJA: diretrizes.

_____. **Ofício Circular nº 42/2011/GAB/SETEC/MEC**, de 03 de maio de 2010. Assistência Estudantil – complementação de orientações contidas no ofício circular nº 21/2011.

_____. **Ofício Circular nº 1898/2012/DPEPT/SETEC/MEC**, de 25 de setembro de 2012. Resposta ao Ofício 171/2012.

_____. **Ofício Circular Conjunto nº 009/2013/SESU/SETEC/MEC** de 04 de abril de 2013. Programa Bolsa Permanência.

SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social e Educação: uma questão em debate. In: **Revista Interface**, V. 2, nº 1. Natal, 2005. p. 27-41.

_____. **Dimensão educativa do assistente social na educação escolar**. Disponível em:
<http://www.unitau.br/scripts/prppg/3%20encontro%20seguro%20social/trabalhos/co/21_0.pdf> . Acesso em: 15 out. 2011.

_____. **Serviço Social na Educação: saberes e competências necessários no fazer profissional**. 2008. 238f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008. Disponível em:
<<http://www.servicosocialnaeducacao.info/wp-content/uploads/2012/06/Servi%C3%A7o-Social-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-Saberes-e-compet%C3%Aancias-necess%C3%A1rios-no-fazer-profissional.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

_____. **Assistentes Sociais nas escolas: revelando demandas para legitimar espaço**. 2003. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2003.

_____. **O Assistente Social na escola: pensando a dimensão educativa do seu trabalho**. *Especialização*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.

_____. **Dimensão educativa do assistente social na educação escolar**. Disponível em:
<http://www.unitau.br/scripts/prppg/3%20encontro%20seguro%20social/trabalhos/co/21_0.pdf>. Acesso em: 15 out. 2011.

SPOSATI, Aldaiza; FALCÃO, M. C.; BONETTI, Dilséa; YASBEK, Carmelita. **A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Despacho do Advogado Geral da União. Petição Eletrônica. PROCESSOS Nº 00400.005685/2011-39. Origem: STF - Ofício nº 2.667/R de 29 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/AGU-%20ADI_4468-PArecer>. Acesso em: 16 jan. 2013.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. **A avaliação da Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais para o PROEJA**. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de auditoria**. Auditoria operacional. Fiscalização de orientação centralizada. Rede Federal de Educação Profissional. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/Relatorio%20Voto%20Acordao%20-%20Educacao%20Profissional.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2013.

_____. **Acórdão nº 506/2013**. TCU - Plenário 1. Processo nº TC 026.062/2011-9. Nº 52, publicado no DOU em 18 de março de 2013. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0506-08/13-P. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/52082754/dou-secao-1-18-03-2013-pg-163>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 30-89.

TÜRCK, Maria da Graça M. Gomes. Serviço Social Jurídico - **Perícia Social no Contexto da Infância e da Juventude: Manual de procedimentos técnicos**. Campinas: Livro Pleno, 2000. 118 p.

_____. Processo de trabalho do assistente social – Elaboração de documentação: implementação e aplicabilidade. **Cadernos Graturck 001**. Porto Alegre: Graturck consultoria, perícia e cursos, 2007.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Carta do 1º Seminário de Assistência Estudantil da UNE**, 2011. Disponível em: <<http://ccs.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2011/04/carta-do-i-seminario-de-assistencia-estudantil-da-une.doc>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução 001/2001**. Disponível em: <http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1317&Itemid=1009&site=dae>. Acesso em: 31 jul. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Avaliação socioeconômica**. Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br/index.php/assistencia-estudantil/bolsas/avaliacao-socioeconomica>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Serviço Social e práticas democráticas na saúde. In: MOTA, Ana Elizabete et al, (Orgs). **Serviço Social e Saúde**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 242-272.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da Assistência Estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.

VELOSO, Renato. **Serviço Social, tecnologia da informação e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

XAVIER, Alessandra de Muros. **Serviço Social e Educação**: análise do reconhecimento social e das experiências profissionais construídas nos diversos campos da política educacional. 2008. 109f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

XIMENES, Verônica Moraes; DE PAULA, Luana Rêgo Colares; BARROS, João Paulo Pereira. Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: Diálogos Sobre Atuações em Comunidades. **Psicologia Ciência e Profissão**, 2009, 29 (4), 686-699.

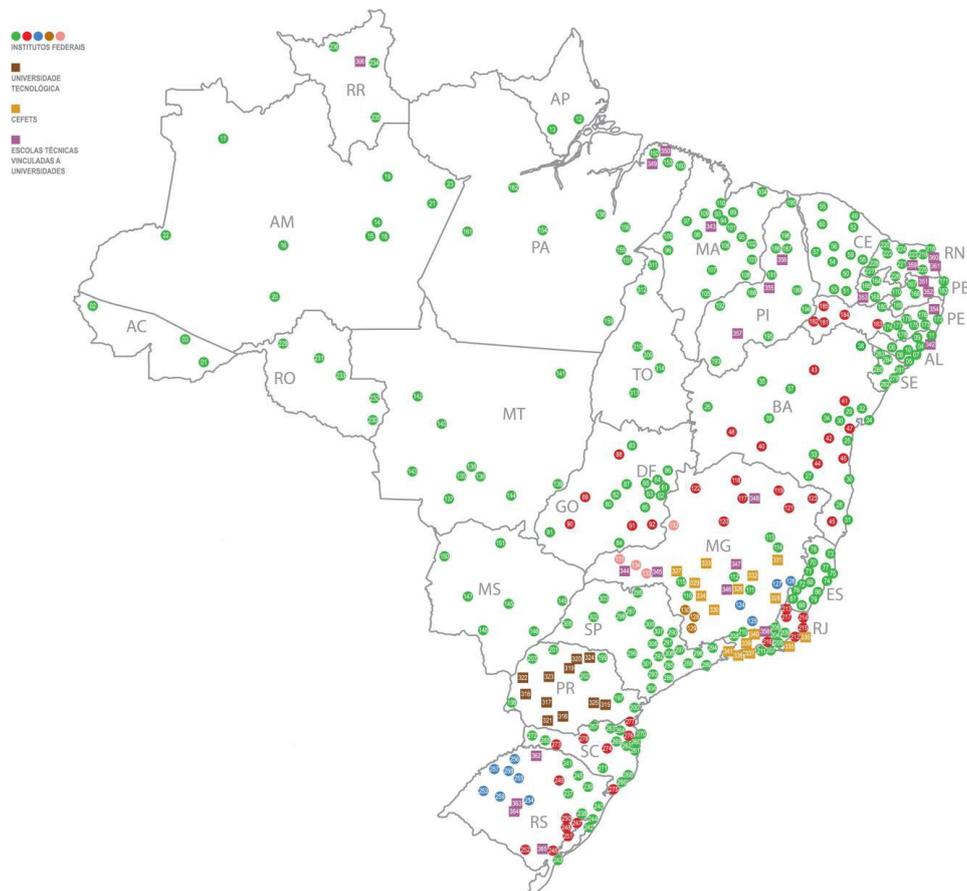
WINKIN, Y. Descer ao Campo. In: **A Nova Comunicação**: da teoria ao trabalho de Campo. Campinas: Papyrus, 1998, p. 129-155.

ZOCA, Andréa Cristina. **O lado negro da Lua**: um estudo sobre o Serviço Social Escolar. 2012. 153 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

ANEXOS

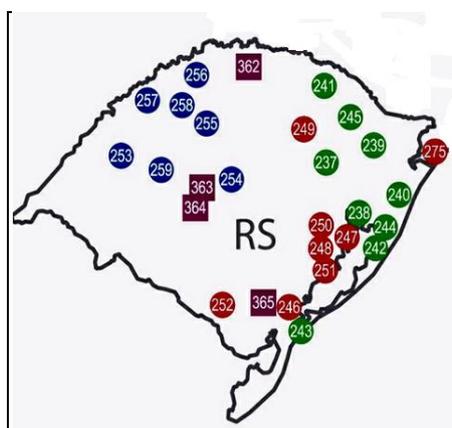
ANEXO I - MAPA DA EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO BRASIL

Distribuição geográfica das escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.



Fonte: SETEC/MEC - 2010. Disponível em: www.mec.gov.br

RIO GRANDE DO SUL - BRASIL



Fonte: www.mec.gov.br

APÊNDICES

**APÊNDICE I - LEVANTAMENTO SOBRE O NÚMERO DE ASSISTENTES
SOCIAIS NA REDE EPCT (2011)**

INSTITUIÇÃO	Nº AS	INSTITUIÇÃO	Nº AS
IF ACRE	NI	IF MATO GROSSO	6
CEFET MG	11	IF MATO GROSSO DO SUL	7
CEFET RJ	NI	IF PARÁ	13
IF ALAGOAS	9	IF PARAÍBA	9
IF AMAPÁ	3	IF PARANÁ	2
IF AMAZONAS	2	IF PERNAMBUCO	10
IF BAHIA	19	IF PIAUÍ	5
IF BAIANO	1	IF RIO DE JANEIRO	1
IF BRASÍLIA	6	IF RIO GRANDE DO NORTE	7
IF CATARINENSE	1	IF RIO GRANDE DO SUL	2
IF CEARÁ	15	IF RONDÔNIA	NI
IF DE MINAS GERAIS	4	IF RORAIMA	4
IF DO NORTE DE MINAS	8	IF SANTA CATARINA	6
IF DO SERTÃO PERNAMBUCANO	1	IF SÃO PAULO	16
IF DO SUDESTE DE MINAS	1	IF SERGIPE	10
IF ESPÍRITO SANTO	14	IF SUL DE MINAS	3
IF FARROUPILHA	7	IF SUL-RIO- GRANDENSE	8
IF FLUMINENSE	NI	IF TOCANTINS	6
IF GOIANO	NI	IF TRIÂNGULO MINEIRO	NI
IF GOIÁS	13	Univ. Tec. Fed. do Paraná	2
IF MARANHÃO	17	-	-
TOTAL: 249			

APÊNDICE II - FORMULÁRIO 01
PERFIL DO ASSISTENTE SOCIAL E CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO
FEDERAL

INSTITUIÇÃO:

Campus:

Núcleo/Setor:

PERFIL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

1) IDENTIFICAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL:

1.1 Sexo: () masculino () feminino

1.2 Idade:

2) FORMAÇÃO:

2.1 GRADUAÇÃO:

Instituição: _____ () Pública - () Privada. Ano de Conclusão:

2.2 PÓS-GRADUAÇÃO:

() Especialização em: _____ () Pública () Privada

() Mestrado em: _____ () Pública () Privada

() Doutorado em: _____ () Pública () Privada

() Ph.D. _____ () Pública () Privada

3- SITUAÇÃO FUNCIONAL:

3.1 Admissão no Instituto Federal ano: _____ - () Concurso - () Terceirizado

3.2 Carga horária semanal: () 40 horas () 30h. Explicar motivo:

3.3 Você exerce cargo na Instituição Federal atualmente?

() Não

() Sim. Indique o cargo:

() Chefe de Setor de: _____ () Diretor (a) de:

() Pró- Reitor (a) de: _____ () Outra. Qual:

4 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

4.1 Participa nas atividades organizadas pela categoria profissional?

() Não. Justifique a resposta:

() Sim. Assinale em quais atividades você participa:

() Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)

() Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)

() Semana do Assistente Social () Seminários () Conferências () Outros.

Especifique:

4.2 Participa de Grupo de Estudo:

() Não. Justifique a resposta:

() Sim. Em qual grupo participa?

4.3 Participação em Cursos de aperfeiçoamento e/ou de capacitação profissional:

() Não

() Sim. De que forma?

() Através da Instituição - Política institucional de apoio a servidores.

() Outra forma, citar:

CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1 – Identificação da Instituição:

1.1 Tempo de existência da Instituição¹⁸⁹/campus¹⁹⁰:

1.2 Níveis de ensino que atende:

¹⁸⁹ Destinada aos assistentes sociais da Reitoria.

¹⁹⁰ Destinada aos assistentes sociais do campus.

() Médio () Superior () Pós Graduação () Mestrado () Doutorado

1.2 Indique e quantifique a equipe técnica que possui a AE?

() assistente social - () psicólogo - () pedagogo - () TAE - () assist. em administ. - () Docente

() Outros. Especifique:

2 – Apresentação das ações peculiares da Instituição:

2.1 Indique as ações executadas na Instituição, considerando ações previstas no PNAES:

() moradia estudantil () alimentação () transporte () atenção à saúde
 () inclusão digital () cultura () esporte () creche
 () apoio pedagógico () acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

2.2 Quem participa da construção de normas/regras/estatutos/regulamentos para aplicação do Programa de AE neste Instituto? (pode assinalar mais de uma alternativa)

() estudantes () direção geral () servidores () Equipe Técnica () Outros. Esclarecer:

2.3 A AE está regulamentada neste Instituto Federal?

() Não. Justifique.

() Sim.

2.3.1 Em caso afirmativo, de que forma está regulamentada?

() Regulamento, normatização para benefícios () Portaria. Cite:

3 - Serviço Social na Instituição (aspectos gerais):

3.1 O Setor de Serviço Social está ligado a qual diretoria e/ou coordenação/setor/departamento?

3.2 Existem condições oferecidas pela Instituição para garantir o sigilo profissional?.

() Não. Explique:

() Sim

3.3 O Serviço Social tem acesso a informação sobre destinação de recursos para AE?

() Não

() Sim

Comente:

3.4 Indique quais são as ações realizadas pelo Serviço Social na AE e a frequência de (1) a (5) dessas ações sobre sua rotina de trabalho (sendo 1-menor frequência e 5-maior frequência):

- () Propor programas específicos para o *campus* em que atua orientada/o pela programa de AE do IF.
- () Construir anualmente o perfil socioeconômico da comunidade estudantil do IF.
- () Identificar os estudantes em situação de vulnerabilidade social.
- () Planejar, coordenar e avaliar os programas e/ou projetos referentes ao PNAES.
- () Acompanhar a organização e distribuição dos benefícios dos programas específicos previstos no programa.
- () Atuar em espaços de controle social no âmbito do IF.
- () Propor alternativas de atendimento às demandas por AE.
- () Diagnosticar as questões sociais que interferem no processo de ensino e aprendizagem.
- () Desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis.
- () Coordenar o programa de AE no *campus* onde atua.
- () Divulgar junto à comunidade estudantil os programas previstos no programa de AE.
- () Proceder à organização e à distribuição dos benefícios previstos neste programa.
- () Avaliar - através de pesquisa - o impacto dos programas de AE na vida acadêmica dos estudantes.
- () Manter atualizado o cadastro dos estudantes atendidos pelos programas de AE.
- () Articular os setores comprometidos com a exequibilidade do programa de AE.
- () Elaborar relatórios dos programas em atividade.
- () Dar visibilidade às ações desenvolvidas no campo da AE na perspectiva de consolidá-la.
- () Outra: _____

APÊNDICE III - ROTEIRO 02

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – ASSISTENTES SOCIAIS

INSTITUIÇÃO:

Campus:

Núcleo/Setor:

1) REFERENTE À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NESTE IF

1.1 Relate como aconteceu o processo de implementação das ações do PNAES no Instituto - construção de normas/regras/estatutos? Você participou desse processo? Qual a sua avaliação sobre o mesmo?

1.2 Comente sobre o programa de AE no Instituto, abordando os seguintes aspectos: financiamento, estrutura, discussão coletiva ou descentralizada, limites, avanços e possibilidades?

1.3 Comente sobre como são repassadas, ao Serviço Social, as informações sobre a AE, no que se refere aos recursos orçamentários:

1.4 Tendo em vista as ações previstas pelo PNAES, o que você considera importante dizer sobre:

a) moradia estudantil; b) alimentação; c) transporte; d) atenção à saúde; e) inclusão digital; f) esporte; g) creche; h)apoio pedagógico; i) acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

1.5 Quais critérios a instituição mais utiliza para o acesso do estudante ao programa de AE?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> faixas de renda familiar e <i>per capita</i> | <input type="checkbox"/> estudante oriundo de escola pública |
| <input type="checkbox"/> situação familiar | <input type="checkbox"/> situações relativas à saúde da família |
| <input type="checkbox"/> pessoas que possuem CadÚnico | <input type="checkbox"/> Outros. Cite: |

1.5.1 Qual é sua avaliação sobre estes critérios utilizados pela Instituição para que o estudante tenha acesso ao programa de AE?

2) REFERENTE AO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PNAES

2.1 Quais as principais demandas para o Serviço Social por parte da direção; dos professores; dos estudantes; de outros setores; dos profissionais do próprio setor em que você atua:

2.2 Quais os motivos que trazem os estudantes ao atendimento do Serviço Social?

2.2.1 Comente como ocorre o acesso dos estudantes ao Serviço Social (fluxograma)? Quais são os limites e as possibilidades deste fluxo?

2.3 Comente sobre demandas para o Serviço Social, considerando as demandas atendidas, reprimidas e potenciais.

2.4 Indique os elementos que fazem parte das rotinas do Serviço Social no setor e a frequência com que acontecem:

2.4.1 () Reuniões de equipe:

Frequência: () semanal - () quinzenal - () eventualmente - () não realiza

2.4.2 () Visita domiciliar:

Frequência: () semanal - () quinzenal - () eventualmente - () não realiza

2.4.3 () Avaliação socioeconômica para fins de benefícios do PNAES:

Frequência: () semanal - () quinzenal - () eventualmente - () não realiza

2.5 Quais os instrumentos técnico-operativos que você utiliza no atendimento aos usuários?

2.6 O Assistente Social faz levantamento de dados referentes ao programa de AE?

Não

Sim

2.6.1 *Em caso afirmativo, o Assistente Social utiliza quais instrumentos?*

questionário socioeconômico *online* questionário socioeconômico impresso visita domiciliar formulários de inscrição para benefícios entrevista estruturada outros.

Cite:

2.7 Qual é a documentação utilizada no Registro da sua prática profissional?

ficha de cadastro evolução de entrevistas registro de reuniões

livro de registro de atendimento e/ou livro de ocorrências

evolução de atendimento no prontuário e/ou ficha do usuário

instrumento de registro de dados referentes à condição de vida dos usuários

Outros. Cite:

2.7.1 *Quem definiu essa documentação?*

Você.

Um órgão/setor/diretoria superior.

Uma equipe de trabalho multiprofissional.

Um profissional anterior a você.

A categoria dos assistentes sociais em conjunto.

Não sabe informar.

Comente:

2.7.2 *Há quanto tempo você utiliza essa documentação?*

2.8 *Quais dados são priorizados nos relatórios do Serviço Social? Justifique.*

2.9 *Você consegue realizar a sistematização do seu trabalho? Em caso afirmativo, de que maneira? Comente sobre os limites e as possibilidades para a realização da sistematização do trabalho do Assistente Social.*

2.10 *Você realiza avaliação sobre a prática profissional do Serviço Social desenvolvida na efetivação do programa de AE? Em caso afirmativo, comente sobre os procedimentos metodológicos que utiliza para realizar essa avaliação.*

2.11 *Comente como ocorre o acompanhamento realizado pelo Assistente Social aos usuários da AE, destacando limites e possibilidades.*

2.12 *Comente sobre a ação profissional que você desenvolve com os demais profissionais que atuam na AE.*

2.13 *É realizada a interface da AE com as demais políticas sociais? Em caso afirmativo, comente como ocorre essa articulação e com quais se dá.*

2.14 *O Assistente Social participa do planejamento e da implementação das ações do PNAES? Em caso afirmativo, comente como acontece este processo.*

2.15 *Qual é a contribuição do Serviço Social no planejamento, na implementação e no monitoramento do programa de AE?*

3) REFERENTE ÀS CONCEPÇÕES QUE ORIENTAM O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL – COMENTE:

3.1 *Concepção de Serviço Social:*

3.2 *Concepção de Educação:*

3.3 *Concepção de Assistência Estudantil:*

3.4 *Concepção sobre a dimensão educativa do Serviço Social:*

3.5 *Concepção sobre a dimensão ética (política) do Serviço Social:*

3.6 *Comente sobre as condições (limites, avanços e possibilidades) para a materialização do Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social na Política de Educação, especificamente no trabalho realizado neste Instituto Federal.*

3.7 *No seu entender, quais são as indicações mais importantes do Projeto Ético Político Profissional?*

3.8 *Que outras possibilidades existem para a atuação do Serviço Social na Educação, para além da AE?*